

## GASTO PÚBLICO NA ÁREA DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ENTRE OS ANOS DE 2009 E 2013: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS

**ANDRÉ RICARDO BECHLIN**

Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio  
Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão  
[andre.fecilcam@gmail.com](mailto:andre.fecilcam@gmail.com)

**MAILSO VIEIRA DIAS**

Economista, Graduando em Ciências Econômicas  
Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Campo Mourão  
[mailsovieira@gmail.com](mailto:mailsovieira@gmail.com)

---

**RESUMO** - O objetivo do trabalho é demonstrar a dinâmica espacial do gasto público realizado na área de saúde dos municípios paranaense entre os anos de 2009 e 2013, tendo como hipótese a ocorrência de diferentes níveis de gasto na área de saúde, bem como sua distribuição espacial desigual entre os municípios. Como metodologia foi utilizada a Análise Exploratória de Dados Espaciais. Com relação a formação de *clusters* nos anos de análise houve a formação de dois do tipo Baixo-Alto, um na região do extremo noroeste do estado e outro na região do extremo norte e, dois do tipo Alto-Baixo, um deles mais ao centro do estado com direção ao sudeste e o outro ao leste do estado. Através dos resultados a hipótese de que os gastos na área de saúde no estado do Paraná apresentam diferentes níveis e que ocorre uma distribuição espacial desigual entre os municípios foi aceita.

**Palavras-chave:** Gasto público, Saúde, Paraná, Análise Exploratória de Dados Espaciais.

**ABSTRACT** - The objective of this study is to demonstrate the spatial dynamics of public spending accomplished in the health area of Paraná municipalities between the years 2009 and 2013, under the hypothesis the occurrence of different spending levels in health area as well as their unequal spatial distribution of municipalities. The methodology we used the Exploratory Spatial Data Analysis. Regarding the formation of clusters in the years of analysis was the formation of two type Low-High, one in the northwest extreme of the state and the other in the far northern region and two High-Low type, one more centrist state directed southeast and the other to the east of the state. From the results the hypothesis that spending on health care in the state of Paraná have different levels and that there is an uneven spatial distribution between the municipalities was accepted.

**Keywords:** Public Spendig, Health, Paraná, Exploratory Spatial Data Analysis.

## **1. INTRODUÇÃO**

De acordo com SEN (2000) a saúde apresenta um papel primordial em um processo de desenvolvimento econômico, pois, juntamente com a educação complementa as oportunidades individuais de participação econômica e política que possibilitam ao indivíduo uma melhor qualidade de vida e bem-estar social.

No Brasil, segundo o Artigo 196 da Constituição Federal (Brasil, 1988, p. 131) “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

No ano de 2013 o consumo final de bens e serviços de saúde no Brasil foi igual a R\$ 424 bilhões, montante esse igual a 8% do Produto Interno Bruto nacional, sendo que deste total R\$ 190 bilhões (44,81%) foram de consumo por parte do governo (IBGE, 2015).

De acordo com o IPARDES (2015) o Estado do Paraná teve um gasto com saúde no ano de 2013 em seus municípios igual a R\$ 5,8 bilhões. Neste sentido o objetivo deste trabalho é demonstrar a dinâmica espacial do gasto público na área de saúde dos municípios paranaenses entre os anos de 2009 e 2013, tendo como hipótese, a existência de diferentes níveis de gastos na área de saúde e, também a existência de distribuições desiguais destes gastos entre os municípios paranaenses.

## **2. A INTERVENÇÃO ESTATAL NA ECONOMIA**

Segundo Smith (1996) cada indivíduo procura aplicar todo seu capital da forma mais vantajosa possível, buscando unicamente sua própria vantagem e não a vantagem da sociedade. No entanto, a procura pela vantagem individual leva o indivíduo a optar pela aplicação que acarreta as maiores vantagens para a sociedade como um todo.

Dessa forma, esses indivíduos procuram aumentar sua produtividade e conseguir o máximo valor possível de sua produção para obter lucros, com isso, necessariamente, cada indivíduo se esforça para aumentar o máximo possível a renda anual da sociedade. Os indivíduos preferiam fomentar a atividade do país e procurariam aumentar sua produção atingindo maior valor e, visavam apenas seu próprio ganho, assim, através de uma mão

invisível promoviam um objetivo não intencional, pois o interesse de cada indivíduo era o mesmo da sociedade. Assim, o Estado deveria apenas assegurar a segurança, sem intervir no mercado (SMITH, 1996).

Os economistas clássicos defendiam a premissa de que toda a oferta cria a sua própria demanda, isso significava que toda a renda seria gasta com a compra da produção e, a economia estaria no pleno emprego, o que resultou na Grande Depressão de 1929.

Após a Grande Depressão Econômica iniciada no ano de 1929 nos Estados Unidos, com contínuo abandono dos ideais liberalistas e introdução do pensamento keynesiano, o Estado começou a intervir na economia com vistas a redução dos índices de desemprego e inflação. No período pós-guerra a sociedade apresentou novas demandas que tiveram que ser incorporados pelo Estado e suas finanças, principalmente no que diz respeito a promoção do bem-estar e do desenvolvimento econômico (GIAMBIAGI e ALÉM, 2011).

Segundo Keynes (1996), os postulados da teoria clássica se aplicavam apenas a casos especiais e não ao caso geral, pois, argumentava que estes postulados se encontram nos limites de equilíbrio. Os economistas clássicos também acreditavam que havia apenas desemprego voluntário, pois, desempregados estariam em transição para outros empregos, no entanto, Keynes introduz o desemprego involuntário, que consiste em indivíduos que são demitidos involuntariamente, ou seja, estão desempregados por não encontrarem emprego.

Keynes (1996) discute que a teoria dos clássicos tendia ao equilíbrio através da oferta e demanda, ou seja, sempre haveria demanda para uma determinada oferta, variando apenas o preço, dessa forma se fosse produzido uma grande quantidade de um produto, sempre seria consumido, mesmo a preços mais baixos e que toda a renda seria gasta com a produção. Mas Keynes observa que, uma superprodução de bens pode causar insuficiência de demanda, reduzindo o lucro dos empregadores resultando em demissões, gerando desemprego involuntário, e assim, a demanda reduziria cada vez mais; além disto, uma parte da renda não é gasta com consumo, mas é poupada.

A solução defendida era a intervenção estatal na economia, sendo que o governo deveria ter participação no mercado, ofertando bens e serviços que o setor privado não era capaz de ofertar e, evitar altos níveis de desemprego, procurando sempre atingir o bem-estar social e estar mais próximo possível do pleno emprego (KEYNES, 1996).

## **2.1 As funções do governo e suas formas de intervenção**

Conforme Giambiagi e Além (2011), quando o governo adota uma política fiscal, se vale de três funções básicas. Trata-se da função distributiva, relacionada a ajustes na distribuição de renda, que permitam uma distribuição considerada justa pela sociedade. A função estabilizadora, relacionada ao uso da política econômica para garantir alto nível de emprego, estabilidade de preços e crescimento econômico e a função alocativa, relacionada a correção das falhas de mercado.

A função distributiva ocorre quando a distribuição de renda aos indivíduos pode não ser a desejada pela sociedade, portanto, o governo realiza ajustes distributivos para promover uma distribuição considerada mais justa pela sociedade.

Para realizar estes ajustes, o governo usa três instrumentos: transferências, impostos e subsídios. Com as transferências o governo promove uma redistribuição da renda, tributando mais os indivíduos de renda alta e subsidiando e financiando programas para os indivíduos de baixa renda. E por fim, o governo pode impor alíquotas de impostos mais altas para bens de luxo ou supérfluos consumidos por indivíduos de renda mais alta e, com isso, cobrar alíquotas de impostos mais baixas para itens da cesta básica e subsidiar a produção dos bens de primeira necessidade (RIANI,2013).

O mercado não é capaz por si só de manter altas taxas de emprego e a estabilidade de preços, assim, a intervenção do governo é importante para evitar flutuações bruscas no sistema econômico. Para isto, o governo utiliza duas políticas econômicas: a política monetária e a política fiscal.

Com as políticas econômicas o governo atua sobre a demanda agregada a fim de garantir altos níveis de emprego e crescimento econômico e, baixa inflação. Pela política fiscal, o governo pode aumentar ou diminuir seus gastos, ou ainda elevar ou diminuir a alíquota de impostos, para alterar a renda disponível do setor privado e alterar a demanda agregada. Com relação a política monetária, o governo pode elevar ou diminuir a taxa de juros, dessa forma, alterando o nível de investimentos do setor privado e conseqüentemente, alterando a demanda agregada. Assim, para que seja feito o controle do sistema econômico, o governo combina política fiscal e monetária para se atingir as prioridades da política econômica (VICECONTI e NEVES, 2010).

A função alocativa tem por objetivo corrigir as falhas de mercado, que por sua vez surgem quando o mercado agindo livremente (sem intervenção) originam resultados econômicos indesejáveis do ponto de vista social. O Estado é necessário para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado, que não é capaz de sozinho, desempenhar todas as funções econômicas (GIAMBIAGI e ALÉM, 2011).

Giambiagi e Além (2011), discutem que ninguém pode realizar uma alocação de recursos para melhorar sua situação sem que outro agente fique prejudicado, e a isso denomina-se “Ótimo de Pareto”. No entanto, este ponto não pode ser alcançado por conta da existência de falhas de mercado que existem por haver existência de bens públicos, falhas de competição que possibilitam formação de monopólios, mercados incompletos, externalidades, assimetria de informações, desemprego e inflação e, bens meritórios.

Os bens públicos são todos os bens e serviços ofertados pelo governo para suprir as falhas de mercado, como por exemplo: iluminação pública, infraestruturas, defesa nacional, empresas estatais, etc.

Segundo Giambiagi e Além (2011), todos na sociedade se beneficiam com o consumo de bens públicos, embora, alguns se beneficiem mais que outros. Outra característica é o princípio da não exclusão no consumo desses bens, ou seja, não é possível impedir que qualquer indivíduo usufrua do consumo desses bens, ou seja, é o efeito ‘carona’.

Pode ocorrer em um setor retornos crescentes de escala no seu processo produtivo, ou seja, as receitas aumentam e os custos diminuem, simultaneamente, com isso, dependendo do mercado consumidor, pode ser mais vantajoso haver apenas uma empresa neste setor, pois se várias empresas atuam neste setor, o retorno seria muito baixo e implicaria em custos muito altos para ambas, resultando em um cenário conhecido como monopólio natural (GIAMBIAGI e ALÉM, 2011).

Segundo Riani (2013) a intervenção do governo no monopólio natural se dá por meio de regulações para evitar a cobrança de preços abusivos por parte das empresas, devido ao seu grande poder de mercado, ou ainda, o governo mesmo pode produzir estes bens.

As externalidades por sua vez são situações onde a ação de um indivíduo afeta direta ou indiretamente outros agentes do sistema econômico. As externalidades podem ser positivas, onde esta ação gera benefícios a outros agentes econômicos, ou podem ser negativas, onde esta ação do indivíduo pode prejudicar e gerar custos aos outros agentes.

Assim o governo intervém concedendo subsídios, incentivos fiscais e outros visando estimular externalidades positivas, e pode aumentar impostos e impor multas para desestimular externalidades negativas (VICECONTI e NEVES, 2010).

Outra falha de mercado, são os mercados incompletos que ocorrem quando um bem ou serviço não é ofertado, embora seus custos estejam abaixo do preço que os consumidores estariam dispostos a pagar, sendo que tal fato ocorre principalmente quando o setor privado não se dispõe a assumir riscos (RIANI, 2013).

Isso acontece principalmente em países em desenvolvimento tendo como exemplo, um sistema financeiro pouco desenvolvido que não fornece financiamentos a longo prazo necessários para o desenvolvimento econômico, sendo necessária a intervenção estatal visando a concessão de tais financiamentos, principalmente de longo prazo. (GIAMBIAGI e ALÉM, 2011).

Também existem as falhas de informação ou assimetrias de informação, pois, nem sempre todas as informações são fornecidas pelo mercado para que os consumidores tomem suas decisões racionalmente. Assim a intervenção do governo ocorre por meio da introdução de legislações que exijam maior transparência no mercado e, esta ação não deve apenas proteger os consumidores, mas abranger todos os agentes econômicos (VICECONTI e NEVES, 2010).

Podem ocorrer casos de desemprego e inflação em níveis elevados, sendo que neste caso, o governo intervém implementando políticas que visem o funcionamento da economia mais próximo possível do pleno emprego e da estabilidade de preços, pois o livre funcionamento do mercado não resolve problemas de altos níveis de desemprego e inflação. (GIAMBIAGI e ALÉM, 2011).

E, por fim, os bens meritórios, nos quais se enquadram a educação e a saúde. São bens que podem ser explorados economicamente pelo setor privado em busca de lucro, porém, podem ou devem ser produzidos pelo governo para evitar a exclusão do seu consumo por parte da população de baixa renda, dada sua incapacidade de pagamento. Assim como os bens públicos, os recursos necessários para a manutenção de tais bens são obtidos através da tributação (VICECONTI e NEVES, 2010).

### **3. BREVE PANORAMA DO SETOR DE SAÚDE NO ESTADO DO PARANÁ**

De acordo com Segre e Ferraz (1997) a Organização Mundial de Saúde (OMS) define o conceito de saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades.

A saúde tem papel primordial em um processo de desenvolvimento econômico, pois, juntamente com a educação complementa as oportunidades individuais de participação econômica e política que possibilitam ao indivíduo uma melhor qualidade de vida e bem-estar social (SEN, 2000).

Segundo Del Nero (1995) a relação entre saúde e desenvolvimento econômico já foi tema de diversos trabalhos. Na década de 1960 alguns trabalhos apontaram a saúde como um pré-requisito para o desenvolvimento, no entanto, atualmente a saúde é considerada como parte do processo de desenvolvimento econômico.

No Brasil e em outros países em desenvolvimento os serviços de saúde disponíveis para a população apresentam um grande número de distorções, pois, os serviços não correspondem as necessidades da população, a distribuição geográfica dos recursos não ocorre de forma homogênea, é comum o uso excessivo e venda sem controle de medicamentos, internações desnecessárias e pela distribuição de recursos da seguridade social sem mecanismos apropriados de controle (DEL NERO, 1995).

De acordo com a OMS (2014), o Brasil apresentou no ano de 2012 um gasto público com saúde igual a 4% do seu Produto Interno Bruto, com uma média de 1,95 médico para cada mil habitantes e uma expectativa de vida ao nascer de 70,6 anos para homens e 77,8 anos para mulheres.

Inserido neste cenário, o Estado do Paraná por sua vez, apresentou uma evolução no número de estabelecimentos de saúde passando de 17.660 em 2009 para 20.831 em 2013 (aumento de aproximadamente 18% no período). Desse total em média para os anos 58% dos estabelecimentos são consultórios médicos, sendo que no período verificou-se uma redução no número de hospitais gerais (455 para 418) e um aumento considerável de policlínicas (439 para 755). Por outro lado, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) que eram iguais a zero até o ano de 2009, totalizaram em 2013 um total de 65 estabelecimentos (IPARDES, 2015).

Com relação ao número de leitos hospitalares total existentes houve uma redução no período entre 2009 e 2013, passando de 29.013 para 27.957 (redução de 3,64%), com

destaque para a redução de 4,92% no número de leitos hospitalares totais existente vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) passando de 20.979 em 2009 para 19.947 leitos em 2013 (IPARDES, 2015).

#### 4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Como método este trabalho utiliza a metodologia estatística que segundo Marconi e Lakatos (2006, p. 108) “reduz fenômenos sociológicos, políticos, econômicos, etc. a termos quantitativos e a manipulação estatística, que permite comprovar as relações dos fenômenos entre si, e obter generalizações sobre sua natureza, ocorrência ou significado. ”

Os dados foram obtidos a partir de bases de dados oficiais, sendo elas: Finanças do Brasil (FINBRA) vinculado ao Tesouro Nacional e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Todos os valores monetários obtidos foram corrigidos para o ano de 2013 através do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) elaborado pela Fundação Getúlio Vargas.

Após a obtenção dos dados os mesmos foram agrupados em uma planilha e agregados a um *shape* para tornar viável a aplicação da metodologia utilizando a análise espacial. Esta análise visando avaliar o gasto público em saúde nos municípios paranaenses entre os anos de 2009 e 2013 utiliza como metodologia a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE).

Esta metodologia compreende um conjunto de técnicas usado na Econometria Espacial que leva em consideração os efeitos espaciais na especificação, na estimação, no teste de hipótese, bem como na previsão de modelos. A AEDE busca descrever distribuições espaciais, identificar observações discrepantes, prover dicas e indicações sobre a existência de padrões de associação espacial (globais ou locais) e também, a presença de *clusters* espaciais nos dados obtidos. Entende-se como *clusters* o efeito de agrupamento que determinada variável pode assumir (ALMEIDA, 2004).

De acordo com Almeida (2004) cabe ainda destacar que a AEDE é mais apropriada para a análise de variáveis espacialmente densas ou intensivas, ou seja, variáveis que são divididas por algum indicador de intensidade, podendo ser variáveis per capita, por área, divididas pela quantidade de trabalho ou de capital. O uso de variáveis extensivas pode levar a resultados que não condizem com a realidade.

Considerando o exposto acima, o valor do gasto público em saúde de cada município será dividido pelo número total de habitantes, desta forma teremos um valor per capita do gasto público.

#### 4.1 Análise exploratória de dados espaciais (AEDE)

##### 4.1.1 Associação espacial global univariada

O primeiro passo consiste em testar se os dados apresentam uma distribuição aleatória espacial, ou seja, se os valores de uma região não dependem das demais. Para tal, utilizar-se-á o coeficiente de correlação espacial I de Moran, dado por:

$$I = \frac{n}{\sum \sum w_{ij}} \times \frac{\sum \sum w_{ij}(y_i - \bar{y})(y_j - \bar{y})}{\sum (y_i - \bar{y})^2} \quad (1)$$

Em que:  $n$  é o número de unidades espaciais;  $y_i$  é a variável de interesse;  $w_{ij}$  é o peso espacial para o par de unidades espaciais  $i$ ; e  $j$  é a medida do grau de interação entre elas.

De acordo com Almeida (2004), uma indicação de autocorrelação espacial positiva demonstra que existe semelhança entre os valores dos municípios estudados. Por isso, municípios com valores altos para esta variável, são circundados por municípios com valores altos; e municípios com valores baixos consequentemente são circundados por municípios que apresentam valores baixos. Caso a autocorrelação espacial seja negativa, não existe semelhança entre os valores, ou seja, uma variável com alto valor em um município é circundada por municípios com a variável de baixo valor.

##### 4.1.2 Associação espacial local univariada

A indicação de presença de associação espacial global pode demonstrar conformidade com padrões locais, porém, isso não é absoluto. Alguns casos de ausência de associação espacial global encobrem padrões locais de associação (Almeida, 2004). Para superar tal empecilho e identificar a ocorrência de autocorrelação local, Luc Anselin propôs em 1995, uma decomposição em categorias do indicador I de Moran, chamado Indicador Local de Associação Espacial (LISA – *Local Indicator of Spatial Association*) dado por:

$$I_i = \frac{(y_i - \bar{y}) \sum_j w_{ij} (y_i - \bar{y})}{\sum_i (y_i - \bar{y})^2 / n} = z_i \sum_j w_{ij} z_j \quad (2)$$

Onde:  $Z_i$  e  $Z_j$  são variáveis padronizadas. A somatória sobre  $j$  é tal que somente os valores dos vizinhos  $j \in J_i$  são incluídos. O conjunto  $J_i$  abrange os vizinhos da observação  $i$ .

Segundo Almeida (2004), esse indicador “provê uma indicação do grau de agrupamento dos valores similares em torno de uma observação, identificando *clusters* espaciais, estatisticamente significantes”. Tais *clusters* são divididos em quatro tipos de associação espacial conforme segue.

O primeiro quadrante (localizado na parte superior direita) mostra os municípios que apresentam altos valores para a variável em análise cercada por os municípios que também apresentam valores acima da média para a variável em análise. Este quadrante é classificado como Alto-Alto (AA). O segundo quadrante (localizado na parte superior esquerda) mostra os municípios com valores altos cercados por vizinhos que apresentam valores baixos. Este quadrante é classificado como Alto-Baixo (AB).

O terceiro quadrante (localizado no canto inferior esquerdo) é constituído pelos municípios com valores baixos para as variáveis em análise cercados por municípios com baixos valores, sendo classificado como Baixo-Baixo (BB). O quarto quadrante (localizado no canto inferior direito) é formado pelos municípios com baixos valores para as variáveis em análise cercados por municípios de altos valores e é classificado como Baixo-Alto (BA).

Para a realização do procedimento metodológico proposto serão utilizados dois Sistemas de Informação Georreferenciada (SIG), o Geoda e o TerraView, os quais permitem a estocagem, organização, descrição e análise de dados espaciais. O Geoda combina mapas com gráficos estatísticos, utilizando a tecnologia de janelas dinâmicas ligadas para análise espacial.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando a evolução do gasto público na área de saúde dos municípios paranaenses é possível constatar que com exceção do ano de 2010, para os demais anos em análise houve aumento real do gasto conforme pode ser observado na Figura 1.

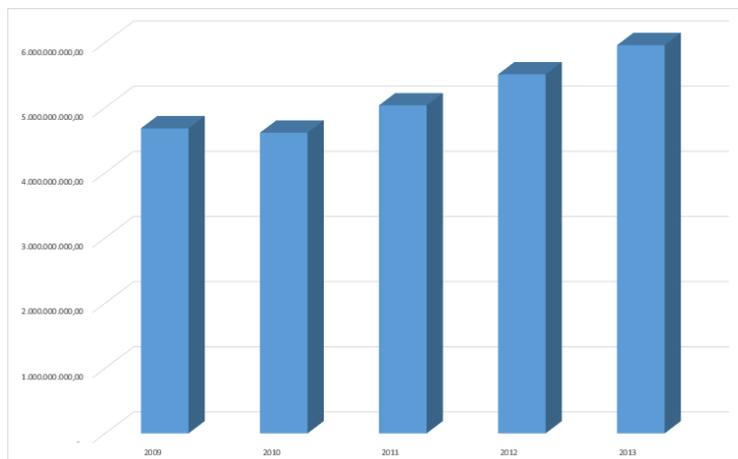
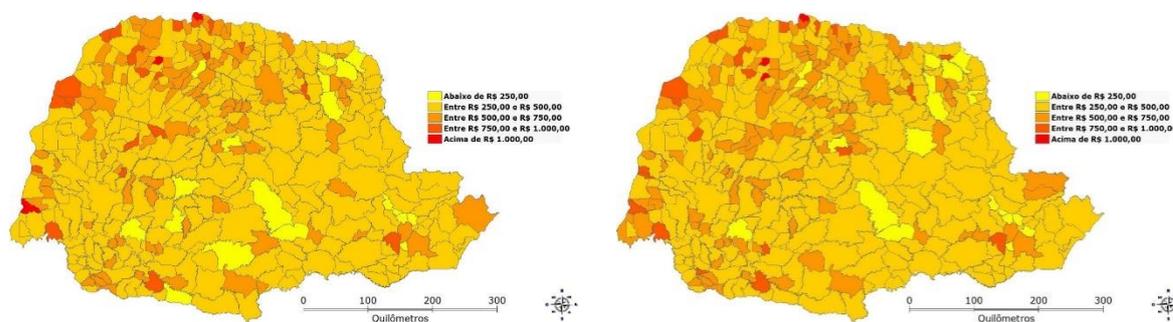


Figura 1. Evolução do gasto público total na área de saúde no estado entre 2009 e 2013. Fonte: FINBRA (2015).

Entre 2009 e 2010 é possível perceber que houve uma pequena redução real (1,43%) do gasto público na área de saúde no Estado do Paraná. Na sequência ocorreram aumentos reais do gasto de respectivamente 9,08%, 9,46% e 8,14%, sendo que no ano de 2013 o valor total foi igual a R\$ 5.959.187.673,93. Se considerados o ano inicial e final da série de dados, 2009 e 2013 houve um aumento real de 27,28% do gasto público.

Com relação aos municípios paranaenses que apresentaram maiores gastos absolutos durante o período de análise é possível constatar que as oito primeiras posições não sofrem alteração, sendo a seguinte: Curitiba, Londrina, Maringá, São José dos Pinhais, Foz do Iguaçu, Araucária, Ponta Grossa e Cascavel.

A Figura 2 por sua vez, demonstra a evolução do gasto público médio per capita na área de saúde dos municípios paranaenses entre os anos de 2009 e 2013.



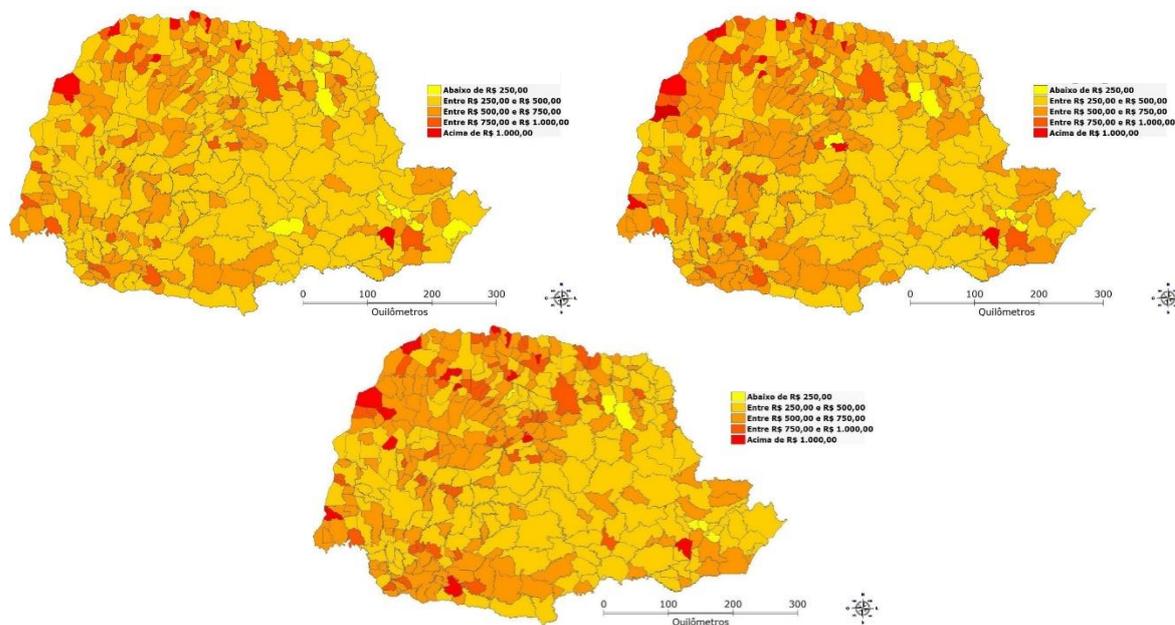


Figura 2. Gasto público médio per capita na área de saúde dos municípios paranaenses entre os anos de 2009 e 2013 (em R\$). Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

No ano de 2009, dos 399 municípios do 18 deles (4,51%) apresentavam um gasto per capita na área de saúde inferior a R\$ 250,00. Apenas 3 apresentaram gasto superior a R\$ 1.000,00 sendo eles: Nova Aliança do Ivaí (R\$ 1.110,85), Itaipulândia (R\$ 1.052,93) e Jardim Olinda (R\$ 1.049,22). A maioria dos municípios (259) que corresponde a 64,91% do total teve seu gasto per capita situado na segunda faixa entre R\$ 250,00 e R\$ 500,00.

Para o 2010 a situação referente ao gasto per capita dos municípios paranaenses na área de saúde demonstrou-se muito semelhante ao ano de 2009, com 19 municípios com gasto per capita inferior a R\$ 250,00 e, com apenas 3 municípios com gasto per capita acima de R\$ 1.000,00 (Nova Aliança do Ivaí, São Manoel do Paraná e Jardim Olinda). A faixa de gasto entre R\$ 250,00 e R\$ 500,00 novamente foi a que agrupou o maior número de municípios, sendo um total de 246.

Em 2011, novamente a maioria dos municípios (215) situou-se na faixa de gasto per capita de R\$ 250,00 e R\$ 500,00, no entanto ocorreram alterações significativas no número de municípios com menor e maior gasto. Com relação aos municípios com menor gasto per capita apenas 10 ficaram na faixa inferior e na faixa de gasto superior a R\$ 1.000,00 estavam agora enquadrados 9 municípios: Jardim Olinda, Nova Aliança do Ivaí, São Pedro do Paraná, Miraselva, Santo Antônio do Caiuá, Araucária, Esperança Nova, Santa Inês e Alto Paraíso.

Já em 2012, houve novamente uma redução no número de municípios com gasto inferior a R\$ 250,00 sendo agora apenas 8, ao passo que o número de municípios com gasto superior a R\$ 1.000,00 era igual a 12. Outra alteração significativa é de que a maioria dos municípios (179) passou para a terceira faixa de gasto per capita, entre R\$ 500,00 e R\$ 750,00.

Por fim, em 2013, as tendências do ano anterior foram mantidas. Primeiramente uma redução do número de municípios com gasto inferior a R\$ 250,00, totalizando 6 municípios (Ibaiti, Almirante Tamandaré, Congonhinhas, Piraquara, Sarandi e Colombo). A maioria dos municípios, em um total de 164 (41,10% do total do Estado) ficou com seu gasto situado entre R\$ 500,00 e R\$ 750,00. Na faixa superior de gasto per capita (acima de R\$ 1.000,00) também ocorreu um aumento do número de municípios, sendo igual a 16 (4,0%), sendo eles: Jardim Olinda (R\$ 1.723,00), Lidianópolis (R\$ 1.373,53), São Pedro do Paraná (R\$ 1.299,13), Santa Inês (R\$ 1.281,41), Itaipulândia (R\$ 1.271,46), Miraselva (R\$ 1.244,82), Xambê (R\$ 1.202,03), São Manoel do Paraná (R\$ 1.198,92), Nova Aliança do Ivaí (R\$ 1.137,91), Araucária (R\$ 1.127,68), Alto Paraíso (R\$ 1.070,69), Porto Rico (R\$ 1.048,04), Mirador (R\$ 1.020,37), Pato Branco (R\$ 1.009,37), Brasilândia do Sul (R\$ 1.002,53) e Iguaçu (R\$ 1.002,31).

O valor da estatística I de Moran conforme demonstrado na Tabela 1 é inferior a 0,20 em todo o período, indicando um fraco padrão de dependência espacial, porém apresenta tendência de alta no período, ou seja, municípios com maior gasto público na área de saúde se tornaram mais próximos de outros municípios com maior gasto e municípios de menor gasto também se aproximaram de municípios de menor gasto.

Tabela 1 – Valor da estatística I de Moran para o gasto público per capita na área de saúde dos municípios paranaenses entre os anos de 2009 e 2013.

Ano	2009	2010	2011	2012	2013
I de Moran	0,126341	0,133015	0,123956	0,137297	0,176303

Fonte: Resultados da Pesquisa, 2016.

De acordo com Porsse (2008, p. 7) o co-movimento entre a dispersão e a dependência espacial “pode demonstrar diferentes características na dinâmica do processo de aglomeração espacial”. Um aumento da correlação espacial pode ocorrer dado um aumento na similaridade de modo a reforçar o padrão inicial da aglomeração (regime estacionário), ou

então, pode ocorrer o surgimento ou desaparecimento de novos *clusters* levando a um padrão de aglomeração espacial diferente da situação inicial (regime não estacionário).

Os resultados da estatística LISA demonstram uma dinâmica não estacionária para o gasto público per capita na área de saúde para os municípios paranaenses no período como pode ser observado pela Figura 3.

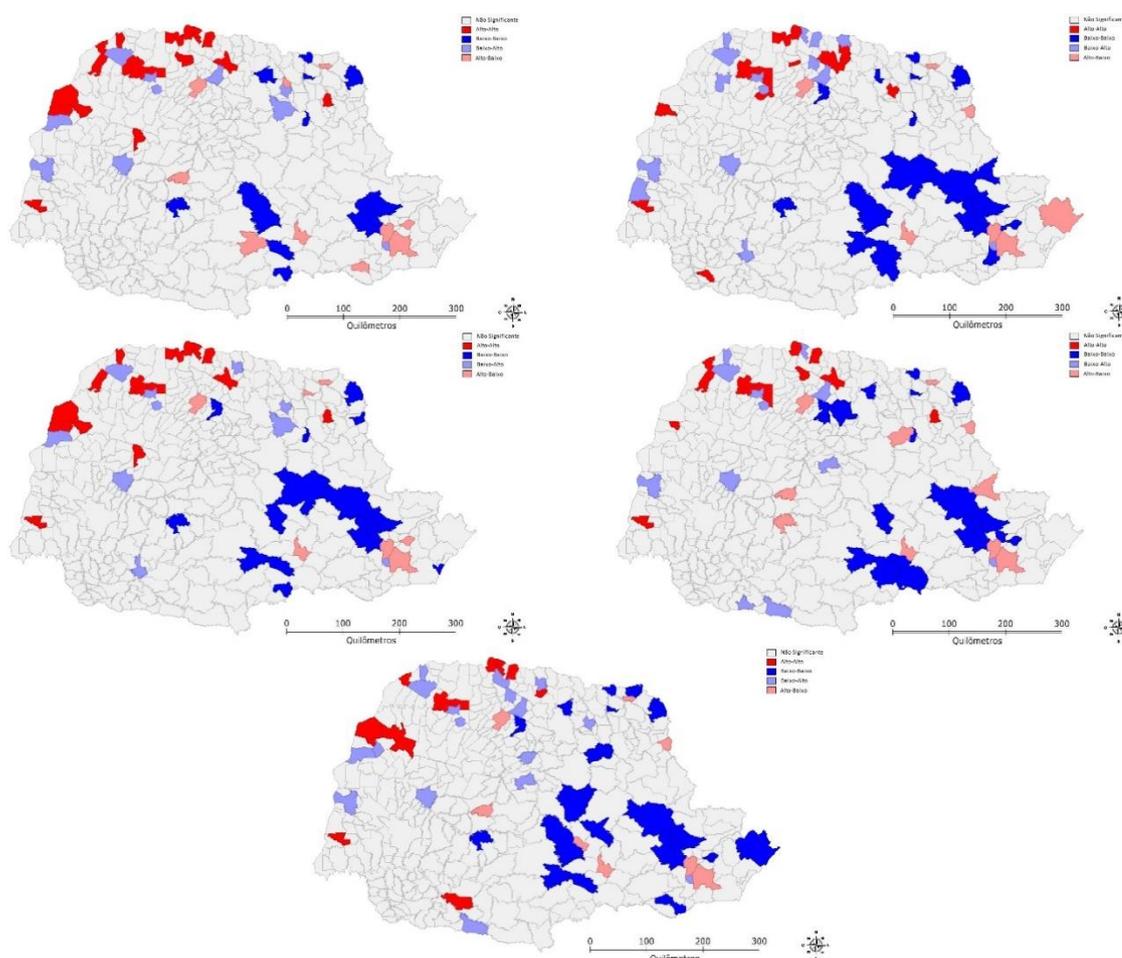


Figura 3. Mapa de *clusters* espaciais para o gasto per capita na área de saúde dos municípios do Estado do Paraná entre 2009 e 2013. Fonte: Resultados da Pesquisa (2016).

O primeiro *cluster* a ser analisado está situado no extremo noroeste do estado, apresentou pequenas variações ao longo do período e no ano de 2013 apresentou-se como sendo do tipo Baixo-Alto, ou seja, dois municípios apresentam baixos valores (Loanda e Marilena) e são circundados por municípios que apresentam altos valores para o gasto público per capita na área de saúde, sendo eles: Amaporã, Mirador, Nova Aliança do Ivaí, Planaltina do Paraná e Porto Rico.

O segundo *cluster* situado no extremo norte do estado, era do tipo Alto-Alto em 2009 e ao final do período de análise era do tipo Baixo-Alto. O município de Colorado apresenta baixo valor e está próximo a quatro municípios (Itaguajé, Jardim Olinda, Paranapoema e Santo Inácio) de alto valor de gasto público per capita na área de saúde.

O terceiro *cluster* está mais ao centro do estado com direção ao sudeste sendo do tipo Alto-Baixo. Os dois municípios com alto valor de gasto per capita na área de saúde são Fernandes Pinheiro e Guamiranga sendo circundados por municípios de baixo valor (Imbaú, Inácio Martins, Ipiranga, Prudentópolis, Reserva e Rio Azul).

O quarto *cluster* está situado ao leste do estado e é do tipo Alto-Baixo, tendo como base Curitiba e São José dos Pinhais (municípios com alto gasto) sendo vizinhos de municípios com baixo gasto (Campo Largo, Campo Magro, Castro, Itaperuçu, Pinhais, Quatro Barras, Rio Branco do Sul).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar a dinâmica espacial do gasto público realizado na área de saúde dos municípios do estado do Paraná entre os anos de 2009 e 2013, tendo como hipótese que ocorrem diferentes níveis de gasto na área de saúde, bem como sua distribuição espacial desigual entre os municípios.

Como metodologia foi utilizada a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE) que compreende um conjunto de técnicas usadas na Econometria Espacial que leva em consideração os efeitos espaciais na especificação, na estimação, no teste de hipótese, bem como na previsão de modelos, buscando descrever distribuições espaciais, identificar observações discrepantes, prover dicas e indicações sobre a existência de padrões de associação espacial (globais ou locais) e também, a presença de *clusters* espaciais nos dados obtidos.

Com relação aos resultados obtidos pode-se observar que a maioria dos municípios (aproximadamente 60% do total) nos anos de 2009, 2010 e 2011 apresentaram um gasto per capita anual em saúde entre R\$ 250,00 e R\$ 500,00. Para os anos de 2012 e 2013 a maioria dos municípios passou a apresentar um gasto per capita anual em saúde entre R\$ 500,00 e R\$ 750,00.

Os três municípios paranaenses com maior gasto (acima de R\$ 1.000,00) em saúde per capita anual nos anos de análise foram Jardim Olinda, Nova Aliança do Ivaí e São Pedro do Paraná.

Com relação a formação de *clusters* nos anos de análise houve a formação de dois do tipo Baixo-Alto, um na região do extremo noroeste do estado e outro na região do extremo norte e, dois do tipo Alto-Baixo, um deles mais ao centro do estado com direção ao sudeste e o outro ao leste do estado.

Através dos resultados a hipótese de que os gastos na área de saúde no estado do Paraná apresentam diferentes níveis e que ocorre uma distribuição espacial desigual entre os municípios foi aceita.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S. **Curso de Econometria Espacial Aplicada**. Piracicaba. 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

DEL NERO, C. R. O que é Economia da Saúde? In: PIOLA, S. F.; VIANNA, S. M. (Orgs.) **Economia da saúde: Conceitos e contribuição para a gestão da saúde**. Brasília: IPEA, 1995.

FINBRA. **Contas Anuais dos Municípios**. Disponível em: <[https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta\\_finbra/finbra\\_list.jsf](https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/consulta_finbra/finbra_list.jsf)>. Acesso em: 30 nov. 2015.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil 201-2013**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2013/default.shtm>>. Acesso em: 14 set. 2015.

IPARDES. **Base de Dados do Estado**. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científicas**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

**OMS. Health Situation in the Americas – Basic Indicators 2014.** Disponível em: <[http://www.paho.org/hq/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=27299&Itemid=721](http://www.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=27299&Itemid=721)>. Acesso em: 30 nov. 2015.

PORSSE, A. A. Dinâmica da Desigualdade de Renda Municipal no Rio Grande do Sul: Evidências da Análise Estatística Espacial. **Textos para Discussão FEE**, n. 42, out. 2008. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/03/20140324042.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

RIANI, F. **Economia do setor público: Uma abordagem introdutória.** 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

SEGRE, M.; FERRAZ, F. C. O conceito de saúde. **Revista de saúde pública.** São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538-542, out. 1997.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Cia. Das Letras, 2000.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: Investigação Sobre Suas Natureza e Suas Causas.** São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1996.

VICECONTI, P. E. V.; NEVES, S. **Introdução à Economia.** 10. ed. São Paulo: Frase Editora, 2010.

## EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA PARA O EQUILÍBRIO NA GESTÃO DAS FINANÇAS PESSOAIS

**PAULO ROBERTO SANTANA BORGES**

Economista, Doutor em Geografia

Universidade Estadual de Maringá – UEM

[pauloborges4@gmail.com](mailto:pauloborges4@gmail.com)

---

**RESUMO** - O tema educação financeira aborda a relação das pessoas com o consumo, planejamento, dívidas e poupança. Esse trabalho teve por objetivo identificar os motivos que levam as pessoas as dificuldades financeiras, face ao consumo desenfreado, analisando as incitações que movem o comportamento das pessoas. Metodologicamente aderimos ao tipo de pesquisa qualitativa e quantitativa e descritiva, têm como propósito contribuir para o estudo da educação financeira dos indivíduos e o reflexo nas finanças pessoais. Para ajudar nos resultados contamos com a contribuição do curso de Gestão Financeira da Faculdade de Tecnologia de Bragança Paulista. A busca por pontos comuns entre teoria e os dados resultantes dos fatores econômicos e sociais que influenciam nos hábitos de consumo das pessoas foram necessários para alcançar os objetivos propostos. Assim, os resultados demonstraram que existe uma estreita relação entre as variáveis do significado do dinheiro, e as variáveis de orientação de consumo.

**Palavras-chave:** Educação Financeira, Crédito, Dívida.

**ABSTRACT** - The financial education theme addresses the relationship of people with consumption, planning, debt and savings. This study aimed to identify the reasons that lead people financial difficulties, due to unbridled consumption, analyzing the incentives that drive people's behavior. Methodologically adhere to the type of qualitative and quantitative and descriptive research, are intended to contribute to the study of financial education of individuals and a reflection on personal finances. To help in the results we have the Financial Management Course contribution of Braganca Paulista Technology School. The search for common ground between theory and data resulting from economic and social factors that influence consumption habits of people were needed to achieve the proposed goals. Thus, the results showed that there is a close relationship between the variables of the meaning of money, and consumer orientation variables.

**Keywords:** Financial Education, Credit, Debt.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A abordagem dos assuntos sobre os estudos da “educação financeira” pode capacitar as pessoas e as famílias a entenderem melhor o mundo em que vive, torná-los cidadãos críticos que conseguem entender as notícias veiculadas através dos meios de comunicação, prepara-los para ingressar no mundo do trabalho, consumir, questionar, indagar sobre seus direitos e analisar quais os seus deveres. O estudo ligado à educação financeira tem uma dimensão sócio-político-pedagógico, visa a contribuir para a formação do cidadão atuante.

Diariamente, milhares de consumidores são seduzidos por anúncios publicitários tentadores, que oferecem os mais diversos produtos disponíveis no mercado, sempre com a comodidade de se parcelar as compras a perder de vista. E assim os consumidores vão adquirindo cada vez mais produtos como *smartphones*, *tabletes*, televisores gigantes e outros bens tecnológicos, em condições que não conseguem pagar e com financiamentos comprometedores ao orçamento individual. Essas estratégias, cada vez mais agressivas remetem as pessoas e as famílias para a qualificação na temática “educação financeira” que não é parte do contexto educacional formal nas escolas brasileiras.

Contudo, acreditamos que a educação financeira não deve ser confundida com o ensino de técnicas e macetes de bem administrar o dinheiro, nem tampouco ser confundida como um manual de regras moralistas. O objetivo real da educação financeira está no sentido criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao bom uso do dinheiro na aquisição de bens e serviços pelos consumidores, além das decisões nas aplicações financeiras.

Numa economia cada vez mais capitalista e globalizada, a sedução através da mídia, a arte do designer e as estratégias de marketing devem ser cuidadosamente administradas e combatidas pelos consumidores e assim se constituindo como uma forma inteligente de manter um orçamento equilibrado.

Esse trabalho teve por objetivo identificar os motivos que levam as pessoas as dificuldades financeiras, face ao consumo desenfreado, analisando as incitações que movem o comportamento das pessoas, com o tema “educação financeira como ferramenta para o equilíbrio na gestão das finanças pessoais”.

A metodologia empregada neste trabalho foi qualitativa, quantitativa e descritiva, foi utilizado um método de pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, sítios eletrônicos

para revisão de literatura sobre educação financeira, além de dados estatísticos na forma de gráficos para auxiliar nas análises necessárias.

Além da introdução, esse trabalho está organizado em três partes. Na segunda seção tratamos da fundamentação teórica abrindo para os assuntos relacionados ao endividamento e planejamento financeiro. Na terceira a abordagem se deveu a análise de resultados de algumas variáveis inerentes ao trabalho desenvolvido.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Dentro do processo de desenvolvimento das economias, a educação financeira é uma das mais relevantes ferramentas econômica, conforme o Corecon-PB (2011, p. 1) “[...] um assunto essencial para o exercício da cidadania, pois a falta de alfabetização financeira pode deteriorar ou deixar de melhorar a qualidade de vida das pessoas no futuro”. Assim, a educação financeira provoca a reflexão sobre os níveis de consumo que é um fator impactante na saúde financeira das famílias.

O termo “*financeira*”, segundo Jacob et al (2000, p.8), “aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias, desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito, desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro, ou um investimento.” Enquanto que, *educação* “implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias.”

O planejamento das compras e a criação de hábitos de poupar representam dois grandes desafios na gestão das finanças pessoais dos indivíduos. Perktold (2008) afirmava que uma das máximas das sociedades é a de que nada, realmente nada é de graça. Nesse sentido, até para o ato de poupar existe um preço, pois, conforme Bruni (2005) poupar, significa uma atitude de sacrifícios de consumo, ou seja, quando se poupa, o indivíduo se privar do consumo presente pensando em uma melhoria na sua condição de vida no futuro. Apesar de que na prática a definição de escolha entre consumir ou poupar não é uma das tarefas das mais fáceis.

Um dos conceitos básicos para a abordagem deste trabalho gira em torno da teoria do consumidor. Jeunon (2004) e Boa Nova (2007) mostram a importância da escolha de necessidades a serem satisfeitas, onde retratam sobre a escassez dos recursos que traz a reflexão sobre o consumo, sobretudo sobre os critérios das escolhas para atender as necessidades e racionalização dos custos. Isso é válido porque a teoria econômica é clara e defende que as necessidades são ilimitadas e os recursos limitados.

Vieira (2004) relatando sobre a teoria do consumidor, afirma que em um livre mercado consumidor, os produtos e serviços são negociados livremente, na base de troca, definindo curvas de oferta e procura para uma variada escolha dos consumidores no processo de compra e venda de bens e serviços, e suas devidas regras. Esse processo, que envolve a oferta e a procura por produtos e serviços movimenta o mercado financeiro.

A educação financeira, a partir dos anos 2000 tem se revelada de extrema importância, porque os indivíduos, sobretudo, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, têm se tornados consumistas contumazes comprando cada vez mais, em busca de realização e felicidade. O endividamento é decorrente dos hábitos da sociedade de consumo influenciados, principalmente, pela mídia, que podem levar os consumidores a associarem consumo com bem-estar, assim se refere sobre o poder persuasivo da publicidade sobre o consumo, que irá demonstrar a relevância da educação financeira na gestão das finanças pessoais (SLOMP, 2009).

Segundo Braunstein e Welch (2002), a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves e colocam que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não têm habilidade para administrar efetivamente suas finanças. Quando os agentes são bem informados, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente.

A publicidade, sem fronteiras, utiliza todos os meios para convencer os consumidores a adquirirem determinado produto, trabalhando de forma exaustiva as ofertas, sempre vendendo mais que um produto, mas subliminarmente, uma ideia, uma filosofia, um ideal ou um status (WISNIEWSKI, 2011).

De acordo com Gliglio (2002), o consumidor é influenciado por família, crenças, costumes, valores, idade, sexo, raça, enfim, tudo aquilo que impacta na formação de sua personalidade e assim segundo Borges:

A necessidade de se proteger financeiramente é uma alternativa que faz com que o consumidor sofra menos com os previstos e imprevisíveis fenômenos da economia, haja vista que cada vez mais, o consumidor vem sofrendo assédio do mercado de bens e serviços através das ferramentas de administração, notadamente, do marketing e da propaganda que o faz consumir quase que habitualmente mais produtos e serviços disponíveis no mercado (BORGES, 2010, p. 3).

Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1125) afirmam que “[...] não há como negar que a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias”. Nesse sentido, Bayer et. al. asseguram, por exemplo, que além de habilidades no mercado de trabalho a educação financeira também pode conferir habilidades de tomada de decisão. Como efeitos da educação financeira essas decisões e habilidades podem melhorar o desempenho de um indivíduo propiciando oportunidades para alcançar os objetivos pessoais.

Para Jacob (2000, p.8), a palavra *financeira* “aplica-se a uma vasta escala de atividades relacionadas ao dinheiro nas nossas vidas diárias, desde o controle do cheque até o gerenciamento de um cartão de crédito, desde a preparação de um orçamento mensal até a tomada de um empréstimo, compra de um seguro, ou um investimento”. Enquanto que, *educação* “implica o conhecimento de termos, práticas, direitos, normas sociais, e atitudes necessárias ao entendimento e funcionamento destas tarefas financeiras vitais. Isto também inclui o fato de ser capaz de ler e aplicar habilidades matemáticas básicas para fazer escolhas financeiras sábias”.

Segundo Braunstein e Welch (2002), a administração ineficiente do dinheiro deixa os consumidores vulneráveis a crises financeiras mais graves e colocam que as operações de mercado e as forças competitivas ficam comprometidas quando consumidores não têm habilidade para administrar efetivamente suas finanças. Quando os agentes são bem informados, o mercado se torna mais competitivo e mais eficiente.

Em trabalho anterior, Borges (2010) aponta que o mercado financeiro disponibiliza uma grande e variada oferta de produtos financeiros para o público combinando com o avanço da tecnologia, e nesse campo a Internet tem boa parcela de responsabilidade pela ampliação e sofisticação dessa oferta de produtos e serviços financeiros. Contudo, de acordo com Braunstein e Welch (*ibid*), para se beneficiar dessas inovações os consumidores precisam de um nível básico de conhecimento sobre finanças não somente para identificar e acessar as

informações que lhe são pertinentes, como também para saber avaliar a fonte dessas informações.

Ao mesmo tempo em que a tecnologia propicia meios capazes de informar o público sobre os produtos financeiros o consumidor vem consolidando os hábitos e estímulos de consumo que, muitas vezes, como referencia Slomp (2008), são origem das facilidades na obtenção de crédito e incentivo ao consumo que podem ser a razão de elevados níveis de endividamentos<sup>1</sup> se caracterizando como um problema social de relevante consideração.

A existência de pessoas como verdadeiros consumidores compulsivos<sup>2</sup> que compram produtos de marcas com o objetivo de diminuir a angustia e o desprestígio social que sentem. Nesse sentido, Tolotti (2005, p. 51) relata que "o preço para manter um status elevado é escravizante para a maioria das pessoas."

Vila Nova (2000) argumenta que, além do processo intelectual, o papel das emoções, as características psicológicas (influenciadores internos) e os fatores do ambiente (influenciadores externos) são fundamentais para a compreensão do comportamento do consumidor. O comportamento de consumo é precedido de uma sequência de processamentos de informação. O processo de decisão inclui: reconhecimento do problema, busca de informações, avaliação de alternativas e decisão de compra.

## 2.1 Principais fatores de endividamento

As pessoas excedem nos seus gastos por falta de planejamento e com isso ultrapassam a renda disponível, ou seja, parcela significativa dos indivíduos contraem dívidas e comprometem suas rendas e acabam se tornando inadimplentes por não conseguirem pagar suas contas (DOUAT, 1994). Nesta visão, endividados ao invés de praticar investimentos trabalham para quitar suas dívidas pela falta de habilidade na lida com o dinheiro e por não se preocuparem em estabelecer um projeto financeiro para suas atividades pessoais. Muitos desses indivíduos conseguem o reequilíbrio, enquanto outros necessitam de ajuda e muitos terão que carregar a marca de permanentes endividados (FERREIRA, 2006).

---

<sup>1</sup> Marques e Frade (2003) definem o endividamento como o salto devedor de um agregado, o que significa dizer que endividamento é a utilização de recursos de terceiros para fins de consumo, ao se aposar desse recurso se estabeleça um compromisso em devolver, com a data estabelecida, tal montante, normalmente acrescido de juros e correção monetária.

<sup>2</sup> A compulsão é uma doença, na qual tentamos suprir satisfações para nos sentirmos melhor, desde o estado psicológico até o status perante a sociedade.

Segundo Faria (2006) o endividamento é classificado em dois tipos, sendo a) o endividamento passivo e b) o endividamento ativo. Em que o primeiro acontece quando há um aumento de dívidas por consequência de alguma situação inesperada, ou seja, uma circunstância imprevista, podendo ser doença, morte, acidente, desemprego ou separação. Já o endividamento ativo se caracteriza por montantes de dívidas, sendo a maioria equivocada, de uma má gestão financeira e, normalmente, é composto por indivíduos que se encontram constantemente com problemas financeiros, independente de sua renda financeira ou familiar.

Pesquisadores da temática educação financeira, como: Cerbasi (2004), Davies e Lea (1995) e Katona (1975) entendem que pessoas endividadas por ultrapassarem suas capacidades de pagamento estão propensas a apresentarem dificuldades em seus relacionamentos pessoais, familiares e profissionais. As investigações propostas por esses autores apontam as razões que uma não consiga equilibrar o orçamento: (i) desobediência aos limites da renda disponível e a busca pelo *status* e pela satisfação pessoal; (ii) desejo supera as necessidades no momento das compras, e (iii) falta de planejamento financeiro. A importância dessas investigações está em discutir a origem dos problemas das dívidas, avaliando não somente os fatores econômicos, mas também os fatores psicológicos e comportamentais, mas, sobretudo, a má administração das contas e a compulsão por compras são fortes aliadas ao endividamento.

Crédito<sup>3</sup> fácil representado por crediário, financiamento, empréstimo, cheque especial e cartão de crédito é motivo que levam os indivíduos a se endividarem, nesse sentido Horta e Carvalho (2002) destaca que devido à falta de dinheiro no ato da compra as pessoas recorrem a essas facilidades de crédito que por não terem o desembolso imediato acabam se iludindo e compram sem nenhum tipo de planejamento.

O cartão de crédito é visto como um vilão para o endividamento das pessoas, notadamente por falta de orientação e educação financeira, mas, é sem dúvida um meio prático e seguro de realizar as compras, dependendo apenas da maneira de como utiliza-lo.

De acordo com Domingos (2011), varias são as formas de evitar o uso inadequado do cartão de crédito: pagar parcela mínima deve ser proibido e se preciso buscar outra linha de crédito com juros menores para pagamento integral; consciência na hora de consumir e se tem

---

<sup>3</sup> É a transação comercial em que o comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo terminado (SANDRONI, 1999, p. 140).

como pagar a fatura total do cartão no seu vencimento; controlar o parcelamento feito no cartão; negociar a taxa de anuidade do cartão de crédito; e possuir apenas um cartão para assalariados e no máximo três para autônomos de acordo com o histórico de recebimentos.

Conforme Bitencourt (2004) significativa parcela dos brasileiros realiza movimentações financeiras como conta corrente bancária (crédito de salários, débitos em conta), cartões de débito e crédito, empréstimos, aplicações financeiras e compras de ações, porém. Para fortalecer o entendimento sobre as atividades de controle financeiro é necessário entender que:

Os conhecimentos básicos de finanças pessoais não devem ficar restritos aos especialistas da área financeira. Qualquer pessoa, independentemente de sua atividade profissional, deve conhecer os princípios básicos necessários à administração de sua vida financeira. É extremamente importante que se saiba como poupar, escolher os investimentos que geram a melhor rentabilidade, administrar os riscos envolvidos nessas operações, além de se enquadrar no perfil de investidor que melhor se adapte aos seus objetivos de curto e longo prazo. (SEGUNDO FILHO, 2003, p. 01).

No entendimento de Grussner (2007) os altos índices de inadimplência e endividamento, bem como o consumismo excessivo e, como consequência, a baixa de poupança do país, podem ser indicativos de carência de educação financeira dos brasileiros, tratando assim de indicadores relevantes para retratar os problemas de caixa dos consumidores.

Em discussão anterior ficou evidente que um dos fatores que podem influenciar o indivíduo a entrar em processo de endividamento é a aceitação social, cuja valorização pessoal é percebida de acordo com a credibilidade que o consumidor possui ante ao mercado e que poderia diferenciar dos demais conforme afirma Ferreira (2008 apud EIFERT, 2003, p. 24).

O consumismo desenfreado das pessoas que fazem parte de uma sociedade capitalista permite que estas tenham uma sensação de liberdade econômica, autoconfiança, responsabilidade e controle sobre suas próprias vidas (RIOS; SOUZA, 2010). Mas esta é uma sensação falsa, já que esta pretensa liberdade leva na verdade à escravidão das infundáveis dívidas e dependência econômica de empresas de concessão de crédito.

Um modo de evitar o endividamento é o planejamento financeiro. De acordo com Hoji (2004, p. 385) "o planejamento consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidas, estimando os recursos utilizados

e atribuindo as responsabilidades, para atingir os objetivos fixados." Para Mayo (2009, p. 366) "planejamento é o processo de estabelecer objetivo e identificar cursos de ação (estratégias) para cumprir esse objetivo". Planejamento financeiro é o processo de prever necessidades futuras e estabelecer cursos de ação hoje para cumprir objetivos financeiros no futuro, assunto que trataremos a seguir.

## **2.2 Planejamento Financeiro**

O planejamento financeiro pessoal se constitui em estabelecer e seguir uma estratégia concisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Esta estratégia poderá ser em curto, médio ou em longo prazo, e não é tarefa simples atingi-la. A ausência de planejamento, de controle financeiro e o endividamento das famílias afetam não só a saúde financeira pessoal, mas o desenvolvimento das economias e sua sustentabilidade no longo do tempo (WISNIEWSKI, 2011).

O planejamento de forma geral sustenta com mais segurança os resultados pretendidos, por isso, segundo Peretti (2007, p. 5) "planejar é investir em qualidade de vida no futuro da família. O planejamento financeiro será seu mapa de navegação. Mostrará onde você está aonde quer chegar e indicará os caminhos a percorrer. O segredo do planejamento financeiro é a iniciativa e a capacidade de realização; [...] deve ser constante".

Os objetivos do planejamento financeiro pessoal são de fazer com que as despesas do indivíduo e/ou família tenham contrapartida em seus recursos obtidos de fontes sobre as quais tenha controle, ou seja, as despesas sejam distribuídas proporcionalmente às receitas ao longo do tempo. Além disso, ainda mostra a inevitável a utilização de recursos de terceiros, que sejam tomados ao menor custo e pelo menor tempo possível quando necessário para pagamento de compromissos assumidos e não quitados nos prazos devidos. Mostra que as metas pessoais possam ser atingidas mediante a compatibilização entre o querer (necessidades e, principalmente, desejos) e o poder (capacidade de compra) ou aumenta-se o poder ou se reduz o querer, o que requer decisões e ações planejadas. Permite, também, ações racionalizadas que o patrimônio pessoal cresça ao máximo, ampliando a independência

financeira e a necessidade de trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo (HALFELD, 2006).

Uma das etapas que podem ser consideradas mais importantes do planejamento financeiro é determinar metas que nos deixem mais perto de alcançar os objetivos traçados. Mas, essas metas precisam de data para se concretizar, isto é, identificar o momento ideal para a execução e se houver interferências que possam dar outro rumo devido às instabilidades econômicas e sociais novas adaptações devem ser ajustadas para a realidade atual.

Quando as metas são definidas, o acompanhamento cronológico se faz necessário para deliberar o cumprimento dos objetivos, para não fugir do tema e perder o norte dos resultados esperados. Nesse sentido, Cerbasi, (2004) recomenda:

[...] O planejamento financeiro familiar [...] não requer cálculos complexos nem grandes habilidades com números e calculadoras. Boa parte das ferramentas necessárias ao planejamento financeiro pode ser obtida sem custo e está pronta para ser usada em casa (CERBASI, 2004, p. 36).

Lucion (2005), procurar deixar clara a diferença entre planejamento no sentido literal e planejamento financeiro, assim:

A expressão planejamento tem em seu significado literal o ato ou efeito de planejar; trabalho de preparação para qualquer empreendimento, segundo roteiro e métodos determinados; planificação, processo que leva ao estabelecimento de um conjunto coordenado de ações (pelo governo, pela direção de uma empresa, etc.) visando à consecução de determinados objetivos; elaboração de planos ou programas governamentais, especialmente na área econômica e social. Já financeiro significa, relativo às finanças, à circulação e gestão do dinheiro e de outros recursos líquidos (LUCION, 2005, p. 1).

Economia e Finanças estão presentes na vida das pessoas e para reforçar essa afirmação, Frankenberg (1999) destaca que o planejamento financeiro pessoal é um plano que as pessoas fazem de acordo como os seus valores e objetivos para alcançar seus sonhos. Segundo Halfeld (2006) a organização financeira e patrimonial pode influenciar positivamente diretamente na qualidade de vida dos indivíduos, enquanto que a ausência de planejamento financeiro é um fator determinante para o endividamento. Corroborando com essa tese, Cerbasi, (2004) atesta que cada vez mais, jovens se casam, assumem orçamentos maiores decorrentes da união a dois e passam a ver suas receitas comprometidas com as contas da casa. Como se não bastasse o aumento das despesas, pode ocorrer também à chegada de um filho, fase na qual o planejamento é imprescindível.

Ross, Westerfield e Jaffe (1995) consideram que o planejamento financeiro é uma ferramenta extremamente respeitável para as operações financeiras nas empresas e famílias, pois ele norteia os rumos para dirigir, coordenar e controlar as atuações das empresas e das famílias para alcançar seus alvos. Para Weston e Jaffe (1995), o planejamento é necessário para a fixação de padrões e metas, já o controle permite obter informações e comparar os planos com os desempenhos reais e fornecer subsídios para a realização de um processo de *feedback* no qual o sistema pode ser transformado para que atingir determinada situação. Neste conjunto, o planejamento financeiro segundo Ross, Westerfield e Jaffe (1995) é o processo formal que conduz o acompanhamento das diretrizes de mudanças e a revisão, quando necessário das metas já estabelecidas, devido a sua flexibilidade no decurso de sua execução.

O êxito para a execução do planejamento é, principalmente, ser titular dos próprios pensamentos e fazer com que os mesmos tragam os efeitos previstos, no entanto como citado anteriormente é preciso estar preparado para as adversidades, bem como para as oportunidades financeiras que se apresentam. Caso contrário, é provável que mesmo a melhor das oportunidades passe despercebida diante dos olhos, ou quem sabe ela seja perceptível, mas não encontre terreno fértil para produzir frutos. Assim (Eker, 2006, p. 17) demonstra que “não basta estar no lugar certo, na hora certa. Você tem que ser a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa. [...] O fato é que o seu caráter, o seu pensamento e suas crenças são os fatores que determinam seu grau de sucesso”.

### 3. METODOLOGIA

Inicialmente, é feita breve resenha dos principais aspectos apresentados na literatura dos estudos sobre educação financeira. Depois, discutimos os riscos do consumismo e do endividamento excessivo dos consumidores e o planejamento financeiro para mensuração sobre tomadas de decisões nas compras e nos investimentos financeiros considerando os cenários econômicos e financeiros.

A metodologia utilizada neste artigo fundamenta-se na pesquisa qualitativa/quantitativa e descritiva. A técnica de pesquisa, segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “É uma etapa da pesquisa onde se aplicam instrumentos e técnicas selecionadas.” Nesse estudo é utilizada a técnica bibliográfica, ou de fontes secundárias que visa recolher e

levantar informações, para tanto se escolhe e estuda uma série de autores que abrangem o tema de interesse para o pesquisador.

Em pesquisa de caráter quantitativo procura-se identificar a relação de causa e efeito. Mattar (1994, p. 81) afirma que “na pesquisa quantitativa os dados são obtidos de questionamentos, usando-se escalas, geralmente, numéricas e são submetidos a análises e estatísticas formais”, ou ainda são dados quantitativos são aqueles expressos pelas variáveis com níveis de mensuração intervalar ou de razão. Ou seja, são aqueles nas quais as variáveis assumem valores numa escala métrica definida por uma origem e uma unidade.

A análise do tipo qualitativa possui caráter descritivo, pois se pretende compreender a perspectiva dos agentes envolvidos no fenômeno. Dessa forma, a presente pesquisa tem como preocupação verificar o significado e a importância que as pessoas dão aos construtos utilizados na pesquisa (POPE; MAYS, 1995) e de acordo com Motta (1999), os dados qualitativos são, geralmente, obtidos através de pesquisas conhecidas na literatura como “pesquisas qualitativas”.

Para auxiliar nos resultados baseados nos fundamentos teóricos, recorreremos as pesquisas como alunos do curso Gestão Financeira da Faculdade de Tecnologia de Bragança Paulista que apresentamos através de figuras e análises.

#### **4. ANÁLISE DE RESULTADOS**

Nessa seção trataremos sobre os principais pontos e dados estatísticos e pesquisas primárias utilizadas em diversos trabalhos que darão respostas reais as teorias utilizadas na fundamentação teórica.

##### **4.1 Conduta pessoal sobre os gastos**

A análise teve como objetivo identificar questões, foram abordadas questões referentes a conduta pessoal de 130 alunos do curso de Gestão Financeira da Faculdade de Tecnologia Centro Paula Souza de Bragança Paulista envolvendo o planejamento financeiro e ao endividamento. A Figura 1 demonstra como os alunos se comportam em relação ao conhecimento pelos gastos fixos.

Com relação ao conhecimento dos gastos fixos, dos 130 alunos respondentes 101 afirmaram ter noção clara de seus gastos fixos, enquanto que 29 não têm noção clara dos seus gastos fixos, representando respectivamente 77,69% e 22,31%.

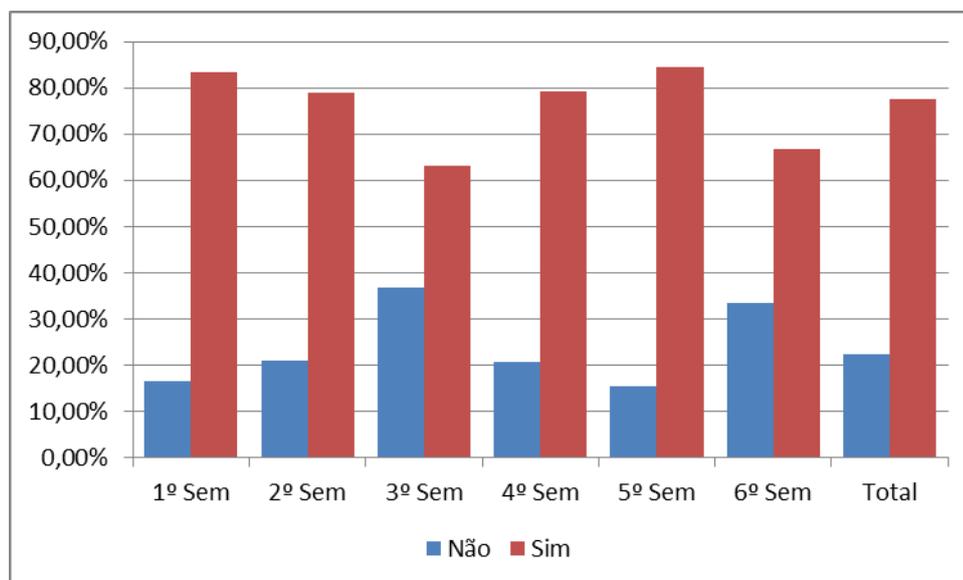


Figura 1: Conhecimento sobre os gastos fixos pessoais

Fonte: Dados da Pesquisa (2013) elaborado por Silva et al. (2015) e adaptado pelo autor

Os dados da Figura 1 mostram que em média entre os alunos do 1º e 6º semestre 77,69% tem noção dos gastos fixos que envolvem o orçamento pessoal que é considerado um nível aceitável, em face de realidade brasileira. Pudemos detectar que o fato de estudantes mais adiantados nos estudos não define que são os mais conscientes, conforme identificamos, por exemplo, entre alunos do 1º e 6º semestres. Os que mais possuem conhecimento dos seus gastos fixos são os alunos do quinto semestre com 84,62%. Os alunos do 4º semestre apresentaram os piores resultados com 36,84% de falta de conhecimento sobre os custos fixos.

A análise seguinte tratará sobre o planejamento financeiro e os controles do orçamento pessoal, quanto a forma e o ritmo de execução dessas atividades (Figura 2).

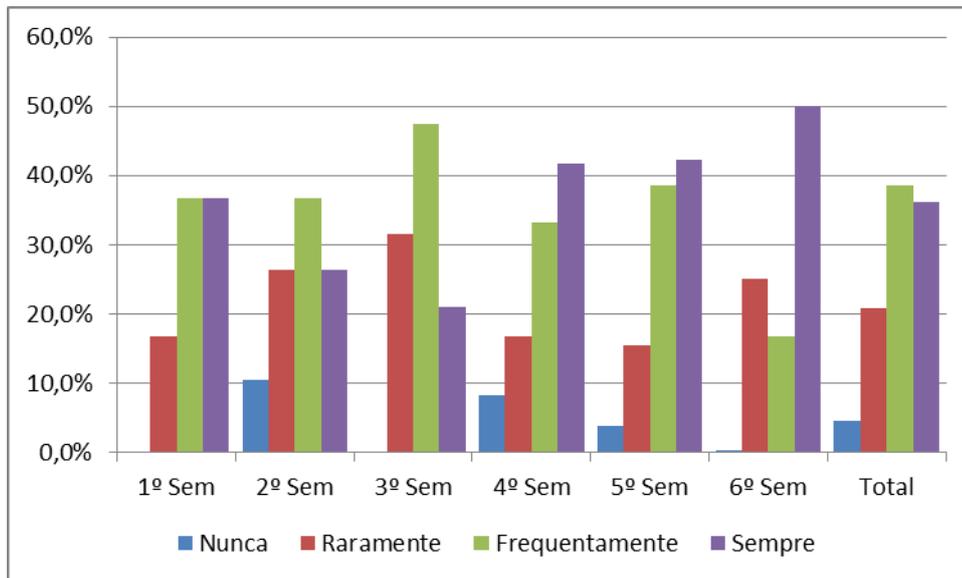


Figura 2: Planejamento e controle do orçamento

Fonte: Dados da Pesquisa (2013) elaborado por Silva et al (2015) e adaptado pelo autor

Como vimos ao longo desse artigo, o planejamento financeiro pessoal é essencial para atingir os objetivos traçados. Em relação aos resultados dessa pesquisa constatamos que os alunos dos últimos períodos apresentam melhor postura nessa variável. Entre os alunos do 1º, 2º e 3º semestres se localizam as maiores fragilidades e identificamos o maior índice daqueles que nunca fazem planejamento financeiro está no segundo semestre (10,5%). Em média 25,4% estão entre os que nunca e raramente fazem planejamento e controle financeiro e em contrapartida os frequentemente e sempre fazem planejamento financeiro correspondem 74,7% dos respondentes.

Como se comportam os respondentes no ato de uma compra de bem de valor mais elevado

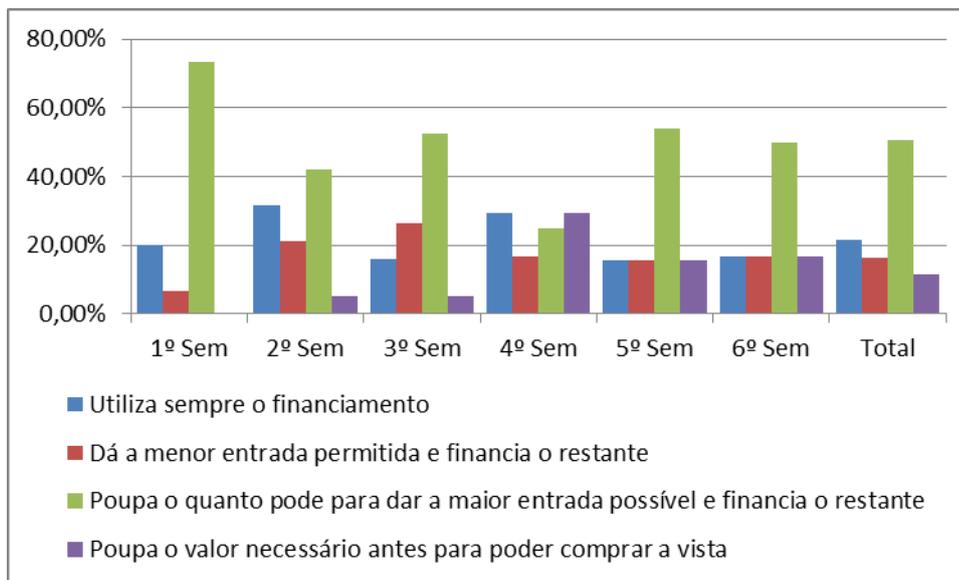


Figura 3: Comportamento de compra de alto valor financeiro

Fonte: Dados da Pesquisa (2013) elaborado por Silva et al. (2015) e adaptado pelo autor

Essas possibilidades de como efetuar compras de bens de maior, são de extrema importância para as avaliações nos estudos sobre a educação financeira e a presente pesquisa retrata que as pessoas estão utilizando de pelo menos parte da poupança para efetuar suas compras de valor mais elevado, chegando a média cerca de 50% dos respondentes. O que estranhamos foi o baixo percentual daqueles que acumulam capital para compras sem uso de qualquer tipo de financiamento. Vimos que os financiamentos continuam sendo muito utilizados e isso reflete em juros que são dispendidos, cuja prática tem causado níveis elevadíssimos de inadimplência e de endividamentos. O maior índice de 29,17% é daqueles que sempre utilizam da poupança integralmente para aquisição de bens de valor mais altos.

O Cartão de crédito é um dos principais vilões do endividamento das pessoas. Na Figura 4 demonstra como se comportaram os alunos nesse quesito tão contestados pelos consumidores.

Em relação ao cartão de crédito, o maior percentual é dos usuários de pouco uso, mas quando o fazem pagam a fatura no valor total. Entre os que pagam o valor total, que corresponde os que usam regularmente e os que usam pouco o cartão de crédito corresponde em a 85,39% dos usuários pesquisados, o que é um ótimo sinal. Enquanto de 14,61% dos respondentes deixam parte do valor da fatura para o próximo vencimento.

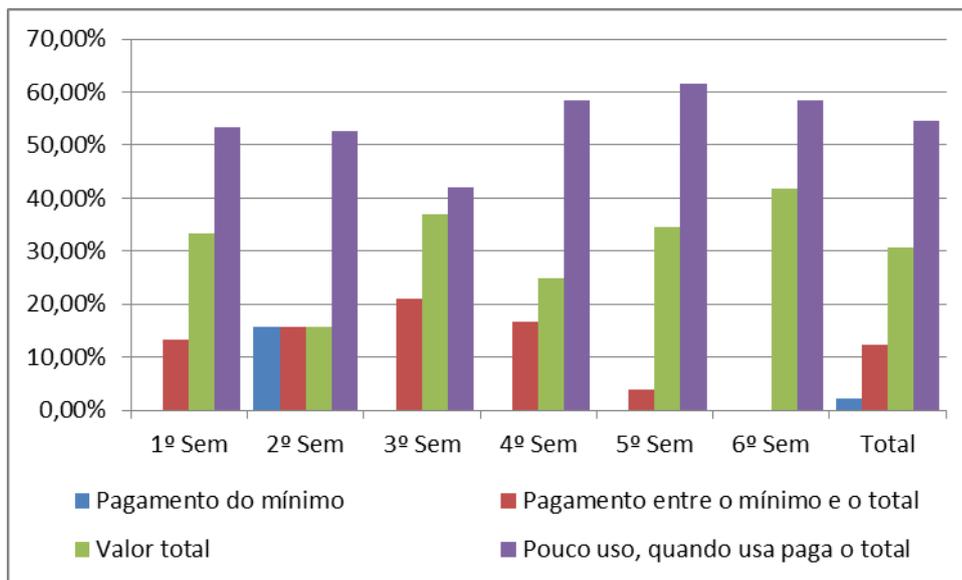


Figura 4: Pagamento como cartão crédito

Fonte: Dados da Pesquisa (2013) elaborado por Silva et al. (2015) e adaptado pelo autor

Outro grande vilão dos endividamentos das pessoas e a utilização do cheque especial como um suplemento de renda, como os juros são, ao lado do cartão de crédito os mais elevados, acabam sendo os empréstimos mais perniciosos para os usuários dessas facilidades de crédito (Figura 5)

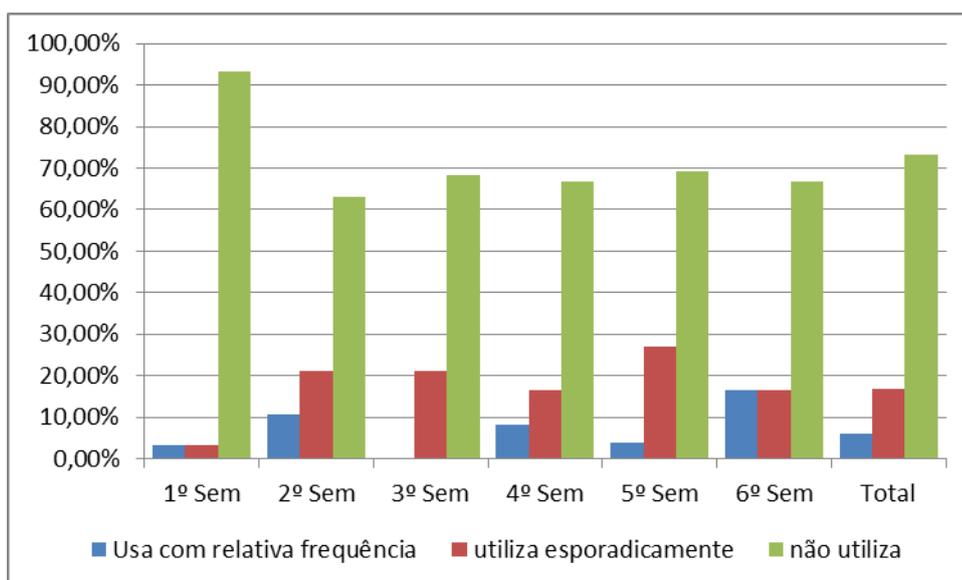


Figura 5: Utilização do cheque especial

Fonte: Dados da Pesquisa (2013) elaborado por Silva et al. (2015) e adaptado pelo autor

Quanto a utilização do cheque especial, em média 73,08% não fazem uso, porém os que usam de forma ou de outra correspondem a 26,07% divididos em 6,15% quem usa com frequência e 16,92% esporadicamente. Os alunos do primeiro semestre são os que menos utilizam desse crédito enquanto os alunos do sexto semestre, os mais veteranos tem maior participação nessa modalidade.

Na Figura 6, trataremos sobre as dívidas ou atrasos de pagamentos que geram a inadimplência.

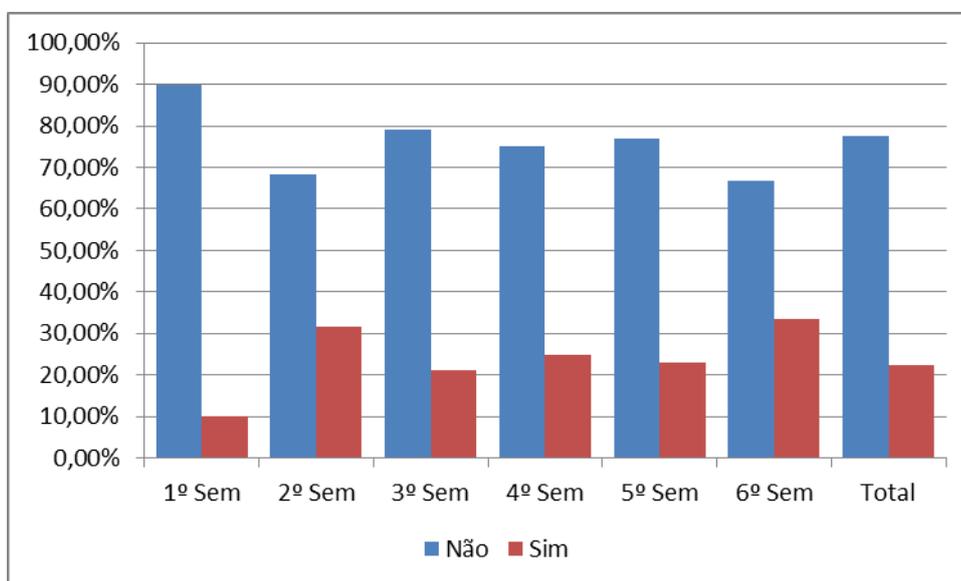


Figura 6: Dívidas e inadimplência

Fonte: Dados da Pesquisa (2013) elaborado por Silva et al. (2015) e adaptado pelo autor

Com relação à inadimplência, os alunos do segundo e sexto semestres apresentam os maiores níveis de inadimplência, 31,59% e 33,33%, respectivamente, enquanto que a média dos alunos possuem dívidas em atraso é de 22,31%. Esse indicador merece uma atenção especial porque envolve transações financeiras com cartão de crédito e cheque especial que possuem as mais drásticas taxas de juros do mercado.

## 5. CONCLUSÕES

O presente teve por objetivo identificar os motivos que levam as pessoas as dificuldades financeiras, face ao consumo desenfreado, analisando as incitações que movem o

comportamento das pessoas. Para elucidar o tema pesquisado, a partir da revisão da literatura, constatamos a importância da educação financeira para as famílias que buscam uma melhor condição de vida do cidadão que deve ser entendida como uma melhoria da sua qualidade de vida, que pode se dar por meio da possibilidade de desenvolvimento do indivíduo, a partir da apropriação dos conhecimentos da educação financeira.

Sintetizando, alguns detalhes são importantes para análise final do presente trabalho, ou seja, o estudo e a persistência nas orientações sobre educação financeira são essenciais para que as famílias brasileiras usem racionalmente a renda disponível e assim criar possibilidades futuras de investimentos e uma condição de vida melhor ao longo do tempo.

Assim, concluímos o presente trabalho após entender que o consumidor brasileiro tem o hábito de se endividar e não tem o costume de poupar dinheiro para enfrentar dificuldades atuais e futuras. Esse fato foi discutido na revisão da literatura e nos dados das variáveis estatísticas apresentadas nesse trabalho.

Identificamos que a grande quantidade de consumidores possuem dívidas no cartão de crédito e cheque especial muito se deve a falta de educação financeira e o crédito fácil que se aplica no Brasil. Isto porque o cartão de crédito é a principal armadilha para aqueles que não planejam como investir sua renda, já que são levados a comprar por impulso, mesmo sem ter o dinheiro necessário para realizar esta compra. É o lado ruim do “compre agora, pague depois”. Para os brasileiros se tornou comum o fato de consumidores receberem cartões de crédito com muita facilidade e que em muitos casos nem mesmo solicitaram, caracterizando-se como estratégias das instituições financeiras que utilizam de publicidades por vezes até desleal e ofertando crédito indiscriminadamente, aumentando a dívida dos consumidores.

Finalmente podemos afirmar que ainda são muitas as pessoas que pensam que educação financeira é planejar o destino que dará ao dinheiro, esquecendo-se que este é apenas o começo. Educação financeira é não perder horas de sono por conta de problemas financeiros, sejam eles por falta de dinheiro para pagar dívidas ou porque está em aplicações financeiras inadequadas ao seu perfil de risco. As situações em que temos novos desafios como planos de saúde, aposentadorias com a participação da previdência privada, mídia cada vez mais convincente que tenta nos vender muito mais do que produtos, mas sonhos, conceitos, ideias, ser educado financeiramente passa a ser indispensável.

## REFERÊNCIAS

BOA NOVA, Paulo. **Mulher é maioria nos cartões. Estado de Minas, Belo Horizonte**, 24 de maio de 2007. Caderno Economia, p.18.

BORGES, Paulo Roberto Santana Borges. **Educação financeira e sua influência no comportamento do consumidor no mercado de bens e serviços**. In: ENCONTRO DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 5., 2010, Campo Mourão, Campo Mourão: FACULDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS E LETRAS DE CAMPO MOURÃO, 2010, p. 1-13.

BAYER, Patrick J.; BERNHEIM, Douglas B; SCHOLZ, John Karl. **The Effects of Financial Education in the Workplace: Evidence from a Survey of Employers**. Publicado em Janeiro, 2008. Disponível em:< <http://econ.duke.edu>>. Acesso em 25 jun 2009.

BRAUNSTEIN, Sandra e WELCH,Carolyn. **Financial Literacy: An Overview of Practice, Research, and Policy**. Federal Reserve Bulletin. Nov, 2002.

BRUNI, Adriano Leal. **Mercados Financeiros: para a certificação profissional ANBID 10**. São Paulo: Atlas, 2005.

CERBASI, G. P. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Gente, 2004.

DAVIES, E.; LEA, Stephen E. G. Student Attitudes to Student Debt. **Journal of Economic Psychology**, Amsterdam, v. 16, n. 4, Dec 1995, p. 663-679.

DOMINGOS, R. 2011. **Cartão de crédito, aliado ou inimigo?** Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/economia-e-financas/cartao-de-reditoaliado-ouinimigo/44131/>>, Acesso em: 02 setembro 2013.

DOUAT, J. C. **Desenvolvimento de modelo para administração de carteiras de crédito a pessoas jurídicas em um banco comercial com base na teoria da diversificação de riscos**. 1994. 161 p. Tese (Doutorado)- Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1994.

EIFERT, Daniel Soares. **Análise quantitativa na concessão de crédito versus inadimplência: Um estudo empírico. 2003**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRG, Porto Alegre, 2003.

EKER, Harv T. Os segredos da mente milionária. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ. Sextante, 2006.

FARIA, M. P. C. **Análise de crédito à pequena empresa: um modelo de encorajem baseado nas metodologias estatísticas: análise fatorial e lógica fuzzy**. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia)- Faculdade de Economia e Finanças IBMEC, Rio de Janeiro, 2006.

FERREIRA. R. **Como Planejar, Organizar e Controlar seu Dinheiro**. Thomson IOB. São Paulo: 2006.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIGLIO, Ernesto. **O comportamento do consumidor**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

GRUSSNER, Paula Medaglia. **Administrando as Finanças Pessoais para criação do Patrimônio**. Monografia (Bacharel em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCION, Carlos Eduardo Rosa. **Planejamento financeiro**. Disponível em <http://cascavel.cpd.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/contabilidade/article/viewFile/142/3955>. Acessado em 15/09/2016. Publicação Volume I. n.3. Mar-Mai 2005.

JACOB, Katy. **Tools for survival: An analysis of financial literacy programs fo lowerincome families**. Chicago: Woodstok Institute, Jan/2000.

JEUNON, Éster E. Universidade de Brasília. Tese. **Prioridades Axiológicas e Orientação de Consumo**: Validação de Modelo Integrativo. Brasília, 2004.

KATONA, G. **Psychological Economics**. New York: Elsevier, 1975.

HALFED, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

HOJI, M. **Administração Financeira - Uma Abordagem Prática**. 5 ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2004.

HORTA, R. A. M.; CARVALHO, F. A.. **Um modelo de duas etapas para a previsão de insolvência com base em indicadores contábeis**, 2002.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. São Paulo: Atlas, 1994.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

MAYO, H. B. **Finanças Básicas**. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

MOTTA, Diana da. Biblioteca escolar: orientações básicas para organização e funcionamento. Revista do Professor, Porto Alegre, v. 15, n. 58, p. 21-24, abr./jun. 1999.

PERETTI, Luís Carlos. Educação financeira: gestão empresarial: Um guia para ajudar resolver seus problemas. 1 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007.

PERKTOLD, Carlos. A cultura da confiança: a história do crédito no Brasil. Belo Horizonte: Arte e Cultura, 2008.

POPE, Catherine, MAYS, Nick. Reaching the parts other methods cannot reach: an introduction to qualitative methods in health and health service research. **Jornal British Medical**, n. 311, 1995, p. 42 a 45.

RIOS, Sídio; SOUZA; Wilton Carlos Carvalho de Souza. **Endividamento pessoal: uma análise dos fatores emocionais que influenciam no nível de endividamento dos estudantes universitários no município de Lauro de Freitas-BA**. Monografia (Graduação em Administração) – União Metropolitana de Educação e Cultura, Lauro de Freitas, 2010.

ROSS, S.; WESTERFIELD, R.; JAFFE, J. F. **Administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1995.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Ed. Best Seller. São Paulo, 1999.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flavia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. RAP, Rio de Janeiro, Nov./Dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br>>. Acesso em 17 mar 2010.

SEGUNDO FILHO, J. **Finanças Pessoais: invista no seu futuro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

SILVA, Juliana Tomaz de Lima; SOUZA, Dércia Antunes de; FAJAN, Fernanda Deolinda. **Análise do endividamento e dos Fatores que influenciam o comportamento de alunos universitários**. Simpósio em Excelência de Gestão e Tecnologia, 12., 2015. Rezende: Associação Educacional Dom Bosco, 2015. p. 1-15.

SLOMP, J.Z.F. Endividamento e Consumo. **Revista Relações de Consumo**, Porto Alegre, 2008.

\_\_\_\_\_. **Endividamento e Consumo**. Disponível em:  
< <http://www.caxias.rs.gov.br>>. Acesso em 18 dez 2009.

TOLOTTI, Márcia. **As armadilhas do consumo**. São Paulo: Campus, 2005.

VIEIRA, Valter A. Consumerismo: **Uma revisão nas áreas de influencia do comportamento do consumidor**. In. Trabalho Acadêmico do Curso de Administração de Empresas e Comércio Exterior da Universidade Paranaense (UNIPAR) Campus Francisco Beltrão-Pr. 2004.

VILA NOVA, Sebastião. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Atlas, 2000.



*Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.* p. 000-000

---

WESTON, J. F.; BRIGHAN, E. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000.

WISNIEWSKI, Marina Luiza Gaspar. **A importância da educação financeira na popularização do mercado de capitais brasileiro**. Revista Intersaberes, Curitiba, a.6, n.12, p. 155-172, 2011.

## **A PARTICIPAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO NAS EXPORTAÇÕES DO PAÍS NOS PERÍODOS DE 1994 A 2016.**

**JESUS CREPALDI**

Professor Me Assistente do Colegiado de Ciências Econômicas  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR  
[jcrepaldi@uol.com.br](mailto:jcrepaldi@uol.com.br)

**LUCIANA APARECIDA BASTOS**

Professora Dr<sup>a</sup> Adjunta do Colegiado de Ciências Econômicas  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR  
[singerlu@gmail.com](mailto:singerlu@gmail.com)

---

**RESUMO** - O agronegócio vem sendo a grande potencia da área de exportação no Brasil. A Balança Comercial Brasileira tem sido eficiente principalmente pelo bom desempenho e aumentos consecutivos na produção do setor. Estão subjacentes a esse tema os fatores associados ao modelo de crescimento do agronegócio e seu desempenho. Foram analisados dados de 1994, ano que o Presidente Fernando Henrique Cardoso entrou para a presidência do Brasil á Julho de 2016 em que o Brasil tinha como Presidente Dilma Rousseff. A análise do agronegócio, e importante por ser item importante da Balança Comercial do Brasil, o objetivo primordial, e demonstrar a evolução do Agronegócio Brasileiro, e quais produtos são mais exportados e para quais países o Brasil mais exporta, sendo demonstrado ainda as importações do agronegócio.

**Palavras chaves:** Agronegócio, Balança Comercial, Exportação e Importação.

**ABSTRACT** - Agribusiness has been the great power of the export area in Brazil. The Brazilian Trade Balance has been effective mainly due to the good performance and consecutive increases in industry production. They underlie this topic factors associated with the growth model of agribusiness and its performance. 1994 data were analyzed, the year that President Fernando Henrique Cardoso joined the presidency of Brazil will July 2016 in which Brazil had as President Dilma Rousseff. The analysis of agribusiness, it is important to be an important item of trade balance of Brazil, the primary objective, and demonstrate the evolution of the Brazilian Agribusiness, and which products are most exported and to which countries Brazil more exports , and also demonstrated the imports of agribusiness.

**Key words:** Agribusiness, Trade Balance, Exports and Imports.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O *Agribusiness*, foi criado por John Davis e Ray Goldberg, em 1957 nos EUA. O uso da expressão “agronegócio” da década de 1990 no Brasil, consolidou-se o abandono da análise tradicional por setor. Desde então, a maioria das contribuições dos economistas e de outros cientistas e profissionais especializados vem considerando os complexos agroindustriais. Contudo, outras denominações têm sido utilizadas no lugar dessas, com relativamente pequenas diferenças teóricas e analíticas. Entre tais denominações, podem-se citar: o sistema agroalimentar, sistema agroindustrial, rede, cadeia ou mesmo a palavra francesa *filière*.

Não se limita apenas à agricultura e à pecuária, inclui também as atividades desenvolvidas pelos fornecedores de insumos e sementes, equipamentos, serviços, beneficiamento de produtos, industrialização e comercialização da produção agropecuária. Temos o “Antes, Dentro e Pós Porteira.” O agronegócio foi responsável por aproximadamente 21,46% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional brasileiro em 2015 é um segmento de grande responsabilidade na econômica do Brasil. Conforme dados divulgados pelo Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, o país é um dos líderes mundiais nesse setor, exportando para mais de 180 nações.

As exportações do agronegócio brasileiro deverão crescer US\$ 2,5 bilhões em 2016, com o total de produtos agrícolas e pecuários vendidos no exterior superando a marca dos US\$ 90 bilhões. Em 2015, essas vendas no exterior ficarão em torno de US\$ 89 bilhões. A projeção de aumento foi anunciada nesta terça-feira (15/12/2015) pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e se baseia na abertura de novos mercados para os produtos brasileiros. <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/12/exportacao-do-agronegocio-deve-crescer-us-2-5-bi-em-2016>.

## 2. METODOLOGIA

A pesquisa utilizada foi bibliográfica, desenvolvida com base em materiais já elaborados, sendo constituída principalmente de livros e artigos científicos. As fontes bibliográficas se dividem em três partes: a primeira composta pelos livros (de leitura corrente

– obras literárias e obras de divulgação – e de referência – informativa e remissiva, que são as enciclopédias, dicionários, anuários) a segunda é composta por publicações periódicas (jornais e revistas) e a terceira composta por diversos impressos. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (GIL, 2002 p. 45)

Os objetivos específicos se dirigem em um método de pesquisa descritiva e de acordo com Gil, 2002 são definidos como sendo o objetivo primordial a descrição das características de determinada pesquisa, sendo ela de região, população, fenômenos naturais, ou até mesmo o estabelecimento de relações entre variáveis. Nesta pesquisa o Objetivo foi descrever a participação do agronegócio brasileiro nas exportações do país nos períodos de 1994 a 2016.

### 3. HISTÓRICO DO AGRONEGÓCIO

A agricultura e pecuária nasceu aproximadamente cerca de 12.000 A.C observam-se os primeiros indícios de atividade humana sobre espécies de vegetais e animais, e o desenvolvimento de comunidades que se mantiveram por esse tipo de atividade. O seu início aconteceu na região situada entre os rios Nilo, Tigre e Eufrates. O cultivo das plantas e da domesticação dos animais foi transmitido para Europa do oriente para o ocidente e chegou à Península Ibérica há cerca de quatro mil anos (ALMEIDA, 2004).

Não existia a plantação, a criação de animais e nem faziam a armazenagem de alimentos, pois épocas tinham alimentos e outras não tinham o que comer. Por isso esses grupos começaram a se deslocar mais vezes em menos espaço de tempo, pois os alimentos das florestas estavam começando a ficar escassos. Com essas dificuldades cada vez maiores para sua sobrevivência, os homens começaram a prestar mais atenção nas coisas, e perceberam que as sementes dos frutos que jogavam na terra nasciam, cresciam e dava frutos.

Com a fixação de muitos grupos nas mesmas terras, começaram a formar comunidades e se unirem para o cultivo e produção da agricultura e pecuária. A partir disso, grandes propriedades rurais, mesmo com tecnologia pouco avançada, comunicação e transporte de difícil acesso, e as estocagens dos alimentos insuficientes produziam de tudo que precisavam para viver bem. Essas propriedades conciliavam atividades primárias com industriais.

(ARAÚJO, MASSILON J., 2003). Segundo Batalha, 2002 o agronegócio é um conjunto de negócios relacionados a agricultura dentro do ponto de vista econômico.

Em grande parte da existência do homem, a agropecuária foi encarada como uma atividade de subsistência com objetivo primário para a produção de alimentos. Recentemente foi introduzida a ideia da agropecuária como atividade econômica, ou seja, produção com lucro, dessa forma, houve uma acentuada mudança no seu propósito e aumento na dependência das energias fósseis para incrementar a produtividade, isso trouxe consequências como a poluição dos solos, das águas e dos alimentos e a problemática dos excedentes (MAZOYER e ROUDART, 2001).

A Agricultura moderna teve seu início nos séculos XVII e XIX na Europa, as mudanças tecnológicas, sociais e econômicas tiveram um importante papel na transição do feudalismo para o capitalismo. A nova configuração do conjunto das civilizações germânicas e romanas aproximou novas práticas agrícola com pecuária, o que tornaram essas atividades cada vez mais complementares. Nessa nova fase da humanidade houve umas das mais importantes transformações de bem estar com o fim da escassez de alimentos (VEIGA, 1991; MAZOYER e ROUDART, 2001).

#### **4. TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA PARA O AGRONEGÓCIO**

Embora nos E.U.A. desde 1957 John Davis e Ray Goldberg tenham criado o *Agribusiness*, foi a partir do início da década de 1990 que o Brasil, vem considerando os complexos agroindustriais. Contudo, outras denominações têm sido utilizadas no lugar dessas, com relativamente pequenas diferenças teóricas e analíticas. Entre tais denominações, podem-se citar: o sistema agroalimentar, sistema agroindustrial, rede, cadeia ou mesmo a palavra francesa *filière*.

As análises por complexos têm permitido pôr em evidência um traço marcante da agropecuária brasileira. Embora ela já existisse e aparecesse em algumas das análises, que tomavam a situação dos anos 1960, o fato é que a modernização da agricultura atingiu de forma profundamente diferenciada as regiões do Brasil, modernizando-as, mas reforçando suas desigualdades historicamente estabelecidas.

Contudo, fundamentalmente na imprensa e nos meios empresariais e político tem

predominado o uso da expressão “agronegócio”, em grande medida devido à atuação de uma entidade criada com o propósito de levantar, divulgar e, principalmente, buscar influenciar os níveis e as instituições de governo na concepção e implementação de políticas destinadas a alavancar, melhorar e mesmo resguardar os recursos materiais e humanos envolvidos nos diferentes agronegócios.

Assim, as alterações no comportamento dos agentes econômicos, sejam produtores, sejam consumidores, considerados individual ou coletivamente, em organismos governamentais ou não governamentais, têm implicado alterações institucionais e novas possibilidades de vantagens competitivas, tais como a certificação de origem, vendas no comércio justo, e outros. Isso guarda relação com o conceito de desenvolvimento sustentável, atualmente em uso.

Tal conceito, como se sabe, tem em conta as novas formas de se considerar as relações dos homens com os recursos naturais, buscando a superação de uma perspectiva puramente economicista, que geralmente não é assumida apenas pelos economistas. Ou seja, há uma preocupação de ir além dos aspectos puramente econômicos na concepção de desenvolvimento (RAMOS, 1999).

O agronegócio brasileiro vem passando por um processo de reestruturação produtiva de profundo alcance. Cabe enfatizar as alterações políticas institucionais decorrentes do esgotamento do padrão de crescimento prevalecente até os anos 1980, que era muito apoiado no aporte ou na contribuição de recursos públicos, assim como as alterações advindas da maior abertura da economia brasileira ao exterior, o que têm impactos tanto do lado das importações como do das exportações, inclusive em função de acordos regionais, como o MERCOSUL.

A mencionada diversidade da agropecuária brasileira também tem sido discutida de outra forma por muitos estudiosos, novamente dualista ou bi polarizada: segundo eles, o Brasil possui tanto uma agricultura patronal como uma agricultura familiar.

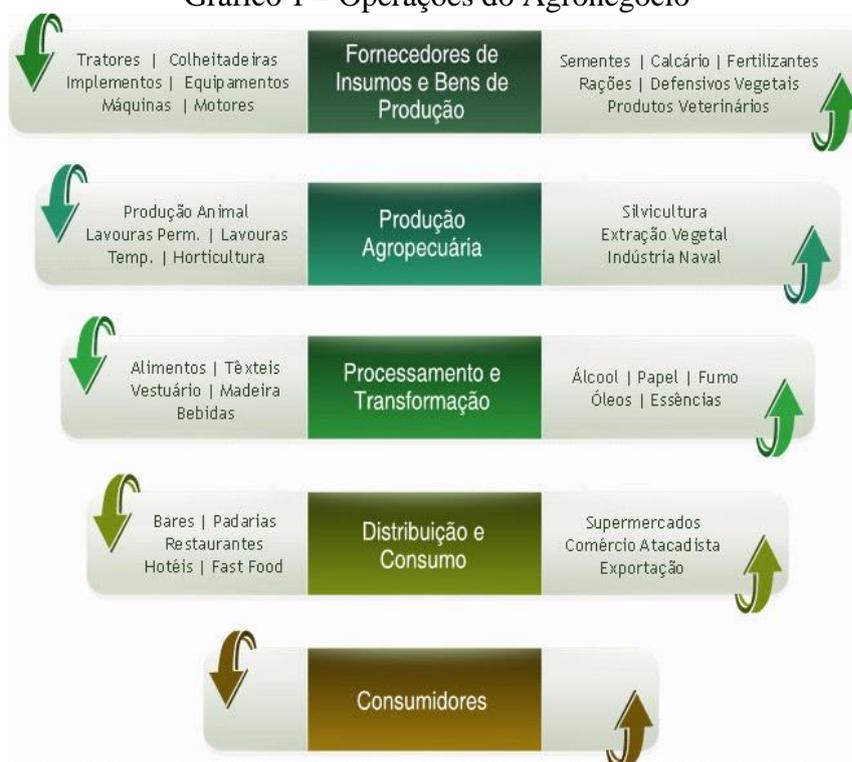
## **5. CONCEITOS DE AGRONEGÓCIO**

O conceito de Agronegócio vem do termo *Agribusiness*, criado por John Davis e Ray Goldberg, em 1957 nos EUA. Dentro de qualquer país a atividade econômica é dividida em

três setores, o primário, secundário e terciário. No setor primário encontram-se os produtos poucos processados, utilizam grande quantidade de trabalho e terra. No setor secundário encontram-se atividades que processam ou combinam produtos primários, nesse setor há grande uso do fator capital. No setor terciário define-se como o conjunto de atividades que prestam serviços, seja para ele mesmo ou para os outros setores da economia (BACHA, 2004).

O Agronegócio são todas as operações de produção e produto de insumos, utilizados na produção da agricultura, depois no armazenamento, no processamento e na venda dos produtos como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Operações do Agronegócio



Fonte: Araújo, Ney B, Wedekin, Ivan & Pinazza, Luiz Antônio, O Agribusiness Brasileiro (1989).

Davis, John e Goldberg, Ray (1957) dizem que: “a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles”. Para Callado (2006), o agronegócio são empresas que produzem insumos para agricultura, são propriedades rurais, empresas de processamento e toda a comercialização dos insumos, tudo que é ligado à agricultura.

No Brasil o termo é usado quando se refere à produção agrícola, caracterizada pela agricultura em grande escala, tanto no plantio quanto na criação de animais e grandes extensões de terra. Estes negócios, via de regra, se fundamentam na propriedade latifundiária bem como na prática de arrendamentos.

Segundo Bittencourt, Ivan Wedekin e Luiz A. Pinazza(1990),

“engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o Governo, os Mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços”.

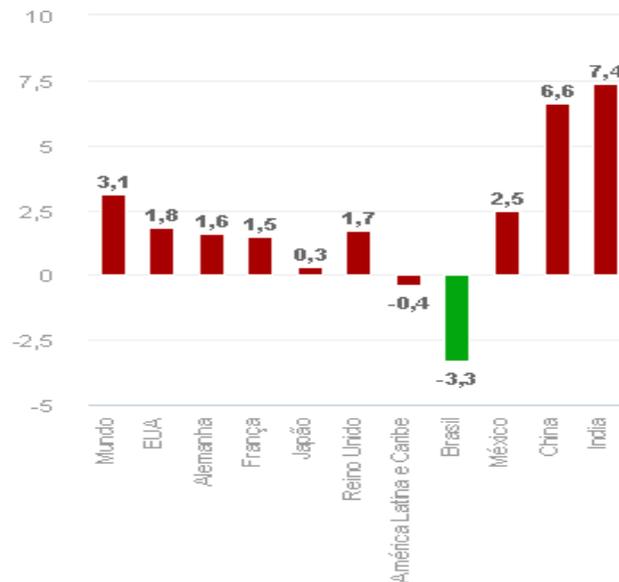
## **6. AGRONEGÓCIO BRASILEIRO PREVISÕES E PERSPECTIVAS PARA 2016**

Todo início de ano surgem diversas previsões sobre o desenvolvimento do país e do mundo. São apresentados os principais acontecimentos, seus prováveis resultados e as metas que podem ser atingidas. Os temas considerados mais importantes são os mais explorados.

Além das previsões econômicas, há destaque para política, esporte, movimentos sociais, educação, segurança pública, saúde, drogas e, até mesmo, ciência. Em geral, o agronegócio ainda não é lembrado, apesar de se constituir no setor mais importante de nossas vidas em termos de alimentos, empregos, ambientes, PIB, exportações, balança comercial etc.

Na economia, o crescimento previsto para o Brasil em 2016 é de 3,3% enquanto o mundo deve crescer 3,1%. O Real deve continuar desvalorizado, a inflação pode alcançar 7,29% e os juros 13,25 % a.a. Espera-se a continuação dos programas de privatização e concessão de aeroportos, portos e rodovias, melhorando nossa infra-estrutura e logística. Boletim Focus, divulgado (27/06/2016) pelo BC:

Gráfico 2 – Previsões para os Países em 2016



Fonte: FMI

Para o agronegócio, as previsões são mais otimistas e concretas. Porém, muito pouco exploradas e divulgadas, exceto na mídia especializada de agronegócio. A sociedade, cada vez mais urbana, ainda não é alcançada por estes temas, com a intensidade adequada.

A expectativa para o agronegócio é melhor do que para o resto da economia brasileira em 2016. Para o PIB (Produto Interno Bruto) do agronegócio a expectativa é de crescimento entre 2% e 2,5%, segundo a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness).

A safra de grãos deve cair 1,5% em 2016 em relação ao ano anterior, de acordo com estimativa divulgada (10/05/2016) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A previsão é de 205,4 milhões de toneladas, uma queda de 4 milhões de toneladas em relação à safra de 2015. Já a área a ser colhida apresentou avanço em comparação com 2015. A estimativa é de 58,5 milhões de hectares, o que representa alta de 1,6% em comparação com a área colhida em 2015, de 57,6 milhões de hectares. Segundo o IBGE, o arroz, o milho e a soja são os três principais produtos deste grupo, que, somados, representaram 92,9% da estimativa da produção e responderam por 87,1% da área a ser colhida.

Os grandes desafios para 2016 são infraestrutura logística, de legislação/direito a propriedade, fortalecimento das cooperativas e associações de produtores, diversificação e agregação de valor da produção, custo elevado da mão-de-obra e legislação trabalhista,

ocorrência e manejo de pragas, conflitos envolvendo terras indígenas, compras de terras por estrangeiros e licença ambiental para construção de infra-estrutura.

No que se refere aos principais países de destino do agronegócio brasileiro, verificou-se queda nas exportações para os três maiores parceiros comerciais. Após uma diminuição de US\$ 581 milhões, as exportações para a China alcançaram o montante de US\$ 21,43 bilhões (-2,6%). Todavia, mesmo com essa retração, o país asiático ganhou participação e atingiu *share* de 24,5% no período. A segunda posição foi ocupada pelos Estados Unidos, com vendas de US\$ 6,36 bilhões e diminuição de 8,9%, com participação de 7,3%. O terceiro principal parceiro nos últimos doze meses foram os Países Baixos, com a cifra de US\$ 4,95 bilhões e queda de 17,1% em relação aos US\$ 5,97 bilhões exportados nos doze meses precedentes. Com isso, a participação desse parceiro comercial caiu de 6,2% para 5,7%. Os principais destaques em relação ao dinamismo das exportações foram: Irã (+12,0%); Coreia do Sul (+8,2%); Egito (+4,8%); e Arábia Saudita (+3,8%).

Gráfico 3 – Participação do PIB nos Países

Países	Fevereiro/2012 - Fevereiro/2013 -			Participação %	
	Janeiro/2013	Janeiro/2016	Var. % 2016/2013	2013	2016
CHINA	22.007.834	21.426.784	-2,6	22,8	24,5
ESTADOS UNIDOS	6.976.792	6.356.103	-8,9	7,2	7,3
PAISES BAIXOS	5.971.749	4.951.717	-17,1	6,2	5,7
VENEZUELA	2.883.596	1.859.767	-35,5	3,0	2,1
ALEMANHA	3.492.284	2.652.857	-24,0	3,6	3,0
RUSSIA, FED. DA	3.568.021	2.235.283	-37,4	3,7	2,6
JAPAO	2.867.637	2.629.451	-8,3	3,0	3,0
HONG KONG	2.990.035	1.871.816	-37,4	3,1	2,1
ITALIA	2.485.130	2.197.373	-11,6	2,6	2,5
COREIA, REP. SUL	1.962.996	2.123.247	8,2	2,0	2,4
ARABIA SAUDITA	2.125.130	2.206.929	3,8	2,2	2,5
ESPAÑA	2.003.317	1.791.676	-10,6	2,1	2,0
BELGICA	2.141.501	1.789.491	-16,4	2,2	2,0
EMIR. ARABES UN.	1.702.508	1.231.545	-27,7	1,8	1,4
EGITO	1.748.420	1.831.888	4,8	1,8	2,1
INDONESIA	1.781.744	1.383.168	-22,4	1,8	1,6
IRA REP. ISL. DO	1.413.811	1.583.028	12,0	1,5	1,8
REINO UNIDO	1.497.957	1.350.456	-9,8	1,6	1,5
FRANCA	1.565.216	1.381.811	-11,7	1,6	1,6
TAILANDIA	1.545.730	1.445.050	-6,5	1,6	1,7
DEMAIS PAISES	23.790.070	23.263.572	-2,2	24,6	26,6
<b>TOTAL</b>	<b>96.521.477</b>	<b>87.563.013</b>	<b>-9,3</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC.

A China tem se destacado em relação a balança comercial do Brasil desde 1989 até 2015 conforme a Figura 1.

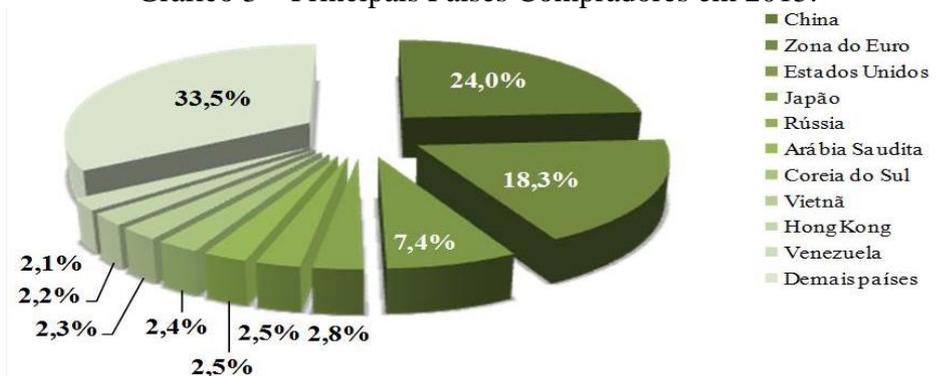


Figura 1. Balança Comercial entre Brasil e China em 1989 e 2014. Fonte: Conab e Secex, 2014.

## 7. EXPORTAÇÃO

A exportação é à saída da mercadoria do território brasileiro, perante a um contrato de compra e venda internacional, que pode ou não resultar na entrada de moedas. Desde o final da década de 1990, poucos países cresceram tanto no comércio internacional do agronegócio quanto o Brasil. Nos últimos anos, o Brasil se consolidou como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos e fibras. A crescente participação do País no mercado internacional é resultado da combinação de fatores como clima propício, investimento em tecnologia, extensão territorial cultivável e qualidade dos produtos. O Brasil exporta para mais de 180 países, tendo como principais compradores a China, União Europeia e E.U.A. além dos países do MERCOSUL.

Gráfico 3 – Principais Países Compradores em 2015.



A projeção do Ministério da Agricultura de 2016 é que, até 2030, um terço dos produtos comercializados seja do Brasil, em função da crescente demanda dos países asiáticos.

## 8. BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

Após a balança comercial brasileira apresentar déficits comerciais no período de 1995 a 2000, época de implantação do Plano Real e de crises internacionais em diferentes países, não por coincidência, a partir do ano 2001 o Brasil voltou a gerar superávits comerciais, que apresentaram crescimento contínuo até atingir seu valor mais alto, e recorde histórico, em 2006.

A partir de 2007, como reflexo da valorização do real, as importações passaram a crescer em índices percentuais maiores que as exportações, e como resultado, os superávits comerciais começaram a diminuir gradativamente, situação revertida em 2011, graças à nova elevação das cotações de *commodities*, com destaque especial para o minério de ferro.

Quanto à corrente de comércio, exceto em 2009 devido à crise internacional do *subprime*, desde 1999 tem sido observado sólido crescimento, que contou nos últimos cinco anos com a importante ajuda proporcionada pelo aumento das importações.

Analisados apenas sob o enfoque numérico, estes dados são considerados positivos, porém, sua manutenção e continuidade dependem menos do Brasil e mais da existência de favorável cenário econômico internacional, a exemplo do que vem ocorrendo desde o início da década passada.

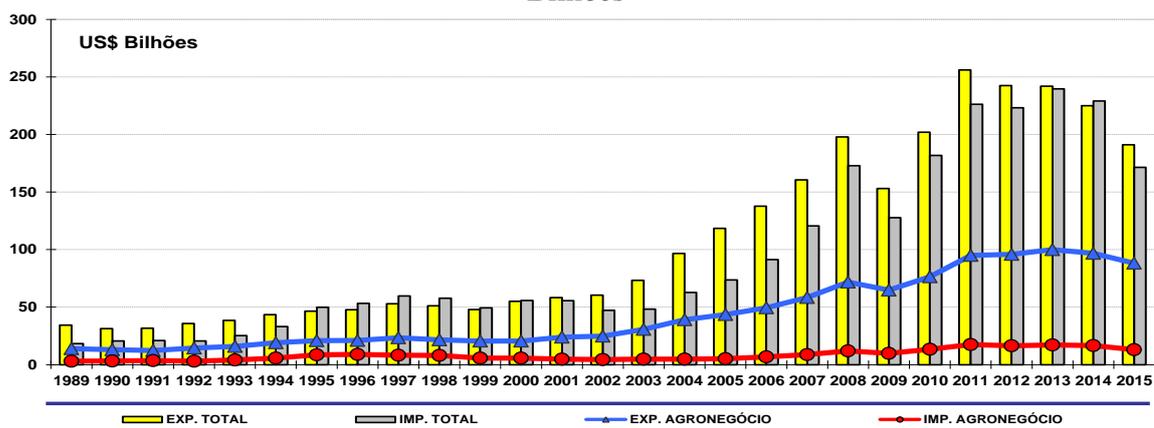
Gráfico 4 – Exportações e Saldo Balança Comercial Brasileira - 1989 a 2015 - US\$ Bilhões

Ano	Exportações			Importações			Saldo	
	Total Brasil (A)	Agronegócio (B)	Part.% (B/A)	Total Brasil (C)	Agronegócio (D)	Part.% (D/C)	Total Brasil	Agronegócio
1989	34,383	13,921	40,49	18,263	3,081	16,87	16,119	10,840
1990	31,414	12,990	41,35	20,661	3,184	15,41	10,752	9,806
1991	31,620	12,403	39,23	21,040	3,642	17,31	10,580	8,761
1992	35,793	14,455	40,38	20,554	2,962	14,41	15,239	11,492
1993	38,555	15,940	41,34	25,256	4,157	16,46	13,299	11,783
1994	43,545	19,105	43,87	33,079	5,678	17,16	10,466	13,427
1995	46,506	20,871	44,88	49,972	8,613	17,24	-3,466	12,258
1996	47,747	21,145	44,29	53,346	8,939	16,76	-5,599	12,206
1997	52,994	23,376	44,11	59,747	8,197	13,72	-6,753	15,178
1998	51,140	21,555	42,15	57,763	8,045	13,93	-6,624	13,511
1999	48,013	20,501	42,70	49,302	5,697	11,56	-1,289	14,804
2000	55,119	20,605	37,38	55,851	5,759	10,31	-0,732	14,845
2001	58,287	23,866	40,95	55,602	4,805	8,64	2,685	19,061
2002	60,439	24,846	41,11	47,243	4,452	9,42	13,196	20,394
2003	73,203	30,653	41,87	48,326	4,750	9,83	24,878	25,903
2004	96,677	39,035	40,38	62,836	4,836	7,70	33,842	34,200
2005	118,529	43,623	36,80	73,600	5,112	6,95	44,929	38,511
2006	137,807	49,471	35,90	91,351	6,699	7,33	46,457	42,772
2007	160,649	58,431	36,37	120,617	8,732	7,24	40,032	49,699
2008	197,942	71,837	36,29	172,985	11,881	6,87	24,958	59,957
2009	152,995	64,786	42,34	127,722	9,900	7,75	25,272	54,885
2010	201,915	76,442	37,86	181,768	13,399	7,37	20,147	63,043
2011	256,040	94,968	37,09	226,247	17,508	7,74	29,793	77,460
2012	242,578	95,814	39,50	223,183	16,409	7,35	19,395	79,405
2013	242,034	99,968	41,30	239,748	17,061	7,12	2,286	82,907
2014	225,101	96,748	42,98	229,154	16,614	7,25	-4,054	80,134
2015	191,134	88,224	46,16	171,449	13,073	7,63	19,685	75,151

Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC.

A dependência de fatores externos está relacionada ao fato de mais de 70% das exportações brasileiras serem compostas por commodities, mercadorias que o Brasil não detém qualquer controle sobre suas cotações internacionais, e muito menos sobre as quantidades a serem exportadas, conforme mostrado no Gráfico 5.

Gráfico 5 – Evolução da Balança Comercial Brasileira e Agronegócio - 1989 a 2015 - US\$ Bilhões

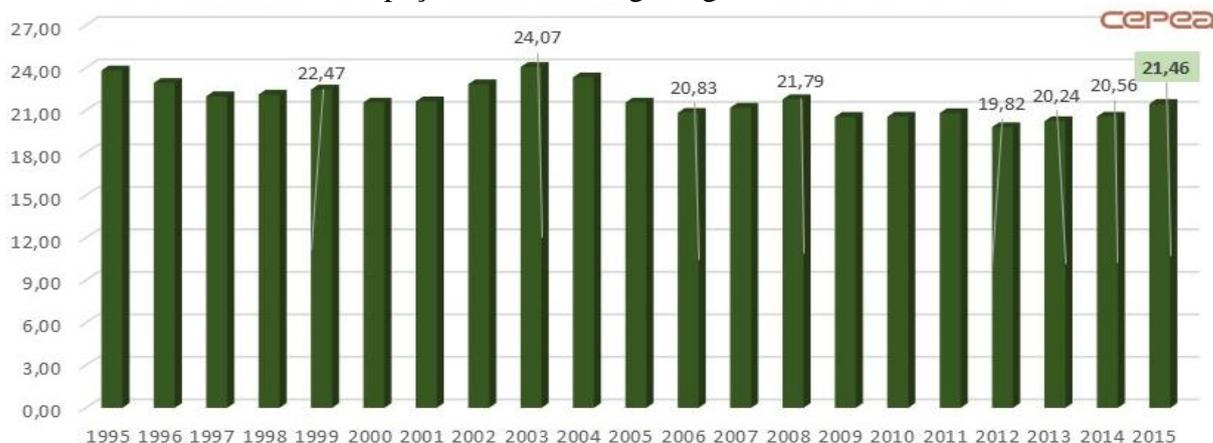


Fonte: AgroStat Brasil a partir dos dados da SECEX/MDIC.

## 9. BALANÇO DAS EXPORTAÇÕES 2015

As exportações de 2015 indicam recorde na quantidade embarcada de diversos produtos, como soja em grão, milho, frango *in natura*, café e celulose. A participação do agronegócio na balança comercial brasileira também foi a maior desde o início da série histórica, em 1997, respondendo por 46,2% de tudo que o Brasil vendeu ao exterior.

Gráfico 6 – Participação do PIB do Agronegócio no PIB Total - Brasil



Fonte: Cepea (PIB Agro) e IBGE (PIB Total).

## 10. BALANÇO DAS EXPORTAÇÕES 2016

Em 2016, o agronegócio tem se destacado na mesma proporção econômica dos anos anteriores, de janeiro a julho o setor já exportou US\$ 52,8 bilhões, quase 1% de crescimento em relação ao mesmo período de 2015. Este volume de exportação pelo setor representou nestes sete meses 49,6 % das exportações totais. As importações foram de US\$ 7,24 bilhões sobrando um superávit de US\$ 45,58 bilhões.

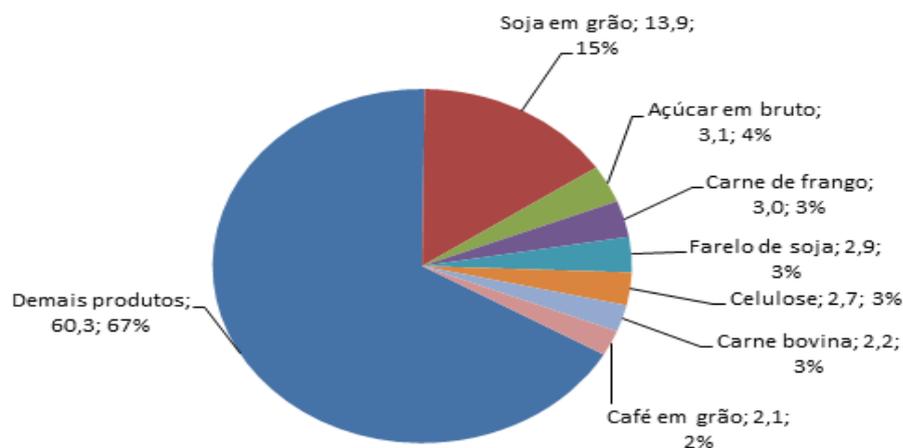
O complexo soja liderou as exportações com 17,23 bilhões de dólares, seguido de carnes (6,98 bilhões de dólares), produtos florestais (5 bilhões de dólares), complexo sucroalcooleiro (4,46 bilhões dólares) e cereais, farinhas e preparações (2,4 bilhões de dólares). Os cinco principais setores somaram 36 bilhões dólares nas vendas externas. Este valor representa 80% do total exportado pelo agronegócio no primeiro semestre deste ano.

Segundo a Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio (SRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a China se manteve como principal destino

dos produtos agropecuários brasileiros, alcançando 13,56 bilhões de dólares no primeiro semestre de 2016. Outros países que contribuíram para o crescimento das exportações no período foram Japão, Coreia do Sul, Paquistão, Irã e Índia.

Mesmo com o real se valorizando em 19,9% no acumulado de 2016 - o câmbio tem contribuído para o aumento da competitividade dos produtos brasileiros no mercado externo. A expectativa do mercado, e que a taxa de câmbio deverá encerrar o ano por volta de R\$ 3,50. À demanda aquecida e o câmbio favorável apresentam um cenário com boas oportunidades para o agronegócio brasileiro e o setor continua sendo um elemento chave para o desempenho da balança comercial do país.

Gráfico 6 – Principais produtos do agronegócio exportados pelo Brasil no 1º semestre de 2016 - US\$ bilhões e participação percentual.



Fonte: Agricultura Industrial, 2016.

## 11. CONCLUSÃO

Os dados pesquisados mostram que o agronegócio brasileiro à muitos anos contribui para a economia nacional sempre movimentando a balança comercial, depois de 1994 quando da implantação do Plano Real até o ano 2000, constata-se que o saldo da balança comercial ficou negativo, fato que se justifica pelo governo ter implantado o dólar fixo ficando portanto US\$ 1 valendo R\$ 1,00. Quando a partir do de 2000 o governo adota o dólar flutuante as exportações voltam a fluir influenciando, portanto para um resultado positivo na balança comercial. Depois deste período conforme demonstrado no trabalho o ano de 2014 voltou a

apresentar um saldo negativo que segundo, O secretário de Comércio Exterior, Daniel Marteleto Godinho, destacou três fatores que contribuíram para o déficit: queda no preço das commodities maior que a esperada, principalmente do minério de ferro; crise econômica na Argentina, país que é um dos nossos principais compradores; e os gastos do Brasil com importação de combustíveis.

O país precisa investir muito ainda no setor do agronegócio como: elaborar uma política de entendimento entre produtores e a agroindústria para reduzir o déficit; potencializar o setor com investimentos tecnológicos; criar medidas para evitar problemas oriundos do desequilíbrio de câmbio, no intuito de reduzir taxas de juros altas e mercado disputado são atitudes que certamente retornará em resultados positivos não só para o próprio agronegócio, mas também para economia do país.

A participação do agronegócio na exportação nacional neste primeiro semestre de 2016 de 49,6% das exportações totais e a participação histórica de em media 22% PIB nacional já demonstra a força do setor para o fortalecimento da economia nacional.

## REFERÊNCIAS

Araújo, Ney B, Wedekin, Ivan & Pinazza, Luiz Antônio, O Agribusiness Brasileiro (1989) ARAÚJO, Ney **Bittencourt** de, **WEDEKIN**, Ivan, **PINAZZA**, Luiz Antônio. Complexo Agroindustrial o “Agribusiness” Brasileiro: AGROCERES, 1990.

**ARAÚJO, Massilon J**, Fundamentos do Agronegócios. São Paulo: ATLAS, 2003

**BACHA, CJC** Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004

**BATALHA, Mário Otávio** (Coordenador). Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro. Brasília: CNPq. 2000; p. 5.

**CALLADO, AAC** Agronegócio. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006

**DAVIS, John H., GOLDBERG, Ray. A. A concept of agribusiness.** New York: Alpine. 1957. p. 136.

**GIL, A. C.** Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

Página de Economia do **UOL** – Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/06/27/analistas-sobem-previsao-para-inflacao-e-taxa-de-juros-e-veem-pib-de--344.htm>>. Acesso em: 14 setembro 2016.

Página de Economia da **GLOBO** – Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/safra-de-graos-em-abril-deve->

[ser-19-menor-que-de-2015-diz-ibge.html](http://ser-19-menor-que-de-2015-diz-ibge.html)> Acesso em: 14 setembro 2016.

Página de Economia da **GLOBO** – Disponível em:  
<<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/07/fmi-melhora-pela-1-vez-previsao-para-o-pib-do-brasil-em-2016.html>> Acesso em: 14 setembro 2016.

Ministério Da Agricultura – Disponível em:  
<[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/acs/2016/NOTA-Janeiro-2016.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/2016/NOTA-Janeiro-2016.pdf)> Acesso em: 14 setembro 2016.

Ministério Da Agricultura – Disponível em:  
<<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao/alimentos>> Acesso em: 14 setembro 2016.

Ministério Da Agricultura – Disponível em:  
<<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao/alimentos>> Acesso em: 14 setembro 2016.

Avicultura Industrial – Disponível em:  
<<http://www.aviculturaindustrial.com.br/imprensa/sete-entre-os-dez-produtos-mais-exportados-pelo-brasil-no-primeiro-semester-sao/20160705-093943-Y865>> Acesso em: 14 setembro 2016.

Governo Brasileiro – Economia e Emprego – Disponível em:  
<<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/12/exportacao-do-agronegocio-deve-crescer-us-2-5-bi-em-2016>> Acesso em: 14 setembro 2016.

Cetro de Referencia da Pecuária Brasileira – Zebu – Disponível em:  
<<http://www.crbpz.org.br/Home/Conteudo/13890-Galeria-de-Infograficos>> Acesso em: 14 setembro 2016.

**MAZOYER, M.; ROUDART, L.** História das Agriculturas do Mundo: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

**RAMOS, P.,**1998-1999. “Agricultura e (Sub) Desenvolvimento: Aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro”. In Reforma Agrária, v. 28, ns. 1, 2 e 3, jan./dez., v. 29, n. 1, jan./ago., p. 77-96. 1999.

Associação de Comércio Exterior do Brasil – Disponível em:  
<<http://www.aeb.org.br/userfiles/file/AEB%20-%20Radiografia%20Com%C3%A9rcio%20Exterior%20Brasil.pdf>> Acesso em: 14 setembro 2016.

## INSTRUMENTOS ECONÔMICOS E POLÍTICA AMBIENTAL NO ESTADO DO PARANÁ

**RICARDINA DIAS**

Economista, Dr<sup>a</sup> em Geografia

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

[ricardina\\_dias@yahoo.com.br](mailto:ricardina_dias@yahoo.com.br)

---

**RESUMO** – A Política de Meio Ambiente tradicionalmente se pautou nos instrumentos de Comando e Controle e tem introduzido o uso de instrumentos econômicos de forma complementar. Esse trabalho investigou os instrumentos econômicos utilizados na política ambiental no Paraná, em especial aqueles baseados no princípio protetor beneficiário de proteção da cobertura florestal. São vários instrumentos econômicos que incidem sobre a água, cobertura florestal, exploração de petróleo ou gás natural, utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, créditos de carbono nos setores Eficiência Energética, Energia Renovável, Manejo de Dejetos e Processos Industriais. Entre os instrumentos analisados estão o ICMS Ecológico; o Imposto Territorial Rural; o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU Verde; Imposto de Renda; Fundos Ambientais; o Programa Bioclima Paraná e o Mercado de Crédito de Carbono Florestal. Os resultados mostraram uma variedade de instrumentos econômicos envolvendo diferentes arranjos e interlocutores.

**Palavras-chave:** Instrumentos Econômicos, Política Ambiental, Paraná.

**ABSTRACT** - The Environmental Policy traditionally been based on command and control instruments and has introduced the use of economic instruments in a complementary way. This study investigated the economic instruments used in environmental policy in Paraná, particularly those based on the protective principle beneficiary protection of forest cover. There are several economic instruments that focus on water, forest cover, oil exploration and natural gas, use of water resources for the purpose of power generation and other mineral resources, carbon credits in the sectors Energy Efficiency, Renewable Energy, Management waste and Industrial Processes. Among the analyzed instruments are the Ecological ICMS; Rural Land Tax; the Land and Urban Land Tax - IPTU Green; Income Tax; Environmental Funds; the Program Bioclima Paraná and the Forest Carbon Credit Market. The results showed a range of economic instruments involving different arrangements and parties.

**Keywords:** Economic Instruments, Environmental Policy, State of Parana.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A Teoria Econômica traz, a partir da teoria das externalidades elaborada por Pigou (1920), os fundamentos para o debate acerca do caráter externo dos efeitos da atividade produtiva – as externalidades - que podem ser positivas (economias externas) ou negativas (deseconomias).

As externalidades surgem, portanto, quando no processo produtivo, a produção ou o consumo de um bem geram efeitos negativos ou positivos a outros consumidores e/ou firmas, e estes não são incorporados aos custos de produção e compensados via sistema de preços no mercado, gerando uma diferença entre custos sociais e privados, conforme explicam Almeida (1998); Cechim (2010); Faucheux e Noël (1995); Motta (2006); Motta e Mendes (2001); Tietenberg e Lewis (2010).

A existência das externalidades ambientais, influenciaram o uso de Instrumentos Econômicos aplicados à política ambiental que incidem sobre atividades econômicas ou que agem sobre o comportamento dos agentes econômicos em relação ao meio ambiente (FAUCHEUX E NOEL, 1995).

Nesse contexto, de forma complementar às normas e regras presentes nos Instrumentos de Comando e Controle, os Instrumentos Econômicos se baseiam nas forças de mercado para provocarem mudanças no comportamento de poluidores e de usuários de recursos públicos ou privados, de forma que esses passem a internalizar em suas decisões questões ambientais socialmente desejáveis. Esses instrumentos são alternativos, complementares às regras de comando e controle, e podem auxiliar na implementação de políticas ambientais, pois são considerados como fontes de receitas para fundos, que devem ser utilizados para financiamento de atividades sustentáveis (MARGULIS, 1996; MOTTA, 2006; MOTTA E MENDES, 2001).

Motta (2001, p.128-129) entende que “a finalidade dos Instrumentos Econômicos é proporcionar melhores resultados em termos de eficácia ambiental e de eficiência econômica”, assegurando um preço aos recursos ambientais, de maneira que seja possível promover seu uso e alocação proporcionando aos ativos e serviços ambientais tratamento similar aos demais fatores de produção. Esses Instrumentos são construídos a partir de princípios de proteção ambiental que se constituem em instruções para ações políticas com

maior racionalidade. Dias (2007) resgata essa contribuição do direito ambiental que se compõe dos princípios da cooperação, do poluidor pagador, (DERANI, 2001, p.149-151) e por fim do princípio protetor beneficiário (RIBEIRO,1999; TUPIASSU, 2004).

A contradição exposta entre economia e meio ambiente tem no direito ambiental, instrumento normativo de uma sociedade, os princípios norteadores. Entre eles, os princípios da cooperação, do poluidor pagador e do protetor beneficiário (DERANI, 2001, p.149-151; RIBEIRO, 1999).O princípio da cooperação trata da orientação do desenvolvimento político, constituindo-se, num sentido mais amplo, numa expressão do princípio do acordo. Este pressupõe uma atuação conjunta entre Estado e Sociedade na escolha de prioridades e processos decisórios (DERANI, 2001, p. 157).

Durante o processo produtivo são produzidas “externalidades negativas” (poluição em todas as suas formas, exaustão dos recursos ambientais, etc) que são recebidas, expostas à coletividade. Nesse sentido, o princípio do poluidor pagador tem por objetivo a internalização dos custos de deteriorização ambiental, em que o causador da poluição arca com os custos necessários à diminuição, eliminação ou neutralização do dano.

O princípio Protetor-Recebedor/Beneficiário é apresentado por Ribeiro (1999) e se constitui no benefício concedido para agentes públicos e privados que protegem o meio ambiente natural recebendo, para isso, uma compensação financeira como incentivo pelo serviço de proteção prestado. Segundo o autor, constitui-se em um fundamento de ação ambiental que pode ser considerado o inverso do Princípio do Poluidor-Pagador. Nesse contexto, corrobora Túlio Rosembuj citado por Tupiassu (2004, p.503) quando argumenta que “os que criam, por sua conduta, específicas situações de conservação ambiental, beneficiando a todos, devem receber justa compensação, devendo-se reconhecer as externalidades positivas [...]”. Ainda, salienta o autor que aquele que adota comportamento de proteção ambiental, reduz os gastos públicos além de beneficiar, de modo geral, toda a coletividade.

Orientados pelos princípios descritos, os principais Instrumentos Econômicos usados na política ambiental, no entender de Almeida (1998); Fauchex e Noël (1995); Margullis (1996); Motta e Mendes (2001); Motta (2006); Tietenberg T.; Lewis, L .(2010); Wunter *et al.* (2008); e Young (2005) são: a) as taxas ambientais; b) criação de mercado; c) os sistemas de depósito e reembolso; d) os subsídios que, por sua vez podem ser de incentivos fiscais, compensação ou concessões, pagamento por serviços ambientais e *royalties*.

Entre os instrumentos citados, a taxaço (taxas por emissão efluentes, taxas por produtos, etc) trata-se de uma soluço pigoviana de internalizaço fiscal , baseada no Princípio Poluidor Pagador, em que será cobrado do agente poluidor, causador da deseconomia ou externalidade negativas, uma taxa igual ao montante dessa deseconomia segundo exposto por Almeida (1998); Fauchex, Noël (1995) e Motta (2006).

O instrumento do tipo criaço de mercado, tem por objetivo “estabelecer um conjunto de direitos de propriedade exclusivos e transferíveis num mercado de bens até então livres, como a água, o ar, etc.” (FAUCHEX E NOËL, 1995, p. 240). A emissão de certificados pode ser transacionada em mercados específicos com controle e taxaço da autoridade ambiental, por meio de operaço de emissão e resgate de títulos, baseados no princípio dos direitos de propriedade, como os apresentados por Dales e explicado por Almeida (1998); Fauchex e Noël (1995); Mota (2001) e Motta (2006).

Seu funcionamento ocorrerá a partir da existência de um organismo de tutela como o Estado que decide antecipadamente sobre a quantidade de poluiço aceitável ao meio ambiente e põe à venda no mercado de títulos, representando a quantidade de poluiço que corresponde a esse objetivo de qualidade.

Esse modelo foi utilizado pelo Protocolo de Quioto<sup>1</sup> , com o objetivo de reduço das emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE), onde foram estabelecidos mecanismos de flexibilizaço como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (*Clean Development Mechanism* (CDM), que viabiliza a certificaço de projetos de reduço de emissões em países emergentes e venda dessas Reduções Certificadas de Emissão para os países que as adquirem para cumprirem suas metas de reduço (TEMPORINI, 2008, p.59).

Os subsídios se constituem em várias formas de assistência financeira a partir de decisões de políticas públicas. Explicam Almeida (1998); Margulis (1996); Mota (2001) que os subsídios têm por objetivo a reduço de emissões de poluiço e/ou a produço de externalidades positivas e são representadas por incentivos fiscais, compensaçoes/ concessões, créditos subsidiados do Estado às empresas para aquisiço de tecnologias limpas. Como exemplo, tem-se a reduço de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que

---

<sup>1</sup> O Protocolo de Quioto se refere ao acordo realizado em dezembro de 1997, no Japão, onde foram definidas as modalidades, regras e diretrizes, as quais deveriam ser realizadas pelas naço a fim de reduzir as emissões dos GEEs. Esse documento estipula que os países industrializados se comprometeram a reduzir suas emissões de GEEs entre 2008 e 2012 em 5,2% em relaço aos níveis registrados em 1990.

sob a forma de incentivos fiscais, pode induzir produtores a adotar mecanismos e tecnologias limpas em seus processos produtivos.

Em relação aos *royalties*, Young (2005) comenta que para projetos hidrelétricos, petrolíferos, exploração mineral e de gás natural, é determinado que uma porção das receitas seja paga como *royalties* pelo uso dos recursos naturais para fundos das agências ambientais estaduais ou federais. Estes, de acordo com Young (2005, p.6), podem ser “gastos na proteção da biodiversidade, combate à poluição da água e do ar, gerenciamento de resíduos sólidos ou outros projetos de controle e redução da poluição.”

Além dos instrumentos apresentados, existem outros, tais como a ampla divulgação ao público, a informação e a educação, que de acordo com Margullis (1996), estão sendo utilizados com maior frequência quando se trata de proteção ambiental.

Para Landell-Mills e Porras (2002, p. 7, 8) bens e serviços florestais beneficiam a sociedade nas suas mais variadas escalas geográficas, porém os benefícios não geram retorno financeiro compatíveis com seu verdadeiro valor econômico, em função de que os serviços ambientais não apresentam um preço e por isso não são transacionados em mercados.

Salientam as autoras que os serviços ambientais prestados pelas florestas se enquadram na categoria de bens públicos que geram externalidades positivas e por isso precisam ser compensados por meio de pagamentos pelos serviços ambientais prestados .

No Brasil, os instrumentos econômicos, baseados no princípio protetor beneficiário, utilizados para proteção da cobertura florestal estão contemplados no novo Código Florestal - Lei 12.651 de 25 de maio de 2012 (com alterações promovidas pela Lei 12.727 de 17 de outubro de 2012) que alterou o antigo código florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) e prevê: a “criação e mobilização de incentivos econômicos para fomentar a preservação e a recuperação da vegetação nativa e para promover o desenvolvimento de atividades produtivas sustentáveis.” ( inciso VI, art. 1º e art 41 da Lei 12.651/12 ).

Com isso, apresenta-se as possibilidades que vêm sendo desenvolvidas com o uso de instrumentos econômicos, tentando apreender seus alcances e limites, justificando a importância e contribuição para agentes públicos e privados com a explicitação destes instrumentos no Estado do Paraná.

## **1.1 Materiais e métodos**

Os procedimentos de coleta de dados se constituem nas “atividades necessárias para a aquisição dos dados com os quais se desenvolveram os raciocínios que resultaram em cada parte do trabalho final” (SANTOS, 2002).

A metodologia de pesquisa empregada pode ser caracterizada como pesquisa exploratória/documental, utilizando-se de legislação e trabalhos publicados sobre o tema.

A coleta de dados seguirá os instrumentos previstos teoricamente: revisão da bibliografia, seleção e análise de documentos. A investigação documental, de acordo com Vergara (1998, p. 46), “é a realizada em documentos conservados no interior de órgãos públicos e privados de qualquer natureza, ou com pessoas: registros, anais, regulamentos, [...]”. Com base nestas preposições, os dados referentes a normatização e operacionalização de instrumentos econômicos na Política Ambiental do Paraná, com ênfase a Proteção da Biodiversidade, serão obtidos por meio de documentos formais e publicações científicas.

No que se refere à forma de abordagem de análise, esta pesquisa se utilizará da análise descritiva qualitativa dos instrumentos econômicos identificados na política ambiental, caracterizando-os quanto a sua tipologia, modalidade e incidência.

## **2. INSTRUMENTOS ECONÔMICOS NA POLITICA AMBIENTAL NO PARANÁ**

No Paraná, são vários instrumentos econômicos que incidem sobre a água, cobertura florestal, exploração de petróleo ou gás natural, utilização dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, créditos de carbono nos setores de Eficiência Energética, Energia Renovável, Manejo de Dejetos, Processos Industriais.

Entre os diversos instrumentos identificados, observou-se que os mesmos apresentam origem, tipologias, modalidades e incidências distintas.

No estado do Paraná, na tipologia criação de mercados, tem-se a cobrança pelo uso dos recursos naturais, neste caso, a cobrança pelo uso da água, que é regulamentada pelo Decreto Estadual nº. 5.361, de 26 de fevereiro de 2002, em que se estabelecem os critérios a serem cobrados pelo uso da água: I - na captação ou derivação - de parcela de água existente em um corpo hídrico, para consumo final, inclusive abastecimento público ou insumo de processo produtivo; II - para lançamento em corpo de água, de esgotos e demais resíduos

líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final. Este instrumento, até o momento de elaboração deste trabalho, não havia sido operacionalizado.

No âmbito da criação de mercado, também foi identificado o uso do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo onde se desenvolvem os créditos de carbono.

São 14 projetos aprovados no período de 2006 a 2011 do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, no Paraná, nos setores de Eficiência Energética, Energia Renovável e Manejo de Dejetos, Processos Industriais, que congregam 60 empresas participantes em 32 municípios paranaenses que contribuem para a redução dos Gases do Efeito Estufa, conforme estudo de Dias e Oliveira (2013).

Tem-se, ainda a compensação financeira e *royalties* estabelecidas pela Constituição Federal (§ 1º do art. 20) devida aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território ou compensação financeira por essa exploração (BRASIL, Tribunal de Contas da União, 2008, p.64).

Experiências com esse instrumento foram observadas na pesquisa realizada por Xavier e Endlich (2013) que apresentaram os *royalties* pagos aos municípios da microrregião de Toledo, lindeiros do Lago de Itaipu no Paraná, na região oeste. Segundo este estudo entre os quinze municípios localizados no Estado do Paraná que recebem os *royalties*, nove pertencem à microrregião de Toledo, são eles: Entre Rios do Oeste, Diamante do Oeste, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, Terra Roxa, Santa Helena e São José das Palmeiras.

No que se refere aos instrumentos econômicos baseados no princípio protetor beneficiário, aplicados à Política Ambiental de proteção da cobertura florestal, identificou-se vários que também se diferenciam quanto a tipologia, modalidade e incidência.

Os subsídios utilizados para a proteção/conservação e recuperação de áreas com cobertura florestal composta por vegetação nativa são representados por incentivos fiscais, concessão de créditos subsidiado pelo Estado, compensações na forma de pagamento por serviços ambientais.

Os incentivos fiscais, como uma das formas de subsídio, apresentam várias modalidades podendo se caracterizar pela compensação monetária intergovernamental como no caso do ICMS Ecológico ou na forma de isenções ou reduções de impostos como nos casos do Imposto de Renda, Imposto Territorial Rural e Imposto Predial e Territorial Urbano.

Ainda sobre os incentivos fiscais, antes de tratar das modalidades de incentivos, cabe ressaltar as nuances que permeiam a organização federativa brasileira ao estabelecer o sistema de partilha das receitas tributárias entre as três esferas de governo: Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme os artigos 145, 153, § 5º e 157 a 162, da Constituição Federal, citado por Dias (2007). Em função da característica da organização federativa do sistema tributário brasileiro que disciplina a competência de cada ente da federação (União, Estados e Municípios) identificamos subsídios ambientais em diferentes impostos com origens no âmbito municipal, estadual e federal.

O Quadro 1 apresenta o portfólio, a taxionomia de instrumentos econômicos aplicados à proteção e recuperação da cobertura florestal.

Quadro 1: Portfólio e Taxionomia dos Instrumentos Econômicos de Proteção da Cobertura Florestal no Paraná.

Tipologia	Modalidade	Incidência	
Criação de mercado Subsídios	Incentivos Fiscais Intergovernamental	ICMS Ecológico Imposto Estadual	No Paraná, o incentivo inclui o critério ambiental nos repasses aos municípios que: - possuem Unidades de Conservação ou que sejam diretamente influenciados por elas; - abrigam em seus territórios parte ou o todo de mananciais de abastecimento para municípios vizinho.
	Isenção de Impostos	Imposto Territorial Rural - ITR Imposto Federal	Excluem da base de cálculo do ITR as áreas com floresta nativa, áreas de preservação permanente e as de reserva legal. No Paraná - Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996.
		IPTU Ecológico Imposto Municipal	Por se tratar de um imposto de caráter Municipal, cada município institui sua legislação. Isenção ou redução do imposto destinado à proteção de determinadas espécies de vegetação na área urbana.
		Imposto de Renda Ecológico (IR) Imposto Federal	Abatimento de gastos com ações de florestamento e reflorestamento (Esse valor não pode ultrapassar o limite legal de 4% do total do imposto de renda devido, como está estabelecido no art. 1º da Lei n. 6.321/76, no art. 26 da Lei n. 8.313/91 e no inciso I do art. 4º da Lei 8.661/93).
	Crédito Subsidiado (art. 41, inciso II da lei 12.651/2012)		-bancos comerciais e de varejo desenvolvem políticas de empréstimos com subsídio a produtos financeiros verdes. - crédito agrícola, com taxas de juros menores, e limites e prazos maiores que os praticados no mercado; - contratação do seguro agrícola em condições melhores que as praticadas no mercado.
	Fundos Ambientais (Fundos Verdes)	Financiamento para uma Economia Verde	Linhas de financiamento (reembolsáveis ou não) para iniciativas de preservação de vegetação nativa, proteção de espécies da flora nativa ameaçadas de extinção, manejo florestal e agroflorestal sustentável. Ex: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, sigla em inglês) e o Programa de Investimento Florestal (FIP, na sigla em inglês).

			No Paraná: Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA <a href="#">Lei Estadual nº 12.945/2000</a> e <a href="#">Decreto Estadual nº 3240/ 2000</a> .
	Compensação	Pagamento por serviços ambientais	PSA gerados pela conservação ou melhoria de ecossistemas, como: a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono; b) a conservação da beleza cênica natural; c) conservação da biodiversidade; d) a conservação das águas e dos serviços hídricos; e) a regulação do clima; f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; g) a conservação e o melhoramento do solo; h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito.  No Paraná – Programa Bioclima
	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo	Créditos de Carbono Florestal	-Refere-se à valoração econômica da captura ou neutralização de carbono florestal negociados em bolsa por meio de mercados voluntários ou regulados como Ex: REED+ = (Iniciativa da ONU para Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação).  No Paraná: Experiência Coopercarbono

Fonte: Organizado pela autora

Encontra-se na tipologia subsídios, na modalidade de incentivos fiscais, o ICMS Ecológico, que se trata de um incentivo intergovernamental criado a partir do imposto estadual sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e prestações de serviços de transportes interestadual, e intermunicipal e de comunicação – ICMS. Conforme art. 155, inciso I da Constituição Federal a arrecadação do ICMS é de competência do Estado e se constitui em um dos mais importantes impostos estaduais. Em seu art. 158, inciso IV, a Constituição Federal destaca que pertence aos municípios 25% do produto da arrecadação desse imposto, se constituindo portanto em uma importante fonte de renda para os municípios.

A partir da Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 132 dispõe:

O Estado assegurará, na forma da lei, aos municípios que tenham parte de seu território integrando unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou àqueles com mananciais de abastecimento público, tratamento especial quanto ao crédito da receita referida no artigo 158, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal.

Este preceito constitucional foi regulamentado pela Lei Complementar Estadual nº. 9.491/90, artigo 2º que diz: aplicar-se-á aos municípios beneficiados por aquela norma, cinco por cento (5%) para o critério ambiental.

A Lei Estadual 059/91, Lei do ICMS Ecológico no Paraná, assegura o recebimento de recursos aos municípios que possuem Unidades de Conservação ou que sejam diretamente influenciados por elas e os municípios que abrigam em seus territórios parte ou o todo de mananciais de abastecimento para municípios vizinho. Do volume total de recursos a serem repassados aos municípios, 50% referem-se às unidades de conservação e os outros 50% aos mananciais de abastecimento.

Na modalidade isenção de impostos tem-se previsão no Imposto Territorial Rural - ITR (Imposto Federal) da exclusão da base de cálculo do ITR das áreas com floresta nativa, áreas de preservação permanente e as de reserva legal.

O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU Verde, (Imposto Municipal) que isenta áreas verdes urbanas com bosques nativos em propriedades particulares, áreas de Preservação Permanente ou pela presença de espécies com interesse à preservação.

Outro subsídio por meio de isenção parcial de impostos é o previsto no Imposto de Renda (Imposto Federal), com a previsão de abatimento de gastos com ações de florestamento.

Com relação ao crédito subsidiado, trata-se de um instrumento previsto no novo Código Florestal (art. 41, inciso II da lei 12.651/2012), como uma das formas de compensação por ações de conservação ambiental. Tem-se nesta categoria empréstimos e outros produtos financeiros que beneficiam aqueles agentes que promovem a conservação. Como exemplo, tem-se o crédito agrícola com taxas de juros menores, bem como limites e prazos mais dilatados do que aqueles praticados no mercado. Também há o seguro agrícola que é oferecido em melhores condições.

Outra forma de incentivo são os financiamentos por meio dos Fundos Ambientais ou Fundos Verdes que apresentam diferentes formas de constituição e abrangência, como os fundos municipais, estaduais. No Paraná, o Fundo Estadual do Meio Ambiente, por exemplo, foi instituído pela Lei 12.945 de 2000, que entre seus objetivos está a proteção dos recursos hídricos, a conservação da biodiversidade, unidades de conservação, desenvolvimento florestal, pesquisa, desenvolvimento tecnológico.

Políticas de pagamento por serviços ambientais (PSA) tem sido objeto de estudiosos e de órgãos públicos, como uma opção complementar aos tradicionais instrumentos de comando e controle para melhoria da gestão ambiental frente a crescente pressão sobre

ecossistemas florestais. A contribuição desse modelo ocorre por meio da valoração de ativos ambientais, entre eles os serviços oferecidos por ecossistemas florestais.

O Estado do Paraná implementou o Programa Bioclima, coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema/PR), por meio de seu Comitê Gestor. O Bioclima tem por objetivo estabelecer estratégias, incentivos e mecanismos para a conservação, restauração, recuperação e melhoria da qualidade da biodiversidade. O programa visa ainda à “manutenção de serviços ecossistêmicos, à preservação e à restauração de processos ecológicos essenciais, ao manejo sustentável das espécies, incluindo ações de mitigação e adaptação às alterações decorrentes das mudanças climáticas” (SANTOS, *et al*, 2012).

Entre os instrumentos previstos no Programa Bioclima tem-se o mecanismo do PSA, instituído pela Lei 17.134 de 25 de abril de 2012, que abrangem os seguintes critérios de elegibilidade para a participação no Pagamento por Serviços Ambientais, na categoria de Provedor, conforme especificado em seu art. 7º:

- i) conservação da biodiversidade; ii) conservação de UCs dos grupos de proteção integral e uso sustentável, de acordo com a sua qualidade ambiental, sendo consideradas como prioritárias as RPPN<sup>2</sup> ; iii) recuperação de florestas e outras formas de vegetação nativa com ênfase na formação de corredores ecológicos, ampliação da cobertura vegetal natural, em especial nas áreas degradadas e na captura, fixação e permanência de carbono; e iv) conservação de recursos hídricos, comportando os remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa que configurem ações incrementais às previstas nas normas legais e regulamentares, que representem serviços ambientais de conservação da qualidade da água e incremento da disponibilidade hídrica em mananciais de abastecimento público ( PARANÁ, 2012).

Cabe ressaltar que o modelo adotado no Paraná prioriza as RPPN instituídas e outras formas de vegetação nativa com ênfase à formação de corredores ecológicos e limita na conservação de recursos hídricos àquelas áreas que configurem incremento às previstas nos instrumentos legais como RPPN e Áreas de Preservação Permanente (APP).

De acordo com o art. 5º da referida lei, só poderão pleitear os benefícios do Pagamento por Serviços Ambientais:

Os proprietários e posseiros de imóveis rurais que mantenham as áreas de preservação permanente e as de reserva legal devidamente conservadas e averbadas na Matrícula do imóvel, devidamente inscritas no SISLEG –

---

<sup>2</sup> Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Sistema Estadual de Manutenção, Recuperação e Proteção da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Permanente, instituído pelo Decreto nº 387, de 02 de março de 1999, com os critérios, normas, procedimentos e conceitos aprovados pelo Decreto Estadual nº3.320, de 12 de julho de 2004, observadas as demais normas aplicáveis (PARANÁ,2012).

Além destes, incluem-se os proprietários e posseiros de imóveis localizados em áreas urbanas, observadas as condições estabelecidas nesta Lei e em seu Regulamento (a ser definido pelo Executivo Estadual), bem como as disposições do Plano Diretor Municipal.

Os critérios para estabelecer o valor do Pagamento por Serviços Ambientais, disciplinados pelo art.9º serão quali-quantitativos, “baseados no tamanho do imóvel e da área de cobertura vegetal nativa conservada, na qualidade biótica do remanescente preservado e na região fitogeográfica onde estiver inserido”, conforme dispuser o regulamento desta Lei que até a elaboração deste texto não havia sido elaborado.

Em função da importância para o Estado, o incremento da Floresta Ombrófila Mista com *Araucaria augustifolia* poderá ser objeto para determinação do valor do Pagamento de Serviços Ambientais, assim como a operacionalização do Cadastro do PSA serão estabelecidos em regulamento do Poder Executivo.

Em relação às fontes de recursos, a mencionada Lei dispõe sobre o Biocrédito em seu art. 11, termo que denomina o conjunto de recursos públicos e privados destinados à implementação da Política Estadual da Biodiversidade e da Política Estadual sobre a Mudança do Clima, sendo Pagamento por Serviços Ambientais um de seus mecanismos. Serão destinadas em contas específicas para operação das políticas citadas o Fundo Estadual do Meio Ambiente – FEMA e o Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERH/PR. O Biocrédito contará ainda com outras fontes de recursos como o incentivo a constituição de fundos privados e às certificações da biodiversidade, destinadas em especial aos recursos oriundos da iniciativa privada e do terceiro setor, inclusive os do mercado de carbono, atendidas as disposições desta Lei e do seu Regulamento.

Entre os Instrumentos Econômicos inseridos na modalidade Criação de Mercados tem-se o Mercado de Carbono Florestal, que surgiu como uma estratégia de mitigação e adaptação às questões que se referem à mudanças climáticas e ao aquecimento global .

O conceito de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) surgiu em 2003 na Convenção quadro das Nações Unidas. Este conceito evoluiu ao longo de outras

convenções e, em 2007 em Bali, surgiu na 13ª Conferência das Partes (COP 13) que adotou no Plano de Ação de Bali o REDD como uma das potenciais ações de mitigação de mudanças climáticas. Neste mesmo evento, o conceito de REDD foi ampliado e passou a ser conhecido como REDD+, conceito que além das reduções por desmatamento e degradação passou a abranger ações de conservação florestal, manejo sustentável e aumento de estoques de carbono.

Durante a 16ª Conferência das Partes (COP16), em Cancun – México, em 2010, o conceito de REDD+, bem como suas regras foram aprovados (BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, 2013). Experiências com Créditos de Carbono por Reflorestamento de Reserva Legal foram relatadas por Dias e Passos (2012 p.13 -15) no caso do Noroeste do Paraná, onde foi instituída a Cooperativa de Produtores de Crédito de Carbono (Coopercarbono), formada por 187 pequenos produtores (propriedades até 30ha) que totalizam 2.878,72 ha em seis municípios da região (Santa Cruz de Monte Castelo, Porto Rico, Santa Izabel do Ivaí, Loanda, São Pedro do Paraná e Querência do Norte). O projeto contemplou uma área de 379 ha a ser reflorestada, conforme descritos por Schaitza *et al.* (2008) e Temporine (2008).

### 3. CONCLUSÃO

Os resultados mostraram que Instrumentos Econômicos para proteção de ecossistemas naturais, baseados no princípio poluidor pagador e protetor beneficiário encontram respaldo nos postulados teóricos e estão difundidos em legislação e trabalhos que retratam experiências em diferentes escalas. São complementares aos instrumentos de comando e controle uma vez que estão atrelados às normas já contempladas pela legislação.

No Paraná, tem-se a cobrança pelo uso dos recursos naturais, como no caso da cobrança pelo uso da água; a compensação financeira e *royalties*, a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e, conseqüente, créditos de carbono nos setores de Eficiência Energética, Energia Renovável e, Manejo de Dejetos, Processos Industriais, que contribuem para a redução dos Gases do Efeito Estufa.

Constatou-se que são várias experiências na política ambiental, no Paraná, que se diferenciam quanto ao objeto (recurso natural), objetivos, legislação, institucionalização e estrutura de gestão, adequados a espaços político-territoriais definidos a partir do objetivo proposto, apresentando conseqüentemente políticas de caráter setorizado.

Em relação aos instrumentos econômicos baseados no princípio protetor beneficiário, aplicados à Política Ambiental de proteção da cobertura florestal, envolvem os subsídios na forma de incentivos e isenção de impostos, compensações (Federal, Estadual e Municipal), Créditos subsidiados que envolvem o Sistema Financeiro –setor bancário, Fundos Ambientais, Pagamento de Serviços Ambientais - Programa Bioclima, além do Mercado de Carbono Florestal.

A diversidade de instrumentos utilizados no Estado do Paraná evidencia a complexidade e a necessidade de explicitar de forma conjunta esse universo, uma vez que se diferenciam quanto a tipologia, modalidade e incidência, que envolvem diferentes arranjos e interlocutores se constituindo em um desafio para a política ambiental, no sentido de incorporar seus postulados e avaliar seus limites e contribuições.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. T. **Política ambiental: uma análise econômica**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998. 192p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. 25ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2000

BRASIL. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. **Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa**. Diário Oficial da União, Brasília, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **O que é REED+**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/redd/index.php/o-que-e-redd>> Acessado em: 17/03/2013

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Transferências governamentais constitucionais** / Tribunal de Contas da União. – Brasília: TCU, Secretaria de Macroavaliação Governamental, 2008. Disponível em <http://portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2056838.PDF>. Acesso em 28/06/2015

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia. A contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: Editora SENAC. São Paulo/Edusp, 2010.263p.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 2ª. ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

**DIAS, R. O ICMS ecológico no contexto das unidades de conservação no município de Campo Mourão.** Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica Do Paraná - Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia – Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana-PPGTU, 2007. 218 p.

DIAS, R., PASSOS, M. M. Instrumentos econômicos aplicados ao meio ambiente na região noroeste do Estado do Paraná: um subsídio ao processo de desenvolvimento socioambiental. In: **VI SIMPGEO – Simpósio Paranaense de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia: Ciência, Sociedade e**, 2012, Guarapuava - PR.

DIAS, R; OLIVEIRA, T. L. G. **A Contribuição das Empresas do Estado do Paraná para a Redução dos Gases do Efeito Estufa.** Revista NUPEM, Campo Mourão, v. 5, n. 9, jul./dez. 2013.

FAUCHEUX, S.; NOËL, J. **Economia dos recursos naturais e do meio ambiente.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995, p. 445.

ICMS ECOLÓGICO. **Legislação.** Disponível em [http://www.icmsecológico.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=53&Itemid=60#up](http://www.icmsecológico.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=53&Itemid=60#up). Acessado em 09/06/2014.

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. **Portaria nº. 263, de 28 de dezembro de 1998.** Curitiba: Diário Oficial do Estado do Paraná, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Cadernos de Formação volume 5: recursos para a gestão ambiental municipal./Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2006.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. **Mercado de Carbono.** Disponível em: <[http://www.institutocarbonobrasil.org.br/#mercado\\_de\\_carbono](http://www.institutocarbonobrasil.org.br/#mercado_de_carbono)> Acessado em: 02/2012.

LANDELL-MILLS, N. PORRAS, T. I. **Silver bullet or fools' gold? A global review of markets for forest environmental services and their impact on the poor.** Instruments for sustainable private sector forestry series. International Institute for Environment and Development, London. (2002).

MARGULIS, Sérgio. **A Regulamentação ambiental:** instrumentos e implementação. Textos para Discussão. nº. 437. IPEA. 1996.

MOTA, J.A. **O Valor da Natureza: Economia e Política dos recursos naturais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 200p.

MOTTA, R. S. **Economia ambiental.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.228 p.

MOTTA, R. S.; MENDES, F. E. **Instrumentos Econômicos na Gestão Ambiental: aspectos teóricos e de implementação.** In: ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P.; LEONARDI, M. L. A. (Org.). Economia do meio ambiente: teoria, política e a gestão dos espaços regionais. Campinas: Unicamp, 2001.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná, Curitiba, 1989.** Disponível em <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=iniciarProcesso&tipoAto=10&orgaoUnidade=1200&retiraLista=true&site=1>. Acessado em: 04/06/2014.

PARANÁ. Decreto nº. 5.361/02. Regulamenta a cobrança pelo direito de uso de recursos hídricos. **Diário Oficial do Estado do Paraná.** Curitiba, 27 fev. 2002.

PARANÁ. **Lei Complementar Estadual nº. 9.491/90, Art. 2º, 21 de dezembro de 1990.** Estabelece critérios para fixação dos índices de participação dos municípios no produto de arrecadação do ICMS.

PARANÁ. **Lei Complementar nº. 59, de 01 de outubro de 1991.** Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, que alude o art.2º.o da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e Unidades de Conservação ambiental, assim como adota outras providências. Curitiba: Diário Oficial do Estado do Paraná, 1991.

PARANÁ. Lei 17.134 de 25 de abril de 2012. Institui o **Pagamento por Serviços Ambientais**, em especial os prestados pela Conservação da Biodiversidade, integrante do Programa Bioclima Paraná, bem como dispõe sobre o Biocrédito.

RIBEIRO, M. A. O princípio do protetor-recebedor. In: Workshop Desenvolvimento e Conservação através do uso do Solo: Identificando os incentivos corretos. **Anais.** Palmas, 1999.

SANTOS, Antonio. R. **Metodologia científica: construção do conhecimento.** 5ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2002. 167p.

SANTOS, P. BRITO, B. MASCHIETO, F. OSÓRIO, G. MONZONI, M. (Orgs) Legislação e projetos de lei sobre PSA. In: **Marco Regulatório sobre Pagamento por Serviços Ambientais no Brasil.** Belém, PA: IMAZON; FGV, 2012.

SCAFF, F.F. TUPIASSU, L. V. C. Tributação e políticas públicas: o ICMS Ecológico In: TORRES, Heleno T. (Org.). **Direito tributário ambiental.** São Paulo: Malheiros, 2005.

SCHERR, S. J; WHITE, A; KAIMOWITZ, D. **A new agenda for forest conservation and poverty reduction: making markets work for low-income producers.** Forest Trends, Washington, D.C., USA. 2004. Disponível em <[http://www.forest-trends.org/publication\\_details.php?publicationID=100](http://www.forest-trends.org/publication_details.php?publicationID=100)> Acessado em: 11/2011

SCHAITZA, E. G. . [et al.]. **Implantação e manejo de florestas em pequenas propriedades no Estado do Paraná: um modelo para a conservação ambiental, com inclusão social e**

viabilidade econômica. Colombo: Embrapa Florestas, 2008. COMASE. Disponível em: <<http://www.cnpf.embrapa.br/publica/seriedoc/edicoes/doc167.pdf>> em: 04/06/2014

TEMPORINI, A. **O uso de instrumentos econômicos na política ambiental do Paraná.** Campo Mourão, 2008. Monografia (Graduação em Economia) - Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, 2008.

TIETENBERG, T.; LEWIS, L. **Environmental & natural resources economics.** 9 Ed. New York: Prentice Hall, 2010, p. 696.

TUPIASSU, L. V. da C. A tributação como instrumento de concretização do direito ao meio ambiente: o caso do ICMS ecológico. In: **Congresso Internacional de Direito Ambiental.** 8, 2004, São Paulo. Anais... São Paulo: Independent Papers, 2004.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração.** São Paulo: Atlas S.A, 1998.

XAVIER, D. ENDLICH A. M. Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu na Microrregião de Toledo e aplicação de *Royalties*. **Geoingá:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia Maringá, v. 5, n. 2, p. 141-165, 2013. ISSN 2175-862X (on-line)

YOUNG, C. E. F. **Financial Mechanisms for Conservation in Brazil.** Conservation Biology, v. 19, n.3, p. 756-761, 2005

WUNDER, S. (Coordenador). BORNER, J. TITO, M.R. PEREIRA, L. **Pagamentos por Serviços Ambientais:** Perspectivas para a Amazônia Legal. Brasília: MMA, 2008, 136p.

## PERFIL DOS TRABALHADORES AGROPECUÁRIOS PERMANENTES E TEMPORÁRIOS POR ESTADOS BRASILEIROS A PARTIR DA PNAD 2011 A 2013, UTILIZANDO-SE DA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE DADOS ESPACIAIS

PATRICIA ESTANISLAU

Economista, Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio

[patiestanislaui@yahoo.com.br](mailto:patiestanislaui@yahoo.com.br)

---

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é traçar o perfil das características dos trabalhadores permanentes e temporários da agropecuária brasileira através das variáveis escolaridade, gênero, experiência profissional, idade do trabalhador e sua localização nos Estados Brasileiros no ano de 2011, 2012 e 2013. Para tal, a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) foi utilizada, bem como a metodologia da Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE). Percebemos que as características do trabalhador agropecuário são diferenciadas nos segmentos permanente e temporário, que a composição espacial também se diverge entre os Estados Brasileiros. Há autocorrelação espacial entre as características dos trabalhadores agropecuários e a região onde vivem com formação de *clusters* tanto alto-alto quanto baixo-baixo.

**Palavras-chave:** Agropecuária, Trabalhadores Permanente e Trabalhadores Temporários

**ABSTRACT:** The purpose of this article is to profile the characteristics of permanent and temporary workers of Brazilian agriculture through the variables education, gender, work experience, the employee's age and its location in the Brazilian States in 2011, 2012 and 2013. To this end, National survey by Household Sampling (PNAD) was used, and the method of analysis Exploratory spatial Data (ESDA). Realized that the agricultural worker characteristics are differentiated in permanent and temporary segments, the spatial composition also differs between the Brazilian states. There spatial autocorrelation between the characteristics of agricultural workers and the region where they live with formation of both high-high both low-low clusters.

**Key Works:** Agriculture; Permanent Workers and Temporary Workers.

---

### 1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho da agropecuária brasileira, modificou-se muito desde a colonização até a modernização agrícola atual. Após os vários ciclos econômicos que se sucederam e de inúmeras políticas governamentais voltadas ao setor agropecuário, tem-se uma configuração diferenciada dos trabalhadores agropecuários no campo na época presente.

Especialmente nas últimas décadas conforme Estanislau e Staduto (2012) devido as políticas econômicas e setoriais, que impactaram o setor agropecuário com consequências diretas na produção e na tecnificação da agropecuária, uma das consequências sobre os trabalhadores agropecuários, foi a adaptação aos efeitos diferenciados que influíram nas diversas regiões brasileiras<sup>1</sup>.

Percebe-se que no mercado de trabalho agrícola existe uma diferenciação na demanda de trabalhadores. Parte em função da sazonalidade que é um fenômeno inerente a este mercado de trabalho, devido as diferenciações de culturas em que a contratação mão de obra se faz pertinente em algumas épocas do ano como plantio e/ou colheita. Parte também pela própria institucionalização do trabalho, que dificulta a contratação direta. Logo o uso da mão de obra agrícola divide-se em trabalhadores temporários e permanentes. A segmentação destes trabalhadores ainda em transição, nos mostra as diferenças que compõe cada grupo na agropecuária<sup>2</sup> brasileira:

Empregado temporário - Quando a duração do contrato ou acordo de trabalho, verbal ou escrito, tivesse um término estabelecido, ainda que pudesse ser renovado;  
Empregado permanente - Quando a duração do contrato ou acordo de trabalho, verbal ou escrito, não tivesse um término estabelecido. (IBGE, 2006, p. 35).

O primeiro questionamento que se coloca é se as características destes trabalhadores agropecuários são diferentes entre si: escolaridade, idade, experiência e gênero. Rezende, Ferreira e Kreter (2008) colocam que o trabalhador temporário tem baixa qualificação. Aguire e Bianchi (1989) e Rezende e Kreter (2009) enfatizam que há uma dinâmica de transição entre trabalhadores permanentes e temporários devido aos fatores institucionais ligados a contratação. Estanislau et al (2012) mostra que é crescente apesar de pequena a participação feminina na agropecuária.

Adicionando o enfoque espacial Estanislau (2011) coloca que cada região possui um desempenho em seus mercados de acordo com as culturas adotadas, e Staduto (2003) aborda as particularidades institucionais como o salário mínimo regional. Segundo Staduto et al (2008) dispersão salarial deve-se às diferenças entre as regiões, podendo ser em função da intensificação do capital em relação ao trabalho. O segundo questionamento que se coloca é

---

<sup>1</sup> Para maiores detalhes, ver revisão sobre o tema em Freitas, Bacha e Fessatti (2007).

<sup>2</sup> Para o IBGE, também inclui as atividades da silvicultura, da pecuária, da extração vegetal, da pesca e da piscicultura, bem como serviços auxiliares.

em função da espacialidade, como estão distribuídos espacialmente os trabalhadores dos segmentos permanente e temporário da agropecuária brasileira?

Diante disto, o objetivo deste trabalho é traçar um perfil das características dos trabalhadores permanentes e temporários da agropecuária brasileira entre os Estados Brasileiros entre os anos 2011 a 2013, usando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) como fonte de dados e utilizando como metodologia a Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE), inicialmente a fim de identificar a escolaridade, experiência profissional, gênero, e localização dos trabalhadores permanentes e temporários por Estados Brasileiros e posteriormente obter a autocorrelação espacial univariada entre as variáveis citadas a fim de verificar a influência da localização nos segmentos permanente e temporários nos Estados Brasileiros.

A segmentação dos trabalhadores no mercado de trabalho agrícola, dentro do contexto espacial, mostra que fatores locais e regionais interferem neste mercado. Salienta-se que devido as especificidades do trabalho temporário agropecuário, este trabalhador segundo Ferreira e Kreter (2008) possui baixa qualificação, e que não tem incentivos tanto de empregadores quanto dos próprios trabalhadores para uma melhor qualificação, devido à alta rotatividade e incerteza ao trabalho. Staduto, Bacha e Bacchi (2004) enfatizam que as condições locais interferem na formação dos salários dos trabalhadores permanentes.

Muitos trabalhos mostram a temática do trabalho permanente e temporário na agropecuária brasileira (STADUTO, BACHA E BACCHI 2002; STADUTO 2003; SOUZA, 2004; MENEZES e AZZONI, 2006; CUNHA 2008; REZENDE e KRETER, 2009), mas a razão deste trabalho se tornar pertinente tratará da diferenciação dos trabalhadores pela escolaridade, experiência profissional, gênero, mas também sua localização espacial que consequentemente denota a participação regional no mercado de trabalho agrícola.

O desenvolvimento da presente pesquisa justifica-se em contribuir para a literatura já existente, mas também pelo uso da referida metodologia que torna esta pesquisa diferenciada, e poderá ajudar na localização de estados que mais precisam de incentivos no mercado de trabalho podendo ajudar na formulação de políticas que visem melhorar tal realidade, aumentando a produtividade agrícola e melhorando o bem estar social.

O artigo está dividido em cinco seções. A primeira inicia-se nesta introdução, a segunda veremos um breve referencial teórico sobre os trabalhadores da agropecuária

brasileira. A terceira seção tratará dos procedimentos metodológicos utilizados. A quarta seção ter-se-á os resultados e discussões e na última seção teremos as considerações finais.

## **2. BREVE REFERENCIAL TEORICO SOBRE OS TRABALHADORES AGROPECUARIOS**

A demanda de trabalhadores agropecuários ao longo da história recente do Brasil vem se modificando e segmentando seus trabalhadores. Szmrecsányi (1990) enfatiza que devido a base econômica para a exportação, somente com o fim da escravidão foi possível a formação do mercado de trabalho. Graziano da Silva (1999) destaca que, entre 1850 a 1890, houve gradativa redução do trabalho escravo e introdução do trabalho livre. De 1890 a 1930 criou-se um setor artesanal de máquinas e de equipamentos agropecuários e iniciou-se o processo de substituição das importações. De 1930 a 1960 houve a integração dos mercados nacionais (alimentos, trabalho e matérias-primas). Kreter (2010) adiciona que uso de imigrantes como mão de obra se torna crescente.

Para Kreter (2010), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de 1943, serviu para iniciar o processo de inclusão do trabalhador rural nas leis trabalhistas. Mas somente com o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), instituído em 1963, houve a regulação das relações de trabalho no meio rural.

Bacha (2004) vê na década de 1960 a prática das bases institucionais que modernizaram a agropecuária brasileira, na alteração de sua estrutura visando maior rentabilidade. A modernização agropecuária conforme Kageyama (1987), criou três mudanças estruturais: a) alteração da relação de trabalho passa a ser coletiva e especializada. b) a mecanização é a principal característica da inovação tecnológica, e a força e destreza humana passa a ser demandada. c) Ocorre a endogeneização dos setores produtores de máquinas e insumos para a agropecuária.

A modernização repercutiu na demanda por mão de obra que fez a contratação ser sazonal, substituindo a mão de obra permanente pelo trabalhador temporário (GRAZINO DA SILVA, 1982). Entre a década de 1960 e 1980 houve aumento dos trabalhadores temporários agropecuários e redução de trabalhadores permanentes em função da modernização agropecuária, devido à dinâmica de inovações tecnológicas. E após a década de 1990, com um

novo ciclo tecnológico, aumentou a participação dos trabalhadores permanentes, retraindo o trabalho temporário (AGUIRE E BIACHI, 1989; STADUTO, BACCHI E BACHA, 2004).

De acordo com Andrietta (2004), na década de 1990 o ambiente agropecuário é absorveu as mudanças institucionais, como o aumento da formalização nos estabelecimentos agropecuários. Freitas, Bacha e Fassatti (2007) perceberam que as mudanças tecnológicas na agropecuária brasileira, levaram ao desenvolvimento desigual dos estados em que o estoque de capital humano contribuiu para a diferenciação regional.

Segundo Staduto, Rocha Jr. e Bittencourt (2004) a mão de obra temporária agropecuária é semiquificada, incentivando o não cumprimento do direito trabalhista. Porém sua necessidade cresceu devido à reorganização das relações de trabalho que oneram os empregadores a contratação de trabalhadores permanentes.

Pedro e Ferreira (2007) acreditam que nos anos recentes, a agropecuária busca mão de obra mais qualificada para suas atividades devido à alta tecnificação, selecionando o tipo de trabalhador de que necessita. Já Aguirre e Bianchi (1989) colocam que por estarem dispersos e não possuírem nenhum vínculo com o empregador, os trabalhadores temporários estavam propensos ao não compromisso, comprometendo a qualidade do serviço oferecido.

Ramos (2003) comenta que a transição do trabalho permanente para o temporário deve-se aos custos de contratação. Rezende, Ferreira e Kreter (2008) mostram que o custo para seguir a legislação trabalhista é muito alto (procura de serviço de um contador, abrir contas bancárias individuais aos trabalhadores para os depósitos dos salários, regular esses trabalhadores junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e depositar a contribuição junto ao INSS, manter o registro de seus funcionários atualizados e outros custos implícitos, como viagens a cidades, exames médicos para admissão e demissão de funcionários). Assim, os empregadores buscam utilizar trabalhadores temporários, em razão dos custos menores.

Freitas e Bacha (2004) compreendem o capital humano como o estoque de conhecimento acumulado pelo trabalhador agropecuário que permite aumentar a produtividade do trabalho. Os produtores/trabalhadores agropecuários com maiores níveis de educação possuem mais habilidades, capacidade de adaptação e de adequação de seus planos de produção às possíveis mudanças estruturais e conjunturais.

Corrêa e Hoffmann (1997) enfatizam que a educação foi o fator de maior importância para a diferenciação dos rendimentos, que explica em média 76% a desigualdade de renda agropecuária entre 1981 a 1990. Assim melhorias nos níveis educacionais geram alterações na composição da população ocupada na agropecuária.

Os trabalhadores da agropecuária possuem distintas qualificações, o que possibilita diversas oportunidades na agropecuária. As rotinas adotadas nos estabelecimentos agropecuários demandam por si trabalhadores permanentes. Há, no entanto, picos nas atividades agropecuárias que demandam mão de obra temporária em geral menos qualificada (STADUTO, 2002).

### 3.PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A fonte principal de informações para este trabalho é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do período de 2011 a 2013. Hoffmann (2009) e Cunha (2009) usaram para examinar a desigualdade entre os trabalhadores permanentes e temporários na agropecuária brasileira. A PNAD disponibiliza na própria metodologia a segmentação dos trabalhadores permanentes e temporários na agropecuária, que se faz a partir de 1992.

As variáveis a serem utilizadas neste trabalho compreendem o rendimento do trabalhador demonstrado através do salário por hora trabalhada, a escolaridade, experiência profissional, o gênero, dos trabalhadores permanentes e temporários da agropecuária brasileira por Estados Brasileiros. Utilizaremos para extração dos dados o software *SPSS* para as variáveis da PNAD e o software *Geoda*, a ser utilizado como procedimento metodológico na Análise Exploratória de Dados Espaciais (AEDE).

A AEDE é uma coleção de técnicas para descrever e visualizar distribuições espaciais, identificar localizações atípicas, descobrir padrões de associação espacial (*clusters*) e sugerir regimes espaciais ou outras formas de heterogeneidade espacial, além de verificar o padrão de dispersão espacial e associação de atributos (ANSELIN, 1998).

A partir da AEDE serão extraídas medidas de autocorrelação espacial global e local, com o uso dos indicadores de análise exploratória que identificam, além da posição absoluta dos eventos no espaço, também sua distribuição relativa (ANSELIN, 1998). Para isso, utiliza-se uma medida estatística *I*, proposta por Moran (1948), a qual possibilita medir a covariância

entre os erros de regiões “vizinhas” em relação à variância dos erros de determinada região, atribuindo pesos unitários para regiões de fronteiras comuns ( $w_{ij} = 1$ ), e nulas em casos contrários. Neste caso a análise AEDE será de aporte para configurar a autocorrelação espacial entre os estados brasileiros e os trabalhadores permanentes e temporários.

### 3.1 Autocorrelação espacial global univariado

O primeiro passo consiste em testar se os dados de uma variável apresentam uma distribuição aleatória espacial, ou seja, se os valores de uma região não dependem das demais. Para tal, utilizar-se-á o coeficiente de correlação espacial  $I$  de Moran, dado por:

$$I = \frac{n}{\sum \sum w_{ij}} \times \frac{\sum \sum w_{ij} (z_i - \bar{z})(z_j - \bar{z})}{\sum (z_i - \bar{z})^2} \quad (01)$$

Em que:  $n$  é o número de unidades espaciais;  $z_i$  é a variável de interesse;  $w_{ij}$  é o peso espacial para o par de unidades espaciais  $i$ ; e  $j$  é a medida do grau de interação entre elas. Essa é uma estatística que fornece, de maneira formal, o grau de associação linear entre os vetores de valores observados em um tempo  $t$  ( $z_t$ ) e a média ponderada dos valores dos seus vizinhos, ou as defasagens espaciais ( $Wz_t$ ). Os valores dessa estatística variam entre  $-1$  e  $+1$ , onde  $-1$  representa um coeficiente de correlação linear negativa e  $+1$  representa um coeficiente de correlação linear positivo (ANSELIN, 1998).

### 3.2 Autocorrelação espacial local univariado

A autocorrelação espacial local capta padrões de associação local (*clusters*) que são frequentemente encobertos pelas estatísticas de autocorrelação espacial global. Ela pode ser calculada pela estatística  $I_i$  de Moran local, também conhecida como Indicadores Locais de Associação Espacial (LISA)<sup>3</sup> (TEIXEIRA, BERTELLA e ALMEIDA, 2010).

Para identificar a ocorrência de autocorrelação local, Anselin (1998) propôs uma decomposição em categorias do indicador  $I$  de Moran, dado por:

<sup>3</sup> *Local Indicators of Spatial Association.*

$$I_i = \frac{((z_i - \bar{z})) \sum_i (w_{ij} ((z_i - \bar{z})))}{\sum_i ((z_i - \bar{z}))^2 / n} = z_i \sum_j w_{ij} z_j \quad (03)$$

Onde:  $n$  é o número de regiões;  $z_i$  é a variável de interesse;  $\bar{z}$  é a média dessa variável; e  $z_j$  é a variável de interesse nas regiões vizinhas e  $w_{ij}$  é a matriz de peso espacial. Para Almeida (2004, p.12), a LISA “[...] provê uma indicação do grau de agrupamento dos valores similares em torno de uma observação, identificando *clusters* espaciais, estatisticamente significantes”. Tais *clusters* são divididos em quatro tipos de associação espacial, sendo: Alto-Alto (AA), que denota que as unidades espaciais pertencentes a esse agrupamento exibem valores altos da variável, rodeados por unidades espaciais que apresentam valores também altos da mesma variável; Baixo-Baixo (BB), que se refere a um agrupamento, cujas unidades espaciais mostram valores baixos da variável, circundados por unidades que possuem valores também baixos; Alto-Baixo (AB), que responde pela unidade espacial qualquer, com um alto valor de uma variável sendo circunvizinha de unidades espaciais, com um baixo valor dessa variável; e Baixo-Alto (BA), que mostra que um *cluster* de um lugar espacial qualquer com um baixo valor da variável é circundado por estados com alto valor dessa variável.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na agropecuária brasileira tem-se um total de 9.196.409 trabalhadores sendo 8.795.409 homens e 401.530 mulheres no ano de 2013, segundo a PNAD. No segmento permanente tem-se 7.721.882 homens e 238.996 mulheres totalizando 7.960.878 trabalhadores agropecuários permanentes. No segmento temporário tem-se 1.073.527 homens e 162.534 mulheres, totalizando 1.236.061 trabalhadores. Diante destes números observaremos as características destes trabalhadores a fim de traçar seu perfil.

A autocorrelação global envolve o cálculo do coeficiente de I de Moran. O valor do coeficiente *I de Moran* indica que existem semelhanças com a localização espacial das variáveis: estados que possuem altos valores para as variáveis escolaridade, experiência profissional, rendimento, gênero e idade dos trabalhadores estão rodeados por estados que possuem as variáveis citadas também altas. Logo, estados valores das variáveis dos

trabalhadores estão rodeados por estados que possuem as mesmas variáveis também baixas. Se, por ventura, o valor do *I de Moran* estiver abaixo do coeficiente *I de Moran* esperado, a autocorrelação espacial é negativa e representa a dissimilaridade dos valores e da localização da variável observada. Se o valor do coeficiente de *I de Moran* calculado para os salários/hora dos trabalhadores for igual ao coeficiente de *I de Moran* esperado significa que não há um padrão espacial nos dados. Valores acima de  $E(I) = -0,0385$  indicam a autocorrelação espacial positiva e os valores inferiores indicam a autocorrelação espacial negativa. Na Tabela 1, encontram-se os valores de *I de Moran* calculado para a convenção de matriz de peso espacial 4 vizinhos mais próximos.

Em 2011 verificou-se a existência de autocorrelação espacial para todas as variáveis exceto para a variável gênero masculino no segmento de trabalhadores temporários, que apresentou autocorrelação espacial negativa indicando que os dados para esta variável se correlacionam negativamente com o espaço onde se encontra. Para o ano de 2012 a autocorrelação espacial mostrou-se mais adversa entre as variáveis apresentadas, algumas variáveis tais como escolaridade, rendimento, experiência e idade para o segmento permanente e experiência para o segmento temporário tiveram o Coeficiente de Moran positivo, indicando que seus valores estão correlacionados positivamente com a localidade em que se situam. No entanto as variáveis, gênero masculino, feminino do segmento permanente, escolaridade, rendimento, idade, gênero masculino e feminino do segmento temporário tiveram *I de Moran* negativo indicando que autocorrelação espacial é negativa quando olhamos a localidade. Este comportamento adverso também esteve presente no ano de 2013 entre as variáveis citadas. Apenas a variável rendimento para ambos os segmentos teve seu nível de significância abaixo do *I de Moran* esperado de  $(E)I = -0,0385$ .

Tabela 1 - Índice de *I de Moran* do trabalhador permanente e temporário na agropecuária para os anos de 2011, 2012 e 2013 para a matriz de peso espacial k4 vizinhos mais próximos.

Período	2011		2012		2013	
	I de Moran	p- valor	I de Moran	p- valor	I de Moran	p- valor
Escolaridade Permanente	0,8037	0,0100	0,1853	0,0420	0,1853	0,0430
Rendimento Permanente	0,1226	0,0820	0,1941	0,0370	0,0497	0,1040
Experiência Permanente	0,2478	0,0110	0,0751	0,1450	0,0751	0,1430
Idade Permanente	0,2102	0,0270	0,0520	0,1730	0,0520	0,2170
Masculino Permanentes	0,0558	0,1550	-0,1681	0,0510	-0,1683	0,0510
Feminino Permanentes	0,2016	0,0010	-0,0088	0,3120	-0,0087	0,2999

Escolaridade Temporários	0,2402	0,0190	-0,0270	0,4440	-0,0270	0,4230
Rendimento Temporários	0,0695	0,1200	-0,0566	0,4980	-0,0004	0,3210
Experiência Temporários	0,0695	0,0145	0,3334	0,2470	0,0333	0,2450
Idade Temporários	0,5147	0,1010	-0,0365	0,4430	-0,0365	0,4540
Masculino Temporários	-0,0075	0,6650	-0,1439	0,1430	-0,1439	0,1570
Feminino Temporários	0,0806	0,1230	-0,1338	0,1880	-0,1338	0,1800

Fonte: Resultados da Pesquisa (2016)

A Figura 1 mostra a formação de *clusters* para a escolaridade dos trabalhadores permanente e temporário. Para a formação do cluster tipo AA ao longo dos anos analisados os trabalhadores permanentes e temporários moveram-se em direção ao Nordeste brasileiro: no caso dos trabalhadores permanentes o número de Estados do Nordeste aumentou em 2013 se comparado a 2011 e tornou-se insignificante no restante do território brasileiro. A configuração BB para a escolaridade no segmento permanente se fez em 2011 em todo o Nordeste brasileiro e moveu-se para Estados do Norte brasileiro em 2012 (Acre e Rondônia) e 2013 (Rondônia). No segmento temporário a formação se fez em Estados do Nordeste (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e não houve mais formação em 2012 e 2013.

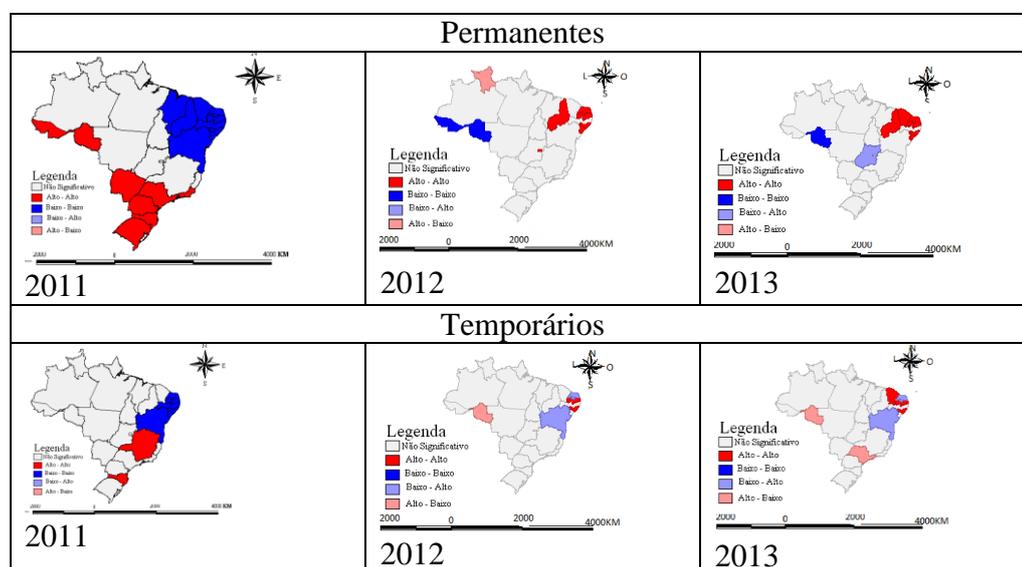


Figura 1: *Clusters* da Escolaridade do trabalhador Permanente e Temporário

Fonte: Resultados da pesquisa

Segundo Estanislau (2011) para os trabalhadores agropecuários permanentes e temporários os *clusters* tipo AA, no período de 1992 a 2009 estiveram em estados do Norte, do Centro Oeste, do Sul e do Sudeste. Observou-se o tipo de *cluster* BB, estava localizado em

estados da região Nordeste. De acordo com Freitas (2001) e Freitas Bacha e Fessatti (2007) o nível de instrução no meio rural é baixo, notadamente no Nordeste, isso faz com que trabalhadores agropecuários não consigam interagir com as tecnologias disponíveis na agropecuária.

A Figura 2 mostra a formação de *clusters* para o rendimento dos trabalhadores permanente e temporário. A formação de cluster AA no ano de 2011 ocorreu nos Estados do Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, no de 2012 a formação mudou-se espacialmente para os Estados de Tocantins, Piauí e Maranhão e no ano de 2013 não houve formação. Para os trabalhadores temporários a formação AA se fez em 2011 nos Estados da região Norte (Amazonas e Roraima) em 2012 não houve formação e em 2013 a formação se fez em Sergipe. Para a formação BB para os trabalhadores permanentes inicialmente se fez em 2011 nos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba em 2012 não houve formação e em 2013 ocorreu no Estado de Roraima. Já para os trabalhadores temporários a formação BB se fez inicialmente em 2011 foi no Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, não houve formação em 2012 e em 2013 a formação se fez nos Estados do Norte como Acre, Roraima e Rondônia.

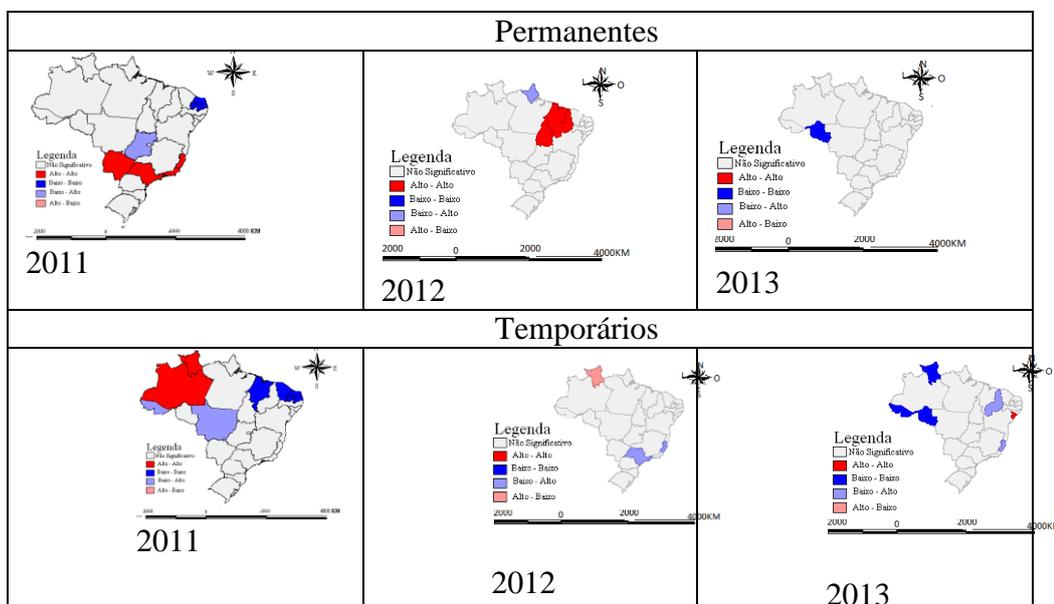
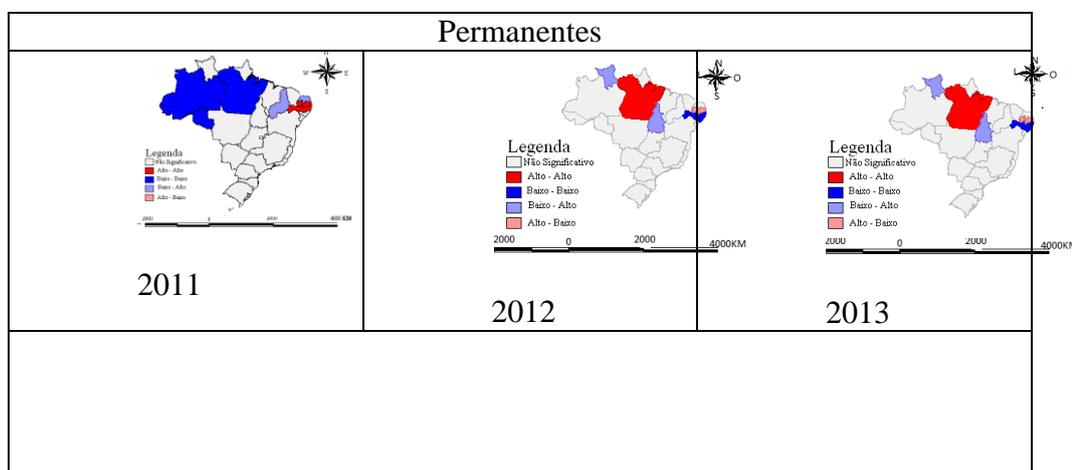


Figura 2: *Clusters* do Rendimento do trabalhador Permanente e Temporário

Fonte: Resultados da pesquisa

Estanislau (2011) encontra para o salário/hora dos trabalhadores agropecuários permanentes o tipo de *cluster* AA englobando estados do Norte, Centro Oeste, Sudeste e Sul. O tipo BB concentrou-se em estados da região Nordeste. A configuração BA situou-se em estados do Norte e o tipo AB situou-se na região Nordeste. Quanto aos trabalhadores temporários a localização geográfica foi semelhante à distribuição dos salários/hora dos trabalhadores permanentes. Staduto, Bacchi e Bacha (2004) e Cunha (2009) relatam, a existência de diferenciais salariais das regiões Norte, Sudeste, Sul e Centro Oeste, que tiveram os maiores rendimentos que a região Nordeste. Segundo Cunha (2008), a região Centro Oeste é a que melhor remunerava os trabalhadores e a região com menores níveis salariais é a região Nordeste.

A formação de *clusters* para a experiência do trabalhador da agropecuária brasileira é vista na figura 3. Nela podemos observar que os *clusters* na configuração AA para os trabalhadores permanentes se fez em 2011 na Paraíba e Pernambuco em 2012 e 2013 no Para. Para os trabalhadores temporários houve este tipo de formação apenas em 2013 em Rondônia e Roraima. Com exceção do ano de 2011 no segmento permanente a concentração deste tipo de *cluster* se fez em Estados que compõe a região Norte do país. No *cluster* BB mostra a formação deste tipo de *clusters* nos dois segmentos de trabalhadores predominou na região Nordeste do país, indicando que nesta região a baixa experiência está ligada com a baixa experiência dos Estados vizinhos. Para Estanislau (2011) para formação de *clusters* AA e BB, não há predomínio de uma determinada região na formação dos *clusters* nos dois segmentos de trabalhadores da agropecuária. Cunha (2009), enfatiza que quando a educação aumenta, o salário eleva-se para os dois segmentos de trabalhadores agropecuário e há utilização mais intensa de tecnologia, aumentando a produtividade e, conseqüentemente, a produção no setor.



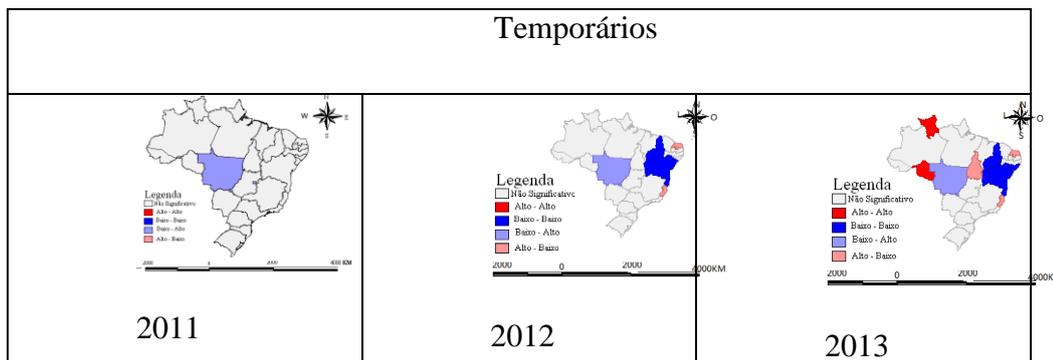


Figura 3 : Clusters da Experiência do trabalhador Permanente e Temporário  
Fonte: Resultados da pesquisa

A figura 4 nos mostra o comportamento da idade do trabalhador agropecuário, quanto a formação dos clusters. Na configuração AA percebeu-se a visualização dos clusters teve sua formação diferenciada entre os segmentos, enquanto para os trabalhadores permanentes ao longo do período os Estados passaram a concentrar-se na região Nordeste, para os trabalhadores temporários este movimento foi visto no sentido da região de Estados da região centro oeste. Para a configuração BB os trabalhadores permanentes em 2011 tiveram o Estado de Pernambuco e Alagoas e em 2013 o Estado de Roraima. Para os temporários a configuração ocorreu apenas no ano de 2011 nos Estados de Pará e Amapá. Segundo Andrietta (2004) houve aumento de participação dos trabalhadores rurais de 40 anos ou mais de idade em todos os estados brasileiros. Percebe-se a ligação entre a dimensão espacial e a idade dos trabalhadores como positiva.

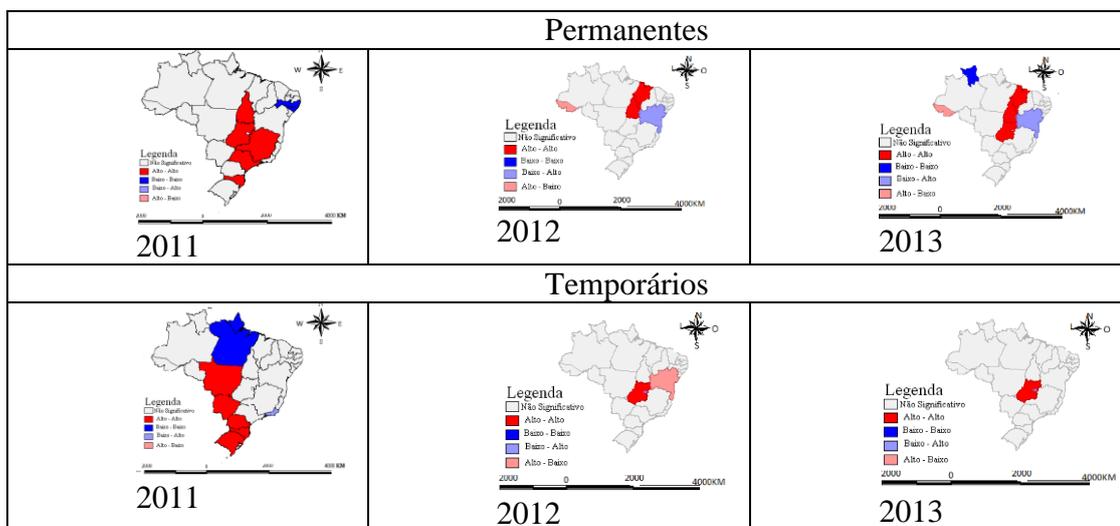


Figura 4: Clusters da Idade do trabalhador Permanente e Temporário  
Fonte: Resultados da pesquisa

A figura 5 nos remete a formação de *clusters* para o gênero masculino, no segmento permanente a formação do cluster AA percebeu-se que entre os trabalhadores permanentes em 2011 Estados no eixo centro oeste Sudeste tinham uma concentração maior e que durante o período passaram a configurar Estados do Nordeste. Para os trabalhadores temporários em 2011 a formação era de Estados da região Sudeste, mas configurando-se em 2012/2013 em Estados do Nordeste. Na configuração BB para o gênero masculino no segmento permanente não houve formação no período e para o segmento temporário se fez em 2011 em Amazonas e em 2013 no Tocantins.

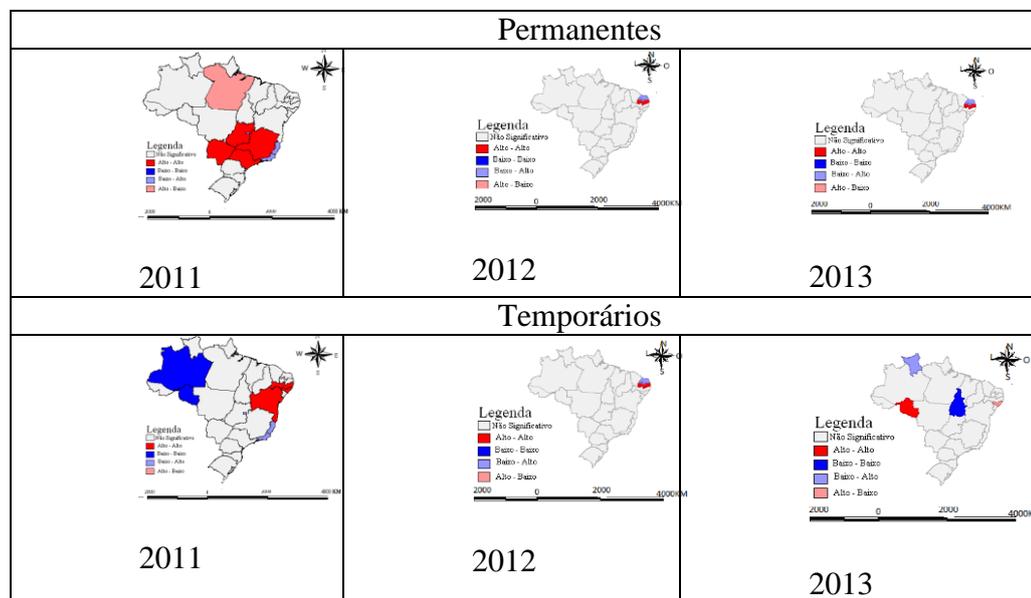


Figura 5: *Clusters* do gênero masculino do trabalhador Permanente e Temporário  
Fonte: Resultados da pesquisa

Estanislau et al (2012) mostra o emprego formal que para o gênero masculino para o período de 1989 a 2009 a concentração de *cluster* tipo AA se faz entre o estado de São Paulo alongando-se em direção a região Centro Oeste. Já no gênero feminino vai em direção a Minas Gerais e Goiás, sendo que em 2009 houve um *cluster* em Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. O *cluster* BB houve aumento em sua extensão ao longo destas regiões geográficas.

Podemos visualizar a formação de *clusters* para as trabalhadoras da agropecuária na figura 6. Para o gênero feminino para os trabalhadores da agropecuária brasileira. No segmento permanente a formação AA se fez em São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro, em 2012 se fez em Rondônia e em 2013 na Paraíba e

Maranhão. Para os trabalhadores temporários inicialmente a formação foi adversa dos trabalhadores permanentes já que em 2011 esta configuração se fez no Espírito Santo e Alagoas, em 2012 e 2013 na Paraíba. Para a configuração BB para o segmento permanente tem-se em 2011 no Acre, Amazonas e Roraima, em 2012 no Tocantins e em 2013 não houve formação desta configuração. Para o segmento temporário no Rondônia, Amazonas e Pará em 2012 não houve formação e em 2013 no Espírito Santo.

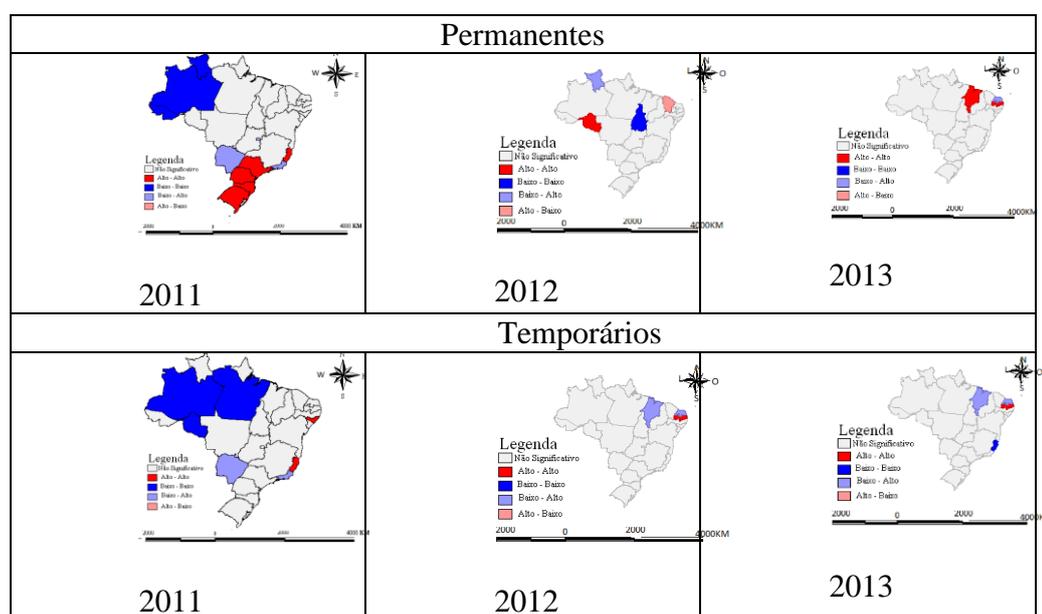


Figura 6: Clusters do gênero Feminino do trabalhador Permanente e Temporário  
Fonte: Resultados da pesquisa

Ao compararmos o gênero permanente feminino com o gênero permanente masculino para o cluster AA percebemos que enquanto o gênero masculino partiu de Estados da região do eixo centro oeste Sudeste rumo a Estados do Norte, o gênero feminino partiu do eixo Sudeste-Sul também para Estados da região Nordeste. Quanto ao segmento temporário o gênero masculino iniciou-se em 2011 em Estados do Nordeste e movimentou-se em 2013 para Estados do Norte enquanto o gênero feminino ficou durante todo o período na região Nordeste.

Para comparação de gênero na configuração BB, o gênero masculino permanente não teve formação enquanto para o gênero feminino a formação se fez no Norte do país. Para os trabalhadores temporários no gênero masculino a formação se fez na região Norte enquanto

para o gênero feminino em 2011 compunha-se se Estados da região Norte, mas no ano de 2013 firmou-se em Estados do Sudeste brasileiro.

Ademais notamos a existência da autocorrelação espacial da escolaridade, experiência, rendimento e idade e gênero dos trabalhadores o que caracteriza a relação da região em que vive estes trabalhadores com suas características. Há uma segmentação espacial das características dos trabalhadores brasileiros quanto á trabalhadores permanentes e temporários, onde a localização de suas características se divergem no espaço o que indica que sua diferenciação atua em posições distintas, conforme a literatura menciona.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O proposto objetivo deste trabalho era traçar o perfil do trabalhador agropecuário, no segmento temporário e permanente para os anos de 2011, 2012 e 2013 através da PNAD. Percebeu-se várias características destes trabalhadores a partir da AEDE, que mostrou a relação do emprego dos trabalhadores agropecuários e sua localização espacial.

A autocorrelação espacial visualizada com o índice de I de Moran, demonstrou que existem semelhanças na localização espacial das variáveis, já que estados que possuem altos valores para as variáveis escolaridade, experiência profissional, rendimento, gênero e idade dos trabalhadores estão rodeados por estados que possuem as variáveis citadas, também altas.

Em relação à formação de *clusters* do tipo AA e BB, para a escolaridade há maior números de *clusters* para o segmento permanente em relação aos trabalhadores temporários. Isto pode ser um indicativo de que a escolaridade dos trabalhadores permanentes é fortemente influenciada pela localização deste trabalhador.

Para o rendimento dos trabalhadores agropecuários a localização é distinta entre os segmentos. Na formação de *clusters* AA para trabalhadores temporários na Amazonas e Roraima e para os trabalhadores permanentes em Mato Grosso do Sul e Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo em 2011. No entanto para na configuração de *clusters* BB, a distribuição espacial se faz para os dois segmentos em estados da região do Nordeste brasileiro. Nos demais anos as configurações dos *clusters* foram dispersas entre trabalhadores permanentes e temporários.

Para a idade há disseminação espacial entre os segmentos. Na formação de *clusters* AA os trabalhadores permanentes formavam uma configuração de Santa Catarina e São Paulo rumo a região do Centro brasileiro enquanto os trabalhadores temporários tinham a formação englobando os estados do Sul de Oeste Brasileiro. A mesma disseminação se fez para a configuração de *clusters* BB, enquanto a formação para os trabalhadores permanentes se deu no Nordeste brasileiro, para os trabalhadores temporários a formação se fez no Norte brasileiro.

Para a experiência profissional o segmento permanente teve as configurações de *clusters* AA (região Norte), *clusters* tipo BB (região nordeste) e *clusters* BA (região nordeste), enquanto para o segmento temporário tem-se apenas a formação do *clusters* BA no estado de Mato Grosso, para o ano de 2011. No ano de 2012 e 2013 a formação AA para os trabalhadores permanentes se fez no Pará, para a formação BB em Pernambuco, indicando que não houve mudança espacial para esta variável. Já no segmento dos trabalhadores temporários houve alteração na formação dos *clusters* AA e BA entre os anos 2012 e 2013 ou seja a experiência do trabalhador temporário alterou-se em sua localização geográfica.

No tocante ao gênero dos trabalhadores há semelhança espacial entre os trabalhadores permanentes e temporários o apenas na formação de *clusters* do tipo BA no ano de 2011. Para o gênero feminino permanente a concentração de AA se faz no sul sentido centro e sudeste em 2011 e depois altera-se entre norte e nordeste. No gênero feminino segmento temporário a formação no ano de 2011 inicia-se no Espírito Santo e depois permanece em Pernambuco, induzindo a uma diferença na composição entre trabalhadores temporários e permanentes. Consta-se com este trabalho que as características dos trabalhadores agropecuários são distintos entre os trabalhadores temporários e permanentes. Mesmo adicionando a localização destes trabalhadores percebemos que a dispersão das características se concentra em regiões mais onde a atividade agropecuária é notoriamente mais desenvolvida. Percebe-se isto ao analisar a escolaridade, a idade destes trabalhadores. Em contrapartida regiões menos favorecidas tem menor grau de escolaridade e menor idade, associado a menor experiência e rendimento.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, B. M. B.; BIANCHI, A. M. Reflexões sobre a organização do mercado de trabalho agropecuário. **Revista de Economia Política**, v.9, n.1, p.31-46, 1989.

ANDRIETTA, A. J. Evolução do perfil dos trabalhadores na agropecuária paulista de 1985 a 2002. **Revista Informações Econômicas**. v. 34, p. 7-19, 2004.

ALMEIDA, E. S. **Curso de econometria espacial aplicada**. Piracicaba, SP: ESALQ-USP, 2004 (Mimeo).

ALVES, E. Migração rural-urbana. **Revista de Política Agropecuária**, Ano IV, n. 4, out./dez., p. 15-29, 1995.

ANSELIN, L. Interactive techniques and exploratory spatial data analysis. In: LONGLEY, P. A.; GOODCHILD, M.F.; MAGUIRE, D.J.; WIND, D.W. (Eds.). **Geographical information system: principles, techniques, management and applications**. New York: Wiley & Sons, 1998.

BACHA, C. J. C. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo:Atlas, 2004. v.1. 226p.

[CORRÊA, Â. M. C. J.](#); HOFFMANN, R.. Desigualdade de rendimentos na agricultura brasileira: uma análise regional. **Pesquisa e Planejamento Econômico** (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro/RJ, v. 27, n. 2, p. 279-312, 1997.

CUNHA, M. S. Evolução do emprego e dos salários no setor agropecuário brasileiro: trabalho temporário e permanente. **Revista de Economia Agrícola**, v. 56, p. 89-101, 2009.

ESTANISLAU, P. **Dinâmica Espacial dos Salários dos Trabalhadores da Agropecuária Brasileira: análise de dados espaciais (1992-2009)**. 2011. 142f. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo-PR

ESTANISLAU, P.; STADUTO, J. A. R.; PARRE, J. L. Convergência Dos Salários Dos Trabalhadores Da Agropecuária Brasileira:. In: X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, 2012, Recife. **X ENABER**, 2012.

ESTANISLAU, P. ; STADUTO, J. A. R. . Dinâmica Espacial dos Salários dos Trabalhadores da Agropecuária Brasileira: 1992 2009. In: 50º Congresso da SOBER 2012. Vitória, 2012.

ESTANISLAU, P. ; CARNEIRO, P. T. ; BONDEZAN, K. ; PARRE, J. L. Emprego Formal na Agropecuária: Uma análise espacial. in: **IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Natal, 2011.

FREITAS, C. A. **Contribuição do capital humano para o crescimento da agropecuária brasileira – período de 1970 a 1996**. 2001. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba-SP.

FREITAS, C. A.; BACHA, C. J. C. Contribuição do capital humano para o crescimento da agropecuária brasileira – 1979 a 1996. **Revista Brasileira de Economia**, v. 58, n. 4, p.533-577, out./dez. 2004.

FREITAS, C. A.; BACHA, C. J. C.; FASSATI, D. M. Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro no Brasil: período 1970 a 2001. **Sociedade e Economia**, Campinas, v. 15, n. 1, p.111-124, abr.2007.

KRETER, A. C. M. N., **Formalização e Intermediação das Relações de Trabalho na Agricultura Brasileira: perspectivas históricas e Implicações**. 2010. 138f. Tese. (Doutorado em Economia) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro-RJ.

KAGEYAMA, A. (Coord.). **O novo complexo agropecuário brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP/IE, out. 1987. 121 p. (Mimeo)

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

HOFFMANN, R. Desigualdade e polarização entre empregados na agricultura brasileira: 1992-2007. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 2 (36), p. 417-428, ago. 2009.

IBGE. **Notas Metodológicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2006.

MORAN, P. The interpretation of statistical maps. **Journal of the Royal Statistical Society**. B 10, 24351. 1948.

PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa\\_reSultados.php?id\\_pesquisa=40](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_reSultados.php?id_pesquisa=40). Acesso em 01/02/2015.

RAMOS, P. Questão agrária, salários, política agropecuária e modernização da agropecuária brasileira: Uma (outra) análise do período 1930-1985 (07 a 10/09/2003). In: **V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas - 07 a 10/09/2003**, Caxambu. ABPHE. Araraquara/SP: ABPHE, 2003. p. 1-24.

REZENDE, G. C.; KRETER, A. C. Existe realmente trabalho escravo na agricultura brasileira?. **Revista de Política Agropecuária**, v. XVIII, p. 98-107, 2009.

REZENDE, G.; FERREIRA, L.; KRETER, A. C. Brazilian agricultural labor legislation and its adverse impacts on agricultural transaction costs. Second USDA & AIEA2 (Association Internationale de Economie Alimentaire et Agro-industrielle) International Conference, Itália, maio, 2008. **Anais**. Itália: AIEA2, 2008.

STADUTO, J. A. R.; BACHA, C. J. C.; BACCHI, M. R. P. Determinação dos salários na agropecuária brasileira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, agosto de 2002.

STADUTO, J. A. R. **Determinante dos salários na agropecuária brasileira**. Cascavel, PR: EduniOeste, 2003. 128 p.

STADUTO, J. A. R.; ROCHA JR, W.; BITENCOURT, M. B. Contratos no mercado de trabalho agropecuário: o caso das cooperativas de trabalhadores rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 4, p. 619-643, 2004.

STADUTO, J. A. R.; SHIKIDA, P. F. A.; BACHA, C. J. C. Alteração na composição da mão-de-obra assalariada na agropecuária brasileira. **Agricultura em São Paulo**, v.47, n.1, p. 57-70, 2004.

STADUTO, J. A. R.; BACHA, C. J. C.; BACCHI, M. R. P. Avaliação do diferencial de salários na agropecuária brasileira: período de 1966 a 2002. **Revista Economia Brasileira**, v. 58, n. 2, p. 267-295, abr./jun. 2004.

SZMRECSÁNYI, T. J. M. K. . **Pequena História da Agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1990. 102 p.

TEIXEIRA, R.; BERTELLA, M. A.; ALMEIDA, L. T. Curva de Kuznets ambiental para o estado de Mato Grosso: modelagem espacial. In: VIII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos - ENABER, 2010, Juiz de Fora. **Anais**, 2010.

VICENTE, M.C.M.; NOGUEIRA, E.A.; BAPTISTELLA, C.S.L. Estimativas de mão-de-obra e demografia no setor agrícola paulista: 1986/97. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.18, n.8, p.29-37, ago. 1998.

## SINCRONIZAR OU NÃO SINCRONIZAR: O DILEMA DAS ELEIÇÕES NO BRASIL

**JORGE LEANDRO DELCONTE FERREIRA**

Contador, Doutor em Economia

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

[jorge.delconte@unespar.edu.br](mailto:jorge.delconte@unespar.edu.br)

---

**RESUMO** - Este estudo analisa os efeitos do calendário eleitoral na formulação de políticas municipais de curto e longo prazos. Com ferramentas de teoria dos jogos, foi construído um conjunto dinâmico de oito períodos com informação imperfeita, em que dois jogadores (decisores políticos locais e centrais) decidem sobre a formulação do orçamento, orientados para maximizar os resultados eleitorais. São analisados dois modelos: um modelo de eleições intercaladas, a cada dois anos, alternadamente, para os níveis de governo local e central. O segundo com eleições unificadas (locais e centrais), com a coincidência de mandatos de prefeitos e presidente. Os resultados sugerem que o comportamento *vote-seeking* gera alocações subótimas em ambos os modelos. Tal desvio é maior em alocações locais do que centrais, porque os dispêndios centrais aumentam a imagem do incumbente local, mas o oposto não é verdadeiro.

**Palavras-chave:** Eleições, Políticas de curto prazo, Políticas de longo prazo, Orçamento público.

**ABSTRACT** – This paper analyses the effects of electoral calendar in the formulation of public policies of short and long term. With analytical tools provided by Game Theory, it was build a dynamic set of eight periods with imperfect information, in which two players (local and central politicians) decide about budget formulation, oriented to maximize electoral results. Two models are evaluated: staggered elections (every two years, with central and local elections) and synchronized elections, with unified elections to mayors and president. The results suggest the vote-seeking behavior of politicians with suboptimal allocation in both models. This deviation is higher in local elections than in central ones, because the central spent increase the image of local incumbent, but the opposite is not true.

**Keywords:** Elections, Short-term policies, Long-term policies, Public Budget.

---

### 1. INTRODUÇÃO

Muitos estudos examinaram a relação entre flutuações econômicas e eleições (FERREIRA; BUGARIN, 2007). Eleições podem mudar a *accountability* dos gastos públicos através de dois canais principais - a competição política que reduz o risco moral (FEREJOHN, 1986; BARRO, 1973) e a seleção adversa (ROGOFF, 1990). As eleições poderiam, portanto,

fornecer melhores incumbentes, ao tempo em que as perspectivas de reeleição poderiam resultar em incentivos para a governança eficiente. No entanto, as pressões eleitorais também poderiam introduzir um viés na formulação de políticas, dados que os políticos procuram aumentar a sua popularidade com um olho na reeleição (VERGNE, 2009).

Um foco na motivação poderia atenuar esse efeito indesejável das eleições. A maioria dos modelos olha para uma eleição como um conjunto de escolhas dos eleitores com base em uma comparação de perfis e plataformas de candidatos (BATTAGLINI, 2014). No entanto, quando se trata de comparações de candidatos, os economistas geralmente avaliam a qualidade de um político apenas pela capacidade e não prestam atenção a questões de motivação (FEDELE; NATICCHIONI, 2015), embora esta última tenha sido discutida na teoria da administração pública (ver, por exemplo, Carpenter; Doverspike; Miguel, 2012). O resultado desta simplificação é que, como o setor privado é mais flexível na recompensa pelo desempenho (contra salários fixos no setor público), o senso comum sugere que um sistema político produz uma seleção perpétua (adversa) de políticos de baixa capacidade, presa em um ciclo de dependência da trajetória (CASELLI; MORELLI, 2004).

Ao relaxar esta hipótese de setores mutuamente exclusivos (público e privado), alguns estudos recentes têm-se centrado sobre outras características de desempenho dos políticos. Uma delas é o conceito de *public-fit citizen*, que postula que esses indivíduos estão estreitamente alinhados com os valores do sistema político, seja com interesses positivos ou negativos (FEDELE; NATICCHIONI, 2015). Esta abordagem explica porque o carreirismo político é uma característica de muitos sistemas políticos nacionais, ou seja, os cidadãos que entram vida pública tendem a permanecer nela por longos períodos, mesmo se eles são altamente capazes. Como *public-fit citizen*, as escolhas de alguns políticos para ampliar suas perspectivas de carreira política podem dificultar a alocação eficiente do orçamento público. É um *trade-off* entre as perspectivas eleitorais e o interesse público, especialmente se a 'cultura política' incentiva o comportamento oportunista do político (BENIERS; DUR, 2007).

Examinamos gestão orçamentária ao nível local como um jogo para avaliar os efeitos de alinhamento político em diferentes níveis de governo, as transferências incondicionais (a partir do governo central para níveis locais) e a alocação do orçamento entre gastos de curto

prazo e gastos de longo prazo. Além disso, discutimos duas representações do modelo; um com eleições intercaladas e outro com eleições sincronizados<sup>1</sup>.

Este estudo está organizado da seguinte forma: a Seção 2 descreve o modelo atual de orçamento no Brasil (especialmente a nível local) e a extensão da dependência das transferências externas (tanto condicional e incondicional). A Seção 3 define os parâmetros do modelo geral do jogo. Em seguida, apresentamos estimações de alocação orçamentária para eleições sincronizadas e intercaladas no Brasil, no formato de fato estilizado, o que resolve o jogo. A seção 4 conclui o estudo e aponta áreas de investigação futura.

## **2. ORÇAMENTO PÚBLICO FEDERATIVO NO BRASIL**

Embora os municípios tenham se beneficiado a partir da Constituição de 1988 com um aumento da receita, a descentralização das funções públicas (como a saúde, educação primária, meio ambiente e a assistência ao social), tiveram um forte impacto sobre as finanças locais, gerando vulnerabilidade fiscal dos municípios (TEIXEIRA; MAC DOWELL; BUGARIN, 2003). Na prática, a maioria dos municípios dependem fortemente de fundos dos níveis estadual e federal.<sup>2</sup>

Vários critérios têm sido utilizados para descrever e classificar os recursos orçamentários dos municípios (ABRANTES; FERREIRA, 2010). Com base na origem dos fundos, existem duas fontes-receitas próprias e transferências do governo regional ou central (REZENDE, 2001).

As receitas próprias podem ainda ser agrupadas como original ou derivada. A receita original refere-se à receita resultante de uma oferta de bens ou serviços para os cidadãos. A receita derivada é aquela que advém a partir da ação imperativa do estado para lançar impostos sem oferecer medidas compensatórias (na forma de bens ou serviços), como é o caso dos impostos sobre propriedade (RIBEIRO FILHO; DINIZ; VASCONCELOS, 2003).

---

<sup>1</sup> Em 2015, o Parlamento brasileiro discutiu uma proposta para a unificação de eleições locais e centrais. O principal argumento era que isso reduziria os custos. Eleições intercaladas, por sua vez, eram vistas como contribuindo para a politização dos cidadãos (MOURA, 2015). Apesar de ter sido decidido não unificar as eleições, a margem de vitória foi estreita e outras propostas de unificação ainda estão esperando apreciação. Diante desse cenário, foi mantida a possibilidade de eleições unificadas na análise.

<sup>2</sup> De acordo com o Tesouro Nacional, as transferências dos governos centrais e regionais representaram, em média, 83,2% do orçamento municipal em 2012.

Portanto, de acordo com a legislação brasileira, até mesmo receitas próprias incluem impostos e contribuições, bem como propriedade, agrícola, industrial e receitas de serviços.

No que diz respeito às transferências de outros níveis de governo, Prado (2001, apud SCHLESINGER e ROLIM, 2008) propôs três tipos de classificação: (1) transferências como instrumentos de política fiscal da federação, (2) transferências do orçamento cedente (legal ou discricionária), e (3) as transferências no receptor (livre ou vinculada).

O primeiro tipo abrange tanto as transferências de descentralização fiscal, bem como transferências redistributivas ligadas às políticas setoriais. Transferências redistributivas ajudam a minimizar as disparidades ou as desigualdades sociais e econômicas através da transferência direta de riqueza das regiões economicamente mais dinâmicas para as regiões mais deprimidas. No que diz respeito às transferências de devolução de impostos, elas representam principalmente uma restituição à região local de uma parte dos impostos cobrados por um outro nível de governo (estadual ou federal) quando o fato gerador está ligado ao município. O último caso de transferências relacionadas com instrumentos de política fiscal está ligado à execução das políticas setoriais, onde o planejamento é centralizado, mas a implementação é compartilhada com o agente local.

O segundo tipo de classificação se baseia em normas legais (tais como disposições da Constituição) ou decisões discricionárias (onde os municípios podem negociar as contribuições orçamentárias dos governos estaduais ou federais, como no caso de emendas parlamentares ao orçamento). Segundo os autores, contribuições discricionárias desempenham um papel complementar ou de emergência. No entanto, elas constituem um mecanismo importante do ponto de vista da sustentabilidade e de angariar apoio para campanhas de reeleição.

O último tipo (transferências livres ou vinculadas) é determinado de acordo com o grau de liberdade que o receptor terá de gerir o recurso. Se a alocação de recursos é condicional, ou seja, se ela tem finalidades específicas que não podem ser substituídas, nós as chamamos de transferência vinculadas. Por outro lado, as transferências livres ou incondicionais são aquelas em que o gestor local pode escolher o uso mais adequado, com base em critérios que ele próprio decide.

### 3. MODELO GERAL DE EFICIÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ELEIÇÕES

É apresentada aqui uma extensão dos modelos propostos por Battaglini (2014) e Kaiser e Taugourdeau (2013). A principal diferença entre esses modelos e o aqui proposto é a inclusão do comportamento oportunista do político como um jogo cooperativo voltado para as perspectivas eleitorais. Este modelo consiste em uma federação com dois níveis de governo: um governo central  $G$ , e  $g$  governos locais, onde um governo local é elegível para subsídios discricionários e  $N$  governos locais não são elegíveis, ou  $g = \{1 + N\}$ . O tamanho da população em cada município é normalizado para 1, de tal forma que a população total é de  $N + 1$ . Há quatro produtos - um bem público local  $l$ , um bem público central  $c$ , um bem público decorrente de transferência orçamentária discricionária e incondicional  $u$  e um bem privado  $p$ . Todos são bens normais e sua utilidade é aditivamente separável.

#### 3.1 Governos e Alocação Orçamentária

Os governos têm a autoridade política para definir a destinação do orçamento público  $W$  com base em sua vinculação com um mandato no nível local (município) ou central (governo federal) durante todo um mandato, que é de quatro anos. Os fundos orçamentários para o governo central e para os governos locais não elegíveis são decorrentes da arrecadação de impostos correspondente a cada esfera governamental. Embora o governo central tenha como alvo o governo local elegível para transferências incondicionais  $u$ , a decisão sobre a alocação destas subvenções cabe ao governo central; portanto, o orçamento local é o mesmo para os municípios elegíveis e não elegíveis. Nós representamos a fonte de orçamento para cada camada do governo com as seguintes equações:

$$W_t^G = (N + 1)\tau_t^G \quad (1a)$$

$$W_t^g = \tau_t^g, \quad g = 1 + N \quad (1b)$$

Os mandatários em ambas as camadas têm um mandato de quatro anos podendo ser reeleitos, mas as eleições não são sincronizadas (as eleições são realizadas a cada dois anos). Assim, o primeiro período,  $t = 1$ , corresponde ao primeiro ano do titular local;  $t = 3$  corresponde

ao terceiro ano do incumbente local, e ao primeiro ano do mandato do governo central, e assim por diante.

Em cada período, os mandatários produzem bens públicos através da alocação de todo o orçamento público em dois tipos de gasto: ou para gastos urgentes, emergenciais e de curto prazo (s), ou para gastos estruturais e de longo prazo (S). Este último demanda um período inteiro para produzir bens públicos disponíveis<sup>3</sup>; por sua vez, gasto de curto prazo é instantaneamente convertido em bens públicos. Os incumbentes, tanto a nível local quanto central, têm de assegurar um mínimo de despesas de curto prazo,<sup>12</sup> o que significa que  $s \in \{\underline{s}, \dots, \bar{s}\}, \underline{s} > 0$ . Assim, embora o governo central possa gastar seu orçamento com transferências incondicionais de curto prazo ou a longo prazo, o mandatário local não saberá de antemão se ele será o elegível para essas subvenções ou não.

$$W_t^g = W_t^{g,s} + W_t^{g,S} = \delta l_t + (1 - \delta)l_t, \quad g = \{1, N\} \quad 0 < \delta < 1 \quad (2a)$$

$$W_t^G = W_t^{G,s} + W_t^{G,S} = \mu c_t + \zeta u_t + (1 - \mu)c_t + (1 - \zeta)u_t, \quad 0 < \mu < 1, \quad 0 \leq \zeta \leq 1 \quad (2b)$$

As regras de alocação orçamentária implicam também restrições de não negatividade: ( $s^{g,G} > 0$ ;  $S^{g,G} \geq 0$ ) para cada nível de governo (o qual financia seus gastos públicos através dos impostos). Todos os 1 + N governos locais devem decidir a cada período sobre o seu nível de despesas de curto prazo e de longo prazo. O governo central deve tomar uma decisão sobre três questões diferentes em cada período: o nível de despesas de curto prazo e de longo prazo, o nível de subsídios incondicionais de curto prazo e de longo prazo, e o município para quem estes subsídios serão atribuídos.

### 3.2 Características do Comportamento Decisório do Eleitor

Em cada período  $t$  ( $t=1, \dots, 8$ ), os eleitores têm uma dotação inicial de recursos  $w$  e pagam impostos  $\tau$  tanto para os governos locais quanto centrais. Eles gastam todo o seu

<sup>3</sup> Exemplos de gastos de longo prazo são a construção de hospitais, escolas, pontes, estradas, parques industriais, e assim por diante.

<sup>4</sup> A lógica intuitiva por trás deste mínimo é de que existem despesas correntes que podem ser reduzidas ou controladas, mas não podem ser completamente cortadas (como os salários dos funcionários públicos).

orçamento em impostos e consumo. Os eleitores derivam utilidade dos bens; a função de utilidade (3) representa a utilidade para eleitor  $v$  no período  $t$ , sujeita à restrição orçamentária  $w$  (4):

$$\Gamma_t^v = \sum_{r=t}^{T=8} \beta^{r-t} [U_t^s(p, l, c, u) + V_t^s(l, c, u) + q_r] \quad (3)$$

$$w_t^v = p_t + \tau_t^l + \tau_t^c \quad (4)$$

Na equação (3),  $\beta$  representa a taxa de desconto intertemporal do eleitor ( $0 < \beta < 1$ ). A função  $U_t^s(p, l, c, u)$  demonstra a utilidade do eleitor com consumo privado e consumo de bens públicos de curto-prazo. Em contrapartida, a função  $V_t^s(l, c, u)$  representa a utilidade gerada pela despesa pública de longo prazo, que os mandatários alocam no período anterior. Como a função utilidade dos eleitores está relacionada com as decisões de alocação no período anterior, isto adiciona assimetria informacional entre incumbente - que decide a alocação do orçamento - e o eleitor, que deve esperar um período para ver os resultados dos gastos de longo prazo (FERREIRA; BUGARIN, 2007). Ambos  $U$  e  $V$  são funções côncavas e monotonicamente crescentes em todos os seus argumentos. Para evitar soluções de canto, assumimos que a utilidade marginal cai do infinito a zero o consumo sobe de zero ao infinito.

O termo  $q_r$  (*i. i. d.*  $\{-\bar{q}, \bar{q}\}$ ,  $\forall t \neq r$ ) é um choque político aleatório que afeta o eleitor no final do período  $r-1$  e cuja esperança matemática é zero. Um choque positivo ( $q_r > 0$ ) representa ganho para o incumbente na campanha eleitoral, enquanto um choque negativo ( $q_r < 0$ ) beneficia o candidato de oposição. Este termo adiciona incerteza na campanha eleitoral<sup>5</sup>, como é usual em modelos de voto probabilístico.

### 3.2 Percepção do Eleitor sobre Bens Públicos Locais e Centrais

O eleitor no município elegível dificilmente diferencia entre a provisão de bens a partir do orçamento local ou de subvenções incondicionais (SOLÉ-OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2008). Tal informação é detalhada através das equações abaixo:

<sup>5</sup> Há diversas variáveis que podem ser tomadas como exógenas ao modelo e podem funcionar como choque de popularidade de um mandatário, tais como flutuações econômicas externas, motivações de expressão de opinião e questões religiosas (GLAESER; PONZETTO; SHAPIRO, 2005).

$$l_t^1 = \delta l_t^1 + (1 - \delta)l_{t-1}^1 + \rho[\zeta u_t + (1 - \zeta)u_{t-1}], \quad \forall t \quad 0 < \rho \leq 1 \quad (5a)$$

$$l_t^N = \delta s_t^N + (1 - \delta)S_{t-1}^N, \quad \forall t \quad (5b)$$

$$c_t = \theta s_t^G + (1 - \theta)S_{t-1}^G + \{(1 - \rho)[\zeta u_t + (1 - \zeta)U_{t-1}]\}, \quad \forall t \quad 0 < \rho \leq 1 \quad (5c)$$

As equações 5a e 5c permitem deprender que, embora os recursos locais e centrais possam resultar em bens públicos no nível local no município elegível, o eleitor atribui alguma proporção  $\rho$  da captação de recursos do governo central (as transferências incondicionais) à habilidade política do prefeito de articular e viabilizar a atração de recursos externos.

O benefício social  $B$  proporcionado pelas despesas estruturais  $S$  é, por definição,  $\beta$  vezes maior do que o benefício social  $b$  curto prazo que resulta de gastos do tipo  $s$ . Isto significa que, idealmente, a priorização das despesas estruturais é desejável. No entanto, há um nível mínimo de despesas em aspectos de curto prazo a ser cumprido, como mencionado antes. Custos orçamentários equivalentes de curto e de longo prazo resultam em diferentes níveis de benefício social. Além disso, há uma questão de fluxo de caixa, dado que o governo deve desembolsar o dinheiro para despesas estruturais um período antes de  $B$  ocorrer.

Quando realiza gastos de longo prazo  $S$ , conforme as assunções do modelo, se a decisão e o desembolso ocorrem em  $t$ , os benefícios associados a tal gasto requerem um período de maturação para serem observáveis, o que resulta em que o retorno social do gasto público ocorra apenas em  $t+1$ . Por outro lado, alocações de gastos de curto prazo  $s$  resultam em benefícios observáveis no mesmo período que o desembolso dos recursos. Portanto, o mandatário local deve decidir o nível de  $\delta$  (para todas as  $1+N$  jurisdições) a cada período. Dado que o gasto de curto prazo deve obrigatoriamente ser positivo ( $\underline{s} > 0$ ), a alocação de subsídios para dispêndios de curto prazo poderia mudar o limite de investimento para o governo local. No entanto, no momento da formulação do orçamento, o incumbente local não sabe se o seu município será elegível ou não. Assim, ele sempre terá que decidir o nível  $\delta$  presumindo que  $\underline{s}$  é já dado.

Por conta dessa combinação de variáveis, considera-se neste modelo que os políticos irão preferir eleições intercaladas, haja vista que estas produzem janelas eleitorais em que a alocação orçamentária de curto prazo pode ser um instrumento eficiente para cooptar

eleitores. O modelo aqui proposto assume que o principal objetivo do político é o de manter-se no poder (CARPENTER et al., 2012; CASELLI e MORELLI, 2004). Portanto, o prefeito vai alocar recursos para os gastos do orçamento municipal que irão maximizar a sua probabilidade de reeleição. Por sua parte, o político central vai alocar recursos em ambos os bens públicos (os centrais e os de transferências incondicionais para o município aliado), o que irá maximizar a sua probabilidade de reeleição.

### 3.3 O Problema de Eficiência do Político

Este trabalho considera a existência de três categorias de políticos: o planejador benevolente, o incumbente local e o incumbente central. O planejador social benevolente como um padrão de eficiência para as políticas públicas. Tal planejador vai tentar maximizar o benefício social derivado de alocações orçamentárias públicas. Como o planejador social não se preocupa com suas perspectivas eleitorais, o seu problema de eficiência não muda em anos eleitorais. Portanto, o planejador social se empenha em resolver uma sequência de problemas de eficiência estática da seguinte forma:

$$\max_{(\delta, \mu, \zeta)} b \sum_1^N p_t + l_t + c_t + u_t, \quad \forall t \leq T \quad (6a)$$

Considerando que para o planejador benevolente o ganho de imagem decorrente de suas escolhas de alocação é inócuo em termos de alteração das escolhas, podemos reescrever a equação (6), desconsiderando as questões de imagem política, na forma como segue:

$$\begin{aligned} \max_{(\delta, \mu, \zeta)} b \sum_1^N p_t + \begin{bmatrix} (1 - \delta)l \\ (1 - \mu)c \\ (1 - \zeta)u \end{bmatrix} \cdot (1 + \gamma)b_t + \begin{bmatrix} \delta \cdot l \\ \mu \cdot c \\ \zeta \cdot u \end{bmatrix} \cdot b_t, \quad \forall t \leq T \quad (6b) \\ s. t. \quad W_t^g = \delta l_t + (1 - \delta)l_t, \\ W_t^G = W_t^{G,S} + W_t^{G,S} = \mu c_t + \zeta u_t + (1 - \mu)c_t + (1 - \zeta)u_t \\ \delta l_t \geq \underline{s}, \quad \mu c_t \geq \underline{s}, \quad \zeta u_t \geq 0 \end{aligned}$$

Recordando que os benefícios de dispêndios de longo prazo são maiores do que os de os de curto prazo, o planejador social sempre escolherá o nível mais elevado possível de dispêndios a longo prazo para maximizar os benefícios, o que implica que:

$$\delta, \mu \geq \underline{s}, \quad \zeta \geq 0 \quad \forall t \geq T \quad (7)$$

Ao escolher um nível mínimo de despesas de curto prazo, o planejador social alcançará a maximização dos benefícios sociais em todo o período ( $T = 1, \dots, 8$ ).

Como as eleições não irão alterar as alocações do planejador benevolente, suas políticas resultarão em benefícios semelhantes em todos os períodos. Em contraste, os mandatários locais e central (prefeitos e presidente) irão distorcer a alocação em anos eleitorais, para maximizar a melhoria da imagem e, assim, aumentar suas perspectivas eleitorais

Tomados isoladamente, os mandatários irão desviar-se da alocação ótima do planejador benevolente nos anos eleitorais, de acordo com o nível das eleições. Neste sentido, prefeitos irão aumentar dispêndios de curto prazo nos períodos 4 e 8 (durante os anos de eleições locais), ao passo que incumbentes centrais vão fazer isso nos períodos de 2 e 6 (sincronizado com eleições centrais). A alocação de curto prazo é positivamente correlacionada com a taxa de desconto intertemporal dos eleitores (quanto maior ela for, mais a alocação do orçamento dará prioridade a curto prazo).

$$W_t^g > \delta \geq \underline{s} \leftrightarrow t \neq (4, 8); \quad \lim_{\beta \rightarrow 1} \delta = \bar{s} \leftrightarrow t = (4, 8) \quad (8.a)$$

$$W_t^G > \mu \geq \underline{s}, \zeta \geq 0 \leftrightarrow t \neq (2, 6); \quad \lim_{\beta \rightarrow 1} \mu, \zeta = \bar{s} \leftrightarrow t = (2, 6) \quad (8.b)$$

O modelo assume que o principal interesse dos políticos é maximizar a sua imagem acumulada, ao invés de produzir benefício social. No entanto, como a primeira é por simetria derivada do último, a Tabela 1 explicita o tipo de benefício social (b ou B) alvo de cada categoria de decisores políticos, para comparar as diferenças na alocação quando se trata de planejador benevolente ou de mandatários.

**Tabela 1** – Maximização das escolhas dos *policymakers* segundo o calendário eleitoral

Policymakers	Períodos							
	T	t+1	t+2	t+3	t+4	t+5	t+6	t+7
Nível de Eleição	-	Central	-	Local	-	Central	-	Local
Planejador Social	$B_{t+1}$	$B_{t+2}$	$B_{t+3}$	$B_{t+4}$	$B_{t+5}$	$B_{t+6}$	$B_{t+7}$	$B_{t+8}$
Incumbente Central	$B_{t+1}$	$b_{t+1}$	$B_{t+3}$	$B_{t+4}$	$B_{t+5}$	$b_{t+5}$	$B_{t+7}$	$B_{t+8}$
Incumbente Local	$B_{t+1}$	$B_{t+2}$	$B_{t+3}$	$b_{t+3}$	$B_{t+5}$	$B_{t+6}$	$B_{t+7}$	$b_{t+7}$

Fonte: o autor.

As preferências temporais dos eleitores são importantes para determinar a alternância entre gastos de longo prazo e gastos de curto prazo. Recordando que  $B$  é maior que  $b$  e que os eleitores preferem alguma antecipação de gastos (Equação (3)), dois efeitos influenciam a decisão dos mandatários:  $\beta$  aumenta a propensão para gasto de curto prazo e  $\gamma$  aumenta a propensão para gasto de longo prazo na alocação de recursos públicos.

### 3. ELEIÇÕES E ALOCAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO BRASIL: FATOS ESTILIZADOS

Fatos estilizados são um procedimento sugerido por Kaldor (1961) no processo de modelagem econométrica. Mesmo que essa visão estilizada dos fatos seja ampla o suficiente para suportar abstrações iniciais, ela não se constitui necessariamente uma generalização, mas representa uma descrição de algumas características com base na observação empírica de um fenômeno que está sendo analisado (MEYER, 2011). O conceito de fatos estilizados é uma ferramenta muito útil e significativamente disseminada nos meios acadêmicos para operacionalizar as análises de questões que envolvem simulação de cenários (HEINE; MEYER; STRANGFELD, 2005), como a que foi desenvolvida neste estudo.

No caso específico em análise aqui (avaliação da inter-relação acerca de eleições e de alocação orçamentária e horizonte de planejamento ao longo da formulação de políticas públicas), o principal interesse é o impacto das eleições na alocação do orçamento, especialmente se, e como, elas afetam as alocações a curto e longo prazo. Em primeiro lugar, examinamos os efeitos eleitorais na alocação do orçamento e derivamos um fato estilizado sobre eleições sincronizadas e intercaladas. Construímos dois bancos de dados sobre alocação orçamentária pública nos níveis mais baixos do governo brasileiro. O primeiro banco de dados abrange o período de 2005 a 2012, onde os dados são oriundos de mais de 2.700

municípios<sup>6</sup>; o segundo fornece informações sobre todos os 27 estados da federação brasileira, para o período de 2004 a 2011.

Foram coletados para este trabalho e para as estimativas realizadas, informações semelhantes sobre o orçamento em ambos os níveis, o que inclui as receitas próprias dos impostos, transferências incondicionais do governo central, e PIB local e gastos em quatro áreas principais: investimento, saúde, assistência social e educação. Após a coleta de dados, todas as variáveis foram convertidas em valores *per capita* constantes (reais do último ano de cada banco de dados) e foi calculado o logaritmo natural, de forma a expressar a elasticidade de cada uma das variáveis nas regressões estatísticas apuradas. Para verificar o efeito calendário das eleições, foi adicionada em cada uma das estimativas uma *dummy* para os anos eleitorais, que assume o valor 1 nas eleições locais e centrais para o primeiro conjunto de dados (alocação do orçamento municipal) e toma o valor 1 somente em eleições centrais para o segundo conjunto de dados (orçamento regional alocação).

Em ambos os conjuntos de dados de painel, foram estimadas cinco regressões semelhantes, calculando os efeitos do calendário eleitoral e outras variáveis de controle nas quatro categorias de gastos. A Tabela 2 fornece a estimativa para o conjunto de dados de alocação do orçamento municipal. Ressalta-se que em todos os modelos, o efeito do calendário eleitoral foi significativo ao nível de 1%. Além disso, nos três primeiros modelos (investimentos, saúde e gastos com segurança social) e no último (tributos), o efeito foi positivo. No quarto modelo, a *dummy* que reflete o calendário eleitoral intercalado influencia negativamente o nível de gastos com educação. Uma possível explicação para este efeito negativo é que gasto em educação não é o melhor canal para conquistar votos no curto prazo.

---

<sup>6</sup> Todos os municípios do conjunto de dados dispõem de no mínimo seis observações. Em 2010, tivemos o menor número de observações total (2,769), enquanto em 2005, tivemos a maior cobertura (836 municípios).

**Tabela 2** - Efeitos eleitorais no orçamento municipal (Eleições Intercaladas)

	(1) invest	(2) health	(3) assist	(4) education	(5) tribut
pib	0.554 *** (0.025)	0.488 *** (0.016)	0.680 *** (0.018)	0.657 *** (0.034)	0.830 *** (0.010)
fpm	0.124 *** (0.014)	0.228 *** (0.009)	0.174 *** (0.010)	0.204 *** (0.019)	0.121 *** (0.006)
tribut	0.496 *** (0.014)	0.252 *** (0.009)	0.264 *** (0.011)	0.352 *** (0.020)	
elec	0.279 *** (0.008)	0.032 *** (0.005)	0.061 *** (0.006)	-0.151 *** (0.010)	0.040 *** (0.004)
R-sq	0.228	0.201	0.204	0.077	0.295

Notas: Estimacões realizadas com o Software Stata SE 12.0. Efeitos marginais. Não houve necessidade de correção de correlação serial. Heteroscedasticidade ajustada pela estimacão robusta. Erros padrão robustos exibidos entre parênteses. Asteriscos indicam significância estatística em 1% (\*\*\*), 5% (\*\*) e 10% (\*). (d) indica a mudançã discreta de dummy de 0 para 1.

Para a alocaçã de orçamento regional (ou estadual), cujos resultados estã na Tabela 3, foram realizadas regressões de painel semelhantes para comparar o efeito similar das eleições no gasto pùblico. Embora o poder preditivo dos modelos tenha maior, o efeito calendãrio eleitoral foi menor. De fato, no primeiro modelo, eleições influenciaram positivamente o montante gasto, mas a elasticidade foi consideravelmente menor do que sob o modelo de eleições intercaladas na Tabela 1. Em todos os outros quatro modelos, os coeficientes para as eleições nã foram estatisticamente significativos. Convém reiterar que a principal diferençã entre estes dois conjuntos de dados é que o segundo agrupamento contempla eleições sincronizadas.

Tabela 2 - Efeitos eleitorais no orçamento municipal (Eleições Sincronizadas)

	(1) invest	(2) health	(3) assist	(4) education	(5) tribut
pib	0.209 (0.160)	0.073 (0.063)	0.144 (0.206)	0.197 *** (0.065)	0.251 *** (0.034)
FPE	-0.315 (0.286)	0.429 *** (0.112)	0.140 (0.367)	0.299 ** (0.117)	0.598 *** (0.054)
tribut	1.457 *** (0.301)	0.676 *** (0.118)	0.990 ** (0.386)	0.457 *** (0.123)	
elec	0.122 *** (0.046)	-0.007 (0.018)	-0.023 (0.059)	0.007 (0.019)	0.018 (0.011)
R-sq	0.495	0.807	0.331	0.740	0.871

Notas: Estimções realizadas com o Software Stata SE 12.0. Efeitos marginais. Não houve necessidade de correção de correlação serial. Heteroscedasticidade ajustada pela estimação robusta. Erros padrão robustos exibidos entre parênteses. Asteriscos indicam significância estatística em 1% (\*\*\*) e 5% (\*\*). (d) indica a mudança discreta de dummy de 0 para 1.

A primeira análise sugere que os mandatários escolhem uma alocação orçamentária que amplia perspectivas eleitorais, tanto para si próprios (nas eleições locais) quanto para seus aliados partidários (nas eleições centrais). Eles parecem aumentar os gastos em áreas mais visíveis (que podem persuadir os eleitores). Estes resultados preliminares foram semelhantes aos relatados por Sakurai e Menezes-Filho (2008) e Klein e Sakurai (2015).

Ao comparar os coeficientes da Tabela 1 e da Tabela 2, pode-se dizer que as eleições sincronizadas produzem um efeito diferente sobre a despesa pública. No entanto, estes resultados estão relacionados a diferentes níveis de governo; assim, convém prudência ao tirarmos conclusões. Para desenvolver uma explicação teórica e compreender esta diferença nas eleições sincronizadas e intercaladas, apresentamos na próxima seção um modelo para ilustrar o impacto das eleições sobre a alocação do orçamento público no nível local.

#### 4. CONCLUSÃO

Este estudo analisou os efeitos do *timing* das eleições na formulação de políticas de orçamento público, dividindo essas políticas em duas categorias: gastos de curto prazo e de longo prazo. Empregando os instrumentos afeitos à teoria dos jogos, foi construído um conjunto dinâmico de oito períodos com informação imperfeita em que dois jogadores

(decisores políticos locais e centrais) decidem a política de formulação do orçamento, orientada para maximizar os resultados da próxima eleição. Dois modelos foram estimados: em primeiro lugar, um modelo de eleições intercaladas, onde as eleições ocorrem a cada dois anos, alternadamente, para os níveis de governo local e central. O nosso segundo modelo explora a possibilidade de unificação das eleições locais e centrais de forma sincronizada, com a convergência de mandatos dos políticos estudados (governos locais e central).

Como resultado preliminar deste trabalho, a discussão teórica evidencia a justificativa e o mecanismo teórico que sustentam a perda de eficiência na alocação orçamentária em anos eleitorais. Ao comparar as alocações de um planejador social benevolente com os mandatários locais e centrais, o modelo demonstra que as escolhas dos políticos na alocação do orçamento público é subótima em anos eleitorais. Para eleições realizadas no final do ano, os governantes aumentam as despesas de curto prazo como ferramenta para alavancar suas perspectivas em suas respectivas eleições. Tal efeito antecipação é uma fonte de perda de eficiência no gasto público. Esse resultado ajuda a explicar por que os políticos visam perspectivas eleitorais em detrimento do interesse público. É apenas uma questão de racionalidade dos políticos, expressa por um comportamento oportunista. Tomando o político como um agente racional, pode-se ver que esperar melhores escolhas de orçamento é uma esperança vã. As instituições devem desenvolver e/ou melhorar ferramentas para controlar as decisões orçamentárias. Este foco não suprime a relevância de discutir as decisões eleitorais e os estímulos para melhorar escolhas mecanismos dos eleitores, mas visa complementar a este último.

A discussão teórica é fundamentada pelas estimações propostas, que comparam alocações em governos estaduais (cuja eleição é sincronizada às eleições de presidente) e em governos municipais (com eleição intercalada em relação ao presidente). Nas eleições cruzadas, ou seja, eleições em um nível de jurisdição diferente do mandatário em questão (eleições locais para os incumbentes centrais e eleições centrais para os prefeitos), os desvios ocorrem de acordo com a imagem acumulada do incumbente e as perspectivas eleitorais de seus aliados; no entanto, o efeito antecipação é maior nas eleições centrais do que locais porque as despesas centrais aumentam a imagem do mandatário local.

Portanto, de acordo com o modelo desenvolvido aqui, eleições sincronizadas reduzir os incentivos aos incumbentes para mudar a alocação de recursos públicos do longo prazo

para o curto prazo. Nesse sentido, mesmo se eleições intercaladas podem contribuir na promoção da educação política dos cidadãos, elas representam um custo social em termos de alocação do orçamento público.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M. **Gestão Tributária**. Curso de E ed. João Pessoa: UFPB, 2010.
- BARRO, R. J. The control of politicians: An economic model. **Public Choice**, v. 14, n. 1, p. 19–42, mar. 1973.
- BATTAGLINI, M. A Dynamic Theory of Electoral Competition. **Theoretical Economics**, v. 9, n. March, p. 515–554, 2014.
- BENIERS, K. J.; DUR, R. Politicians' motivation, political culture, and electoral competition. **International Tax and Public Finance**, v. 14, n. 1, p. 29–54, fev. 2007.
- CARPENTER, J.; DOVERSPIKE, D.; MIGUEL, R. F. Public service motivation as a predictor of attraction to the public sector. **Journal of Vocational Behavior**, v. 80, n. 2, p. 509–523, abr. 2012.
- CASELLI, F.; MORELLI, M. Bad politicians. **Journal of Public Economics**, v. 88, n. 3–4, p. 759–782, mar. 2004.
- FEDELE, A.; NATICCHIONI, P. Moonlighting Politicians: Motivation Matters! **German Economic Review**, p. n/a-n/a, abr. 2015.
- FEREJOHN, J. Incumbent performance and electoral control. **Public Choice**, v. 50, n. 1–3, p. 5–25, 1986.
- FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 271–300, 2007.
- GLAESER, E. L.; PONZETTO, G. A. M.; SHAPIRO, J. M. Strategic Extremism: Why Republicans and Democrats Divide on Religious Values. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 120, n. 4, p. 1283–1330, 2005.
- HEINE, B.-O.; MEYER, M.; STRANGFELD, O. Stylised Facts and the Contribution of Simulation to the Economic Analysis of Budgeting. **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, v. 8, n. 4, p. 1–34, 2005.
- KAISER, K.; TAUGOURDEAU, E. The timing of elections in federations: a disciplining device against soft budget constraints? **Public Choice**, v. 154, n. 3–4, p. 197–215, mar. 2013.
- KALDOR, N. Capital Accumulation and Economic Growth. In: **The Theory of Capital**.

London - UK: Macmillan, 1961. p. 177–222.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21–36, mar. 2015.

MEYER, M. Bibliometrics , Stylized Facts and the Way Ahead : how to build good social simulation models of science? **Journal of Artificial Societies and Social Simulation**, v. 14, n. 4, p. 1–5, 2011.

MOURA, A. **Processo de Reforma Política** Speech on the Parliamentary Agenda. Brasília Câmara Federal. Session 148. June 10th. 2015, , 2015. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/discursodireto.asp?nuSessao=148.1.55.O>>

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001.

RIBEIRO FILHO, J. F.; DINIZ, J. A.; VASCONCELOS, M. T. C. Comportamento da receita tributária em municípios localizados no estado de pernambuco no contexto da Lei de Responsabilidade Fiscal. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 6, n. 1, p. 131–152, 2003.

ROGOFF, K. Equilibrium Political Budget Cycles. **The American Economic Review**, v. 80, n. 1, p. 21–36, 1990.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, n. 1–2, p. 301–314, 2008.

SCHLESINGER, G.; ROLIM, C. F. C. O impacto das transferências intergovernamentais na política fiscal dos municípios: uma análise comparativa das mesorregiões Norte Pioneiro e Sudoeste Paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 114, n. 1, p. 33–51, 2008.

SOLÉ-OLLÉ, A.; SORRIBAS-NAVARRO, P. The effects of partisan alignment on the allocation of intergovernmental transfers. Differences-in-differences estimates for Spain. **Journal of Public Economics**, v. 92, n. 12, p. 2302–2319, dez. 2008.

TEIXEIRA, L.; MAC DOWELL, M. C.; BUGARIN, M. S. Consórcios Intermunicipais de Saúde : Uma Análise à Luz da Teoria dos Jogos. **Revista Brasileira de Economia**, v. 57, n. 1, p. 253–281, 2003.

VERGNE, C. Democracy, elections and allocation of public expenditures in developing countries. **European Journal of Political Economy**, v. 25, n. 1, p. 63–77, mar. 2009.

## **O IDOSO E SUA RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICO-QUANTITATIVA DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO DA POPULAÇÃO IDOSA BRASILEIRA OCUPADA.**

**JOZE PALANI GUAREZ**

Mestranda do programa de pós-graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento pela Universidade do Estado do Paraná – campus Campo Mourão. Bolsista CAPES.

[joze.palani@hotmail.com](mailto:joze.palani@hotmail.com)

**JANETE LEIGE LOPES**

Economista, Doutora em Economia Aplicada  
Universidade de São Paulo – USP/ESALQ

[jllopes@yahoo.com.br](mailto:jllopes@yahoo.com.br)

---

**RESUMO** - Diversos países vivenciam uma mudança na estrutura etária de sua população resultante da redução no número de jovens e aumento no número de idosos, é o denominado envelhecimento populacional. De acordo com IBGE (PNAD 2014) o Brasil conta com uma população de 203.190.852 de habitantes, dos quais 27.881.873 corresponde às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, ou seja, 13,72% da população brasileira. Por meio de pesquisas bibliográficas e da estatística descritiva a partir dos dados da PNAD de 2014, implementada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, objetiva-se com o presente estudo verificar a relação do idoso com o mercado de trabalho. Os resultados obtidos indicam que 24,81% dos idosos ainda estão no mercado de trabalho, que a sua maioria está inserida no mercado de trabalho informal em razão da sua baixa escolaridade e que desse contingente populacional, 43,18% recebe de zero até um salário mínimo.

**Palavras-chave:** Idoso, Mercado de Trabalho, Renda.

**ABSTRACT** - Several countries are experiencing changes in the aging structure due to the reduction of amount of youngsters and increase of elder people amount, which is known as population ageing. According to IBGE PNAD 2014, Brazil has a total resident population of 203.190.852, and 27.881.873 of them are people elder than 60-year old, which represents around 13.72% of the entire population. Through bibliographical research and statistics based on PNAD 2014 data, performed and shared by IBGE, the goal of this document is to evaluate the trends about elder people and labour market. From results of such evaluation we can conclude that around 24.81% of elderly people are still active in labour market, and most part of them is performing their roles under informal labour conditions due to low scholastic skills. Furthermore, monthly income of 43.18% of such amount of workers is lower than the minimum wage.

**Keywords:** Elderly, Labour Market, Wealth.

---

## 1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é considerado pelos pesquisadores como um fenômeno global, pois diversos países ao redor do mundo estão vivenciando a mudança na sua estrutura etária, com a diminuição de números de jovens e aumento do número de idosos. Utilizando-se do critério etário, a Organização Mundial da Saúde classifica como idosos as pessoas com mais de 65 anos de idade nos países desenvolvidos e mais de 60 anos nos países em desenvolvimento.

O envelhecimento da população caracteriza-se pela ocorrência de dois feitos: queda da taxa de fecundidade e aumento da expectativa de vida. Estudos apontam que a redução da taxa de fecundidade que acarreta um número cada vez menor de jovens e que é influenciada pelo estilo de vida contemporâneo, pela urbanização, uso de métodos contraceptivos, aumento da escolaridade e pela inserção da mulher no mercado de trabalho. A taxa de fecundidade no Brasil chegou a ser de 6,21 filhos por mulher em 1960; em 2012 caiu para 1,81, enquanto, de maneira simultânea, a expectativa de vida aumentou significativamente de 54,69 anos para 73,62 anos no mesmo período. Já a expectativa de vida está relacionada com a melhora nas condições de vida, acesso a saneamento básico e a uma dieta regular e de melhor qualidade, além dos avanços da ciência médica.

Um dos momentos que caracteriza a chegada da velhice é a aposentadoria. Para Salgado (1997, p. 9) “a aposentadoria decreta funcionalmente a velhice, ainda que o indivíduo não seja velho sob o ponto de vista biológico e é uma forma de produzir a rotatividade de mão-de-obra no trabalho, pela troca de gerações”. Mas será que aquela pessoa que após um longo tempo de serviço, adquire o direito de certa remuneração, sem ter que apresentar a contrapartida do trabalho?

Partindo de dessa argumentação acerca do mercado de trabalho do idoso, este estudo tem como objetivo apresentar uma análise quantitativa que procurará destacar qual a sua relação com o trabalho nessa fase da vida. Para tanto, será utilizado a base de dados da PNAD do ano de 2014, implementada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para atingir o objetivo proposto optou-se por dividi-lo em seções, além dessa introdução. Na seção 2 apresenta-se o referencial teórico acerca da relação do idoso com o

mercado de trabalho. Na seção 3, apresenta-se a metodologia e a base de dados utilizados neste estudo. Os resultados e as discussões são apresentados na seção 4, seguidos das conclusões.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO: MERCADO DE TRABALHO DO IDOSO BRASILEIRO**

O crescimento da população idosa e o aumento da expectativa de vida têm levado muitas pessoas com 60 anos ou mais ao mercado de trabalho. Tal fato se dá em razão de diversos motivos, entre eles: ocupação do tempo ocioso, gosto pelo trabalho desenvolvido e necessidade de uma renda extra, para aqueles que já recebem aposentadoria (VANZELLA; NETO; SILVA, 2011). Contudo, os idosos não aposentados e não inseridos em um contexto familiar capaz de suprir suas necessidades com moradia, alimentação, saúde dentre outras, inevitavelmente são compelidos a continuar no mercado de trabalho por imperiosa necessidade de sobrevivência, haja vista, não possuir outra fonte de renda, por mais insuficiente que seja, para se sustentar. Queiroz e Ramalho (2009, p. 818) verificaram que “as elevadas taxas de participação dos idosos no mercado de trabalho, inclusive dos aposentados, pode está indicando a necessidade de manutenção do padrão de vida, a complementação da renda domiciliar, condições mínimas de sobrevivência e/ou melhora na saúde do idoso”. Desse contexto, é possível extrair duas principais razões para o idoso trabalhar: (a) trabalhar por prazer e (b) trabalhar para sobreviver.

A primeira razão – trabalhar por prazer, o trabalho é visto como um modo de ocupação do tempo livre e manutenção de uma atividade física e mental. Neste caso, o trabalho acaba ocupando outro papel, está relacionado à satisfação, podendo ou não ser remunerado. Nesse sentido, fatores de ordem subjetiva são as principais justificativas para a manutenção do vínculo de emprego, como o desejo de reconhecimento e de continuar sentindo-se útil em um meio social pautado pela capacidade produtiva (CARLOS; JACQUES; LARRATÉIA, 1999).

Magalhães (2008, p. 36) explica que “o trabalho faz o ser humano se sentir mais útil e numa sociedade utilitarista esse sentimento é muito importante para que cada um reconheça sua finalidade como ser humano. Com os idosos não é diferente”.

A segunda razão - trabalhar para sobreviver, se deve a questões de natureza socioeconômica, especialmente a necessidade de aumentar a renda (CAMARANO, 2001) e a posição do idoso na família no sentido de ser o chefe, provedor de todos os membros (SARTI, 2011).

Mesmo após vários anos servindo como força de trabalho, os idosos, devido à situação socioeconômica não têm condições de se preparar para uma velhice digna e abandonar o trabalho e muitos chegam e/ou permanecem, nessa fase da vida, em situação de pobreza e procuram se manter ou se inserir no mercado de trabalho buscando uma renda, seja como forma de complementação da sua aposentadoria, seja como única fonte de sustento.

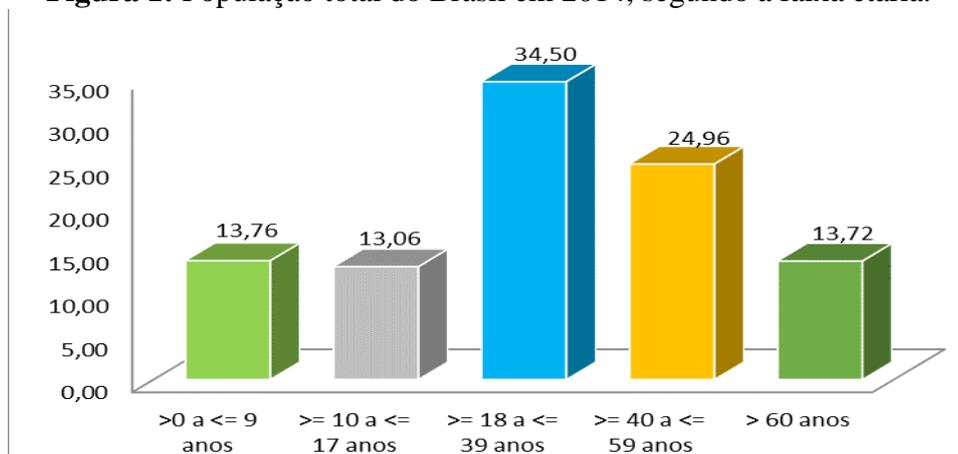
O fato é que o idoso se depara com maior dificuldade em ser absorvido no mercado de trabalho, pois embora muitos tenham plena capacidade de continuarem desenvolvendo uma atividade laboral de maneira satisfatória, o estigma social de que o idoso é não é mais útil e a aposentadoria o fim da carreira profissional ainda é uma realidade.

### **3. RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE ESTATÍSTICA**

Esta seção destina-se a apresentar os resultados e as respectivas discussões acerca das condições de trabalho do idoso.

A **figura 1** traz o último levantamento feito pelo PNAD em 2014. Do total da população que era de 203.190.852, 13,72%, ou seja, 27.881.873, são de pessoas com 60 ou mais anos de idade. Observa-se que o número de idosos quase se equipara ao número de pessoas de zero a 9 anos e de 10 a 17 anos. Assim, a visão ainda vigente para muitos de que o Brasil é um país de jovens, sendo o envelhecimento populacional associado apenas aos países desenvolvidos não reflete a realidade, pois a proporção de jovens tem diminuído a cada ano, ao passo que o índice da população idosa vem aumentando. A esse respeito o IBGE vem alertando para o acelerado processo de envelhecimento de sua população (IBGE, 2012).

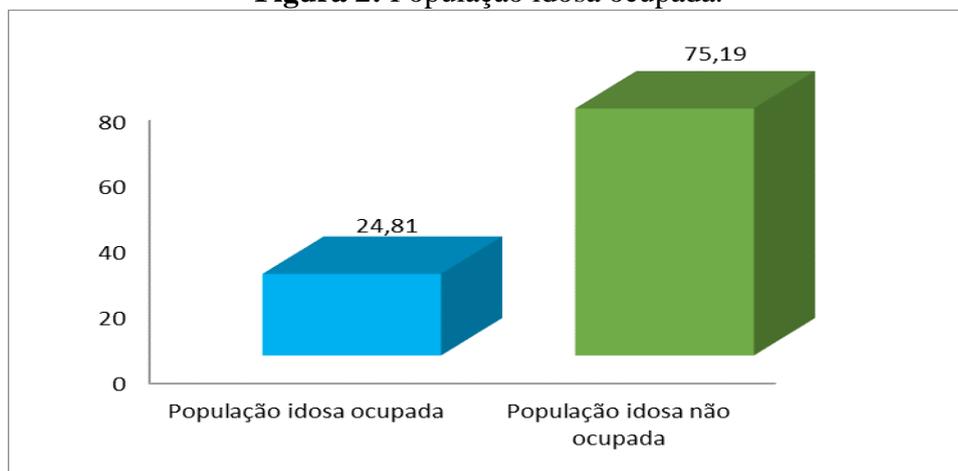
**Figura 1:** População total do Brasil em 2014, segundo a faixa etária.



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

O total de idosos que exerce ou não alguma ocupação pode ser vista na **figura 2**. Observa-se, assim, que do total da população idosa, 24,81% declararam estar ocupada. Segundo o IBGE, a população ocupada compreende as pessoas que tinham trabalho na semana anterior à da entrevista, ou seja, os indivíduos que tinham um patrão, os que exploravam seu próprio negócio e os que trabalhavam sem remuneração em ajuda a membros da família.

**Figura 2:** População idosa ocupada.



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

Remetendo-se aos argumentos do referencial, as razões para um idoso estar no mercado de trabalho podem ser de ordem econômica e/ou pessoal para sentir-se integrado a sociedade. Independente da motivação, os estudos apontam que quando se relaciona idoso e mercado de trabalho tem-se um retrato típico da exclusão social e da discriminação, pois “a

realidade tem mostrado que, quando as empresas reestruturam seus quadros funcionais, os primeiros da lista a serem mandados embora são os trabalhadores de faixa etária mais elevada” (MAGALHÃES, 2008, p. 36). As empresas, em sua maioria, pensam que os mais velhos são menos energéticos, eficientes, flexíveis e apresenta maior dificuldade de adaptação a mudança (GONÇALVES; VASCONCELLOS; VIANA; SILVEIRA; DIMER; MOURA, 2012).

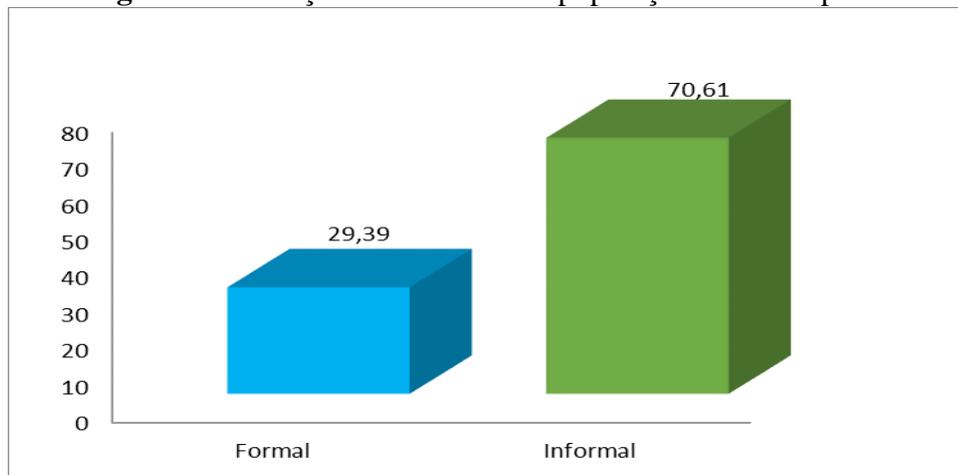
Não são raras as vezes que se têm notícias de empregados que, estando prestes a completar o tempo necessário para aposentadoria, são demitidos, o que denota desprezo à experiência, de negação do reconhecimento e da recompensa a anos de dedicação e fidelidade à empresa (LINDOSO, 2005).

Estudos indicam que a possibilidade de gerar novos recursos, com outro trabalho formal remunerado é baixa, embora não existam proibições legais ao trabalho do idoso no Brasil, ao contrário, o Estatuto do Idoso, prevê como um direito o exercício profissional, vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir (BRASIL, 2003), porém o fator etário tem aparecido como condição determinante na seleção de uma vaga de emprego em boa parte das empresas (TELLES, 2009).

Dessa forma, em razão do mercado de trabalho se fechar para o idoso a sua inserção ocorre, na maioria das vezes, em condições mais desfavoráveis, com menores possibilidades de emprego, sem vínculo empregatício, postos de trabalho menos qualificados, bem como remunerações inferiores e instáveis (KRELING, 2008), sujeitando à informalidade como única forma de garantir a sua sobrevivência ou de contribuir na renda familiar.

Esse fato pode ser observado na **figura 3**. Do total da população idosa que declarou estar exercendo alguma atividade, 70,61% dos idosos encontram-se no mercado de trabalho informal e 29,39% no mercado formal.

**Figura 3:** Condições de trabalho da população idosa ocupada.



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

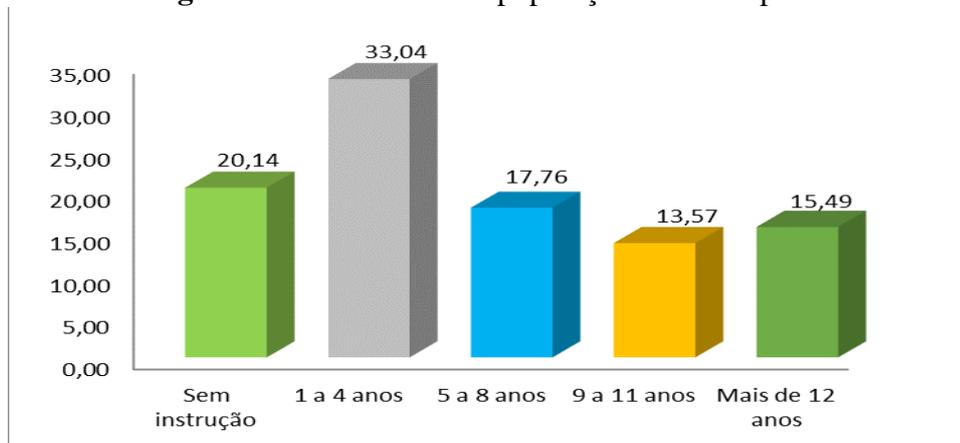
A **figura 4** apresenta o nível de escolaridade da população idosa ocupada. Peres (2011, p. 643) afirma que “dentre os excluídos da educação, os idosos e adultos mais velhos figuram como os mais atingidos. As estatísticas censitárias revelam que os índices mais elevados de analfabetismo estão entre as faixas etárias mais velhas”.

De fato, os dados demonstram que o nível de escolaridade dos idosos é baixo. Segundo a PNAD/IBGE de 2014, 20,14% dos idosos que exercem alguma atividade (população ocupada) são analfabetos. A maioria concluiu somente o 1º ciclo do Ensino Fundamental (1ª a 4ª série), isto é, 33,04%.

É sabido que a maioria não permaneceu na escola devido às condições de vida que tinham na época, pois trabalhavam no campo e havia pouco apoio da família, já que se priorizava mais o trabalho do que os estudos. Nosso país de uma forma geral não tinha grandes preocupações em alfabetizar a população. Esse fato foi se concretizando pouco a pouco e acabou não atingindo, em sua maioria, a população que hoje tem mais de 60 anos.

O baixo nível de escolaridade está atrelado ao período em que esses idosos nasceram e cresceram onde o acesso à educação era muito difícil, principalmente para as mulheres, pois a prioridade era para os homens (SOUZA; SILVER, 2008). Somado a isso, os estudos de Almeida *et al* (2015) apontam que o motivo de uma idosa não ter avançado nos estudos era a proibição dos pais, que a queriam ajudando nas atividades da casa e até mesmo da roça. O fato é que, independente do sexo quando esse idosos de hoje tinham a idade de escolarização muitos viviam na zona rural e os estudos foram trocados pelo trabalho na agricultura.

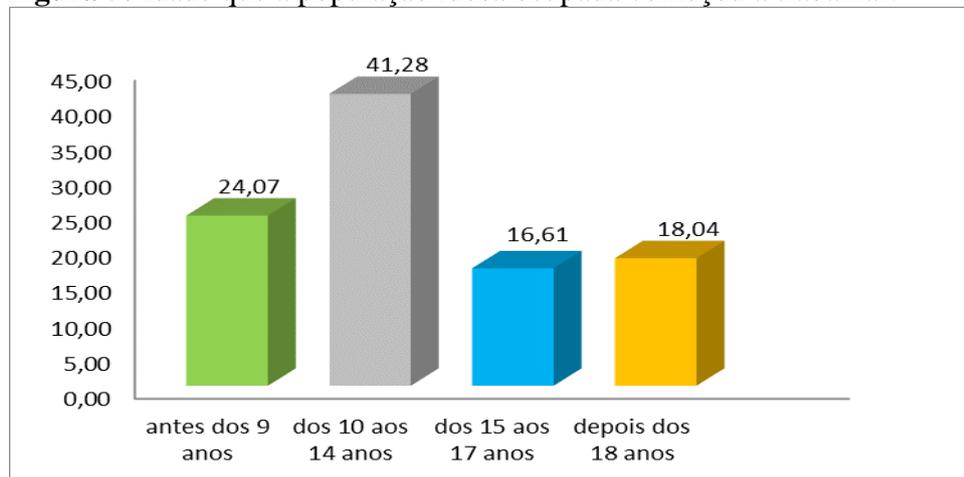
**Figura 4:** Escolaridade da população idosa ocupada.



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

A baixa escolaridade está atrelada com a idade que o idoso começou a trabalhar. Com base na **figura 5**, verifica-se que 65,35% da população idosa que se disse ocupada iniciou suas atividades laborativas antes dos 14 anos de idade. 24,07% iniciou antes dos 9, ou seja, em idade de escolarização inicial. Razão pela qual a escolaridade dos idosos que ora estão sendo analisados é muito baixa.

**Figura 5:** Idade que a população idosa ocupada começou a trabalhar.

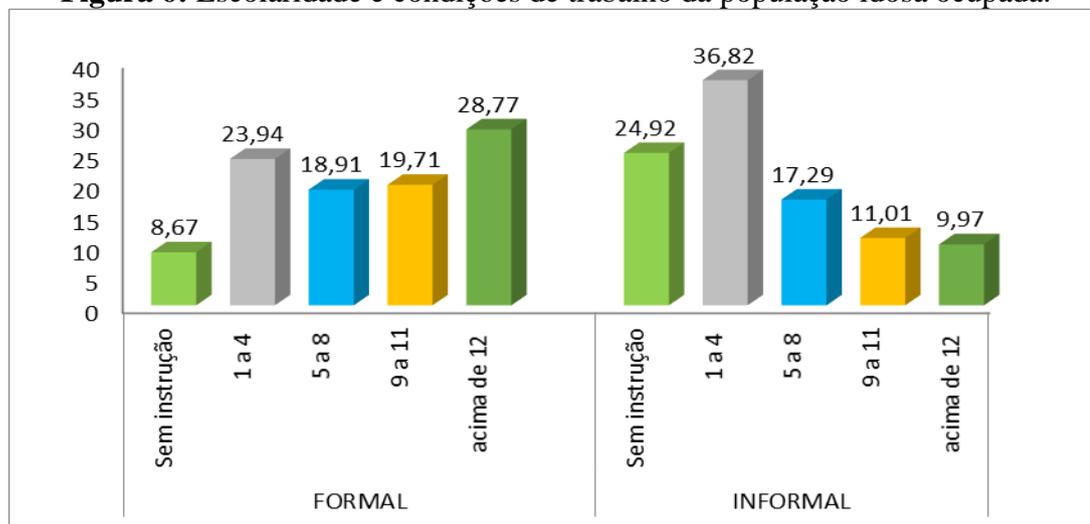


Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

Relacionando as condições de trabalho com a escolaridade dos idosos ocupados (**figura 6**), tem-se que os idosos com menos anos de estudo, ou nenhum, encontram-se no mercado informal de trabalho, o que demonstra que quanto maior o nível educacional maior é a chance de uma colocação no mercado formal. Verifica-se que somente 8,67% de idosos sem

instrução estão no trabalho formal ao passo que 24,92% de idosos que não sabem ler/escrever estão na informalidade.

**Figura 6:** Escolaridade e condições de trabalho da população idosa ocupada.



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

Do cruzamento dos dados escolaridade e condições de trabalho é possível inferir que as condições de trabalho precarizam-se de forma direta à baixa escolaridade e que a baixa escolaridade reduz o acesso dos idosos a um salário maior, demonstrado na **figura 7**.

**Figura7:** Total da população idosa ocupada, segundo o salário do trabalho principal e escolaridade.

	Salário 0	> 0 > 1/4 SM	>1/4 > 1/2 SM	>1/2 > 1 SM	>1 > 2 SM	> 2 SM
Sem instrução	22,87	12,31	14,69	22,6	15,31	12,23
1 a 4 anos	12,11	7,21	9,66	22,05	26,33	22,65
5 a 8 anos	6,41	3,3	7,43	19,71	30,89	32,25
9 a 11 anos	4,7	1,6	3,08	12,66	25,98	51,97
acima de 12 anos	4,5	0,36	1,16	3,88	10,27	79,83

Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

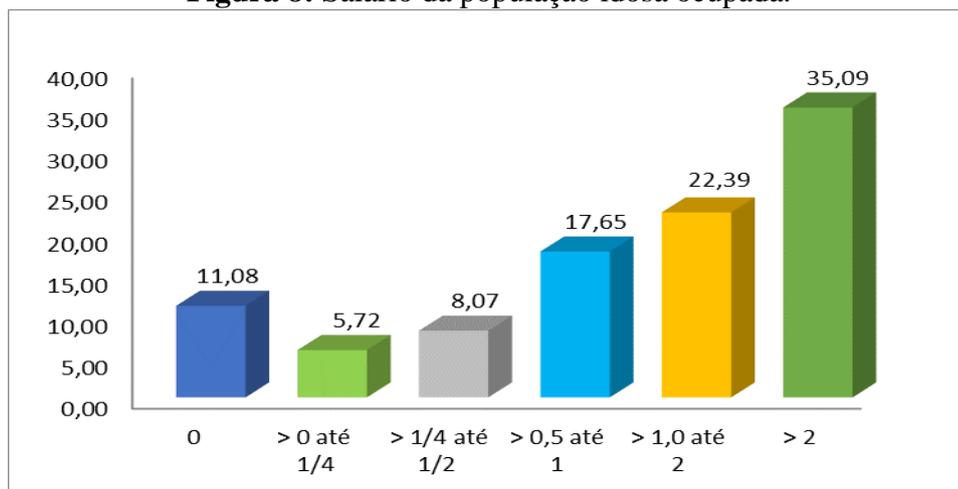
Estudos de Nascimento, Pontilli e Lopes (2008) demonstram que o nível de escolaridade, e, por conseguinte, uma maior qualificação, pode tornar o indivíduo mais produtivo, passando, o mesmo, a receber maiores níveis de renda. Nesse sentido, como visto, considerando que os idosos de hoje possuem poucos anos de estudo, estão inseridos no mercado informal e, assim, auferem uma renda baixa.

Em razão do sistema capitalista na lógica de acumulação de capital, as empresas buscam em seus trabalhadores uma força de trabalho que exerça as atividades de forma mais intensa (MUNIZ e BARROS, 2014). Nesse sentido, Goldman (2000, p.14) enfatiza: “Evidencia-se que as sociedades, sob a lógica do capital, tendem a transformar as pessoas em mercadorias e reduzem os velhos a condições de ‘mercadorias descartáveis’”.

Os dados da PNAD de 2014 mostram, conforme **figura 8**, que o salário de 25,40% dos idosos, vai de zero a meio salário mínimo, isto é, mais de um milhão e meio de idosos estão entre a extrema pobreza e a pobreza.

Para Loureiro e Suliano (2009, p. 5) “um indivíduo é considerado pobre se este possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo. Já a linha de indigência é definida em um quarto de um salário mínimo por mês”.

**Figura 8:** Salário da população idosa ocupada.



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

Oportuno registrar que 17,65% da população idosa que declarou estar ocupada, recebe de 1/2 até 01 salário mínimo. Isso significa dizer que 42,52% do contingente de idosos recebe de 0 até 01 salário mínimo, o que precariza suas condições de vida. A pesquisa ainda mostra que 22,39% auferem de 01 a 02 salários mínimos e 35,09% mais de 02 salários mínimos.

Embora as condições de vida estejam melhorando gradativamente e, o próprio fenômeno do envelhecimento populacional corrobora esta afirmação, a realidade é que cerca de um quarto dos idosos são obrigados a trabalhar e a perceber salários baixos.

#### **4. METODOLOGIA E BASE DE DADOS**

Na realização desta pesquisa foram utilizados dados obtidos por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2014. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é um sistema de pesquisas domiciliares, foi implantado a partir de 1967 e tem a finalidade de produzir informações básicas, que permitam estudar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Desde 1971 os levantamentos da PNAD são anuais, com realização no último trimestre de cada ano. No entanto, sua pesquisa foi interrompida nos anos em que foram realizados os Censos Demográficos: 1980, 1991, 2000 e 2010.

Utilizando-se o pacote estatístico *Stata 10*, selecionou-se a amostra da população idosa, assim entendida aquela com 60 anos ou mais, nos termos do Estatuto do Idoso. Dessa população verificou-se o número de idosos que se encontram ocupados, a condição do trabalho, ou seja, se formal ou informal, o salário recebido por esses idosos e seu nível de escolaridade.

Este estudo apresentará uma análise estatística. A estatística é uma ciência que se dedica à coleta qualificada dos dados, a inferência, o processamento, a análise e a disseminação das informações. Ela pode ser aplicada em praticamente todas as áreas de conhecimento e pode ser dividida em duas grandes categorias: estatística descritiva e estatística inferencial (FOGAÇA, 2010).

Nesta pesquisa será utilizada a estatística descritiva que, de acordo com Martins e Donaire (1988), tal método se baseia no estudo de uma amostra da população, procurando inferir, induzir ou estimar as leis de comportamento da população da qual a amostra foi retirada.

#### **4. CONCLUSÕES**

O envelhecimento populacional já está estabelecido nos estudos demográficos, a ponto de chamar a atenção da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos demais organismos internacionais para debates intensos sobre este assunto. Neste contexto, conforme demonstrado aqui, o Brasil também tem verificado o aumento da sua população idosa.

O presente estudo, utilizando-se dos dados oficiais (PNAD/IBGE do ano de 2014) buscou enfoque nas condições de trabalho após os 60 anos no Brasil. A pesquisa demonstrou que cerca de 25% dos idosos trabalham no país e que se encontram na sua maioria no mercado informal. E ainda, a relação com a baixa escolaridade, informalidade no trabalho e uma renda baixa é diretamente proporcional. Esse quadro corrobora com a visão de Bouvoir (1990) da precarização da qualidade de vida e do emprego após os 60 anos.

Esta precarização também é mais visível quando se verifica que a informalidade atinge mais de 70% dos idosos e que as piores remunerações ocorrem neste tipo de relação trabalhista. Também conforme relatado, os idosos têm uma dificuldade maior de acesso ao mercado de trabalho e, quando conseguem esta inserção, as colocações disponíveis são de baixa remuneração.

Adiciona-se a este contexto a baixa escolaridade dos idosos que tem a necessidade de trabalhar. Cerca de 53% dos idosos ocupados, possuem de 0 a 4 anos de educação formal e apenas 15,49% tem mais de 12 anos em bancos escolares. Os dados aqui listados demonstram que do cruzamento entre a baixa escolaridade e a alta informalidade vigente nas relações de trabalho do idoso, resultam em remunerações muito baixas e, em consequência, piores condições de vida.

Assim, surge a necessidade de que, tanto o governo, quanto a sociedade civil e empresariado, tracem estratégias conjuntas para o estabelecimento de políticas públicas que melhorem a inserção dos idosos no mercado de trabalho, buscando a qualificação no nível educacional e empregos adaptados às necessidades desse contingente, sob pena de que os gastos sociais sejam crescentes a ponto de não serem mais sustentados pela capacidade produtiva da população economicamente ativa, já que a população de jovens tende, inversamente, a reduzir-se continuamente, conforme divulgado pelo IBGE.

Por meio dos dados coletados para o artigo observa-se que nem sempre, ou na maioria das vezes, chegar à terceira idade se mostra tão cômodo assim.

A ideia de alcançar a tão sonhada aposentadoria não é um fato que se dê de forma homogênea entre toda a população brasileira. Parte da população idosa tem que continuar no mercado de trabalho, pois, um número expressivo dessa parcela da população conta com menos de um salário mínimo para sobreviver. Importante registrar que viver com um salário mínimo se torna praticamente impossível num contexto em que muitos desses idosos são

responsáveis pelo sustento de uma família e ainda, dependentes de medicamentos que, muitas vezes, não são oferecidos pelo Sistema Único de Saúde. O máximo que essa parcela da população consegue é sobreviver, porém, sem dignidade e vivendo em condições de extrema pobreza e pobreza.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alessandra Vieira; MAFRA, Simone Caldas Tavares; SILVA, Emília Pio da; KANZO, Solange. **A Feminização da Velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e o risco social\***. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 14, n. 1, p. 115 - 131, jan./jun. 2015. Disponível em:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/19830/13313>. Acesso em 19 set. 2016.

BEAUVOIR, Simone. **A Velhice**. Tradução de M<sup>a</sup>. Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL, **Lei Federal 10.741 de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm). Acesso em: 04 out. 2015.

CAMARANO, Ana Amélia. **O idoso brasileiro no mercado de trabalho**. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Rio de Janeiro, texto para discussão, 830, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0830.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0830.pdf). Acesso em: 31 ago. 2015.

CARLOS, Sergio Antonio, JACQUES, Maria da Graça Correia; LARRATÉA, Sandra Vieira e HEREDIA, Olga Collinet. **Identidade, aposentadoria e terceira idade**. Revista Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento, Porto Alegre, v. 1, p. 77-89, 1999. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/viewFile/4653/2569>. Acesso em: 10 set. 2015.

FOGAÇA, Marília de Oliveira. Características da análise descritiva em estudos sobre empreendedorismo. In: 8<sup>a</sup> Mostra Acadêmica de 26 a 28 de outubro de 2010, Piracicaba, Unimep. Disponível em:

<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/8mostra/1/221.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2016.

GOLDMAN, Sara Nigri. **Velhice e Direitos Sociais**. In: PAZ, Serafim Paz *et al.* (Orgs.). Envelhecer com cidadania: quem sabe um dia? Rio de Janeiro: ANG-RIO/CBCISS, 2000.

GONÇALVES, Ana Laura Lima; VASCONCELLOS, Michelle Fonseca; VIANA, Paloma Goulart; SILVEIRA, Vanessa Alves; DIMER, Tania Behenck; MOURA, Eliana. **Quais dificuldades as pessoas na terceira idade encontram para se manterem atuantes no**

**mercado de trabalho?** Anais da VI mostra científica do Cesuca, Porto Alegre, v.1, n. 6, p. 159-172, 2012. Disponível em:  
<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/147/pdf>. Acesso em: 01 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil: Tábua Completa de Mortalidade – 2010**. Disponível em:  
<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=2&cod2=&cod3=&frm=> Brasília, DF, 2012. Acesso em 04 jul. 2015.

KRELING, Norma Hermínia. **Envelhecimento, trabalho e renda: uma análise na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Revista Indicadores Econômicos, Porto Alegre, v. 36, n.1, p.67-75, 2008. Disponível em:  
<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1640/2008>. Acesso em: 22 ago. 2015.

LINDOSO, Maria Bezerra de Araújo. **A discriminação do idoso no acesso e na manutenção do emprego**. Revista Virtual. Promotória Especializada dos Direitos dos Cidadãos Portadores de Deficiência e Idosos. Maranhão, 2005. Disponível em:  
<http://www2.mp.ma.gov.br/pid/revista-1.htm>. Acesso em: 07 jan. 2016.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C.. **As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil**. Agosto de 2009. Disponível em: <[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)>. Acesso em: 18 out .2015

MAGALHÃES, Maria Lucia Cardoso de. **A discriminação do trabalhador idoso - responsabilidade social das empresas e do estado**. Revista Tribunal Regional Trabalho 3ª Região, Belo Horizonte, v. 48, n. 78, p. 31-43, 2008. Disponível em:  
[http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev\\_78/maria\\_lucia\\_cardoso\\_magalhaes.pdf](http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_78/maria_lucia_cardoso_magalhaes.pdf). Acesso em: 03 jan. 2016.

MARTINS, G A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. São Paulo: Atlas, 1988.

MUNIZ, T. S; BARROS, A. **O trabalhador idoso no mercado de trabalho do capitalismo contemporâneo**. Revista Ciências Humanas e Sociais, Maceió, v. 2 , n.1, p. 103-16, 2014. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/1079/793>. Acesso em: 01 jul. 2015.

NASCIMENTO, Vanessa Torrezan; PONTILLI, Rosangela Maria; LOPES, Janete Leige. **Um estudo comparativo dos fatores que influenciam a renda do trabalhos nos Estados da Região Sul do Brasil**. VII Seminário do Centro de Ciências Aplicadas, Campus de Cascavel, 17 a 19 de junho de 2008. Disponível em:  
[http://www.apec.unesc.net/IV\\_EEC/sesoes\\_tematicas/Economia%20social%20e%20pol%EDitas%20p%FABlicas/Renda%20familiar%20e%20educa%E7%E3o%20como%20fatores%20condicionantes%20do%20aumento%20da%20taxa%20de%20fertilidade.pdf](http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20social%20e%20pol%EDitas%20p%FABlicas/Renda%20familiar%20e%20educa%E7%E3o%20como%20fatores%20condicionantes%20do%20aumento%20da%20taxa%20de%20fertilidade.pdf). Acesso em 20 de ago. 2016.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice e analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste.** Revista Sociedade e Estado. 2011, vol.26, n.3, pp. 631-662.

QUEIROZ, Vivian dos Santos; RAMALHO, Hilton Martins de Brito. **A Escolha Ocupacional dos Idosos no Mercado de Trabalho: Evidências para o Brasil.** Revista Economia, Brasília, v.10, n.4, p.817-848, 2009. Disponível em: [http://www.anpec.org.br/revista/vol10/vol10n4p817\\_848.pdf](http://www.anpec.org.br/revista/vol10/vol10n4p817_848.pdf). Acesso em: 12 ago. 2015.

SALGADO, Marcelo Antonio. **Aposentadoria e ética social.** São Paulo: Série Terceira Idade. SESC, 1997.

SARTI, Cynthia. A. **A velhice na família atual.** Revista Acta Paulista de Enfermagem, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 91-96, 2001. Disponível em: <http://www2.unifesp.br/acta/index.php?volume=14&numero=2>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SOUZA, Ana Ines; SILVER, Lynn Dee. **Perfil sociodemográfico e estado de saúde auto-referido entre idosas de uma localidade de baixa renda.** Escola Anna Nery Revista de Enfermagem, vol. 12, núm. 4, dezembro, 2008, pp. 706-716, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n4/v12n4a15.pdf>. Acesso em 19 set. 2016.

TELLES, J. L. Posfácio. In: JÚNIOR, Juarez Correia Barros (Org.). **Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade.** São Paulo: Edicon, 2009.

VANZELLA, E; NETO, E. A; SILVA, C. C. **A terceira idade e o mercado de trabalho.** Revista Brasileira de Ciências da Saúde, v. 14, n. 4, p. 97-100, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rbcs/article/view/7199/5692>. Acesso em: 14 set. 2015.

## A CHAVE DO COFRE: ELEIÇÕES E ALINHAMENTO POLÍTICO NA OBTENÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS NO BRASIL

**JORGE LEANDRO DELCONTE FERREIRA**

Contador, Doutor em Economia

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR

[jorge.delconte@unespar.edu.br](mailto:jorge.delconte@unespar.edu.br)

---

**RESUMO** – Este estudo discute motivações políticas e eleitorais na alocação de transferências intergovernamentais em um sistema federativo. A partir de um modelo de dados de painel de efeitos fixos, é testada a influência de um conjunto de elementos (alinhamento político de gestores locais e federal, alinhamento de deputados com o governo central, efeitos do calendário eleitoral) nas transferências voluntárias federais para municípios brasileiros. A análise de dados em painel abrange 2856 municípios no período de 1999 a 2011. Os resultados sugerem que o governo central usa transferências para comprar apoio no legislativo, liberando recursos via deputados. O alinhamento entre executivos locais e centrais é crucial na alocação de verbas, e há uma correlação negativa quando o prefeito é afiliado a um partido de oposição ou conectado com um deputado da oposição. Além disso, o calendário eleitoral tem forte efeito sobre a concessão de recursos discricionários, principalmente em eleições centrais.

**Palavras-chave:** Eleições, Transferências Intergovernamentais, Alinhamento Político, Orçamento público.

**ABSTRACT** - This study discloses political and electoral reasons in the allocation of intergovernmental transfers in a federative state. The fixed panel data analysis tested the influence of political alignment with the central government and with deputies, besides electoral calendar effects. This analysis encompasses 2856 municipalities in the period from 1999 to 2011. The results suggest that the central government buys support in the Assembly by giving grants to deputies. Moreover, the alignment between local and central chief executives is central in the allocation of monies, and there is a negative correlation when the mayor is affiliated with an opposition party or connected with an opposition deputy. Furthermore, the electoral calendar has a strong effect over the allocation of grants was, mainly in central elections.

**Keywords:** Elections, Intergovernmental Transfers, Political alignment, Public Budget.

---

### 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um conjunto de ensaios sobre ciclo eleitoral e políticas públicas, com perguntas agrupadas em torno de um problema central da pesquisa: como a repartição das receitas públicas em governos locais e em federações, com vários níveis de governo, são afetadas pelas eleições? Como os sistemas federativos geralmente propõem descentralização e interdependência entre os diferentes níveis de governo como um importante mecanismo para o aumento da eficiência, transparência e *accountability* (OATES, 1999; COSTA-FONT e MOSCONE, 2008; SILVA, 2005), este artigo discute as transferências intergovernamentais discricionárias.

Algumas perguntas auxiliares permitiram aprofundar e enriquecer a análise central. O alinhamento político determina o nível de transferências intergovernamentais? Qual é o papel dos representantes do legislativo na alocação de recursos federais? Eleições afetam a alocação de transferências e, em caso afirmativo, em qual extensão? Todas essas perguntas tem uma forte ligação com duas questões principais: as eleições e o gasto público. A relação entre eleições e políticas públicas é uma preocupação antiga na literatura, e uma das questões centrais da política democrática diz respeito às interações entre as escolhas populares (expressas pelo voto) e as políticas públicas (GINSBERG, 1976). Desde o século XVIII, o voto apresenta vínculo direto com grandes reorientações de alinhamento partidário, de acordo com investigações históricas nos EUA (KEY, 1955). Além disso, a teoria da *accountability* democrática define os políticos como *office seeking*, ou seja, afirma que a principal motivação para os políticos é o desejo de manter o cargo público (GOLDEN; MIN, 2013). Neste sentido, há amplo consenso que as eleições são úteis não só para escolher melhores plataformas, mas também para disciplinar mandatários, ameaçando-os com a perda do mandato (expressa pela não reeleição) para desempenhos inadequados ou não satisfatórios (FEREJOHN, 1986). No entanto, o desempenho tem também várias interpretações, dado que os eleitores podem subestimar os benefícios sociais em contraste com os interesses corporativistas ou benefícios individuais. Apesar disso (ou talvez exatamente por causa disso), podemos observar padrões específicos na distribuição de receitas públicas (tanto nas transferências intergovernamentais quanto em questões de alocação de orçamento em um único nível) e a principal explicação para esses padrões é 'política' (GOLDEN; MIN, 2013).

A maior parte dos modelos na literatura tratando da relação entre o federalismo e a alocação do orçamento público derivam de Lindbeck e Weibull (1987), Cox e McCubbins (1986) ou Dixit e Londregan (1998). Tais modelos propugnam que os eleitores têm preferências que resultam em decisões de voto; no entanto, essas preferências podem mudar de acordo com as decisões dos mandatários na alocação de orçamento (em outras palavras, o voto pode ser 'comprado' pela alocação adequada da receita pública). Uma fração dos eleitores tem preferências ideológicas (ou partidárias), o que significa que o 'preço' de votos destes é maior do que o de eleitores não-ideológicos. A diferença entre esses modelos é o foco no eleitor ideológico (ou *core-supporter*) ou no eleitor não-ideológico (*swing-voter*). No entanto,

os eleitores mais pobres (tanto *core supporter* quanto *swing voter*) exigem menor dispêndio *per capita* de recursos públicos para mudar seu voto (GOLDEN; MIN, 2013).

Outros estudos postulam que os modelos de *core-supporter* (COX; MCCUBBINS, 1986) ou *swing-voter* (LINDBECK; WEIBULL, 1987) focam exclusivamente em uma das faces da questão: a persuasão. Os modelos se tornaram mais complexos, incluindo duas questões adicionais na visão analítica: coordenação e mobilização (COX, 2010). Coordenação diz respeito, em suma, aos votos em outra arena que o não a eleitoral: na arena política, considerando deputados e senadores, por exemplo, como os eleitores (o que é crucial para questões como a governabilidade). Mobilização é uma questão estratégica anterior às eleições: representa a energia gasta em campanhas eleitorais, que é essencial, mesmo em sistemas de voto obrigatório.

Todos estes modelos sugerem que, quando se trata de escolhas dos mandatários sobre a alocação do orçamento público, há muito mais elementos a considerar que unicamente o bem-estar público. Neste trabalho, questões adicionais ajudam a explicar onde, como e por quê os legisladores alocam as receitas públicas em federações fiscais, sendo explicitadas as razões políticas e eleitorais na alocação de transferências intergovernamentais em um Estado federativo. A literatura não discute adequadamente alguns problemas quando se trata de alocação de transferências; entre eles destaca-se a influência do alinhamento político entre o governo central e os representantes do Congresso que tem fortes ligações com as camadas inferiores de governo. Foi realizada uma análise de dados de painel englobando 2856 municípios brasileiros de 1999 a 2011. Os resultados sugerem que deputados desempenham um papel importante na alocação de transferências, assim como que o alinhamento entre prefeitos e presidente é crucial, tanto para aliados quanto para opositores, os quais observam correlação negativa na captação de recursos. Além disso, os resultados mostram que deputados aliados têm mais influência que os deputados do próprio partido do presidente na destinação de transferências. Por fim, o calendário eleitoral tem forte efeito sobre a captação de transferências, sobretudo durante eleições centrais.

Apesar de basear este trabalho em estudos anteriores (SOLE-OLLÉ e SORRIBAS-NAVARRO, 2008; CALDEIRA, 2012; BROLLO e NANNICINI, 2012; entre outros) este artigo é mais do que uma reflexão tardia dos modelos tradicionais de Cox e McCubbins (1986) ou Lindbeck e Weibull (1987)). Primeiro, é adida à literatura a discussão sobre o papel de

deputados em transferências intergovernamentais. Em segundo lugar, a comparação dos efeitos eleitorais nas eleições sincronizadas e intercaladas é uma inovação. Apesar de estudos anteriores citarem tais fatores, sua abordagem é diferente porque o foco está longe de ser o *timing* das eleições, e quando discutem eleições sincronizadas e intercaladas (KAISER; TAUGOURDEAU, 2013), o foco não é a alocação orçamentária.

Adicionando os problemas listados acima, espera-se que este ensaio contribua para melhorar a explicação teórica sobre a alocação de transferências e o gasto orçamentário nos governos multiníveis, na tentativa de ampliar o alcance da literatura sobre este assunto. A abordagem de questões de coordenação aqui proposta permite ir além da persuasão, e fornecer explicações mais complexas para o gasto público, a fim de cobrir outras arenas além da eleitoral (COX, 2010). Obviamente, outras questões podem ser incluídas neste tipo de estudos, e espera-se que estes resultados incentivem outros estudos para contribuir na explicação das relações entre política, eleições e gasto público.

## 2. TRANSFERÊNCIAS INTERNÍVEIS NA LITERATURA

A literatura clássica no federalismo fiscal propugna que as transferências intergovernamentais são cruciais para permitir que o governo central cumpra suas funções básicas: alocativa, distributiva, estabilizadora e reguladora (Musgrave, 1959; Oates, 1972). No entanto, isso pressupõe que os políticos são planejadores benevolentes, impulsionados pela necessidade de maximizar o bem-estar social. Ao contrário disso, evidências sugerem que o que os governos deveriam fazer difere sistematicamente do que eles de fato fazem (Solé-Ollé e Sorribas-Navarro, 2008). Formuladores de política são, antes de tudo, políticos, e por isso mesmo podem ser oportunistas (tentando maximizar suas chances de reeleição), assim como partidários (preocupados com o apoio de seus aliados). Ambos os comportamentos resultam em viés na alocação do gasto (ARULAMPALAM et al., 2009).

Muitos estudos apontam evidência de viés em transferências nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Alguns estudos recentes mostram distorções na transferência de alocações na Argentina (RUMI, 2014), Portugal (VEIGA; VEIGA, 2013), Brasil (BROLLO; NANNICINI, 2012), Índia (ARULAMPALAM et al., 2009), Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia (TAVITS, 2009), França (FOUCAULT; MADIES; PATY, 2008) e Espanha (SOLÉ-

OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2008)<sup>1</sup>. Embora a alocação de transferências com base em uma fórmula visa limitar o poder discricionário de formuladores de políticas em endereçar politicamente as transferências, distorções políticas podem ir além das transferências discricionárias e têm um impacto sobre transferências baseadas em fórmulas também, como observado no Senegal (CALDEIRA, 2012), Brasil (LITSCHIG, 2012) ou Gana (BANFUL, 2011). Mesmo transferências baseadas em regras podem tornar-se uma ferramenta para cooptar eleitores indecisos, para recompensar correligionários e aliados políticos, ou ainda como um mecanismo de troca na formação de alianças políticas (COX, 2010).

As hipóteses para estas transferências enviesadas derivam de dois modelos principais de competição eleitoral no direcionamento da redistribuição de recursos: *patronage* e *tactical redistribution* (CALDEIRA, 2012). O primeiro deles postula que os legisladores de política irão direcionar fundos para os *core-supporters*, ou seja, para regiões fortemente ligadas ao partido incumbente, especialmente quando os provedores de recursos são avessos ao risco, investindo onde eles já têm forte apoio (COX; MCCUBBINS, 1986). A segunda implica que a distribuição de recursos é distorcida, porque é orientada para *swing-voters* (regiões com um elevado nível de eleitores não-ideológicos - aqueles que não têm uma forte ligação com partidos do governo ou da oposição - o que significa maior potencial de novos eleitores) para maximizar sua expectativa de votação (Dixit e Londregan, 1998; Lindbeck e Weibull, 1987).

Uma extensão do modelo *core-supporters* (ARULAMPALAM et al., 2009) sugere que transferências podem sofrer de distorção pelo *aligned swing effect*, o que significa que a esfera concedente escolhe prover verbas para seus aliados, mas prioriza aqueles de distritos *swing voter*. Eles testaram esta previsão usando dados eleitorais indianos e encontraram níveis consideráveis de distorções nas transferências em favor de estados *aligned + swing*. Um modelo similar (BROLLO; NANNICINI, 2012) assinalou que as transferências podem ter um efeito duplo: como o receptor pode reivindicar uma parte pequena do crédito político decorrente da transferência de verbas, o governo central pode usar uma não-alocação de transferências como punição política, erodindo a imagem do governo local não-alinhado, em um efeito denominado *tying enemies' hands*. Independentemente de como a distorção é produzida, a linha comum em uma grande quantidade desses estudos é a hipótese de alinhamento político, o que significa que as distorções

---

<sup>1</sup> Segundo inventário foram mais de 150 estudos sobre política distributiva na última década (GOLDEN; MIN, 2013).

na alocação de verbas podem ser maiores quando governantes local e central são afiliados a partidos aliados (ou ao mesmo partido).

A maioria desses estudos empíricos sofre as seguintes limitações. Primeiro, não consideram o papel desempenhado pelos deputados. O chefe do executivo<sup>2</sup> é geralmente o alvo da análise, dado que tem influência *ex ante* (ele propõe o orçamento) e *ex post* (ele controla as agências que distribuem os fundos) (BERRY; BURDEN; HOWELL, 2010). Embora o papel do chefe do executivo é importante, em muitos países, a influência de deputados é crucial para ganhar transferências, dado que os esforços dos partidos estão divididos entre dois focos: a arena eleitoral (votos para ganhar cadeiras eletivas) e na arena política (votos para aprovar leis) (COX, 2010). Isso significa que o chefe do Executivo tem que negociar com deputados e uma das principais ferramentas para isso é a alocação de subvenções às jurisdições que são redutos eleitorais desses deputados. A segunda limitação é que tais análises não incluem em seus modelos o fato de que o calendário eleitoral orienta a ação do político e o político tem interesses partidários e eleitorais não apenas durante a sua eleição, mas para que seus apoiados também sejam eleitos. Isso significa que eleições locais são importantes também para os políticos que não são candidatos, pois exercem mandatos em outro nível de governo. Além disso, as despesas de investimento têm uma influência significativa na reeleição, enquanto gastos correntes não (SAKURAI; MENEZES-FILHO, 2008), o que torna a transferência de capital mais atraente do que a de custeio.

Este estudo testa a hipótese de alinhamento no Brasil, mesclando os resultados eleitorais e informações de transferências de verbas originadas do governo federal em mais de 2.850 municípios<sup>3</sup>, de 1999 a 2011. Este banco de dados ajuda a superar as limitações descritas acima. Em primeiro lugar, considera o alinhamento entre os deputados e o governo central, que permite controlar os efeitos da arena política. Em segundo lugar, controla pelo calendário eleitoral, considerando eleições locais e centrais. Em terceiro lugar, usa a classificação no índice de desenvolvimento humano (IDH-educação) como uma *proxy* para o nível de capacitação.

---

<sup>2</sup> No Brasil, o chefe do executivo é o presidente. No entanto, em regimes parlamentaristas, o chefe do executivo é o primeiro ministro.

<sup>3</sup> O conjunto de dados abrange todos os estados brasileiros (exceto Rio de Janeiro, devido à falta de dados).

### 3. CARACTERÍSTICAS DO FEDERALISMO FISCAL NO BRASIL

O Brasil é uma federação republicana sob sistema presidencial e tem três camadas autônomas de divisões administrativas. Além do governo central, existem 27 divisões regionais (26 Estados e um distrito federal que tem a capital, Brasília) e 5.565 municípios<sup>4</sup>. Cada uma dessas camadas possui seu próprio executivo, e representantes do poder legislativo são eleitos diretamente (exceto no distrito federal, que obedece a regras diferentes), mas as eleições não são sincronizadas. Eleições para prefeitos e câmaras municipais são realizadas em outubro de quatro em quatro anos, enquanto os outros políticos são eleitos em uma eleição intercalada de dois anos.

Embora não há nenhuma ligação formal entre municípios e deputados (porque eles são regionalmente eleitos), alguns municípios tendem a ter fortes ligações com alguns deputados. Isto pode ser visto a partir do fato de que, embora o número de candidatos para a câmara federal dos deputados é alto (variando de 37 a 183 candidatos em cada Estado, nas últimas quatro eleições), os dois candidatos mais votados a cada município tinham, em média, 49.78% dos votos locais<sup>5</sup>.

O sistema político no Brasil é extremamente fragmentado, com 32 principais partidos. No entanto, os quatro grandes — Partido dos Trabalhadores (PT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Democratas (DEM) — preenchem a maioria dos assentos (no Congresso Nacional, esses partidos ocupavam, em média, 60% dos assentos nos últimos quatro mandatos). Embora a composição dos governos de coligação a nível federal mude com frequência, os quatro partidos mantêm suas posições ao longo do mandato inteiro (seja como situação ou como oposição). Desde 1994, houve uma polarização do PSDB (direita) e do PT (esquerda), no governo federal. PT e PSDB foram governo e o PMDB apoiou o governo federal desde o fim do regime militar na década de 1980 e fez parte da coalizão dos governos PT e PSDB.

A política local tem um papel estratégico no sistema federativo brasileiro por muitas razões. Em primeiro lugar, como as eleições para os níveis superiores são sempre diretas, é importante para os candidatos ter seus apoiadores locais. Segundo, governos locais fornecem

---

<sup>4</sup> Desses, quase 1/3 dos municípios (27,5%) possuem menos de 5000 habitantes. Por outro lado, apenas 19,2% são maiores que 30 mil habitantes.

<sup>5</sup> De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2010, pelo menos em 315 cidades o candidato mais votado teve mais de metade dos votos.

a maioria dos bens públicos e serviços (municípios têm a incumbência total ou uma quota relevante dessas despesas), especialmente em matéria de saúde, infraestrutura e educação básica, com governos estaduais e federal assumindo um papel subsidiário. Apesar desta descentralização dos gastos a nível local, há uma alta centralização da estrutura fiscal no Brasil (como se pode ver na Tabela 1). O governo central percebe dois terços da carga tributária, e governos locais mal alcançam uma fatia de 5%.

Devido a essa centralização fiscal, transferências do governo central e dos governos regionais constituem a mais importante fonte de receitas municipais, que se elevou a uma média de 83,2% do orçamento municipal em 2012<sup>6</sup>. Os municípios recebem transferências condicionais e incondicionais, principalmente do governo central. As subvenções condicionais podem ser obrigatórias ou voluntárias. As transferências incondicionais são distribuídas entre os municípios de acordo com uma fórmula (dependendo do tipo de transferência, mas geralmente tendo a população como critério principal).

Tabela 2.1- Estrutura fiscal no Brasil, 2005-2014.

Ano	PIB <sup>1</sup>	Carga Tributária*	Carga Tributária**	Divisão da Carga Tributária por Nível		
				Federal	Regional	Local
2005	2,171,736	734,108	33.8%	70.1%	25.4%	4.5%
2006	2,409,803	817,052	33.9%	69.9%	25.5%	4.7%
2007	2,718,032	923,585	34.0%	70.5%	24.9%	4.6%
2008	3,107,531	1,059,731	34.1%	69.8%	25.5%	4.7%
2009	3,328,174	1,102,954	33.1%	68.9%	26.1%	5.0%
2010	3,886,835	1,312,257	33.8%	68.2%	26.9%	4.9%
2011	4,374,765	1,527,156	34.9%	68.9%	26.2%	4.9%
2012	4,713,096	1,631,433	34.6%	68.5%	26.3%	5.2%
2013	5,157,569	1,807,054	35.0%	68.2%	26.5%	5.3%
2014	5,521,256	1,955,804	35.4%	66.1%	28.5%	5.4%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. \* Valores correntes em milhões de reais. \*\* Percentagem do PIB.

O governo central e os deputados têm poder discricionário sobre doações condicionais, que são principalmente ligadas à saúde, infraestrutura ou programas de educação básica. Tais repasses podem ser aplicados em dispêndios de custeio ou de capital; eles sempre são discricionários, quando ligados ao gasto de capital (por exemplo, para comprar ativos fixos, tais como veículos, máquinas, etc., ou adicionar o valor de um ativo fixo existente, tais como a construção de hospitais, escolas, pontes e assim por diante). Embora o orçamento municipal

<sup>6</sup> Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

dependa fortemente das referidas transferências, normalmente, o político local pode reivindicar uma parte substancial do crédito político para os fundos. Assim, o alinhamento com os governos de esfera superior (os concessionários) é decisivo na obtenção de verbas. A relevância do alinhamento provavelmente aumentou depois que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu, em 2007, que o mandato pertence ao partido (em outras palavras, um político pode perder seu mandato quando ele muda seu partido).

Apesar da relevância do alinhamento com o chefe do executivo federal e/ou regional, o papel do parlamentar é importante não só na esfera federal, mas também a nível local. O processo orçamentário brasileiro segue a regra de orçamento aberto, o que significa que os congressistas podem apresentar alterações para o orçamento proposto pelo chefe do executivo, sujeito a poder de veto do presidente<sup>7</sup>. Além disso, algumas subvenções podem ser diretamente ligadas a municípios específicos no orçamento, mas este último pode incluir recursos cujo desembolso vai ser descentralizado sem especificar antecipadamente qual município receberá as transferências.

Vários estudos apontam que o gasto federal beneficia mandatários do Congresso (LEVITT; SNYDER, JR., 1997), provavelmente por causa da arena política (COX, 2010). Dada esta característica do orçamento e confirmando a premissa de outros estudos, deputados têm algum tipo de poder discricionário *ex ante* e *ex post* sobre o orçamento. O primeiro é exercido pela proposição de alterações ou emendas orçamentárias. O último ocorre através da execução destas emendas e ajudando os prefeitos aliados ao acesso a fundos controlados por agências governamentais que podem ser gastos de forma descentralizada, mas não estão ligadas com qualquer município (esta influência ainda pode assumir a forma de *pork-barrel*, *earmark* ou *logrolling*).

#### 4. ANÁLISE EMPÍRICA

Esta seção analisa como as transferências discricionárias brasileiras são politicamente motivadas, de acordo com o alinhamento com o governo central e com deputados e efeitos eleitorais. Inicialmente é apresentada a seleção da amostra e em seguida, é exibida a metodologia adotada, os resultados da estimação e as conclusões.

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre regras de orçamento aberto e fechado, veja Baron & Ferejohn (1989) Frechette, Kagel, & Lehrer (2003) e Primo (2007).

#### 4.1 Amostragem e Variáveis de Interesse

Considerando as eleições intercaladas, foram combinadas variáveis políticas, fiscais e econômicas em um conjunto de dados de painel balanceado englobando 13 anos (1999-2011) e alcançando 2856<sup>8</sup> municípios brasileiros, o que representa 51% dos municípios e 59% da população. O estudo engloba, pelo menos parcialmente, quatro mandatos federais (quatro anos de um partido de direita, PSDB, de 1999 a 2002, e nove anos de um partido de esquerda, PT). Os dados políticos foram obtidos do Supremo Tribunal Eleitoral Brasileiro, os dados fiscais do Tesouro Nacional, e os dados econômicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As variáveis fiscais estão em termos reais per capita, em unidades monetárias brasileiras (Reais) a preços de 2011<sup>9</sup>. A Tabela 2 apresenta sinteticamente as variáveis, ordenadas por categoria, bem como o efeito esperado na estimação.

A variável dependente Transferências é a soma per capita de transferências discricionárias vinculadas a despesas de capital (transferências voluntárias per capita, ou pc\_KDT), do governo federal para os municípios. O foco em transferências de capital discricionárias se deu por três razões: primeiro, as transferências de capital são sempre discricionárias (as de custeio nem sempre o são); segundo, elas capturam tanto a influência do alinhamento com o chefe do executivo quanto com os deputados; em terceiro lugar, transferências de capital são aplicadas em despesas altamente visíveis (geralmente construção civil ou aquisição de veículos ou equipamentos), o que significa que tais gastos são adequados para atrair eleitores e ganhar votos.

O primeiro conjunto de variáveis independentes para controlar o alinhamento político entre os governos locais e centrais congrega variáveis *dummies* de alinhamento federais. Alguns estudos sugerem que os ganhos de coalisão são bem divididos (BARON; FERREJOHN, 1989), mas evidências empíricas revelam que membros-chave de coalisões ganham mais que outros membros (ANSOLABEHERE et al., 2005). Por isso, definimos três *dummies*: *allied* (compreendendo aliados filiados a partidos cruciais da coalisão federal), *opposition* (filiados aos

---

<sup>8</sup> Foram excluídos da base de dados todos os municípios com valores ausentes e aqueles em que foi informado gasto zero em pelo menos uma categoria principal ao longo de todo o período. Também foram excluídos municípios que foram divididos durante o período, bem como suas cidades-mãe.

<sup>9</sup> Ajustado de acordo com o índice oficial de inflação brasileiro.

principais partidos de oposição na esfera federal), e *same-party* (políticos filiados ao mesmo partido do presidente).

Tabela 2 - Determinantes de transferências discricionárias per capita do governo federal para os municípios no Brasil.

<b>Categoria</b>	<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Efeito esperado</b>
Alinhamento Federal (dummies)	ali	<u>Allied</u> : Prefeito aliado do Governo Federal em $Year_t$	Positivo
	opo	<u>Opposition</u> : Prefeito de partido de oposição ao governo federal em $Year_t$	Negativo
	part	<u>Same-party</u> : Prefeito e presidente do mesmo partido em $Year_t$	Positivo
Alinhamento de deputado (dummies)	D_opo	<u>Deputy opposition</u> : O 'deputado local' é oposição ao presidente	Negativo
	D_ali	<u>Deputy allied</u> : O 'deputado local' é de partido aliado ao presidente	Positivo
	D_part	<u>Deputy same-party</u> : O 'deputado local' é do mesmo partido do presidente.	Positivo
Ano Eleitoral	l_elec	<u>Local elections</u> : eleições realizadas em $Year_t$ para cargos municipais.	Negativo
	c_elec	<u>Central elections</u> : eleições $Year_t$ para cargos federais e estaduais.	Negativo
Controles	IDH-e	Índice de Desenvolvimento Humano - Educação.	Positivo
	PIB	PIB <i>per capita</i> do FPM, a preços de 2011.	Positivo

Fonte: o autor.

O apoio de um deputado federal é importante e, por vezes, essencial no mecanismo de alocação, tanto de verbas explicitamente identificáveis (por exemplo, propondo emendas ao orçamento) ou de formas menos visíveis (usando sua influência nas agências ou ministérios que controlam a alocação de subvenções não vinculadas). Por isso, de forma a caracterizar como sólidas as relações entre deputado e município, usou-se o seguinte procedimento: seleção do deputado mais votado no município com votação relativa superior à média de votos entre todos os deputados mais votados por município; em seguida, exclusão dessa seleção dos deputados cuja diferença para o segundo mais votado foi maior do que a média. Com isso, foram encontrados 18,7% dos municípios estudados com conexões claras com um deputado. Três *dummies* classificam a relação entre municípios, deputado e chefe do executivo federal: deputado aliado, do mesmo partido, e deputado da oposição, conforme descrito na Tabela 2.

Como os governos locais necessitam com frequência submeter projetos para captar transferências de fundos (dado que alguns recursos, mesmo discricionários, obedecem a critérios de elegibilidade para serem transferidos a municípios), controlamos pelo IDH-Educação, como *proxy* para o nível de qualificação de pessoal nos governos locais<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Solé-Ollé & Sorribas-Navarro (2008) mencionam essa questão, mas não controlam o nível de capital humano nos municípios.

Por fim, foi controlado por ano eleitoral também, dado que os políticos desejam mais visibilidade nesses anos. Dado que há eleições a cada dois anos, há duas *dummies*, uma para as eleições centrais e outra para as eleições locais.

Além disso, foi controlado pelo PIB *per capita*, como *dummy* para fazer *lobby* junto ao governo central (CHAKRABORTY, 2003)<sup>11</sup>.

## 4.2 Metodologia

Foi testada a presença e magnitude da influência do alinhamento político com governo federal e com deputados e efeitos das eleições em transferências voluntárias brasileiras do governo federal para os governos municipais, de 1999 a 2011 usando o seguinte modelo de painel:

$$pc\_KDT_{it} = \alpha + f_i + \beta Fed\_Al_{it} + \gamma Deputy\_Al_{it} + \delta Elec\_Year_{it} + \lambda Control_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

No modelo geral, a variável dependente  $pc\_KDT_{it}$  corresponde ao montante de transferências discricionárias *per capita*. O termo da constante é representado por  $\alpha$ . Os efeitos fixos municipais são representados por  $f_i$ , e  $\varepsilon_{it}$  é o erro idiossincrático. As *dummies* de alinhamento entre governos centrais e locais são representadas pelo termo  $Fed\_Al_{it}$ . O alinhamento entre deputados e o governo central é representado por  $Deputy\_Al_{it}$ . Além disso, são controlados o efeito de anos eleitorais, o PIB local e do nível de desenvolvimento humano na dimensão Educação, o IDH-e.

Usando o conjunto de variáveis descritas acima no modelo geral, foi feito o teste de Breusch-Pagan para verificar se as estimativas de painel são recomendáveis, em substituição à estimativa agrupada. Em seguida, foi feito o teste de Hausman para selecionar a estrutura de painel mais apropriada (efeitos fixos ou aleatórios). Foi testada a ocorrência de problemas de autocorrelação por meio do teste de Wooldridge. Finalmente, foi testada a heteroscedasticidade de grupo utilizando o teste de Wald Modificado. Com base nos resultados destes testes, optou-se por um modelo de painel de efeitos fixos, com estimação robusta, com o uso do software Stata SE 12.0.

<sup>11</sup> Embora isto possa ser também um preditor de equidade, dado que um município mais rico tenderia a ser menos dependente de recursos do governo central.

### 4.3 Estimação e Resultados

A Tabela 3 apresenta os resultados das estimativas. A primeira pergunta a ser respondida diz respeito ao alinhamento entre prefeitos e presidente. O alinhamento entre os governos locais e central é importante na alocação de transferências? De acordo com os resultados, os municípios cujos prefeitos eram aliados, especialmente quando filiado ao mesmo partido do presidente, receberam mais transferências (com os coeficientes de 5.22 para *allies* e 10.61 para *same-party*, ambos significativos ao nível de 1%). Há sinais claros que os governos locais com mais poder político receberam transferências maiores. Este resultado é consistente com muitos estudos empíricos (Caldeira, 2012; Arulampalam et al., 2009; Solé-Ollé e Sorribas-Navarro, 2008; Foucault, Madies e Paty, 2008; e Ferreira e Bugarin, 2007). Além disso, os prefeitos de oposição têm efeito negativo de ser oposição ao presidente, com coeficiente de -6.19 e elevado nível de significância, como discutido em Brollo e Nannicini (2012).

Tabela 3 – Resultados da Estimação.

```
. xtreg pc_KDT ali opo part d_ali d_opo d_part l_elec c_elec PIB idh_e, fe vce(r)

Fixed-effects (within) regression                Number of obs   =   37128
Group variable: cod                            Number of groups =   2856

R-sq:  within = 0.0680                          Obs per group: min =   13
        between = 0.1618                          avg =   13.0
        overall = 0.0851                          max =   13

                                                F(10,2855)      =   87.33
corr(u_i, Xb) = -0.1253                          Prob > F         =   0.0000

                                (Std. Err. adjusted for 2856 clusters in cod)
```

pc_KDT	Robust					[95% Conf. Interval]	
	Coef.	Std. Err.	t	P> t			
ali	5.220729	1.386422	3.77	0.000	2.502238	7.939219	
opo	-6.194216	1.445727	-4.28	0.000	-9.02899	-3.359441	
part	10.61602	1.930258	5.50	0.000	6.831183	14.40086	
d_ali	9.033673	2.265242	3.99	0.000	4.591997	13.47535	
d_opo	-8.680047	2.503941	-3.47	0.001	-13.58976	-3.770332	
d_part	7.148728	3.388883	2.11	0.035	.503823	13.79363	
l_elec	8.333814	.8312298	10.03	0.000	6.703942	9.963685	
c_elec	15.4542	1.098528	14.07	0.000	13.30021	17.60819	
PIB	.0313426	.0021543	14.55	0.000	.0271184	.0355668	
idh_e	26.74946	6.885287	3.89	0.000	13.24882	40.2501	
_cons	-8.636472	3.029579	-2.85	0.004	-14.57686	-2.696087	
sigma_u	36.605827						
sigma_e	77.45483						
rho	.18257845	(fraction of variance due to u_i)					

Notas: Estimação feita com o software Stata SE 12.0. Nenhum controle de correlação serial necessário. Heteroscedasticidade ajustada por estimação robusta.

A segunda questão que se coloca é relacionada ao alinhamento dos deputados: será que o status de alinhamento dos deputados influencia na alocação de transferências? Se sim, em que medida? Os deputados aliados parecem desempenhar um papel importante no cenário. Além disso, a influência de um deputado do mesmo partido (coeficiente de 7.14) na captação de transferências do governo central parece ser menor do que a de um deputado aliado (coeficiente de 9.03). O contexto político brasileiro ajuda a entender esses resultados, especialmente quando se trata do sistema político altamente fragmentado e da baixa orientação ideológica da maioria dos partidos. O presidente geralmente pode contar com os votos dos deputados do seu partido. No entanto, as alianças com outros partidos nem sempre são sólidas e confiáveis. É comum neste cenário que o governo favoreça o acesso a recursos aos deputados e a seus respectivos apoiadores, para permitir que o chefe do executivo federal

consiga aprovar leis (ainda que isso implique distorções, tais como *pork-barrel*, *earmarks* e *quid-pro-quo*). Este resultado não refuta Berry, Burden e Howell (2010) e espelha Cox (2010), pois além de votos do eleitor, o executivo também precisa de votos legislativos.

O calendário eleitoral representa um efeito importante na estimativa. Os coeficientes para ambas as eleições são significativos ao nível de 1%. Além disso, as eleições centrais mostram um coeficiente mais elevado do que as municipais (15.45 versus 8.33). Estes resultados parecem contradizer as previsões dos *political business cycles*, sugerindo que as despesas de capital devem diminuir durante anos eleitorais, dado que as despesas de capital são percebidas pelos eleitores apenas após transcorrido um intervalo de tempo.

Antes de analisar os resultados da estimação, é importante lembrar que a variável dependente não inclui todos os dispêndios de capital, mas apenas aqueles de transferências discricionárias incondicionais federais. Em outras palavras, mais subvenções de capital federais não significam necessariamente que as despesas de capital como um todo eram maiores no município em comparação com outros exercícios, porque há outras fontes de despesas de capital (fontes locais, fontes regionais e até mesmo, em menor grau, fontes condicionais federais).

Além disso, mesmo que a totalidade das despesas de capital no nível local tenha sido maior, Klein e Sakurai (2015) oferecem uma explicação para isto: primeiro, o Brasil realiza eleições apenas no final do ano. Como a lei eleitoral brasileira impõe restrições sobre os gastos mais nos meses próximos às eleições, o governo deve executar o orçamento em um ano fiscal um tanto encolhido e por causa disso, as despesas de capital são uma maneira fácil de executar o orçamento, dada a movimentação de grande volume de recursos com implicações operacionais relativamente pequenas. Portanto, existem algumas despesas de capital que podem ser rapidamente incorridos e fortemente visível para os eleitores, como a aquisição de equipamentos, máquinas, ambulâncias, ônibus escolares, ou equipamentos médicos (KLEIN; SAKURAI, 2015).

De fato, Klein e Sakurai (2015) constataram que desde que a reeleição é permitida para prefeitos, quando se aproxima o fim do primeiro mandato, o gasto de capital aumenta nos municípios (mas tal fato não ocorre ao final do segundo mandato). Isso pode ajudar a entender por que os anos eleitorais centrais mostraram um efeito maior do que os locais: prefeitos reeleitos tem menos interesse em despesas de capital do que deputados e presidente. Os dados

cobrem um período em que o governo central viu uma disputa ferrenha entre dois partidos, PT e PSDB, e ocorreram reeleições duas vezes nas últimas quatro eleições presidenciais.

Finalmente, o IDH-e é a variável com maior coeficiente individual (26.74), o que sugere que o capital humano maior resulta em facilidade para captação de recursos junto ao governo federal. Claramente, isso se explica porque subvenções de capital usualmente exigem que os governos locais se candidatem ao recurso por meio da apresentação de projetos técnicos.

#### 4. CONCLUSÕES

Transferências intergovernamentais são um mecanismo importante da restrição orçamentária pública e os fatores que determinam a sua alocação são fortemente relevantes para o federalismo fiscal, porque implicam não apenas as questões de equidade e eficiência, mas também possuem considerações políticas incorporadas. Neste estudo, foi testada a influência do alinhamento político com o governo central e com deputados, efeitos de calendário eleitoral, a mudança no status de alinhamento durante o gap orçamentário e a estrutura de pessoal nas transferências voluntárias brasileiras. Foi realizada uma análise de dados em painel que abrange 2856 municípios no período de 1999 a 2011.

Os resultados da estimativa sugerem que os fatores políticos e eleitorais afetam fortemente a alocação das transferências fiscais intergovernamentais. Em conformidade com outros resultados empíricos, o alinhamento partidário de prefeitos com o governo central resulta em mais transferências para os municípios, enquanto prefeitos da oposição recebem menos fundos federais. Além do alinhamento entre executivos (local e central), foi incluída outra importante questão: o papel dos deputados na alocação de subvenções. Ainda que a sua participação não seja fácil de mapear, diversos mecanismos de alocação de recursos (*pork-barrel*, *earmarks* e *quid-pro-quo*) são relevantes para explicar como o governo central compartilha as transferências discricionárias.

A influência dos deputados nas transferências é uma ferramenta estratégica para o governo central para cooptar votos no parlamento. Devido a essa finalidade, deputados do mesmo partido do presidente exercem menos influência do que deputados aliados nas transferências discricionárias. A razão é que a decisão do voto na Câmara Federal para os

deputados do mesmo partido do presidente é fortemente afetada por questões ideológicas ou partidárias. Contrastando esse comportamento, deputados de outros partidos são mais propensos a mudar seus votos na Assembleia, em troca de verbas para seus apoiadores.

Outro fator de alocação de transferências foi o calendário eleitoral; nos anos eleitorais, os municípios recebem mais recursos de capital (especialmente em eleições centrais), em consonância com a literatura. Como prefeitos reeleitos geralmente diminuem as despesas de capital no final do segundo mandato, tal característica reduz o efeito eleitoral em anos de eleições municipais. Por outro lado, as eleições centrais não apresentam esse efeito de suavização do gasto discricionário de capital. Além disso, o Brasil realiza eleições no final do ano, e isso diminui o ano fiscal, o que significa que alguns tipos de gastos não são permitidos próximo à campanha eleitoral. Por causa disso, realizar pequenos gastos de capital (como aquisição de veículos, equipamentos médicos e assim por diante) é uma maneira eficaz e mais rápida para executar o orçamento disponível.

Embora a alocação de subvenções deva observar um conjunto de critérios para disponibilizar capital e reduzir as desigualdades, o oportunismo promove um desvio na distribuição de verbas. Este comportamento oportunista atinge todas as categorias de políticos estudados: prefeitos, deputados, presidente. Além disso, essas tendências estão diretamente relacionadas não somente ao processo eleitoral (ou pode ser observada não apenas em anos eleitorais), mas também em alinhamento político, política *quid-pro-quo* e outras questões que reduzem os benefícios da alocação do orçamento público. Mesmo que tais desvios do formato eficiente de gastos não violem a lei, o custo social (em termos de falta de eficiência, eficácia e efetividade nos gastos públicos) representa motivação suficiente para futuros estudos, visando melhorar os mecanismos para proporcionar uma distribuição mais virtuosa de recursos.

## REFERÊNCIAS

ANSOLABEHERE, S. et al. Voting in Weights Formation of Formateur Advantages Governments. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, p. 550–563, 2005.

ARULAMPALAM, W. et al. Electoral goals and center-state transfers: A theoretical model and empirical evidence from India. **Journal of Development Economics**, v. 88, n. 1, p. 103–119, 2009.

BANFUL, A. B. Do formula-based intergovernmental transfer mechanisms eliminate politically motivated targeting? Evidence from Ghana. **Journal of Development Economics**,

v. 96, n. 2, p. 380–390, 2011.

BARON, D. P. .; FERREJOHN, J. A. . Bargaining in Legislatures. **The American Political Science Review**, v. 83, n. 4, p. 1181–1206, 1989.

BERRY, C. R.; BURDEN, B. C.; HOWELL, W. G. The President and the Distribution of Federal Spending. **American Political Science Review**, v. 104, n. 4, p. 783–799, 2010.

BROLLO, F.; NANNICINI, T. Tying Your Enemy's Hands in Close Races: The Politics of Federal Transfers in Brazil. **American Political Science Review**, v. 106, n. 4, p. 1–20, 2012.

CALDEIRA, E. Does the system of allocation of intergovernmental transfers in Senegal eliminate politically motivated targeting? **Journal of African Economies**, v. 21, n. 2, p. 167–191, 2012.

CHAKRABORTY, P. **Unequal fiscal capacities across India states: how corrective is the fiscal transfer mechanism?** Spatial Inequality in Asia. **Anais...Tokyo: United Nations University Centre**, 2003.

COSTA-FONT, J.; MOSCONE, F. The impact of decentralization and inter-territorial interactions on Spanish health expenditure. **Empirical Economics**, v. 34, n. 1, p. 167–184, 2008.

COX, G. W. Swing voters, core voters, and distributive politics. In: SHAPIRO, I. et al. (Eds.). **Political Representation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 342–357.

COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. Electoral Politics as a Redistributive Game. **The Journal of Politics**, v. 48, n. 2, p. 370–389, 1986.

DIXIT, A.; LONDREGAN, J. Fiscal federalism and redistributive politics. **Journal of Public Economics**, v. 68, n. 2, p. 153–180, 1998.

FERREJOHN, J. Incumbent performance and electoral control. **Public Choice**, v. 50, n. 1–3, p. 5–25, 1986.

FERREIRA, I. F. S.; BUGARIN, M. S. Transferências voluntárias e ciclo político-orçamentário no federalismo fiscal brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 61, n. 3, p. 271–300, 2007.

FOUCAULT, M.; MADIES, T.; PATY, S. Public spending interactions and local politics. Empirical evidence from French municipalities. **Public Choice**, v. 137, n. 1–2, p. 57–80, 2008.

FRECHETTE, G.; KAGEL, J. H.; LEHRER, S. F. Bargaining in Legislatures: An Experimental Investigation of Open versus Closed Amendment Rules. **American Political Science Review**, v. 97, n. 2, p. 221–232, 2003.

GINSBERG, B. Elections and Public Policy. **The American Political Science Review**, v. 70, n. 1, p. 41, mar. 1976.

GOLDEN, M.; MIN, B. Distributive Politics. **Annual Review of Political Science**, v. 16, n. 1, p. 73–99, 2013.

KAISER, K.; TAUGOURDEAU, E. The timing of elections in federations: a disciplining device against soft budget constraints? **Public Choice**, v. 154, n. 3–4, p. 197–215, mar. 2013.  
KEY, V. O. A Theory of Critical Elections. **The Journal of Politics**, v. 17, n. 1, p. 3–18, 1955.

KLEIN, F. A.; SAKURAI, S. N. Term limits and political budget cycles at the local level: evidence from a young democracy. **European Journal of Political Economy**, v. 37, p. 21–36, mar. 2015.

LEVITT, S. D.; SNYDER, JR., J. M. The Impact of Federal Spending on House Election Outcomes. **Journal of Political Economy**, v. 105, n. 1, p. 30–53, 1997.

LINDBECK, A.; WEIBULL, J. W. Balanced-budget redistribution as the outcome of political competition. **Public Choice**, v. 52, n. 3, p. 273–297, 1987.

LITSCHIG, S. Are rules-based government programs shielded from special-interest politics? Evidence from revenue-sharing transfers in Brazil. **Journal of Public Economics**, v. 96, n. 11–12, p. 1047–1060, 2012.

MUSGRAVE, R. A. **The theory of public finance: a study in public economy**. New York, NY: McGraw-Hill, 1959.

OATES, W. E. **Fiscal Federalism**. New York, NY: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

OATES, W. E. An Essay on Fiscal Federalism. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n. 3, p. 1120–1149, 1999.

PRIMO, D. M. A comment on Baron and Ferejohn (1989): The open rule equilibrium and coalition formation. **Public Choice**, v. 130, n. 1–2, p. 129–135, 2007.

RUMI, C. National electoral cycles in transfers to subnational jurisdictions: Evidence from Argentina. **Journal of Applied Economics**, v. 17, n. 1, p. 161–178, 2014.

SAKURAI, S. N.; MENEZES-FILHO, N. A. Fiscal policy and reelection in Brazilian municipalities. **Public Choice**, v. 137, n. 1–2, p. 301–314, 2008.

SILVA, M. S. Teoria do federalismo fiscal: notas sobre as contribuições de Oates, Musgrave, Shah e Ter-Minassian. **Nova Economia**, v. 15, n. 1, p. 117–137, 2005.

SOLÉ-OLLÉ, A.; SORRIBAS-NAVARRO, P. The effects of partisan alignment on the allocation of intergovernmental transfers. Differences-in-differences estimates for Spain.



*Anais do II Seminário dos Cursos de Ciências Sociais Aplicadas do Campus de Campo Mourão da Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão - PR, 25-27 de outubro de 2016. v. 1.* p. 000-000

---

**Journal of Public Economics**, v. 92, n. 12, p. 2302–2319, dez. 2008.

TAVITS, M. Geographically targeted spending: exploring the electoral strategies of incumbent governments. **European Political Science Review**, v. 1, n. 1, p. 103–123, 2009.

VEIGA, L. G.; VEIGA, F. J. Intergovernmental fiscal transfers as pork barrel. **Public Choice**, v. 155, n. 3–4, p. 335–353, 2013.

## PORQUE NOSSAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES PRECISAM TRABALHAR? UMA ANÁLISE TEÓRICO-QUANTITATIVA, PARA O PARANÁ.

**JANETE LEIGE LOPES**

Economista, Doutora em Economia Aplicada  
Universidade de São Paulo – USP/ESALQ  
[j\\_lopes@yahoo.com.br](mailto:j_lopes@yahoo.com.br)

**RESUMO** - Há muito tempo, os estudiosos do tema, “trabalho infanto-juvenil” vem alertando sobre os efeitos perversos que trabalhar causa sobre a vida das crianças e dos adolescentes. (KASSOUF, 2007; SCHWARTZMAN, 2001; LIMA, 2002). Logo, se há um consenso em relação ao prejuízo físico e emocional causado pelo trabalho, porque então, estas crianças são colocadas para trabalhar? Em busca desta resposta, este estudo tem como objetivo principal apontar, não só as razões da inserção precoce no mercado de trabalho, mas também, verificar qual é impacto que trabalhar precocemente causa sobre a vida adulta da criança e do adolescente. Para atingir o objetivo proposto, será feito uso de pesquisas bibliográficas e da estatística descritiva a partir dos dados da PNAD de 2014, implementada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Os resultados obtidos indicam que estudar em rede pública de ensino, ser do sexo masculino, residir na zona urbana e estar inserido em famílias mais vulneráveis financeiramente aumentam as chances de o adolescente trabalhar. Contrariamente, estudar, ser da cor ou raça branca e residir na zona urbana diminuem as chances de o mesmo trabalhar.

**Palavras-chave:** Trabalho infanto-juvenil, Paraná, Capital Humano.

**ABSTRACT** - Long ago, the topic of scholars, "child labor" has been warning about the adverse effects that cause work on the lives of children and adolescents. (Kassouf, 2007; Schwartzman, 2001; Lima, 2002). So if there is a consensus on the physical and emotional damage caused by work, because then, these children are put to work? In search of this answer, this study aims to point, not only the reasons for the early entry into the labor market, but also check what impact that work early because of the adult life of children and adolescents. To achieve this purpose, it will be made use of bibliographic research and descriptive statistics from the PNAD 2014, implemented and disseminated by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. The results indicate that study in public schools, being male, living in the urban area and be inserted in more financially vulnerable families increase the chances of the adolescent work. In contrast, study, be white color or race and reside in urban areas decreases the chances of the same work.

**Keywords:** Child Labor, Paraná, Human Capital.

### 1. INTRODUÇÃO

A prática de colocar as crianças para trabalhar já havia sido documentada na época medieval. Com o surgimento das primeiras fábricas têxteis rurais em 1.769, muitas crianças foram contratadas como aprendizes. Segundo ele, de 1784 trabalhadores existentes nessas fábricas, 1/3 eram aprendizes. O autor documentou, ainda, que em 1.842, 1/4 da força de trabalho no subsolo das minas de carvão era composta por crianças e jovens com idade inferior a 18 anos (TUTTLE, 1999). Contudo, apesar do trabalho infantil não ter se iniciado

com a Revolução Industrial “foi durante este período que ocorreu um agravamento da utilização da mão-de-obra infantil” (KASSOUF, 2007, p. 2).

Kassouf (2002), analisando os aspectos socioeconômicos do trabalho infantil no Brasil, comprova que, mesmo este sendo proibido, milhares de crianças brasileiras trabalham. Verificou também que os adultos que compunham a amostra começaram a trabalhar muito cedo e têm sua renda prejudicada pelo fato de terem se inserido precocemente no mercado de trabalho e em atividades que não se exigiam conhecimento ou habilidades, o que consequentemente limita suas oportunidades, inclusive de melhores salários

Silva (1999) ao analisar as causas da utilização da mão-de-obra infantil na sociedade atual comentou que este gera um processo de desigualdade social e econômica que, no Brasil, caracteriza-se por uma divisão estrutural e desumana. Para o autor, na maioria das vezes, o trabalho acontece de forma semi-escrava, contribuindo para o financiamento e manutenção do sistema. Neste caso, as crianças e adolescentes submetidos a esta situação estabelecem uma ligação entre pobreza, exploração precoce e evasão escolar.

No Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2007) destaca que houve uma redução do trabalho precoce no Brasil e também no Paraná no período 2001-2005. Mas, embora o Paraná também tenha apresentado uma diminuição deste segmento de trabalhadores, ainda figura entre os Estados com índices bastante elevados. Em termos nacionais, o Paraná situa-se entre os cinco estados com proporção mais elevada do trabalho infanto-juvenil em relação à faixa etária de 10 a 17 anos e possui o quarto maior contingente entre estados que se destacam pelo número de ocupados, abaixo de São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Este mesmo Instituto comenta que, cerca de 4,9% das crianças na faixa etária de 10 a 13 anos e 28,7% dos adolescentes na faixa etária de 14 a 17 anos estavam inseridas no mercado de trabalho paranaense. A proporção média para ambas as faixas etárias no Paraná foi de 16,9%, superior à proporção nacional que foi de 14,0%. No entanto, ainda que tais proporções sejam bastante elevadas, é possível que o número de crianças que trabalham seja superior, uma vez que retratam apenas as ocupações declaradas oficialmente. A realidade demonstra que muitas ocupações não são entendidas como trabalho, nem no contexto familiar nem no social, resultando em uma categoria invisível da qual grande parte dos trabalhadores domésticos e de ruas são exemplos.

Partindo de dessa argumentação acerca da do trabalho infanto-juvenil, este estudo tem como objetivo apresentar uma análise quantitativa procurando destacar as razões que levam as famílias a inserirem suas crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Para tanto, será utilizado a base de dados da PNAD do ano de 2014, implementada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

Para atingir o objetivo proposto optou-se por dividi-lo em seções, além dessa introdução. Então, na seção 2 apresenta-se o referencial teórico acerca da importância do capital humano para o desenvolvimento das nações e crescimento pessoal. Na seção 3, apresenta-se a metodologia e a base de dados, utilizados neste estudo. Os resultados e as discussões são apresentados na seção 4, seguidos das considerações finais.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO: A IMPORTÂNCIA DO CAPITAL HUMANO**

A educação sempre assumiu posição de destaque no processo de desenvolvimento econômico, principalmente em função de sua importância para o conhecimento técnico e científico e da possibilidade da redução das desigualdades de oportunidades, socioeconômicas.

Na recente literatura do crescimento econômico a acumulação do capital humano vem ganhando um papel central (RAIHER, 2009), mas, desde 1957, Solow já destacava a importância da educação para o crescimento econômico. Para o autor o crescimento da renda de uma nação é resultado de três fatores: o aumento no seu estoque de capital físico, o aumento de sua força de trabalho e um residual representando outros fatores. Este residual foi denominado por Solow de “progresso tecnológico” e notou que o aumento no nível de educação foi um dos fatores que mais contribuiu para o crescimento econômico.

Em 1958 Jacob Mincer, desenvolveu um modelo de rendimento em função da escolaridade. Utilizando como ponto de partida o conceito de Smith, de que os rendimentos salariais dos indivíduos devem ser acordo com sua produtividade. Esta produtividade seria obtida a partir do aprendizado e treinamento, incluindo a escolaridade. Nesse caso, os salários seriam proporcionais a habilidade dos indivíduos e de seu grau de conhecimento adquirido.

Na metade do século passado a educação começa a ser discutida na literatura a partir da abordagem neoclássica sobre a teoria do capital humano (SCHULTZ, 1967,1973, 1975;

MINCER, 1974 e BECKER, 1993). A premissa básica do pensamento sobre essa teoria está em identificar os investimentos em educação como o fator que explica o crescimento econômico que não pode ser atribuído somente às variáveis tradicionais, como o capital físico - máquinas e equipamentos.

Muitos estudiosos passaram a enfatizar o conceito de capital humano como um dos determinantes do crescimento econômico, Para estes autores a educação é o fator principal na determinação da taxa de crescimento e do bem estar de um país, além do impacto positivo que esta causa sobre os salários e nos ganhos de produtividade dos indivíduos. (ROMER, 1986; DICKENS, SAWHILL e TEBBS, 2006; MURNAME et al.,1995).

Para alguns autores, os investimentos em educação, não influenciam apenas nas condições de vida dos estudantes, mas também no bem-estar dos que o rodeiam. Isto porque, estes elevam seus salários, devido ao aumento da produtividade, ao aumento da expectativa de vida, à redução do tamanho da família, dentre outros, que contribuem para redução do grau de pobreza futuro. (BARROS e MENDONÇA, 1997). Além disso, os efeitos da educação podem gerar impactos diretos e indiretos sobre as condições de vida das pessoas. Como exemplo de impacto direto da expansão educacional tem-se a elevação da renda *per capita* que, por sua vez, faz com que a taxa de mortalidade seja reduzida, causando um impacto indireto sobre a sociedade (BARROS e MENDONÇA, 1997; LOPES, SOUZA e PONTILI, 2008).

Vários trabalhos utilizando dados do Brasil mostraram que o acréscimo de um ano na escolaridade eleva a renda dos indivíduos em até 16% (KASSOUF, 1997; KASSOUF, 2001; UEDA e HOFFMANN, 2002; BARROS e RAMOS, 1992).

Sobre a relação entre nível de educacional, mercado de trabalho e renda, podem-se destacar vários estudos que verificaram a manutenção do círculo vicioso da pobreza que tinha como origem o trabalho de crianças e adolescentes. Para estes autores as longas jornadas de trabalho a que são submetidas às crianças e/ou adolescentes, leva-os a abandonar a escola, como resultado estas crianças ou jovens acabarão por se submeter a trabalhos que não exijam conhecimento ou habilidades, o que conseqüentemente limitará suas oportunidades, inclusive de melhores salários. (FLORI, 2003; KASSOUF, 2002; OIT, 2006).

Nesse sentido os relatores da OIT (2006), ao se referirem ao trabalho do economista Basu (1999) comentaram que as sociedades podem ser apanhadas num círculo vicioso de pobreza. Numa situação de pobreza, se o trabalho infantil fizer parte das estratégias de

sobrevivência das famílias pobres, isto poderá reduzir os salários, convencendo ainda mais as famílias de que os seus filhos devem trabalhar ao invés de ir à escola. Assim, à medida que as crianças trabalhadoras chegam à idade adulta, é cada vez mais provável que ponham seus filhos para trabalhar em vez de mandá-los à escola. Numa sociedade marcada por um equilíbrio elevado de trabalho infantil, as famílias e toda a sociedade podem ser apanhadas num círculo vicioso de pobreza (OIT, 2006, p. 51-52).

Para Dias e Dias (1999), a relação entre trabalho, escolaridade e falta de qualificação é muito clara. Para os autores a falta de qualificação está relacionada com baixos níveis de escolaridade, o que poderá obrigá-lo, no futuro, a submeter-se a trabalhos pesados de baixa remuneração. Ainda, segundo estes mesmos autores, a causa pode ser a inserção precoce no mercado de trabalho, que ocorre em detrimento à escola.

### **3. METODOLOGIA E BASE DE DADOS**

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema a pesquisa pode ser classificada em qualitativa e quantitativa.

Considerando a utilização de informações traduzidas em números pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a presente pesquisa pode ser classificada como quantitativa que, nas palavras de Silva e Menezes (2005, p. 20), é assim definida: “A pesquisa quantitativa considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”. Com relação à abordagem quantitativa, este estudo apresentará uma análise econométrica, com o objetivo de verificar o que afeta a probabilidade de um adolescente, trabalhar.

Vale lembrar que no Brasil, um referencial importante sobre a infância e adolescência é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) define criança todas as pessoas com menos 12 anos de idade e adolescentes os que têm de 12 e 18 anos, incompletos (Art. 2º, Lei 8.069/1990). A condição de trabalho através CLT, proibido qualquer trabalho de menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, portanto, a entrada desses indivíduos no mercado de trabalho só poderia ser aos 14 anos, sendo a idade mínima. (BRASIL, 2000).

Para tanto, será estimado um modelo *Próbit*, que é comumente utilizado quando se tem variável qualitativa dependente (GREENE, 2003). Assim, considerando que  $y$  é a variável dependente, a referida probabilidade pode ser representada da seguinte forma:

$y = 1$ : se o adolescente trabalha

$y = 0$ : caso contrário

Dito de outra forma:

Probabilidade  $(y_i/x_i) = 1$ , se o adolescente está trabalhando

Probabilidade  $(y_i/x_i) = 0$ , se o adolescente não está trabalhando

Neste sentido:  $y = F(\mathbf{x}_i, \mathbf{d}_i)$

Em que:

$\mathbf{X}_i \Rightarrow$  variáveis contínuas

$\mathbf{d}_i \Rightarrow$  variáveis *dummy*.

Com relação à base de dados optou-se pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) implementada e disseminada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do ano de 2014.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios é um sistema de pesquisas domiciliares foi implantado a partir de 1967 e tem a finalidade de produzir informações básicas, que permitam estudar o desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Desde 1971 os levantamentos da PNAD são anuais, com realização no último trimestre de cada ano. No entanto, sua pesquisa foi interrompida nos anos em que foram realizados os Censos Demográficos: 1980, 1991, 2000 e 2010. Quanto à abrangência, é dividida em cinco regiões sendo: sul, sudeste, centro-oeste, nordeste e norte.

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País. Para fazer a seleção do banco de dados e análise estatística dos mesmos utilizou-se o *SAS for Windows V8*.

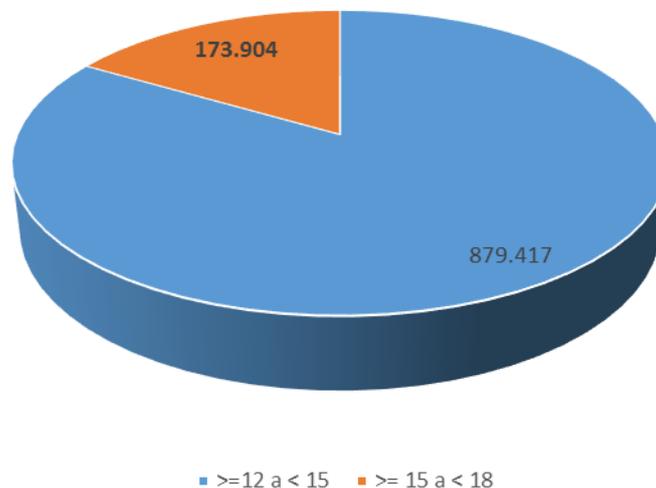
#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES: ANÁLISE ECONÔMICA

Esta seção destina-se a apresentar os resultados e as respectivas discussões acerca das variáveis que afetam a probabilidade de um adolescente paranaense, trabalhar, bem como algumas estatísticas das características socioeconômicas desses adolescentes.

O Estado do Paraná, possuía uma população de 11.104.410 de habitantes, dos quais 1.053.521 correspondem aos adolescentes com idade de 12 a menos que 18 anos. Desse total, 49,94% pertencem à faixa dos 12 a menos que 15 anos e 50,06% são os adolescentes com idade > 15 e < 18 anos.

Quando se verificou o fato de os mesmos trabalharem (ou não), notou-se que 16,51% declararam estarem trabalhando, o que representa 173.904 adolescentes, enquanto que 83,49% estão fora do mercado de trabalho ou seja, 879.417 adolescentes. Estes dados podem ser visualizados na Figura 1,

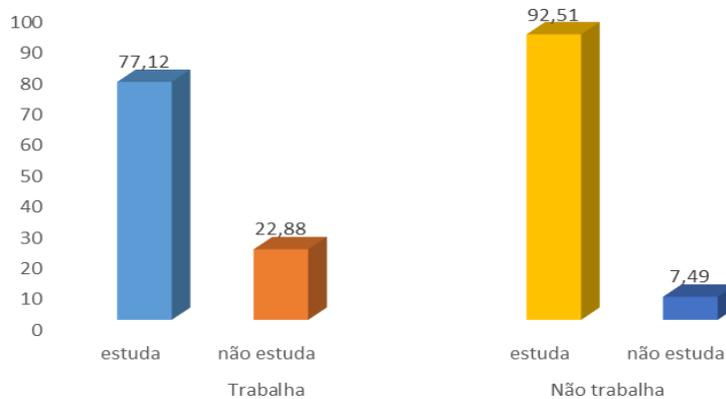
**Figura 1:** Total dos adolescentes paranaenses, segundo o fato de os mesmos trabalharem



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

Ao se cruzar os dados levando em consideração o fato de os mesmos trabalharem e estudarem, simultaneamente, pôde-se observar, segundo a Figura 2, que 77,12% dos adolescentes trabalham e estudam simultaneamente e 22,88% trabalha e não estuda. Em relação aos adolescentes que não trabalham, nota-se que 7,49% também não estão estudando, enquanto que 92,51% estão se dedicando somente aos estudos.

**Figura 2:** Total dos adolescentes paranaenses segundo o fato de os mesmos trabalharem e/ou estudarem



Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

Na sequência, apresenta-se, na Tabela 1, os resultados dos efeitos marginais das regressões *Probit* para a probabilidade das variáveis que afetam o trabalho dos adolescentes paranaense, estão apresentados na Tabela 1.

Nos modelos *Próbit*, onde Y é dicotômico o objetivo é encontrar a probabilidade de que algo aconteça, neste caso nosso interesse é conhecer o que afeta a probabilidade de um adolescente estar no mercado de trabalho. A variável que indica esta condição é “Trabalha? ”, logo, Y=1 se o adolescente respondeu que trabalha e, Y=0 se respondeu que não trabalha.

Na sequência, apresenta-se, na Tabela 1 os resultados do modelo *Próbit* iniciando pelo teste  $\chi^2$ , pode-se afirmar que os coeficientes são conjuntamente significativos para explicar a probabilidade de um adolescente estar trabalhando. Quanto ao teste Probabilidade  $\chi^2$ , este indica que se pode rejeitar a 1% a hipótese de que todos os coeficientes são estatisticamente iguais a zero.

Vê-se (Tabela 1) que a faixa de remuneração per capita familiar aumenta a probabilidade de o adolescente participar do mercado de trabalho. Tal informação pode ser confirmada pelo valor positivo do efeito marginal da regressão *próbit* que foi de 0,0378. A justificativa para isto, quanto mais anos atuando no mercado maior será a especialização e o aprendizado, o que poderá contribuir com uma renda mais elevada e reduzir a probabilidade de a pessoa tornar pobre ou extremamente pobre. Alguns pesquisadores têm enfatizado que a relação do trabalho adolescente está associada à renda familiar, ou seja, muitos jovens passam

a fazer parte do mercado de trabalho para contribuir com os rendimentos da sua família. (SCHWARTZMAN, 2004; ASMUS e GUIMARÃES 2010).

Outros autores, como Guimarães e Romanelli (2002) argumentam que o trabalho pode ser uma forma de socialização dos adolescentes, pois, quando inseridos, nas suas atividades laborais, os jovens têm a oportunidade de conviver com iguais e aprender a si ordenar de modo que a sociedade impõe, assim amplia suas experiências no mercado e propicia a maturidade psicológica e intelectual. As autoras Ferro e Kassouf (2005), comentam que o nível de escolaridade dos pais, a idade em que os pais começaram a trabalhar, a estrutura da família, baixa atratividade da escola, o local de residência (área urbana e área rural), entre outros, são os determinantes da decisão do trabalho dos jovens.

A variável zona de residência apresentou sinal negativo, o que mostra que moradores da zona urbana possuem menor probabilidade de trabalharem em comparação aos que moram na zona rural. Uma possível explicação para esse fato baseia-se na ideia de que na zona urbana a existência de trabalho legalizado e formal é maior do que nas rurais, o que propicia maior insegurança na contratação deste por parte do empregador, em decorrência das exigências trabalhistas.

Outra variável considerada neste estudo foi a rede de ensino, onde estes adolescentes estão estudando e observou-se que o adolescente da rede de ensino público tem maior probabilidade de estarem desempenhando funções no mercado de trabalho. Acredita-se que a razão para isto seja o fato de que, a maioria dos adolescentes estudantes da rede pública, pertencem a famílias mais vulneráveis financeiramente o que aumenta as chances de estes trabalharem.

No que diz respeito a variável “estudar”, nota-se que esta reduz a probabilidade de um adolescente trabalhar, ou seja, adolescentes que estão na escola tem menor probabilidade de trabalhar em relação aqueles que estão fora da escola.

No aspecto cor ou raça, o efeito marginal apresentou sinal negativo, o que indica que os de cor ou raça branca apresentam menor probabilidade de trabalharem quando comparados aqueles de cor ou raça não branca. Esta probabilidade negativa a favor das pessoas brancas é de -0,26%

Finalmente, com relação ao sexo do adolescente, o efeito marginal do coeficiente mostra que a probabilidade de trabalhar aumenta se o adolescente for menino do que se for

menina. Ou seja, o menino tem uma probabilidade de 70% a mais de trabalhar, quando comparado as meninas.

**Tabela 1** – Efeitos Marginais das regressões *Próbit*, para a probabilidade do trabalho dos adolescentes

Número de observações = 1816  
 Teste  $\chi^2 = 102.58$   
 Prob >  $\chi^2 = 0.0000$   
 Teste da Razão da Verossimilhança = -746.18417

Variáveis	Efeito		
	Marginal	teste z	P> z
Faixa de remuneração familiar per capita	.0378	4.64*	0.000
Estuda (sim = 1)	-.4612	-6.99*	0.000
Zona de residência (urbana = 1)	-.1364	-5.11*	0.000
Rede e ensino (público = 1)	.1194	3.70*	0.000
Cor ou raça (branca = 1)	-.0261	-1.41 <sup>ns</sup>	0.152
Sexo (masculino = 1)	.0703	4.05*	0.000

Fonte: IBGE/PNAD 2014 (Resultados da Pesquisa)

Nota: \* significativo a 1%, NS não significativo

#### 4 CONCLUSÕES

Este estudo teve como objetivo mostrar o que afeta a probabilidade de um adolescente paranaense de trabalhar. Portanto, para atingir o objetivo, foi realizado uma análise econométrica levando em consideração as variáveis: faixa de remuneração familiar per capita, o fato do adolescente estudar, a zona de residência, a rede de ensino onde ele estuda, a cor ou raça e o sexo do mesmo.

Os resultados mostraram que, estudar em rede pública de ensino, ser do sexo masculino, residir na zona urbana e estar inserido em famílias mais vulneráveis financeiramente aumentam as chances de o adolescente trabalhar. Contrariamente, estudar, ser da cor ou raça branca e residir na zona urbana diminuem as chances do mesmo trabalhar.

Trabalhar, embora possa se constituir numa forma de socialização e aprendizado ao adolescente, só será válido se o mesmo não sacrificar seus estudos, em prol destas razões, caso contrário, sua inserção precoce no mercado de trabalho, poderá, no futuro, torná-lo uma adulto pobre, sem instrução que acabará se sujeitando à tralhador de baixo rendimento , agravando ainda mais sua situação financeira.

Nesse sentido, é preciso tornar efetiva as leis já existentes, assim como a implementação de outras leis que assegurem a educação, o bem-estar e a qualidade de vida dos adolescentes.

## REFERÊNCIAS

ASMUS, C.I.R.F; GUIMARÃES, R.M. **Desigualdades sociais e trabalho infantil no Brasil**. Cad. Saúde Colet. Rio de Janeiro, 2010

BRASIL. Lei 8069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1990. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)> Acesso em: 28 abr. 2016.

BRASIL. Lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Inspeção do Trabalho, 2004. 82 p.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador. Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente Trabalhador**. Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil. 2. ed. Brasília : Ministério do Trabalho e Emprego, 2011. 95 p.

COTRIM, G. **História e consciência do mundo**. 5. ed. São Paulo-SP: Saraiva, 1997. 448 p.

DIAS, J.; DIAS, M. H. A. Crescimento econômico, emprego e educação em uma economia globalizada. Maringá: Eduem, 1999.

FERRO, A. R; KASSOUF, A. L. **Efeitos do aumento da idade mínima legal no trabalho dos brasileiros de 14 e 15 anos**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Rio de Janeiro, v. 43, n.2, p. 307-326, 2005.

GONÇALVES, Renato. O trabalho infantil e a agenda social. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.4, n°7, p.221-240, Jun. 1997. Disponível em: Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev709.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev709.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2013.

GUIMARÃES, R M.; ROMANELLI, G. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-126, jul-dez, 2002

HILBIG, S. **Trabalho infantil no Brasil – dilemas e desafios**. Rio de Janeiro-RJ, 2004. Disponível < <http://www.social.org.br/relatorio2001/relatorio025.htm>>. Acesso em: 12 ago 2014.

IANNONE, R. A. **A revolução industrial**. 10. ed. São Paulo: Moderna, 1992. (Coleção polêmica) 71 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 14 ago. 2014

\_\_\_\_\_. **Mapa do Trabalho Infante-juvenil no Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2007. 70 p. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Mapa\\_trabalho\\_infanto\\_juvenil\\_pr.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/Mapa_trabalho_infanto_juvenil_pr.pdf)>. Acesso em: 24 maio 2013.

KASSOUF, A. L. **Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: Ministério da justiça, 2002. 117 p.

\_\_\_\_\_. **O efeito do trabalho infantil para os rendimentos e a saúde dos adultos**. 2000. 14 p. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/pdf/sbe2000.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

\_\_\_\_\_. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? **Nova Economia**, vol. 17, nº. 2, Belo Horizonte, may/aug. 2007. 24 p.

\_\_\_\_\_. **Trabalho Infantil: causas e consequências**. Piracicaba: ESALQ/USP, 2006. 38 p. Disponível em: <<http://www.esalq.usp.br/departamentos/les/publicacao>>. Acesso em: 26 maio 2013.

KASSOUF, A. L. *et al.* **Análise das políticas e programas sociais no Brasil**. Brasília: OIT / Programa IPEC América do Sul, 2004a. 108 p.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e o trabalho infantil no início do século 21**. Brasília: OIT, 2004b. 120 p.

KASSOUF, A. L.; FERRO, A. R. **O trabalho infantil no ramo agrícola: uma análise a partir do suplemento especial da PNAD 2001**. 2004a. 20 p. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/06O363.pdf>>. Acesso em: 28 de maio 2013.

\_\_\_\_\_. **O trabalho infantil no ramo agrícola brasileiro**. Brasília: OIT, 2004b. 92 P.

KASSOUF, A.L. Returns to education and training program in the brazilian urban and rural sectors. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.35, n.2, p.60-76, abr./jun. 1997.

KASSOUF, A.L. Accounting for education, experience and health as investments in human capital. In: GUILHOTO, J.J.M.; HEWINGS, G.J.D. (Org.). **Structure and structural change in the brazilian economy: the political economy of Latin America**. Burlington: Ashgate Publishing Limited, 2001. p.219-246.

KASSOUF, A. L. **Aspectos Socioeconômicos do Trabalho Infantil no Brasil**. Brasília: Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 2002. 124 p.

LIMA, C. G. C. O impacto do trabalho precoce na vida de crianças e adolescentes: aspectos da saúde física e mental, cultural e econômico. In: **Trabalho Precoce, Saúde e Desenvolvimento Mental**. Ribeirão Preto-SP, 2002. p. 6-10. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/trab\\_infantil/pub\\_541.pdf](http://www.mte.gov.br/trab_infantil/pub_541.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2013.

LOPES, J. L.; SOUZA, E. L. C.; PONTILI, R. M.. **Trabalho infantil e sua influência sobre a renda e a escolaridade da população trabalhadora do Paraná**. In: VI Seminário do trabalho: trabalho, economia e educação no século XXI, Marília- SP, 2008.

MARTINS, G. de A.; DONAIRE, D. **Princípios de estatística**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os direitos da criança, de 20 de novembro de 1989**. Disponível em: <[http://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em 16 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Atuação do Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) no Brasil. In: **Boas Práticas de combate ao trabalho infantil: 10 anos do IPEC no Brasil**. Brasília: OIT, 2003a. p. 33-66.

\_\_\_\_\_. Trabalho Infantil e Educação. In: **Boas Práticas de combate ao trabalho infantil: 10 anos do IPEC no Brasil**. Brasília: OIT, 2003b. p. 133-160.

\_\_\_\_\_. **Combatendo o trabalho infantil: Guia para educadores / IPEC**. – Brasília: OIT, 2001.

\_\_\_\_\_. **O fim do trabalho infantil no Brasil: um objetivo ao nosso alcance**. Brasília: OIT, 2006. 136 p.

\_\_\_\_\_. **Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)**. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/sites/all/ipec/gloss.php>>. Acesso em: 16 set 2012.

PONTILI, R. M, SOUZA, E. L. da C., ESTANISLAU, Patrícia. O trabalho infantil de Campo Mourão e sua relação com a renda familiar per capita. In: PONTILI, Rosângela Maria; COLAVITE, Ana Paula. **Estudos Regionais: Enfoques Socioeconômico, Ambiental, Educacional e da Paisagem**. Campo Mourão: Fecilcam, 2009. p. 289-335.

SCHWARTZMAN, Simon. **Trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2001. 16 p.

SCHWARTZMAN, S. **Trabalho Infantil No Brasil**. Brasília: OIT, 2004.



SILVA, J. F. da; BELUSSO, S. L.; ILHA, A. da S. **Algumas Considerações sobre a Exploração do Trabalho Infantil.** 2009. 16 p.

SILVA, Ermes Medeiros. SILVA, Elio Medeiros. GONÇALVES, Walter. **Estatística para os Cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis.** 3. ed. São Paulo, Atlas, 1999.

SILVA, F. C. L. **O trabalho infanto-juvenil na sociedade capitalista.** 1999. Disponível em: <[http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero\\_15.htm](http://www.educaremrevista.ufpr.br/numero_15.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2014.

SILVA, J. F. da; BELUSSO, S. L.; ILHA, A. da S. **Algumas Considerações sobre a Exploração do Trabalho Infantil.** 2009. 16 p.

TUTTLE, C. **Hard at work in factories and mines: The economics of child labor during the British Industrial Revolution.** Oxford: Westview Press, 1999. Disponível em: <<http://eh.net/encyclopedia/article.tuttle.labor.cild.britain>>. Acesso em 29 mar. 2013.

IPARDES. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social.** Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2012.

## UMA REFLEXÃO ACERCA DAS RELAÇÕES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE MERCADOS, A PARTIR DO PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE.

**BRUNO RAFAEL MARIOTI**

Mestrando em Administração

Universidade Estadual de Maringá - UEM

[brunomarioti@gmail.com](mailto:brunomarioti@gmail.com)

---

**RESUMO** - A compreensão acerca da economia de mercado a partir da perspectiva de Polanyi (2000) e da Nova Sociologia Econômica que considera a participação ativa de atores sociais, permite analisar o princípio da reciprocidade como uma das bases sociais para a construção e manutenção de mercados mesmo diante do sistema capitalista. Podendo ser observada em atividades que englobam a economia solidária, onde há relevância por assinalar o reaparecimento do associativismo e se dar de forma híbrida. No contexto, o princípio da reciprocidade, associado à dádiva e a economia não monetária ocorre de forma transformada e em interação com todos os sujeitos (conhecidos e desconhecidos) na forma de atitudes e valores humanos e éticos que contribuem por meio da autogestão ao desenvolvimento econômico e social de seus integrantes.

**Palavras-chave:** Mercados, Princípio da Reciprocidade, Economia Solidária.

**ABSTRACT** - The understanding of the market economy from the perspective of Polanyi (2000) and the New Economic Sociology considers the active participation of social actors, allows you to analyze the principle of reciprocity as one of the social bases for the construction and maintenance even on markets the capitalist system. It can be observed in activities who comprise the social economy, where there is relevance to mark the reappearance of the association and give the hybrid form. In the context, the principle of reciprocity, associated with the donation and non-monetary economy is the processed form and interaction with all subjects (known and unknown) in the form of attitudes and human and ethical values that contribute through self-management to economic development and social development of its members.

**Keywords:** Markets, Principle of Reciprocity, Solidarity Economy.

---

### 1. INTRODUÇÃO

A visão substantiva da economia de mercados proposta por Polanyi (2000) possibilita conforme Vinha (2001) uma interpretação que se distânciava daquela utilizada e defendida pela economia clássica, por contradizê-la em aspectos como a ideia de “naturalizar” a economia, ou num sentido mais amplo, compreender os arranjos econômicos como “naturais e

necessários”. É sobre esse viés, que o presente ensaio teórico propõe uma reflexão, a partir das concepções de Polanyi (2000) em sua obra “A Grande Transformação” acerca da regulação social na economia de mercados em experiências alternativas ao sistema capitalista. Neste cenário, a obra de Polanyi se torna adequada por abordar os princípios básicos para a fundamentação da Nova Sociologia Econômica (NSE), que no âmbito capitalista vem reafirmar o conceito de *embeddedness*, em que a sociedade e a economia são mutuamente enraizadas. Em um primeiro momento, é abordada a visão econômica substantiva de mercados de Polanyi (2000) como um aporte teórico e posteriormente são apresentadas noções acerca da Economia Solidária e a sua relação com o princípio econômico da reciprocidade, como uma tendência a desenvolver relações geradoras de vínculos sociais, de modo a ser demonstrada a existência de alternativas de organização econômica pautadas nas relações sociais advinda do princípio da reciprocidade, como arranjos da economia solidária.

Desta forma a pretensão deste ensaio teórico é realizar uma aproximação dos conceitos centrais que envolvem as relações sociais na economia de mercado, utilizando como aporte teórico principal a perspectiva econômica de Polanyi (2000) em uma conexão do princípio da reciprocidade com a economia solidária, perfazendo a ideia de Polanyi (2000) de que o homem não se constitui apenas como um ser econômico, mas um ser social, sendo a economia do homem submersa nas relações sociais.

## 2. A CONTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS EM POLANYI

Se opondo aos pressupostos neoclássicos, a ideia de construção social de mercados distancia-se da visão do mercado como uma esfera de maximização do lucro, conforme Pelegrini e Gazolla (2010) um espaço de troca, abstrato e distanciado das relações sociais, utilitarista e no qual os agentes e grupos sociais não possuem um papel ativo. Compreender os mercados através desta perspectiva foi à preocupação dos autores Polanyi (2000) e Granovetter (1985). Polanyi em “A Grande Transformação” oferece um referencial para a compreensão dos mercados que se distancia da visão clássica da economia. Mostrando-se contrário ao que Adam Smith explana em considerar a demanda e a oferta como elementos reguladores do mercado e a origem das ações mercantilistas advindas do *homo economicus* - da propensão do homem à barganha, à permuta e a troca. Conforme Polanyi (2000) à luz

desse entendimento tem-se uma “leitura errada do passado”, pois até a Revolução Industrial, o autor aponta inexistir qualquer sistema econômico que se restringia de relações sociais.

Neste íterim, Polanyi (2000) através de uma revisão histórica, aponta ser uma falha da economia, analisar apenas períodos onde a troca e a permuta eram consideráveis ao estudo econômico, assinalando que em sociedades primitivas inexistia uma economia controlada pelo mercado livre, sendo neste contexto, o lucro e os ganhos fatores menos importantes para sociedade.

Polanyi (2000, p 61) permite a interpretação de que o comércio na pré-história se embasava em aspectos sociais e menos capitalistas e através de pesquisas antropológicas e históricas, conclui que “a economia do homem, como regra, está submersa nas suas relações sociais”.

Assim, conforme o autor, o estudo de sociedades primitivas se faz relevante para a compreensão do homem como um ser social, que age de acordo com suas necessidades sociais e não em virtude de interesses particulares. É sob essa perspectiva que se tem uma das ideias centrais de sua obra, a de que a economia está incrustada (*embeddedness*) dentro de relações sociais.

O homem não é considerado apenas um ser econômico, mas um ser social, sendo a economia do homem submersa nas relações sociais. A compreensão do mercado decorre então das relações sociais, estando intimamente relacionado a princípios culturais e sociais, que interagem para a coordenação dos mercados. Assim os mercados constituem-se prolongamentos da vida social e das interações entre os atores sociais, sendo a economia uma atividade institucionalizada, não estando alheia e fora das relações sociais.

A noção de *embeddedness* conforme Pelegrini e Gazolla (2010) configuram os mercados sob uma perspectiva social e numa ótica que considera as diferentes relações entre os seus atores, como elas são construídas, como se desenvolvem e como se dão os laços e os vínculos entre os atores.

[...] o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico. A sociedade tem que ser modelada de maneira tal a permitir que o sistema funcione de acordo com as suas próprias leis. Este é o significado da afirmação familiar de que uma economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado. (POLANYI 2000, p.77).

Nesta perspectiva, Abramovay (2004, p. 2) aponta que o estudo do mercado deve ser pautado sobre a definição de mercado como estruturas sociais, pois conforme o mesmo, “enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social”.

A interação social do mercado conforme Gudeman apud Storr (2008, p.138) indica:

[...] o quanto essas duas formas (sociabilidade e mercados) estão interligadas, apesar da distinção entre ambas. Ambos (comunidade e mercado) estão relacionados dialeticamente, pois ao mesmo tempo em que o mercado pode ser desenvolvido no interior de uma comunidade, as relações de sociabilidade presentes entre esses atores podem resultar na criação de oportunidades de comercialização.

Outros autores abordam as relações sociais em mercados, apontando em conformidade com Polanyi (2000) existir falhas na teoria econômica clássica quanto a alguns preceitos que definem o mercado. Dentre eles, destacam-se Beckert (1997) e Swedberg (2005) com questionamentos sobre a racionalidade do homem e as diferentes relações sociais que caracterizam os mercados, resgatando outros estudos, como o de Granovetter, de mercados como redes de contatos. Polanyi (2000) em sua obra não questiona a existência dos mercados, apenas contribui afirmando que a origem dos mesmos não parte de um resultado natural da difusão dos mercados, mas em virtude de uma intervenção estatal, que resulta na transformação da terra, trabalho e dinheiro em mercadorias.

Essa transformação representa a subordinação da ordem social ao sistema econômico, e uma ruptura que resultam em consequências negativas para a sociedade. Conforme Polanyi (2000, p. 94), sendo o mercado o “dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural”, uma mudança nesta ordem abarcaria o desmoronamento da sociedade.

Polanyi (2000), propõe que o sistema econômico corresponda a uma instituição social e os fatos econômicos estejam condicionados por três princípios inerentes do próprio sujeito que garantiria a ordem e a distribuição dos bens no processo de construção social de mercados, sendo: reciprocidade, redistribuição e domesticidade, apoiados em três padrões sociais: simetria, centralidade e autarquia.

No que tange a reciprocidade, Polanyi (2000), considera-a como um sistema de dádivas que envolvem os membros da comunidade, não havendo motivações por ganho ou

lucro. A redistribuição corresponde “aos movimentos de apropriação em direção a um centro, e em seguida, desse em direção ao exterior”.

A redistribuição e a reciprocidade configuram-se princípios de coordenação social e são identificadas como categorias econômicas específicas e diferentes da troca. Entretanto, ambos não são restritos a produtores primitivos e pequenas comunidades.

Conforme Vinha (2001, p. 212), em relação a tais princípios, Polanyi demonstra que ambos estiverem presentes mesmo em sociedades não democráticas, como em oligarquias e autarquias, bem como em todos os sistemas econômicos, uma vez que:

“[...] a contrapartida da autoridade hierarquicamente instituída e socialmente legitimada (instância equivalente ao “chefe” nas sociedades primitivas), era exibir a riqueza passível de ser redistribuída, seja por qual mecanismo fosse (inclusive, a moeda) e seja para que o grupo se destinasse (inclusive os militares e a chamada classe “ociosa”)”.

De acordo com Polanyi (2000, p.37), o princípio da reciprocidade condiz com uma forma de integração superior, em virtude de sua capacidade de empregar a redistribuição e o intercâmbio como métodos subordinados. Neste contexto, pondera-se que a reciprocidade pressupõe conforme Vinha (2001, p. 214):

“movimentos de recursos e informações entre pontos correlatos de agrupamentos simétricas [...], em uma relação onde a dimensão cooperativa e o valor da confiança são reconhecidos como essenciais à continuidade, estabilidade e eficiência do processo de interação”.

A reciprocidade na concepção de Santos (2004), corresponde ao ato da “dádiva”, implicando em uma “contra-dádiva”, ou seja: ao oferecer qualquer coisa a uma pessoa, esta retribuiu qualquer coisa a primeira. Nesta troca, ou oferenda de “dádivas” resulta um efeito social, podendo assumir um caráter particular (doação interpessoal) ou geral (doação a uma coletividade). Conforme Santos (2004, p. 2), “o fundamento da “dádiva” consiste em que os objetos não são dissociados de quem os oferece e representam essencialmente um comportamento social”. Assim:

A reciprocidade implica movimentos entre pontos correlativos de agrupamentos simétricos, ou seja, envolve a presença de dois ou mais grupos dispostos simetricamente, cujos membros podem se comportar de forma semelhante em relação uns aos outros. Visto que essa simetria não é restringida à dualidade, aos grupos recíprocos não necessitam de resultar de atitudes de mutualidade (Polanyi 2000, pg. 37).

No que concerne ao princípio da redistribuição, de acordo com Vinha (2001), pressupõem-se a hierarquia e a obediência de parâmetros ou estratégias definidos pela instituição centralizadora, consistindo, como sistema integrativo, em uma coordenação de relações assimétricas entre agentes, que além da legitimidade constituída via social e política, a centralização e a eficiência na captação e realocação de recursos se fazem essenciais. Conforme Santos (2004 p. 8-9):

A reciprocidade não se resume à transferência de bens e serviços, sendo acompanhada de relações sociais, de comportamentos e sentimentos particulares, [...] no mercado, onde o indivíduo é reconhecido como peça central. A reciprocidade não pode ser mais a expressão da dependência pessoal que caracteriza as relações sociais. Afirma-se como um modelo de transferência para outros entre indivíduos independentes e separados.

Assim, com base em Santos (2004) a reciprocidade, presente nas sociedades modernas e tradicionais se instaura como uma lógica social de integração, apresentando-se sob a “forma dispersa de reciprocidades parciais”. Conforme Laville, (1992, pg. 130), a “dádiva” não está mais empregada de relações sociais, sendo fruto de uma decisão individual e a sua existência provém do efeito produzido nos beneficiários.

Conforme Santos (2004), na redistribuição a produção concentra-se dirigida a uma autoridade central, sendo armazenada e posteriormente distribuída. Nessa concepção, implica-se que a sociedade possui um centro, que reparte os recursos após tê-los recebido.

Por fim, a domesticidade está relacionada com o produzir para o consumo próprio, sendo ampla sua aplicação conforme aponta Polanyi (2000, p. 73):

“O princípio é tão amplo na sua aplicação como o da reciprocidade e redistribuição. A natureza do núcleo institucional é indiferente: pode ser localidade, como nas aldeias; ou poder político, como no castelo senhorial. E também não importa a organização interna do grupo. (POLANYI, 2000 p.73)”.

Nesta perspectiva Laville (1992, p. 127), complementa:

Na domesticidade, o modelo base de suporte é a autocracia, podendo a natureza de o núcleo institucional diferir pelo sexo, pela família patriarcal, pelo poder político, como pelo poder senhorial. A organização interna do grupo pode ser democrática ou não e a dimensão do grupo pode variar consideravelmente (LAVILLE, 1992, p. 127).

Conforme Vinha (2001), o princípio da domesticidade, consiste na produção para uso privado do grupo, cujos excedentes, se fossem vendidos, não comprometiam a base da domesticidade, do qual se originava o princípio do intercâmbio. Na concepção de Santos (2004), a domesticidade se constitui na produção para o consumo próprio, na qual o princípio se concretiza na produção e armazenamento para satisfazer as necessidades de um grupo. Conforme o Laville (1992, apud Santos, 2004, p. 9):

A atividade produtiva efetuada pelas coletividades que suportavam a família, as aldeias ou outros agrupamentos foram gradualmente sendo restringidas pela desestabilização das sociedades rurais tradicionais, onde havia uma forte densidade de relações de parentesco e de vizinhança.

Nesta perspectiva e segundo Santos (2004), em relação à domesticidade, afirma-se que em nas sociedades tradicionais, a mesma apresenta tendencialmente integrada na atividade intrafamiliar.

A partir desses três princípios Polanyi (2000), corrobora com a perspectiva econômica da construção social de mercados, instaurando uma nova interpretação ao olhar para os mercados, a de que conforme Vinha (2001), a economia, por estar socialmente enraizada, organiza, orienta e impõe limites às funções do mercado.

Cada um desses princípios de integração econômica se associa conforme Polanyi (2000), a um determinado modelo institucional de suporte. Acerca disso, Laville (1992) define um modelo que integra os princípios de Polanyi como um modelo de integração econômica, ilustrado a baixo:

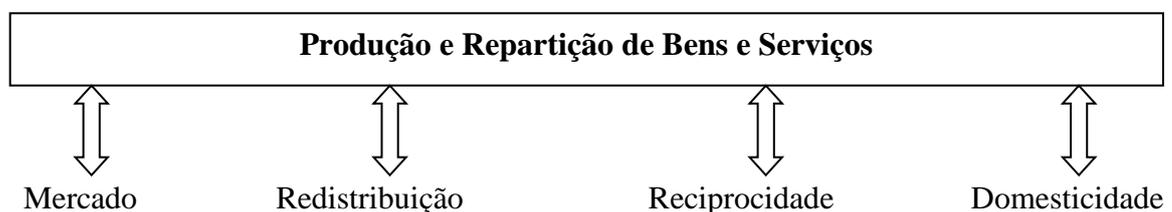


Figura 1. Princípios de integração econômica. Fonte: J. L. Laville (1992), p. 127.

Conforme Santos (2004) é o modelo institucional da centralidade que permite a redistribuição. Neste contexto, a centralidade supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os integrantes dessa autoridade e demais membros do grupo, podendo conforme o autor, as relações entre grupo dirigente e os subordinados diferir consoante o poder político

instituído. Com isso, de acordo com Santos (2004), na redistribuição, o movimento não pode ser efetuado sem um centro estabelecido, pois conforme Polanyi (2000, p. 37), esta, “não consiste em um centro individual de comportamento e depende de um centro reconhecido”.

A partir dos princípios que Polanyi, Laville, 1992 apresenta três formas distintas para a economia, baseada em comportamentos econômicos a diferentes, como demonstra a Figura 2.

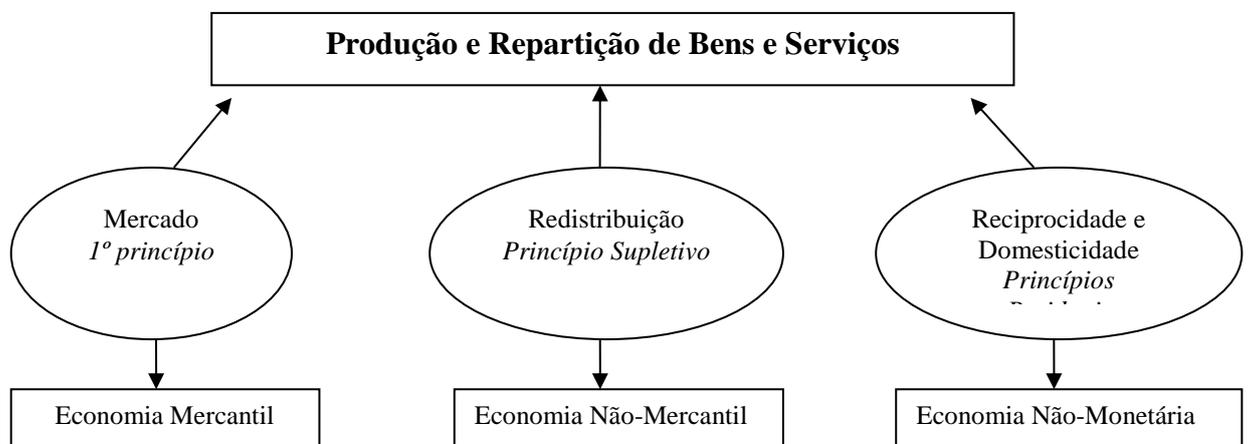


Figura 2. Formas da economia a partir dos princípios de Polanyi. Fonte: J. L. Laville (1992), p. 135.

Em relação à economia mercantil têm-se o lugar onde a tarefa de assegurar a ordem na produção e distribuição de bens e serviços se instaura como pertencentes ao mercado, sendo este o princípio central de regulação econômica. Já na economia não mercantil, configura-se o lugar onde, a ordem na produção e na distribuição de bens mantém-se sob o princípio da redistribuição, cuja responsabilidade se atribui ao Estado, em uma economia caracterizada como “protetora e assistencial” (LAVILLE, 1992, p. 134).

Por fim, à economia não monetária é atribuída a tarefa de assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens sob o princípio da reciprocidade e domesticidade. Têm-se conforme Santos (2004), a associação às relações sociais não monetárias, encontrando-se marginalizadas frente às demais economias. Frente a essa classificação da economia, Laville (1992), aponta para a necessidade de uma recomposição entre as esferas sociais, econômicas e políticas, em uma busca que proporcione soluções para problemas advindos do capitalismo, indicando a Economia Solidária, como a saída para favorecer tais emergências.

### **3. ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO**

Segundo Razeto (1997 apud Azambuja 2007) o conceito de economia solidária é compreendido como um processo de inserção de práticas econômicas de características solidárias no âmbito da estrutura econômica de capital. A economia solidária adquire relevância porque assinala o reaparecimento do associativismo entre os trabalhadores, um fenômeno com larga história e múltiplos desenlaces (SINGER, 2000).

A articulação entre a economia mercantil, não mercantil e não monetária culmina na economia solidária, constituída como uma forma híbrida de “atividades recíprocas, desenvolvidas por voluntários de atividades de mercados e por profissionais, tendo suas atividades financiadas por subsídios estatais”. (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Sob uma ótica diferente, Singer (2000) colabora ao conceituar a economia solidária como um modelo de produção e distribuição alternativa ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizada no mercado de trabalho.

Conforme o mesmo autor, o surgimento da Economia Solidária advém de ideias e iniciativas, oriundas de socialistas utópicos, que na época do surgimento do Capitalismo Industrial, caracterizada pela exploração dos trabalhadores nas fábricas britânicas, impulsionou iniciativas, principalmente relacionada à criação de cooperativas, de compras ou produção, direcionadas a pressionar os patrões para o entendimento das necessidades dos trabalhadores.

São características da economia solidária: a autogestão, dimensão econômica e a solidariedade, dentre as quais, aponta para um novo modelo de desenvolvimento sustentável baseado na geração de trabalho e distribuição de renda, crescendo economicamente e preservando a natureza, uma vez que se opõe à exploração dos recursos naturais e do trabalho, conforme aponta o Ministério do Trabalho e Emprego.

Conforme Singer (2000), no modo capitalista os empregados encontram-se voltados à produção de lucros que sejam proporcionais ao capital investido, inexistente na Economia Solidária, ou seja, nela os cooperados possuem autonomia e permissão para se auto explorar menos, bem como liberdade de escolher quando e como trabalhar para tornar-se competitivo. Acerca desta liberdade, a mesma é inexistente no capitalismo, no qual os trabalhadores assalariados devem obediência a determinações da direção, instaurando outra diferença na

economia solidária, ou seja, a liderança ou diretoria se dá por meio de uma eleição por todos os sócios, caracterizando uma democracia.

A Tabela 1 apresenta as diferenças entre empresas capitalistas e solidárias. Dentre as atividades práticas que compõem a economia solidária, pode-se citar, algumas iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, cooperativas de comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às pessoas envolvidas, bem como a promoção a aspectos relacionados à preservação ambiental (FBES, 2009).

Tabela 1: Diferenças entre empresas capitalista e solidária.

<b>Empresa Capitalista</b>	<b>Empresa Solidária</b>
Os empregados ganham salários desiguais;	Os sócios não recebem salário, mas retirada, que varia conforme a receita obtida e existe igualdade nas retiradas;
Os trabalhadores são livres para mudar de emprego;	Os sócios são livres para sair quando quiserem;
Os empregadores são livres para demitir os empregados;	Não há demissão, pois todos decidem em conjunto;
Diretores ganham mais do que os outros funcionários;	O valor das retiradas dos administradores é decidido por todos os sócios;
A repartição do lucro é feita em assembleia com os principais acionistas, uma parcela do lucro é entregue em dinheiro aos acionistas sob a forma de dividendos e o restante vai para fundos de investimento;	As sobras têm sua destinação decidida pela assembleia dos sócios, uma parte é colocada em um fundo de educação, outra é posta em fundos de investimento, que podem ser divisíveis ou indivisíveis, o que resta é distribuído em dinheiro aos sócios com algum critério decidido pela maioria;
O principal objetivo é o lucro;	O objetivo principal é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda como para difundir um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas;
Prevalece sempre o poder e o interesse dos acionistas, representados pelo grupo controlador;	Prevalece o poder e o interesse dos sócios;

Fonte: Introdução à Economia Solidária - Singer 2005.

Neste contexto, as cooperativas se apresentam como ferramentas que proporcionam a busca de ganhos sociais, se caracterizando como integrantes da Economia Solidária, aquelas em que a gestão se dá de forma compartilhada por todos os integrantes sócios, ou seja, pela autogestão, aliados à noção de solidariedade. Ainda no que concerne às características da Economia Solidária, Singer (2005, p.117-118) contribui:

“[...] todos que trabalham no empreendimento detêm posses iguais, com os mesmos direitos de decisão sobre o seu destino. Nela, a situação do trabalhador é o inverso da vivida na empresa capitalista, já que cada membro do grupo é responsável pela gestão, participando plenamente dos resultados alcançados, sejam eles sobras ou prejuízos”.

Embora esteja relacionada principalmente ao cooperativismo, não apenas as cooperativas podem ser caracterizadas empreendimentos solidários, mas, também, as associações, clubes de trocas, cozinhas coletivas, dentre outros, desde que atendam aos princípios da Economia Solidária (Leite, 2009). A solidariedade como centro das atividades econômicas, se apresenta como meio para a realização de outros objetivos, seja de âmbito social, político ou cultural (FRANÇA e LAVILLE, 2004).

#### **4. O PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE COMO BASE SOCIAL PARA A CONSTRUÇÃO DE MERCADOS**

Segundo Gaiger (2008) a força do capitalismo advém da sua produtividade, velocidade de inovação, contraposição às estruturas sociais e o poder de impor à coletividade a percepção daqueles que possuem interesse expresso no livre desenvolvimento capitalista. Desta forma, em conformidade com Polanyi (2000), o capitalismo condiz com a metáfora do “Moinho Satânico”, que representa a grande mudança instaurada de forma negativa sob a sociedade e suas relações sociais.

Neste contexto, França Filho e Laville (2004) afirmam que o capitalismo conduziu a três processos sucessivos de ocultamento, quanto à: existência de possibilidades modernas de organização da sociedade, aptas em manter a economia embutida em sistemas de regulação politicamente instituídos; quanto à existência de outros princípios de organização econômica, e quanto à existência e virtudes de outras organizações econômicas, diferentes da privada e capitalista.

No entanto, a realidade e a aparência se divergem, de modo que a separação do social do econômico pode ser observada em experiências de economia solidária (GAIGER, 2008). Afirmar esta que reafirma as proposições de Polanyi (2000) e inverte a hipótese econômica clássica, possibilitando a investigação das relações e valores sociais como base alternativa para a construção de mercados em sociedades capitalistas.

França Filho e Laville (2004) contribuem para tal percepção, abordando os princípios do comportamento econômico de Polanyi (2000) como base para três pólos econômicos: Economia mercantil, baseada no próprio mercado; Economia não mercantil advinda do princípio da redistribuição e Economia não monetária advinda dos princípios da reciprocidade e domesticidade.

À luz dessa perspectiva, torna-se possível abarcar as relações sociais na construção de mercados instaurados neste contexto sob o princípio da reciprocidade, tendo como apoio a contribuição de Sabourin (2003) ao apontar que a institucionalização das relações de reciprocidade e redistribuição gera e reproduz valores humanos não apenas em estruturas sociais, mas também econômicas, convergindo com Polanyi (2000) no que diz respeito especificamente à reciprocidade, consistir uma forma de integração superior, por empregar a redistribuição e o intercâmbio como métodos subordinados. Envolvendo além da ideia de igualdade e justiça, um fluxo de bens em dupla direção ou em círculo, de modo a promover entre os atores participantes ações que supram mutuamente suas necessidades, baseado na simetria de grupos.

Tal perspectiva se faz possível, diante dos postulados da Nova Sociologia Econômica (NSE), na qual Silva et al. (2011, p. 99) apontam que o conceito de submersão (*embeddedness*) de Polanyi, pode ser abarcado diante as formações capitalistas, ou seja, a ação econômica em sociedade capitalista não está desprovida de motivações não econômicas, e sim “enraizada em redes de relacionamentos pessoais”.

Marques (2003, p. 4) contribui apontando que na NSE o “autor social é moldado pelo conjunto de relações sociais que estabelece com outros atores relevantes e que todas as ações, fenômenos e instituições econômicas só são significativos se lidos à luz da sua inclusão num quadro de relações significativas”.

Partindo desse pressuposto, e tendo como base a definição da Economia não monetária proposta em França Filho e Laville (2004), percebe-se o princípio da reciprocidade como a

base estrutural para a formação de arranjos produtivos, onde o mesmo é abrangido não apenas como um princípio que sustenta as relações sociais em grupos simétricos (POLANYI, 2000), mas como meio de produção de valores materiais de uso e valores humanos ou éticos.

Sabourin (2003) complementa que o princípio da reciprocidade não se limita a uma relação de dádiva/contra-dádiva entre pares ou grupos simétricos, admitindo várias formas e em diferentes níveis. Podendo assumir duas tendências opostas e às vezes complementares: a produção de valores materiais destinados ao intercâmbio mercantil e a geração de valores éticos associados à produção de valores materiais de uso, destinados ao consumo, à partilha ou a reciprocidade generalizada.

De modo a observar a complementação de ambas às tendências, e retomando Gaiger (2008) acerca da economia solidária, Singer (2000) colabora que a mesma consiste em um elemento central na construção de uma opção ao capitalismo, onde, a produção de valores materiais, percebido pela autogestão, possibilita e motiva a produção de valores humanos e éticos, (igualdade, confiança, reciprocidade, solidariedade, etc.).

Nesta acepção, Gaiger (2008, p.17) aponta que na economia solidária, o princípio da reciprocidade definido por Polanyi (2000) associado à dádiva e circunscrito à economia não monetária, é transformado, no sentido de poder ser percebido não apenas nas relações pessoais diretas, mas também entre desconhecidos.

Nas palavras do autor, “A dádiva funciona como um arquétipo do ciclo da reciprocidade, a evocar a dimensão não instrumental das relações, inclusive quando lidam com a transferência de bens. Reconhecimento e vínculo social são motivações da atividade humana e não requerem a presença desmensurada de altruísmo ou a eliminação das motivações utilitárias do dinheiro”.

Diante dessa reflexão e numa perspectiva holística, se torna aceitável através da economia solidária, considerar a capacidade do princípio da reciprocidade no contexto mercadológico, de reforçar as relações sociais, e conforme Silva et al. (2011) unir os membros de um grupo por meio de suas condutas, promovendo o desenvolvimento econômico e social de arranjos sob essa configuração.

## 5. CONCLUSÃO

Diante a força que impera o sistema capitalista torna-se utópica a ideia de uma alternativa para o mesmo, ou considera-lo subjugado às relações sociais conforme a perspectiva econômica de Polanyi (2000).

No entanto, as reflexões acerca do princípio da reciprocidade puderam demonstrar que mesmo no advento do capitalismo e sob uma interpretação transformada da inicial, as relações sociais no contexto econômico de mercado perduram sob a forma de dádiva em atitudes de lealdade; zelo no trabalho; cooperação, solidariedade etc., correspondendo às iniciativas que propiciam a dualidade - oportunidade de trabalho (renda e capital) e o fortalecimento de valores – percebida, por exemplo, em cooperativas de economia solidária, na qual perpetuam valores humanos e éticos, que proporcionam a geração de renda, de modo a satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns. De modo geral, corresponde a um meio de desenvolvimento econômico, porém abarcado com o social.

Desta forma, visualiza-se a importância de compreender os mercados, não como um dado, abstrato e singular, mas como uma pluralidade de relações, construído sob um repertório de ações culturais e laços sociais que conduzem ao bem estar comum. Sendo perceptível que a reciprocidade tende a formação de segmentos híbridos pautados não apenas no capital e no auto interesse, mas na democracia e no coletivo.

Numa interpretação particular compreendo que a metáfora do “Moinho Satânico” (Polanyi, 2000) não obteve êxito em sua totalidade, percebendo que o enraizamento social nas ações econômicas ainda mantém-se ativo e sob algumas fissuras, aponta-se como alternativas ao sistema dominante.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, 2, 3 e v. 29, n. 1, jan.-dez. 1998. Disponível em: <<https://p.ufpel.edu.br/.../Texto-Abramovay-R.-Agricultura-familiar-e-desenvo.>> Acesso em: Julho de 2016.

AZAMBUJA, L. R. (2007). **Os sentidos do trabalho autogerido: um estudo a partir dos trabalhadores de cooperativas de Economia Solidária**. Mestrado Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <[www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12769?locale=pt\\_BR](http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/12769?locale=pt_BR)> Acesso em: Julho de 2016.

BECKERT, J. *Beyond the Market*. Princeton University Press, 1997.

FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz (2008). **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. Revista *Katálysis*. Florianópolis, UFSC, v. 11(1): 11-19. Disponível em: <[www.redalyc.org/articulo.oa?id=179613968002](http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179613968002)>. Acesso em: Julho de 2016.

LAVILLE, J-L., *Les services de proximité en Europe*, Syros, 1992.

MARQUES, R. **Os trilhos da Nova Sociologia Económica**. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (org.). *A Nova Sociologia Económica*. Oeiras: Celta Editora, 2003.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: Editora da URI, 2008. Disponível em: <[www.sober.org.br/palestra/13/183.pdf](http://www.sober.org.br/palestra/13/183.pdf)>. Acesso em: Julho de 2016.

POLANYI, Karl, **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SABOURIN, Eric. **Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento**. *Sociologias*, Porto Alegre, v.13, n.27, pp.24-51, mai-ago, 2011. Disponível em:<[seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22435](http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/22435)>. Acesso em: Julho de 2016.

SANTOS, António Bob et al. Necessidade de uma economia solidária: a visão de Karl Polanyi sobre os mercados. *Research Papers in Economics (RePEc)*, 2004.

SILVA, F. A. G. et al. **Os Princípios de Economia Substantiva de Karl Polanyi em relações de Economia Solidária: o caso do povoado Cruz (Currais Novos/RN)**, RECADM, v. 10, n. 2, p. 93-106, 2011. Disponível em:<[www.spell.org.br/documentos/download/5240](http://www.spell.org.br/documentos/download/5240)>. Acesso em: Julho de 2016.

SINGER, P. e SOUZA, A.R. (org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

STORR, V. H. **The market as a social space: On the meaningful extraeconomic conversations that can occur in markets**. *Quarterly Journal of Austrian Economics*, Viena, v. 21, n. 2-3, p. 135-150, set. 2008. Disponível em: <[www.researchgate.net/.../5156635\\_The\\_market\\_as\\_a...](http://www.researchgate.net/.../5156635_The_market_as_a...)>. Acesso em: Julho de 2016.

SWEDBERG, R. **Markets in Society**. In: SMELSER, N. SWEDBERG, R. (org) *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005

VINHA, Valéria. (2001), “**Polanyi e a nova sociologia econômica: uma aplicação contemporânea do conceito de enraizamento social (social embeddedness)**”. *Econômica*, 3 (2): 207-230, dez. Disponível em: <[V\\_VINHA\\_-\\_Econ%C3%B4mica,\\_2001\\_-\\_ie.ufrj.br](http://V_VINHA_-_Econ%C3%B4mica,_2001_-_ie.ufrj.br)>. Acesso em: Julho de 2016.

## UMA ANÁLISE SÓCIOECONÔMICA ENTRE DOIS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO RAMO DE SEPARAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – COOPERVAÍ (PARANAVAÍ-PR) E COOPERTRAGE (UNIÃO DA VITÓRIA-PR)

**SÉRGIO LUIZ MAYBUK**

Economista, Mestre em Desenvolvimento econômico  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR  
sergio.maybuk@unespar.edu.br

**TALYTA DE OLIVEIRA CARBONARI**

Discente de Serviço Social  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR  
talyta.carbonari97@gmail.com

---

**RESUMO** - O presente artigo refere-se a uma parte dos resultados de pesquisa de TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, e a pergunta de pesquisa foi “quais as diferenças socioeconômicas fundamentais a serem encontradas entre os/as cooperados/as nas cooperativas de materiais recicláveis conhecidas como Coopervai e Coopertrage, de Paranaíba-Pr e União da Vitória-Pr, respectivamente. Foram pesquisados 25 cooperados na primeira cooperativa e 46 na segunda. Como resultados principais tem-se que em média os/as cooperados/as de União da Vitória-Pr são mais jovens. A renda dos/as cooperados/as antes de ingressarem na cooperativa era mais baixa em União da Vitória-Pr do que em Paranaíba-Pr, porém depois que de ingressarem, considerando os rendimentos das cooperativas a posição de se inverte, ou seja, em União da Vitória-Pr o rendimento é maior. Em termos de nível de escolaridade, Paranaíba-Pr tem nível mais elevado em relação à União da Vitória-Pr.

**Palavras-chave:** Economia solidária, Cooperativas Populares, cooperativismo, materiais recicláveis.

**ABSTRACT** - This article refers to a part of the TIDE search results - Full Time and Exclusive Dedication, and the question of the research was "what are the fundamental socioeconomic differences to be found between the co-operative members in co-operative of recyclable materials known as Coopervai and Coopertrage, of Paranaíba-Pr and União da Vitória-Pr respectively. 25 cooperative members were surveyed in the first co-operative and 46 in the second. The main results shows that on average the co-operative members of the União da Vitória-Pr are younger. The income of the co-operative members before joining the cooperative was lower in União da Vitória-Pr than in Paranaíba-Pr, but after they entered, considering the income of co-operatives, the position was reversed, and then União da Vitória- Pr yield became higher. In terms of education level, Paranaíba-Pr has higher level in relation to the União da Vitória-Pr.

**Keywords:** Solidarity Economy, Popular Co-operatives, cooperativism, recyclable materials.

---

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente artigo refere-se a uma parte dos resultados da pesquisa de TIDE – Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, que teve como objetivo estudar as políticas ambientais das cidades de Campo Mourão-Pr, Paranavaí-Pr e União da Vitória-Pr, bem como descrever a forma como são feitas as coletas seletivas nelas e analisar sócio-economicamente trabalhadores de empreendimentos solidários ligados aos materiais recicláveis.

Foram escolhidas tais cidades por fazerem parte de sedes de campus da Universidade Estadual do Paraná – Unespar. A pesquisa vem sendo realizada desde 2014 e no ano passado já foi produzido um trabalho científico exclusivamente ligado à cidade de Campo Mourão-Pr. Para o presente artigo a pergunta de pesquisa foi “quais as diferenças socioeconômicas fundamentais a serem encontradas entre os/as cooperados/as nas cooperativas de materiais recicláveis conhecidas como Coopervaí e Coopertrage , de Paranavaí-Pr e União da Vitória-Pr respectivamente. Em pesquisa recente do mesmo projeto, constatou-se que há uma diferença fundamental entre elas, sendo que a primeira fundada no ano de 2003, separa os materiais recicláveis coletados por uma empresa contratada pela prefeitura e segunda fundada no ano de 2013 , é contratada pela prefeitura para fazer a coleta seletiva e na sequência, também faz a separação dentro da cooperativa.

Como o objetivo principal da pesquisa é conhecer as características sócioeconômicas dos/as cooperados/as e não as cooperativas e as cidades em si, apenas destaca-se que de acordo com o IBGE – Cidades, Paranavaí-Pr possui uma população estimada em 2016 de 87.316 habitantes, com uma área de 1.212, 266 km<sup>2</sup> e uma Densidade Demográfica (hab/km<sup>2</sup>) de 67,86. Enquanto que União da Vitória-Pr possui uma população estimada em 2016 de 56.650 habitantes, com uma área de 719,998 km<sup>2</sup> e uma Densidade Demográfica (hab/km<sup>2</sup>) de 73,24.

## **2. METODOLOGIA DA PESQUISA**

O procedimento adotado na presente pesquisa foi o da investigação bibliográfica que, conforme (GIL, 1999) é desenvolvido mediante material já elaborado, principalmente livros,

artigos científicos e documentos e também do uso da estatística descritiva para analisar os dados coletados sobre os/as cooperados/as das duas cooperativa.

Foi elaborado um Questionário com várias questões em que o entrevistador perguntava e o/a entrevistado/a respondia ser ver o mesmo, contendo questões objetivas e subjetivas.

Qual o sexo - masculino ou feminino;

Qual o Estado do país de nascimento;

Qual a idade. Tabulado por categorias/grupos de idade, ou seja, de 18 a 28 anos, de 29 a 38 anos, de 39 a 48 anos, de 49 a 58 anos e acima de 58 anos;

Qual a renda mensal no empreendimento atual. Tabulado em categoria/grupos de renda, ou seja, até R\$ 250,00, de R\$ 251,00 a R\$ 500,00, de R\$ 501,00 a R\$ 750,00, de R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00 e mais de R\$ 1.000,00;

Qual a escolaridade. Tabulado nas seguintes categorias: Alfabetizado, Fundamental incompleto, Fundamental, Médio incompleto, Médio completo, Superior incompleto e Superior.

O que o/a cooperado/a fazia antes de ingressar na cooperativa (pergunta aberta);

O que o/a cooperado/a como imagina da cooperativa daqui alguns anos (pergunta aberta);

Qual o motivo pelo qual o/a cooperado/a ingressou no empreendimento solidário – cooperativa;

Qual era a renda mensal antes de ingressar na cooperativa. Tabulado em categorias/grupos, ou seja, até R\$ 250,00, de R\$ 251,00 a R\$ 500,00, de R\$ 501,00 a R\$ 750,00, de R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00 e mais de R\$ 1.000,00;

Como o/a cooperado/a se sente em relação à participação num empreendimento solidário;

O que a economia solidária agregou para sua vida do/a cooperado/a;

Quais as dificuldades em se trabalhar em grupo na cooperativa;

Quais as dificuldades que enfrenta no seu dia a dia;

Finalmente, que valores e/ou atitudes seriam importantes cultivar dentro de um empreendimento econômico solidário.

Com relação à aplicação do questionário, após contato e autorização dos responsáveis das cooperativas, definiu-se como critério de amostra, todos os/as cooperados/as que estivessem presentes no dia da coleta de informações.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A fundamentação teórica do presente artigo apresentará alguns autores destacando a inter-relação entre a economia e o meio ambiente de acordo com o objeto de pesquisa. Também vários autores destacando a economia solidária desde a sua origem até as características de empreendimentos econômicos solidários recentes. Finalmente alguns autores tratando especificamente das cooperativas de materiais recicláveis.

#### **3.1 A economia ligada ao meio ambiente**

Da mesma forma em que no estudo da ciência econômica há várias vertentes, na ligação entre economia e meio ambiente também há. A primeira ramificação apresentada aqui, de acordo com (ROMERO, 2003), é a Economia Ambiental, conhecida também como Economia Ambiental Neoclássica, que utiliza premissas e o referencial teórico neoclássico para explicar a interação entre economia e meio ambiente. Ela aponta para a precificação de tudo o que é relacionado ao meio ambiente, o quanto se pagaria para usufruir certo bem, o quanto devo pagar se danificar certo bem etc. Portanto, seguidores da teoria neoclássica na economia certamente aceitarão mais esta vertente.

Outra vertente que se apresenta aqui é a chamada Economia Ecológica que de acordo com (LIMA, 2004), procura apresentar-se como um certo contraponto à economia neoclássica-keynesiana ambiental, depois de aproximar os ecossistemas naturais do sistema econômico. Assim, o ponto de partida é a primeira escola econômica, a fisiocracia de Quesnay, cujo pressuposto básico como fonte geradora de valor, é a terra.

A vertente marxista também discute o meio ambiente e a ecologia. Segundo (MONTIBELLER-FILHO, 2004) o Ecomarxismo atribui ao atual sistema capitalista, os custos sociais e ambientais, acreditando que estes ocorrem naturalmente se o capitalismo estiver funcionando corretamente, cumprindo sua função fundamental que é acumular capital.

Partindo deste pressuposto, e de acordo com a teoria ecomarxista, o nível de degradação ambiental aumenta conforme o capitalismo expande suas vertentes, e seus acúmulos de riqueza, especialmente se não há o menor respeito com mananciais, áreas de preservação etc.

E finalmente é aqui apresentada mais uma vertente. De acordo com (CAVALCANTI, 1994) expressão surgida no contexto das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a chamada Economia da Sustentabilidade pode ser considerada para alguns como esotérica, para outros, como uma expressão da moda nas discussões sobre o verde e a outros ainda, como uma inovação discutível, mas trata-se de uma preocupação justificada com o processo econômico na sua perspectiva de fenômeno de dimensão ecológica, que está sujeita à condicionamentos ditados pelas leis fixas da natureza, da biosfera.

### 3.2 Origens da economia solidária no mundo.

De acordo com Singer (2010) a economia solidária surge na história, como uma ação de luta de sobrevivência diante do empobrecimento exacerbado de artesãos, após surgimento do capitalismo industrial, em que o aumento da utilização das máquinas e da organização fabril ocupava o espaço deles. A exploração do trabalho atingindo inclusive crianças era ilimitado causando debilidade física e mortalidade.

Ainda segundo Singer (2010) surge um britânico chamado Robert Owen que possuía um complexo têxtil que diferentemente dos outros, resolveu limitar horas de trabalho e impedir o trabalho de crianças, as quais, considerava que deveriam estudar. Suas idéias, de tentar amenizar a vida sofrida dos trabalhadores se constituíram em algo que vinha na contramão do sistema capitalista. Por pensamentos humanitários e cooperativistas, ganhou discípulos e a primeira cooperativa Owenista foi criada por George Mudie, reunindo grupo de jornalistas e gráficos em Londres para que criassem uma comunidade e assim vivessem do resultado de seus trabalhos.

O autor a seguir além de citar Owen acrescenta outros influenciadores. De acordo com Buber (1945) a economia solidária aparece, com o surgimento dos socialistas utópicos e neste contexto, destacam-se na história como influenciadores do que mais tarde iria se chamar de economia solidária. Saint-Simon e Fourier, depois vem Robert Owen e Proudhon e os mais contemporâneos pensadores nessa linha Kropotkin e Landauer nascidos após 1870.

### **3.3 Origens da economia solidária no Brasil**

No Brasil, para encontrar as origens sobre economia solidária, segundo Lechat (2010), deve-se considerar as condições socioeconômicas e o desemprego estrutural ocorrido a partir da década de 1980 e nasceu a partir de debates e o resgate de surgimento de experiências autogestionárias e solidárias com a junção de esforços de ONGs, igrejas e prefeituras de esquerda que contribuíram com fóruns, feiras, redes etc. E em termos de literatura foi confundida ou mesmo por questões ideológicas, considerada como autogestão ou economia popular.

Para Silva e Guimarães (2010), o cenário que mais tarde fez surgir a economia solidária no Brasil, ocorreu uma década antes ainda, ou seja, a partir da década de 1970 havia uma crise estrutural que proporcionou alterações na base tecnológica da matriz produtiva de mercadoria na sociedade capitalista e que o binômio taylorismo/fordismo sofreu esgotamento, começando a disputar espaço com o toyotismo e tudo isso afetando o processo da gestão do trabalho. Aí sim, na década de 1980, no bojo da crise econômica crescente, na busca por sobrevivência, trabalhadores tentam diversas experiências, mas a falta “qualificação profissional” seria uma barreira.

Percebe-se na citação anterior que os autores aprofundam um pouco mais e acrescentam em uma década a problemática. Nas citações a seguir começam aparecer tentativas de solução dos referidos problemas.

### **3.4 Busca de soluções com a economia solidária**

Para Singer (2010) com a crise das décadas perdidas de 1980 e 1990 com desemprego generalizado e exclusão social ocasionado pela desindustrialização fez com que a Cáritas, entidade ligada à CNBB – Confederação Nacional do Bispos do Brasil financiasse milhares de PACs Projetos alternativos Comunitários, para geração de emprego e renda. E outra modalidade, com a ajuda de universidades foi a tomada de empresas falidas pelos seus trabalhadores que se tornaram autogestionários.

Nesse sentido, como exemplo, de acordo com a (ANTEAG, 2000) grandes empreendimentos autogeridos no país foram bem sucedidos. A Cooperminas, antiga CBCA,

situada em Criciúma/SC e que desde 1917 produz carvão, vem sendo administrada desde 1987 pelos trabalhadores. O caso é semelhante ao de muitas outras empresas, de tamanhos diversos, chegando a gerar 4.000 postos de trabalho, num único empreendimento.

Mais recentemente, segundo Silva e Guimarães (2010), surgiram políticas públicas para geração de trabalho e renda e tais ações passaram a contar com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede de ITCPs), Cáritas Brasileira, universidades, especialmente as que possuem incubadoras sociais.

### **3.5 Definição de economia solidária**

Em termos de definição de economia solidária, talvez a definição mais completa seja de acordo com a (SENAES, 2007) em que ela pode ser definida como uma forma diferente de agir na produção, venda, compra e troca. Nessa economia elimina-se a exploração e explorados e pretende-se gerar riquezas sem destruir a natureza. A base da economia solidária se dá pela cooperação, fortalecimentos de grupos e comunidades, sem patrão nem empregado. O individualismo é substituído por união, a competição é substituída pela cooperação, a indiferença é substituída pela solidariedade, a devastação do meio ambiente é substituída pelo cuidado com a natureza e o autoritarismo dá lugar a democracia no empreendimento com todos juntos corpartilhando o que se ganha ou o que se perde.

### **3.6 Considerações sobre empreendimentos de economia solidária**

Para entender os empreendimentos solidários autogestionários, é interessante ressaltar que na prática os autogestores têm plena consciência da diferença entre autogestão e heterogestão. Segundo Singer (2010), na heterogestão a administração hierárquica é constituída por sucessivos níveis de autoridade e nesse caso informações e consultas ocorrem de baixo para cima e as ordens, ao contrário, ocorrem de cima para baixo. Os trabalhadores de níveis mais baixos quase nada sabem da empresa além das tarefas cotidianas e quanto maior o trabalho repetitivo mais isso se aprofunda. No caso da autogestão, a gestão é democrática.

Quando o empreendimento é pequeno todas as decisões são tomadas em assembleias e quando é maior, pode ocorrer por meio de assembleia geral ou por delegados eleitos representando os demais.

É importante destacar que num empreendimento solidário puro, de acordo com a teoria, independente do tamanho não pode haver trabalho assalariado. De acordo com Singer (2010) Todos os integrantes devem ser cooperados embora trabalhadores executando trabalhos mais complexos, de gestão por exemplo, devam receber proporcionalmente mais. Pode ter contratação em períodos temporários, de trabalho assalariado, mas não permanentemente.

Vale ressaltar que um empreendimento autogestionário não é simples de ser gerido e nem todos os trabalhadores têm o hábito de participar de decisões, tornando-se o maior complicador no geral.

Em termos de experimentos no Brasil, a seguir algumas informações importantes.

A economia solidária é uma realidade (SENAES – 2007). De acordo com um mapeamento feito pela Secretaria Nacional de Economia Solidária, do Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, chegou-se a um total de 14.959 empreendimentos econômicos solidários, em 2.274 municípios do Brasil. A maior parte dos empreendimentos solidários dedicava-se à agricultura e pecuária (64%). Os demais estavam voltados à prestação de serviços (14%), produção de alimentos (13%), indústria têxtil, de confecções e calçados (12%), artesanato (9%), indústria de transformação (6%), coleta e reciclagem de resíduos sólidos (4%) e finanças (2%).

O ramo objeto da presente pesquisa tem um percentual de apenas 4%. E há uma possibilidade de crescimento enorme, pois a geração de resíduos é crescente e a necessidade de encontrar soluções também.

Alguns tipos de empreendimentos econômicos solidários modalidade cooperativas apontados pelo mapeamento:

- cooperativas, associações populares e grupos informais (de produção, de serviços, de consumo, de comercialização e de crédito solidário, nas cidades e nos campos);
  - cooperativas ou associações de agricultores familiares;
  - cooperativas ou associações de catadores (coletores de materiais recicláveis);
- (SENAES pag. 14 E 15).

### 3.7 Sobre os empreendimentos solidários – Cooperativas de reciclagem

De acordo (CEMPRE ,2009) in Silva et.al.. (2009) para se criar uma cooperativa de catadores, é preciso possuir uma infra estrutura com local para o recebimento dos materiais recicláveis, adquirir equipamentos específicos no mínimo com balança e prensa. A mão de obra de ser feita pelos próprios cooperados (isso é uma característica forte da economia solidária), ter documentação legal a começar pelo estatuto, para que possa estar capaz de fazer a gestão e manter o controle e também recolher os impostos devidos.

Além dos aspectos técnicos e estruturais para a formação de uma cooperativa popular, um aspecto fundamental, de acordo (ITCP-USP, 2004) faz-se necessária a mudança na forma de compreender os valores relacionados ao trabalho pois não dá para atuar numa cooperativa com as mesmas práticas da concorrência capitalista. No modo de produção capitalista, relações competitivas passaram a ser privilegiadas, substituindo gradualmente experiências de organização social que tinham como foco nos valores comunitários e cooperativos. O futuro membro de uma cooperativa precisa resgatar espírito solidário na sua formação humana que é oriunda de diversas instituições tais como a família, a escola, os meios de comunicação, as amizades, o trabalho, a igreja . O autor reforça que apesar das restrições sociais às possibilidades de cooperação, não se pode negar a existência de relações solidárias no interior do capitalismo, e reconhecendo-as, ou seja, pode-se fortalecer a economia solidária.

De acordo com Rodrigues. G. L et.al.. (2015), o crescimento da formação de cooperativas de coleta seletiva no Brasil vem ocorrendo porque há altos níveis de pobreza e o fato como consequência faz com que muitas pessoas busquem um modo de sobrevivência catando lixo nas ruas e nos lixões. Outro motivo é a quantidade maior de lixo produzido por parte da população que detém o poder aquisitivo. Sendo assim, a formação de tais cooperativas procura organizar catadores autônomos de rua que sustentam suas vidas vendendo os materiais coletados. Ainda conforme Rodrigues. G. L et.al.. (2015), não somente gerar renda e incluir socialmente as pessoas em melhores condições de trabalho é o objetivo de tais cooperativas. Elas contribuem para reduzir os lixões, sendo importante para o meio ambiente e ainda reduz a necessidade de uso de matérias-primas originais.

De acordo com Trombeta (2012), o surgimento de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, aliado a um bom programa de coleta seletiva podem

contribuir para dar condições mais dignas a trabalhadores precarizados em trabalho informal. E o materiais recicláveis vão se constituir em matéria prima para tais trabalhadores, que dentro da lógica da economia solidária, tem o ser humano como principal agente da atividade econômica. Conforme Souza et.al.. (2015) a partir de 2003, o governo federal passou a considerar a economia solidária como metas de governo para a inclusão social e buscou-se alternativas para geração de trabalho e renda, especialmente para as excluídas no mercado de trabalho e assim começam a surgir cooperativas populares em várias regiões do país formadas por pessoas excluídas economicamente.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 Composição de sexo

De acordo com o apresentado na Tabela 01, referente a composição entre homens e mulheres na cooperativa de Paranavaí-Pr, quase dois terços dos 25 pesquisados, compõem-se de mulheres.

Tabela 01 – composição entre homens e mulheres na cooperativa de Paranavaí-Pr

Sexo	Quantidade	Percentual
Feminino	16	64%
Masculino	9	36%
Total	25	100%

No caso de União da Vitória-Pr, de acordo com o apresentado na Tabela 02, a composição entre homens e mulheres , os homens são em maioria dos 46 pesquisados, com uma pequena vantagem de 4%.

Tabela 02 – composição entre homens e mulheres na cooperativa de União da Vitória-Pr.

Sexo	Quantidade	Percentual
Feminino	22	48%
Masculino	24	52%
Total	46	100%

Na comparação sobre a composição de sexo (homens e mulheres) entre as duas cooperativas, observa-se uma diferença clara, sendo que em Paranavaí-Pr é ampla a predominância de mulheres e em União da Vitória-Pr, embora com uma pequena margem, há uma predominância de homens. Consequências de tal diferença de estrutura vão aparecer em

dado momento, porque parte do serviço do manuseio dos materiais exige mais força física e isso favorece os homens.

#### 4.2 Estado de origem dos/as cooperados/as

Aos cooperados/as da cooperativa de Paranavaí-Pr, foi perguntado o local/Estado de nascimento de origem e o resultado atestou que a ampla maioria, com 76% são nascidos no Paraná, seguido dos paulistas 16%. Do Mato Grosso e Pernambuco o percentual foi de 4% para cada. Com referência aos cooperados/as da cooperativa de União da Vitória-Pr, os paranaenses são quase na mesma proporção 76%, ou seja, apenas 4% a mais. A segunda colocação é de catarinenses com 10%, provavelmente porque o município fica na divisa com Santa Catarina. Os paulistas são apenas 4% e ainda aparecem 2% de gaúchos.

#### 4.3 Categorias de idade

De acordo com a Tabela 03, com referência às categorias de idade, na cooperativa de Paranavaí-Pr a que mais se destaca é a 29 a 38 anos com 36% e na segunda colocação, empatadas as categorias de 18 a 28 anos e 39 a 48 anos com 20%. Se for considerado a soma das duas categorias mais jovens, chega-se a 56% contra 44% a partir de 39 anos.

Tabela 03 – composição entre categorias de idade na cooperativa de Paranavaí-Pr

<b>Categorias de Idade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
De 18 a 28 anos	05	20%
De 29 a 38 anos	09	36%
De 39 a 48 anos	05	20%
De 49 a 58 anos	03	12%
Mais de 58 anos	03	12%
Total	25	100%
Soma das categorias abaixo de 38 anos	14	56%
Soma das categorias acima de 39 anos	11	44%
Total	25	100%

De acordo com a Tabela 04, no caso de União da Vitória-Pr, a que mais se destaca é de 18 a 28 com 53% e na segunda colocação, 29 a 38 com 26%. Se for considerado a soma das duas categorias mais jovens, chega-se a 79% contra 21% a partir de 39 anos.

Tabela 04 – composição entre categorias de idade na cooperativa de União da Vitória-Pr

<b>Categorias de Idade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
De 18 a 28 anos	24	53%
De 29 a 38 anos	12	26%
De 39 a 48 anos	08	17%
De 49 a 48 anos	02	4%
Mais de 58 anos	00	0%
Total	46	100%
Soma das categorias abaixo de 38 anos	36	79%
Soma das categorias acima de 39 anos	10	21%
Total	46	100%

No comparativo entre as duas cooperativas, a de União da Vitória-Pr, na categoria mais jovem até 28 anos, em percentual 165% a mais do que Paranavaí-Pr (53% contra 20%). E na soma da categoria até 38 anos, em percentuais, União da Vitória-Pr é 41% a mais que Paranavaí-Pr (79% contra 56%).

#### 4.4 – Renda antes do ingresso na cooperativa

Aos cooperados/as foi perguntado qual era a renda antes de ingressarem na cooperativa e de acordo com a Tabela 05 no caso de Paranavaí-Pr, o que mais se destaca é a renda de R\$ 501,00 a R\$ 750,00 com 40% e na sequência a renda de R\$ 251,00 a R\$ 500,00 com 20%. Na soma até R\$ 750,00 o percentual é 64% contra 36% acima.

Tabela 05 – composição entre categorias de renda dos/as cooperados/as antes de ingressarem na cooperativa de Paranavaí-Pr

<b>Categorias de Renda</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Até R\$ 250,00	01	4%
De R\$ 251,00 a R\$ 500,00	05	20%
De R\$ 501,00 a R\$ 750,00	10	40%
De R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00	02	8%
Mais de R\$ 1.000,00	04	16%
Não tinha	02	8%
Não Lembra	01	4%
Total	25	100%

No caso de União da Vitória-Pr, acordo com a Tabela 06, o que mais se destacou é a renda de R\$ 251,00 a R\$ 500,00 com 42% e na sequência até R\$ 250,00 com 30%. Na soma até R\$ 750,00 o percentual é de 98% contra 2% acima.

Tabela 06 – composição entre categorias de renda dos/as cooperados/as antes de ingressarem na cooperativa de União da Vitória-Pr

<b>Categorias de Renda</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Nenhuma	05	11%
Até R\$ 250,00	14	30%
De R\$ 251,00 a R\$ 500,00	19	42%
De R\$ 501,00 a R\$ 750,00	07	15%
De R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00	01	2%
Mais de R\$ 1.000,00	00	0%
Total	46	100%

No comparativo entre as duas cooperativas, no quesito renda antes ingressarem na cooperativa, percebe-se uma diferença muito grande entre as duas.

O maior percentual de pessoas em Paranavaí-Pr está na categoria R\$ 501,00 a R\$ 750,00 com 40%, enquanto em União da Vitória-Pr está na categoria de R\$ 250,00 a R\$ 500,00, com 42%, ou seja, uma renda mais baixa. E na sequência, o maior percentual em Paranavaí-Pr foi de R\$ 251,00 a R\$ 500,00 com 20% enquanto em União da Vitória-Pr o segundo maior percentual está na categoria até R\$ 250,00 com 30%.

Quando se compara a soma de percentuais até R\$ 750,00, União da Vitória-Pr tem 53% a mais de renda baixa do que Paranavaí-Pr (98% contra 64%).

#### **4.5 Renda atual no empreendimento**

Quando perguntado aos cooperados/as qual a renda mensal no empreendimento atual, de acordo com a Tabela 07 em Paranavaí-Pr o maior percentual está na categoria de R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00 com 68% e na sequência de R\$ 501,00 a R\$ 750,00 com 20%. Na soma das categorias acima de R\$ 751,00 atinge-se e 76% contra 24% até R\$ 750,00.

Tabela 07 – composição das categorias de renda dos/as cooperados/as na cooperativa de Paranavaí-Pr

<b>Categorias de Renda</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Até R\$ 250,00	00	0%
De R\$ 251,00 a R\$ 500,00	01	4%
De R\$ 501,00 a R\$ 750,00	05	20%
De R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00	17	68%
Mais de R\$ 1.000,00	02	8%

Total	25	100%
Até R\$ 750,00	06	24%
Acima R\$ 751,00	19	76%
Total	25	100%

No caso da cooperativa de União da Vitória-Pr, de acordo com a Tabela 08, o maior percentual está na categoria de R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00 com 70% e na sequência de mais de R\$ 1.000,00 com 22%. Na soma das categorias acima de R\$ 751,00 atinge-se 92% contra até R\$ 750,00 com 8%.

Tabela 08 – composição das categorias de renda dos/as cooperados/as na cooperativa de União da Vitória.

<b>Categorias de Renda</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Até R\$ 250,00	01	2%
De R\$ 251,00 a R\$ 500,00	01	2%
De R\$ 501,00 a R\$ 750,00	02	4%
De R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00	32	70%
Mais de R\$ 1.000,00	10	22%
Total	46	100%
Até R\$ 750,00	04	8%
Acima R\$ 751,00	42	92%
Total	46	100%

No comparativo entre as duas cooperativas percebe-se, no que quesito renda atual que no maior percentual são praticamente iguais, ou seja, em Paranaíba-Pr a categoria de R\$ 751,00 a R\$ 1.000,00 com 68%, enquanto na mesma categoria União da Vitória-Pr com 70%. A diferença está na segunda colocação, que em Paranaíba-Pr e na categoria de R\$ 501,00 a R\$ 750,00 com 20%, enquanto em União da Vitória-Pr está na categoria mais de R\$ 1.000,00 com 22%. Deixando explícito que em União da Vitória-Pr a renda é maior.

#### 4.6 Evolução de renda dos/as cooperados/as

Quando se calcula a evolução entre a renda de trabalho anterior, em Paranaíba-Pr na soma das rendas acima de R\$ 751,00 para a renda atual no empreendimento, percebe-se um acréscimo de 111% (76% contra 36%). No caso de União da Vitória-Pr, a evolução entre a renda do trabalho anterior, na soma de “acima de R\$ 751,00”, para a renda atual do empreendimento, percebe-se um acréscimo de 4.800% (92% contra 2%).

O percentual de acréscimo foi elevadíssimo porque na soma das rendas até R\$ 750,00 do trabalho anterior era quase 100% ou seja, totalizava 98% caiu para 8%.

Em União da Vitória-Pr em comparação com Paranavaí-Pr aconteceu os dois extremos, ou seja, na soma das rendas do trabalho anterior, ela tinha uma renda bem inferior que Paranavaí-Pr e na renda atual é bem superior.

#### 4.7 Nível de Escolaridade dos/as cooperados/as

Com referência ao nível de escolaridade de acordo com a Tabela 09, no caso específico da cooperativa de Paranavaí-Pr, o maior percentual é da categoria do ensino médio completo com 32%. Seguido do ensino fundamental completo com 28%. Na soma até o fundamental completo com 56% contra 44% abaixo.

Tabela 09 – Nível de escolaridade dos cooperados da cooperativa de Paranavaí-Pr

Nível de escolaridade	Quantidade	Percentual
Alfabetizado	01	4%
Fundamental incompleto	06	24%
Fundamental Completo	07	28%
Médio incompleto	03	12%
Médio completo	08	32%
Superior incompleto	0	0%
Superior completo	0	0%
Total	25	100%
Soma até Fundamental	14	56%
Soma acima Fundamental	11	44%
Total	25	100%

No caso de União da Vitória-Pr, de acordo com a Tabela 10, o maior percentual é o fundamental completo com 39%, seguido do médio completo com 20%. Na soma até o fundamental completo chega-se a 67%.

Tabela 10 – Nível de escolaridade dos cooperados da cooperativa de União da Vitória-Pr

Nível de escolaridade	Quantidade	Percentual
Alfabetizado	06	13%
Fundamental incompleto	07	15%
Fundamental Completo	18	39%
Médio incompleto	06	13%
Médio completo	09	20%
Superior incompleto	0	0%

Superior completo	0	0%
Total	46	100%
Soma até Fundamental	31	67%
Soma acima Fundamental	15	33%
Total	46	100%

Na comparação entre as duas cooperativas, percebe-se que o nível educacional de Paranavaí-Pr é mais elevado, pois o maior percentual está na categoria do ensino médio completo com 32%, enquanto que em União da Vitória-Pr o maior percentual está no ensino fundamental com 39%. Considerando as somas acima do ensino fundamental completo, Paranavaí-Pr tem 33% a mais de cooperados (44% contra 33%).

#### 4.8 Trabalho anterior ao da cooperativa

Em pergunta aberta, quando perguntados em que trabalhavam antes de ingressarem na cooperativa, no caso de Paranavaí-Pr, em ordem de citações, teve-se o seguinte resultado: Serviços gerais 32%, Trabalhava na roça 28%, Diarista 16%, Autônomo 8%, finalmente Manicuri, Comércio, “Não trabalhava” Coleta de material reciclável na rua, todos com 4%. No caso de União da Vitória-Pr, em ordem de citações, teve-se o seguinte resultado: Coleta de material reciclável na rua 26%, Autônomo 16%, Diarista 15%, Do lar 11%, Fazia “bicos” 8%, “Não trabalhava” 6%, Trabalhava no comércio, Jardinagem, Motorista todos 4%, finalmente Comerciante, Trabalhava na indústria e Pintor com 2% cada.

Na comparação entre as duas cooperativas, a única similaridade foi o percentual igual de diarista, ou seja, 16% e 15%.

#### 4.9 expectativa dos/as cooperados/as sobre o futuro da cooperativa

Numa questão aberta, foi perguntado como os/as cooperados/as imaginavam a cooperativa daqui alguns anos. No caso de Paranavaí-Pr, em ordem de citações, teve-se o seguinte resultado: “Crescendo sempre” 44%, “Um pouco melhor” 32%, “Do mesmo jeito” e “Não faz ideia” ambos com 12%. No caso da cooperativa de União da Vitória-Pr, em ordem de citações, teve-se o seguinte resultado: “Maior com mais pessoas” e “Um pouco melhor” ambos com 43%, “Do mesmo jeito” 12%, “Crescendo sempre” 2%.

Na comparação entre as duas cooperativas, na visão dos/as cooperados/as, duas visões otimistas, um pouco mais que outra, mas com a esperança de crescimento. E o destaque é para “um pouco melhor” nas duas cooperativas, embora com percentuais diferentes.

#### **4.10 motivo do ingresso na cooperativa/empreendimento de economia solidária**

Quando perguntado sobre que motivo impulsionou ao ingresso desse empreendimento de economia solidária, numa questão aberta, no caso de Paranavaí-Pr, em ordem de citações, teve-se o seguinte resultado: Falta de emprego 32%, Falta de estudo para trabalhar em outro ramo 20%, Dificuldades financeiras, Incentivo dos pais, Oportunidades com 12% cada, Ajudar ao meio ambiente 8%, Melhorar familiar 4%. No caso de União da Vitória-Pr, em ordem de citações, teve-se o seguinte resultado: Falta de emprego 30%, Oportunidades 25%, A história do projeto 15%, Melhorar a vida 8%, Segurança financeira 6%, Curso PRONATEC, “Não sabe” ambos 4%, Boas condições de trabalho, Cooperativismo, União, Ajudar ao meio ambiente todos 2%.

Na comparação entre as duas cooperativas há uma similaridade com referência ao primeiro percentual, ou seja, “falta de emprego” com praticamente o mesmo percentual, ou seja, 32% e 30%.

#### **4.11 sentimento em participar de empreendimento de economia solidária**

Quando perguntados como se sentem em relação a sua participação num empreendimento solidário em Paranavaí-Pr, em ordem de citações, teve-se o seguinte resultado: Sente-se bem 32%, Sente-se muito bem e Sente-se muito melhor 16%, Sente-se realizado 12%, Sente-se importante e Sente-se feliz com 8%, Sente-se satisfeito e Sente-se esperançosa com 4% cada. Considerando a cooperativa de União da Vitória-Pr, teve-se o seguinte resultado: Sente-se satisfeito 37%, Sente-se feliz 24%, Sente-se realizado 15%, Sente-se muito melhor 13% e Sente-se melhor 11%.

Na comparação entre as cooperativas percebe-se que apareceram tanto em uma quanto na outra os sentimentos : “sente-se realizado com 12% e 15%; “sente-se feliz” com 8%

e 24%; “sente muito melhor” com 16% e 37%; “sente-se satisfeito” com 4% e 15%, embora na maioria com percentuais bem diferentes.

#### **4.12 o que a economia solidária agregou na vida dos/as cooperados/as**

Quando perguntados o que a economia solidária agregou na vida do/a cooperado/a, numa questão aberta, para Paranaíba-Pr teve-se o seguinte resultado: Conhecimento profissional 52%, Melhor condição de vida 20%, Importância do meio ambiente 8% e finalmente Mais valor nas oportunidades, Vontade de ajudar o próximo, Sentimento de benefício à sociedade, Segurança para o futuro e Melhorou as relações com as pessoas com 4% cada. No caso da cooperativa de União da Vitória-Pr, teve-se o seguinte resultado: Muita coisa 38%, Melhor condição de vida 35%, Conhecimento profissional 13%, Realização de um sonho 8% e finalmente Melhora em todos os sentidos e Não sabe com 2% cada.

Comparando as duas cooperativas, as indicações que apareceram nas duas foram: “conhecimento profissional” com 52% e 13%, “melhor condição de vida” com 20% e 35%, embora com percentuais diferenciados.

#### **4.13 Dificuldades de trabalhar em grupo**

Quando perguntados sobre quais as dificuldades em trabalhar em grupo na cooperativa de Paranaíba-Pr, em pergunta aberta teve-se o seguinte resultado: Nenhuma 28%, Uns trabalham mais que outros 16%, Lidar com as pessoas e Problemas de relacionamentos 8% cada e finalmente Quando falta não ganha, Fazer carga, Cada um pensa do seu jeito, Dificuldade de relevar nas situações, Evitar bagunça, Falta de responsabilidade/consciência, Quando alguém falta, Falta de respeito, Muita conversa, Falta de agilidade de alguns com 4% cada. No caso da cooperativa de União da Vitória-Pr, teve-se o seguinte resultado: Nenhuma 81%, Pessoas pensando diferente 15%, Desentendimentos e Ajudar uns aos outros ambos com 2%.

Comparando as duas cooperativas, apesar de vários itens apresentados, nenhum deles foi comum entre elas.

#### **4.14 Dificuldades individuais do dia a dia**

Quando perguntados sobre quais as dificuldades do dia a dia, em Paranavaí-Pr teve-se o seguinte resultado: Nenhuma 40%, Pegar peso 16%, Fazer carga 12%, Compreensão na divisão do trabalho 8%, Cacos de vidros na separação, Quando falta não ganha, Material contaminado na separação, Desunião, Desentendimentos, Fofoca, todos com 4%. No caso de União da Vitória-Pr, teve-se o seguinte resultado: Nenhuma 96%, Opiniões alheias, Ter paciência ambos com 2%.

Comparando-se as duas cooperativas destacam-se o alto percentual de “nenhuma” dificuldade, nelas, tais percentuais talvez possa ser medo de expressar.

#### **4.15 Dificuldades individuais do dia a dia**

Quando perguntados que valores e atitudes seriam importantes cultivar na empresa solidária, teve-se o seguinte resultado em Paranavaí-Pr: Respeito 31%, União 18%, Mais consciência 9%, Sinceridade, Solidariedade com 6% cada, Amor, Honestidade, Companheirismo, Compreensão, Silêncio, Motivação, Amizade, Comprometimento, Melhorar a linguagem, Bom relacionamento, com 3% cada. No caso da cooperativa de União da Vitória-Pr, teve-se o seguinte resultado: União 15%, Não sabe e Ajuda mútua 9% cada, Respeito 5%, Esperança, Harmonia e Atenção com 4% cada, Honestidade, Comunhão, Companheirismo, Habilidade, Atitude com 2% cada.

Comparando-se as duas cooperativas, destacam-se os itens apresentados comuns nelas, “respeito” com 31% e 5%, “união” com 18% e 15%, “honestidade” com 3% e 2%, “companheirismo” com 3% e 2%, “amizade” com 3% e 9%.

### **5. CONCLUSÕES**

Considerando as teorias apresentadas, percebe-se a importância da formação de cooperativas de materiais recicláveis, como importantes empreendimentos de economia solidária.

Com referência específica aos dados da pesquisa de campo, após a análise dos dados coletados, pode-se considerar como algumas conclusões que há diferenças relevantes entre os/as cooperados/as das duas cooperativas.

Na composição de sexo há mais mulheres em Paranavaí-Pr e mais homens em União da Vitória-Pr.

Em média os/as cooperados/as de União da Vitória-Pr são mais jovens.

A renda dos/as cooperados/as antes de ingressarem na cooperativa era mais baixa em União da Vitória-Pr do que em Paranavaí-Pr, porém depois que ingressaram, considerando os rendimentos das cooperativas a posição de se inverte, ou seja, em União da Vitória-Pr o rendimento é maior.

Em termos de nível de escolaridade, Paranavaí-Pr tem nível mais elevado em relação à União da Vitória-Pr.

Com referência ao nível de renda mais elevados dos/as cooperados em União da Vitória-Pr, parece ser, porque a cooperativa é contratada para fazer a coleta seletiva e posteriormente ainda faz a separação do material e vender posteriormente. Finalmente é interessante destacar, que há muito a ser pesquisado e que o presente artigo possa servir para suscitar o desejo de novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

ANTEAG [Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária] -. **Autogestão : construindo uma nova cultura nas relações de trabalho**. São Paulo: ANTEAG, 2000. 2ª ed.

BUBER, Martin. O socialismo utópico . São Paulo. Perspectivas, 1945.

CAVALCANTI, C. **DESENVOLVIMENTO E NATUREZA: Estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE. **Cidades – Pr**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=41> Acesso em 04 de setembro de 2016.

ITCP-USP - **POR UMA METODOLOGIA COERENTE: REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E AUTOGESTÃO – in AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA – Uma nova metodologia**, São Paulo, ANTEAG, 2004

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil in Economia solidária – Sistematizando Experiências.** Ijuí: Unijuí, 2010.

LIMA, J. E. S. **Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais** Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.1, p.119-127, jan./jun. 2004.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias.** Florianópolis: Ed. Da UFCS, 2004.

RODRIGUES, G.L, FEITOSA. M.J.S, SILVA, G.F.L. da, **Cooperativas de reciclagem de resíduos sólidos e seus benefícios socioambientais: um estudo na coopecamarest em Serra Talhada – Pr** - Revista Metropolitana de Sustentabilidade - RMS, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 18-38, jan./abr. 2015.

ROMEIRO, A. R. **Economia ou Economia Política da Sustentabilidade. In: Economia do Meio Ambiente: Teoria e Prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. p. 1-29.  
[WWW.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii\\_en/./4.pdf](http://WWW.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/ii_en/./4.pdf)

SENAES, **Economia solidária – Outra economia acontece!** In: **Cartilha da Campanha Nacional de Mobilização Social.** Brasília- Df. CECIP, 2007.

SILVA, J.A da, GUIMARÃES, G.T.D, **POLÍTICAS MUNICIPAIS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA: Um instrumento de emancipação?** In: **Economia solidária – Sistematizando Experiências.** Ijuí: Unijuí, 2010.

Silva,C.R.M, Silva,A., Russo,S.M.E., Oliveira,E.A.A.Q., Santos,V.S.S, Quinteiros, P.C.R – **COOPERATIVAS DE RECICLAGEM DE LIXO: Um estudo sobre a parceria entre uma associação de catadores e uma instituição pública.** Disponível em: [http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC\\_2009/anais/arquivos/RE\\_0384\\_1339\\_01.pdf](http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/RE_0384_1339_01.pdf) Acesso em 31 de agosto de 2016.

SINGER, P. - **Introdução à economia solidária** . São Paulo-SP. Fundação Perseu Abramo, 2010.

SOUZA, A.D, AVELAR, J.M.B, MAYBUK, S.L. **Empreendedorismo social: o caso da cooperativa de crocheteiras e bordadeiras do Paraná – COOPERCROCHÊ** in: **EMPREENDEDORISMO – Cenários e Perspectivas.** Campo Mourão – Editora da Fecilcam, 2015.

TROMBETA, L.R. **O trabalho dos catadores de materiais recicláveis: da precarização à organização do trabalho.** Revista Pegada – vol. 13 n.1 55 junho/2012.

## A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO ESTOQUE DE INVESTIMENTO DIRETO DO BRASIL, NO PERÍODO 2011-2014

**TATIANA DIAIR LOURENZI FRANCO ROSA**

Economista, Mestre em Teoria Econômica  
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR Campo Mourão  
[tatianalourenzi@gmail.com](mailto:tatianalourenzi@gmail.com)

**RESUMO** - O objetivo da presente pesquisa consiste em um estudo da participação da União Europeia (UE) no estoque de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, no período de 2011 a 2014. Para atingir tal objetivo, foram utilizadas como metodologia as pesquisas bibliográfica, descritiva, e quantitativa, a partir de dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil. Como resultados, percebeu-se que a UE responde por mais metade do estoque de investimentos diretos no país, apresentando participação média de 53,75% no período. Entre os países selecionados como os mais representativos nas relações da economia brasileira com o bloco, a Holanda figura como o principal investidor no país, com 30% do estoque total, estando presente, principalmente, nos setores ligados às indústrias de transformação. Em seguida aparece a Espanha, como o segundo maior investidor do bloco no Brasil, participando com 12% do total do estoque, investindo, em especial, nas atividades de informação e comunicação.

**Palavras-chave:** Brasil, Investimento Direto, União Europeia, Países Selecionados.

**ABSTRACT** - The objective of this research consisting of a study of the participation of the European Union (EU) in the stock of foreign direct investment in Brazil in the period 2011 to 2014. To achieve such goal, were used as methodology the bibliographical research, descriptive and quantitatively, from data available by the Central Bank of Brazil. As a result, it was noted that the EU accounts for over half of the stock of foreign direct investment in the country, with an average participation of 53, 75% in the period. Among the countries selected as the most representative in the relations of the Brazilian economy with the block, the Netherlands figure as the main investor in the country, with 30% of the total stock, being present mainly in the sectors related to the processing industry. Next comes Spain, as the second largest investor block in Brazil, accounting for 12% of the total stock, investing, particularly in information and communication activities.

**Keywords:** Brazil, Direct Investment, European Union, Countries Selected.

### 1. INTRODUÇÃO

O Brasil é considerado o principal país da América Latina a atrair capitais estrangeiros na forma de investimentos diretos. De acordo com Carminati e Fernandes (2013), a atração de investimentos estrangeiros depende de elementos como: a existência de recursos naturais e humanos, infraestrutura, tamanho do mercado, estabilidade econômica e política, e do desenvolvimento do sistema financeiro.

Atualmente, a União Europeia (UE) representa o maior parceiro comercial do Brasil, tendo essas relações se aprofundado após a assinatura da Parceria Estratégica, no ano 2007. Nesse sentido, pode-se dizer, de acordo com Thorstensen et al. (2014), que o comércio

exterior entre Brasil e União Europeia (UE) sempre ocupou posição de destaque, tanto se considerando o bloco, como também os países individualmente. Dessa forma, há muitas décadas, a União Europeia é considerada origem e destino importante nas transações comerciais brasileiras com o resto do mundo. Acrescenta-se, ainda, que, conforme aponta o Ministério das Relações Exteriores – MRE (2016), entre os anos de 2003 e 2013, o intercâmbio comercial entre as regiões mais que triplicou, e, além disso, a UE detém um dos mais importantes estoques de investimentos no Brasil, enquanto que o país se transformou em relevante fonte de investimentos diretos estrangeiros no bloco (5º maior).

Diante disso, o objetivo do presente trabalho consiste em fazer um estudo do estoque de investimento direto no Brasil, entre os anos de 2011 e 2014, buscando-se identificar a participação da União Europeia no volume desses investimentos, de forma a caracterizar essa relação a partir dos países mais representativos do bloco e os setores da atividade econômica em que esses capitais estão mais presentes.

Como metodologia de estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, de forma a resgatar os principais aspectos dos ingressos de capitais estrangeiros na economia brasileira, e as pesquisa descritiva e quantitativa, para fornecer estatísticas a respeito da relação entre Brasil e União Europeia, no que diz respeito aos investimentos diretos. A principal base de dados utilizada foi a disponibilizada pelo Banco Central do Brasil – BCB, a partir do Censo Anual de Capitais Estrangeiros-2015 (ano-base 2014). Além dessa introdução, o presente trabalho apresenta, na sequência, a subseção 1.1, a qual tem a intenção de trazer um breve contexto histórico a respeito do tema; a seção 2, com os principais resultados encontrados; e, a seção 3, com as conclusões mais importantes verificadas nesse estudo.

### **1.1 Aspectos históricos dos fluxos de capitais internacionais**

O final do século XX foi marcado por transformações na economia política do capitalismo, sendo que, conforme Azevedo e Locatel (2012), algumas se traduziram em modificações observadas em processos de trabalho, hábitos de consumo, configuração geográfica, regime de acumulação, entre outros. Nos anos noventa, as políticas de reestruturação do sistema acabaram por induzir uma nova divisão territorial e internacional do trabalho, apoiada, principalmente, no desenvolvimento tecnológico como base dessa nova

divisão, em especial nas áreas de informática e comunicação. Ainda conforme os mesmos autores, no contexto do processo de globalização, surgiram os blocos econômicos, pressupondo uma maior capacidade de fortalecimento das forças produtivas capitalistas. A partir de então, as economias passaram a conviver com a necessidade da integração.

De acordo com Vicentini (2013, p.173), “com a globalização, as decisões de produção e comércio internacional ficaram intimamente interligadas: a transnacionalização de empresas espalhou-se pelo mundo inteiro e a maior parte dos produtos que chegam ao mercado é transacionável internacionalmente.” A União Europeia, no entender do autor, pode ser considerada um exemplo de integração econômica de sucesso, atendendo os requisitos e características de uma união econômica (caracterizada, principalmente, pela adoção de uma moeda única e de uma política monetária unificada) e política (que seria parte da própria união econômica, já que essa leva à adoção de políticas únicas).

Outra consequência importante do processo de globalização foi a abertura financeira, que levou ao retorno dos fluxos voluntários de capitais para os países da América Latina, intensificando investimentos, principalmente na forma de compra de ativos mobiliários por investidores não-residentes, e de investimento estrangeiro direto mediante a aquisição de participação acionária nas instituições financeiras locais (FREITAS E PRATES, 1998).

De acordo com Cintra e Oliveira (2014), é possível identificar quatro períodos de expansão da liquidez internacional após o colapso do regime de Bretton Woods, entre 1971/1973, sendo que os três primeiros teriam ocorrido em: a) em meados da década de 70, período em que os bancos internacionais eram as principais fontes de crédito para os países em desenvolvimento, com taxas de juros flutuantes; b) na década de 90, quando cresceu a importância das operações dos investidores institucionais (fundos de pensão, fundos de investimento, fundos soberanos etc.); c) entre 2003 e 2008, com auge em 2007-2008, e fase de baixa do último trimestre de 2008 e primeiro de 2009, em decorrência da crise sistêmica provocada pela falência do banco de investimento Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008. O retorno dos fluxos de capitais passa a ser identificado a partir do primeiro trimestre de 2009, quando os capitais voltaram a fluir para os países em desenvolvimento, dado o contexto de taxas de juros próximas de zero nos países desenvolvidos e expansão da liquidez nos mercados financeiros internacionais, sendo considerado, portanto, o quarto período.

Ainda com relação aos países em desenvolvimento, Cintra e Oliveira (2014) apontam que, os fluxos de capitais foram influenciados, historicamente, por fatores externos, como, por exemplo, a expansão da liquidez internacional e a redução da aversão ao risco dos investidores globais. Mas os autores destacam, ainda, que fatores internos também são responsáveis pelos ingressos de recursos externos, destacando-se: o grau de abertura financeira, a diferença de juros entre os países, e os riscos dos ativos de empresas, bancos e governos dos países em desenvolvimento. Com relação à América Latina, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – CEPAL (2011) aponta que, desde os anos noventa, os fluxos de investimentos estrangeiros diretos têm sido crescentes, com ampla presença, especialmente em setores que requerem maior volume de capital.

No Brasil, a interação existente entre os processos de globalização, abertura comercial, estabilização e privatizações, que ocorreu em meados dos anos 90, criou, de acordo com Palmieri (2008), a base para a retomada do desenvolvimento e crescimento econômico. O autor acrescenta, ainda, que a interação dos países do Cone Sul proporcionou a vinda de investimentos estrangeiros, o que impulsionou um novo ciclo de crescimento na América Latina, sendo que o Brasil foi o país que mais se destacou na atração de tais investimentos.

Freitas e Prates (1998) destacam, também, como fatores de atração dos IED no sistema financeiro brasileiro: a abertura do mercado de capitais, o processo de reestruturação industrial, e os negócios associados ao financiamento da renovação da infraestrutura econômica local. De acordo com a CEPAL (2011, p.26), no período de 1991 a 2011, destaca-se que, na América Latina, “[...] o Brasil, que representa 43% do PIB e dos fluxos de IED da região, foi responsável por 54% do incremento do investimento estrangeiro direto [...]. Ao aumento dos fluxos em direção ao Brasil se somaram incrementos mais moderados de investimento em todas as economias da América do Sul”.

Acrescenta-se, também, que o Brasil é importante receptor de investimentos diretos provenientes da União Europeia, e também investe de forma considerável nos países do referido bloco. Conforme Carneiro (2014), o Brasil ocupou, no ano de 2013, a segunda posição entre os países que mais enviaram recursos na forma de investimentos diretos para a região da União europeia, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Diante disso, a próxima seção trata da participação da União Europeia no estoque de investimentos diretos no Brasil,

no período 2011-2014, identificando-se os países mais representativos e os setores da atividade econômica em que os mesmos investem.

## **2. A PRESENÇA DA UNIÃO EUROPEIA NO ESTOQUE DE INVESTIMENTOS DIRETOS NO BRASIL, NO PERÍODO DE 2011 A 2014**

Analisando-se a evolução dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil, no período de 2011 a 2014, é possível perceber, por meio da Figura 1, que, apesar do aumento de 4,2% no estoque dos IED do Brasil, no ano de 2012, quando estes alcançaram o valor de US\$ 616,4 bilhões, frente aos US\$ 589,6 bilhões no ano de 2011, houve uma redução nos dois últimos anos da série selecionada nesse estudo, conforme dados do Banco Central do Brasil – BCB (2015).

Em 2013 foi registrada uma queda de 7% no valor do estoque de investimentos estrangeiros, situação que se repetiu no ano seguinte, e explicada por uma redução dos fluxos, dada a menor entrada de investimentos diretos no país. Apesar de ter permanecido praticamente estável em valores superiores a US\$ 60 bilhões no período, o ingresso de IED caiu de R\$ 67 bilhões em 2011 para US\$ 62,5 bilhões em 2014, conforme estudo realizado por Silva Filho (2015), levando, assim, à redução do estoque. A instabilidade política e econômica, bem como a depreciação do real frente ao dólar, são fatores que acabam por afugentar esses capitais, o que pode ajudar a explicar a redução verificada na Figura 1.

A respeito da participação da União Europeia no estoque de IED recebidos pelo Brasil, verifica-se, ainda conforme a Figura 1, que esta é bastante significativa, já que os sete países selecionados, de um total de 28, por serem mais representativos do bloco nas relações com o Brasil, somaram mais de 50% desses investimentos, em todos os anos da série. Porém, essa participação foi reduzida com a queda verificada no final do período, registrando-se variação negativa de 9,5% em 2013, e de 10,6% em 2014, quando passou de US\$ 303,6 bilhões para US\$ 271,4 bilhões, de acordo com os dados obtidos junto à base disponibilizada pelo BCB (2016).

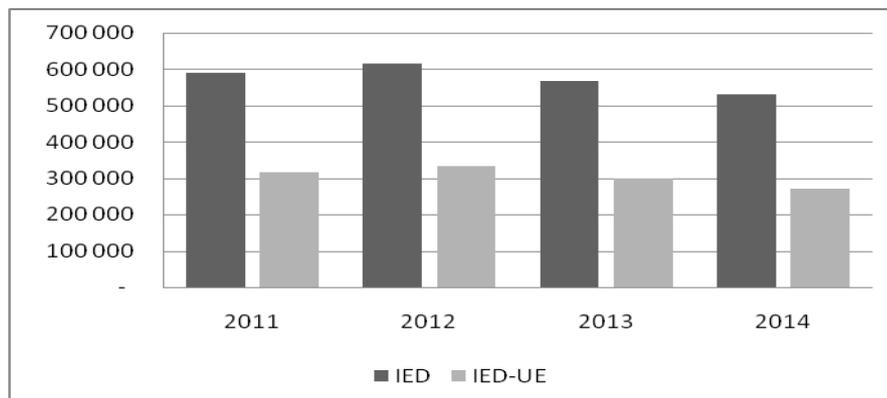


Figura 1 - Participação da UE no estoque de investimentos estrangeiros diretos no Brasil – US\$ milhões

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2015)

Levando-se em consideração os países selecionados da UE, a Tabela 1 mostra que, entre os anos de 2011 e 2014, os sete países da União Europeia, selecionados nesse trabalho como os mais representativos nas relações com o Brasil, representaram 53,75% do total, na média do período. Dentre esses países, a Holanda (Países Baixos) figura como o mais importante dentro do bloco, sendo responsável por, aproximadamente, 30% do total dos investimentos recebidos, totalizando, em 2012, mais de US\$ 183 bilhões.

A Espanha aparece em terceiro lugar no quadro geral, perdendo para Holanda e Estados Unidos, mas, como o segundo país maior investidor da UE no Brasil, com 12% de participação na média do período, seguida da França, com 5% e Reino Unido, com 3%. Já Alemanha, Itália e Bélgica tiveram menor representatividade, somando juntas 4% do total dos investimentos do bloco no país, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – Participação da UE no Estoque de Investimentos Diretos no Brasil, em US\$ milhões – participação no capital

País investidor	2011		2012		2013		2014	
Holanda	161	27%	183 181	30%	163 374	28%	138	26%
Espanha	305		74 615	12%	65 864	11%	787	
França	82 429	14%	31 437	5%	32 212	6%	63 968	12%
Reino Unido	31 478	5%	21 420	3%	18 992	3%	27 794	5%
Alemanha	18 689	3%	13 794	2%	12 143	2%	18 643	4%
Itália	13 501	2%	5 704	1%	5 829	1%	11 330	2%
Bélgica	5 416	1%	5 305	1%	5 219	1%	5 891	1%
UE*	3 835	1%	340 921	55%	308 068	54%	271	51%
Total**	321 997	55%	616 258	100%	573 745	100%	442	
	590	100%					531	100%
	495						445	

Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Adaptado.

\*Valores correspondentes aos países selecionados

\*\*Estoque total de investimento direto no Brasil

Dividindo-se o total dos investimentos recebidos pelo Brasil, por setores, segundo a Classificação Nacional da Atividade Econômica – CNAE versão 2.0, é possível perceber, por meio da Tabela 2, que o setor de serviços representou o maior volume (47,5%) de investimentos no período, seguido da Indústria (40%). O setor de Agricultura, Pecuária e Extração de Minérios, correspondeu a apenas 12,75%, na média entre os anos de 2011 e 2014, do total dos investimentos diretos no país.

Dentro do setor de serviços, as atividades mais representativas foram: serviços financeiros e atividades auxiliares, telecomunicações, comércio – exceto de veículos, e de eletricidade, gás e outras utilidades. Já dentro do setor industrial, os maiores percentuais ficaram com: bebidas, metalurgia e veículos automotores, reboques e carrocerias. Na atividade Agricultura, Pecuária e Extrativa Mineral, o destaque foi para os setores extração de petróleo e gás natural e extração de minerais metálicos.

Tabela 2 – Distribuição do estoque de investimentos diretos no Brasil, por setores da atividade Econômica – participação no capital

Discriminação	2011		2012		2013		2014	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Agricultura, pecuária e extrativa mineral</b>	<b>85 775</b>	<b>15%</b>	<b>70 983</b>	<b>12%</b>	<b>68 590</b>	<b>12%</b>	<b>63 061</b>	<b>12%</b>
Extração de petróleo e gás natural	46 194	8%	36 169	6%	36 139	6%	33 901	6%
Extração de minerais metálicos	22 260	4%	18 354	3%	13 814	2%	9 666	2%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	4 792	1%	5 928	1%	6 296	1%	4 851	1%
Extração de minerais não-metálicos	8 957	2%	7 033	1%	4 538	1%	4 138	1%
<b>Indústria</b>	<b>228 882</b>	<b>39%</b>	<b>253 686</b>	<b>41%</b>	<b>231 761</b>	<b>41%</b>	<b>207 594</b>	<b>39%</b>
Bebidas	60 139	10%	74 969	12%	65 949	12%	55 504	10%
Metalurgia	21 980	4%	23 419	4%	21 182	4%	21 422	4%
Veículos automotores, reboques e carrocerias	25 394	4%	24 650	4%	23 296	4%	18 455	3%
Produtos alimentícios	17 561	3%	21 136	3%	18 983	3%	18 346	3%
Produtos químicos	17 060	3%	19 855	3%	18 204	3%	18 104	3%
Máquinas e equipamentos	10 600	2%	10 162	2%	10 293	2%	9 833	2%
Produtos do fumo	15 141	3%	18 428	3%	12 853	2%	9 339	2%
<b>Serviços</b>	<b>274 935</b>	<b>47%</b>	<b>289 770</b>	<b>47%</b>	<b>266 938</b>	<b>47%</b>	<b>260 789</b>	<b>49%</b>

Serviços financeiros e atividades auxiliares	87 158	15%	90 183	15%	77 988	14%	79 732	15%
Telecomunica�es	53 517	9%	48 510	8%	44 832	8%	39 798	7%
Com�rcio, exceto veículos	37 196	6%	42 034	7%	35 615	6%	35 032	7%
Eletricidade, g�s e outras utilidades	29 345	5%	28 793	5%	27 726	5%	23 526	4%
Seguros, previd�ncia complementar e planos de sa�de	13 176	2%	16 331	3%	14 444	3%	16 453	3%
Atividades imobili�rias	12 311	2%	16 476	3%	16 674	3%	14 080	3%
<b>Total</b>	<b>589 592</b>	<b>100%</b>	<b>614 439</b>	<b>100%</b>	<b>567 290</b>	<b>100%</b>	<b>531 445</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco Central do Brasil (2015). Adapta o.

Considerando-se que Holanda, Espanha, França, e Reino Unido foram os países da União Europeia com maior representatividade no total do estoque de investimentos diretos no Brasil, a distribui o por setores de atividade   feita apenas para esses quatro países, conforme as Tabelas 3, 4, 5 e 6, desconsiderando-se, portanto, os demais tr s países selecionados na Tabela 1.

  possível observar, por meio da Tabela 3, que a participa o da Holanda nos investimentos diretos no Brasil   preponderante nas atividades ligadas às Indústrias de Transforma o, que representaram mais de 60%, entre os anos de 2011 e 2014. Destacam-se, também, Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados, com 10% na média do período, as atividades ligadas às Indústrias Extrativas, com 7,5% de participa o m dia, e as atividades de Informa o e Comunica o, com 6,5% dos investimentos holandeses no Brasil, no período.

A Tabela 3 mostra, ainda, que houve um ganho de participa o nos setores de Comércio, Repara o de Veículos Automotores e Motocicletas, que passaram de 4,5% em 2011, para 5,7% em 2014, apesar da reduço dos investimentos provenientes da Holanda nesse período, conforme foi apontado na Tabela 1. Outro destaque nesse sentido foi a atividade de Alojamento e Alimenta o, que, apesar de menor representatividade, aumentou sua participa o no período, quando passou de 0,4% dos investimentos em 2011 para 0,7% em 2014, o que, de acordo com dados do Banco Central do Brasil (2015), indicou uma varia o positiva de 45,2%, tendo o valor aumentado de US\$ 672 milhões, para US\$ 976 milhões, no referido período.

Tabela 3 – Participação (%) da Holanda (Países Baixos) nos investimentos diretos no Brasil, por setor de atividade econômica – participação no capital

Setores	2011	2012	2013	2014
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	0,6	0,6	1,1	0,9
B - Indústrias Extrativas	9,0	5,6	7,3	8,0
C - Indústrias de Transformação	60,0	68,9	66,5	65,8
D - Eletricidade e Gás	1,4	0,4	0,6	0,8
F - Construção	0,4	0,5	0,3	0,3
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	4,5	4,4	5,6	5,7
H - Transporte, Armazenagem e Correio	1,8	0,8	0,9	1,1
I - Alojamento e Alimentação	0,4	0,3	0,3	0,7
J - Informação e Comunicação	8,2	6,1	6,6	5,1
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	11,7	10,3	9,1	9,0
L - Atividades Imobiliárias	0,7	0,6	0,7	0,7
Outros	1,2	1,3	1,3	2,0

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2015).

Passando-se para a análise dos investimentos diretos da Espanha no Brasil, por setor de atividade econômica, verifica-se que três setores podem ser considerados como os mais representativos, obtendo participações acima dos 20% na média do período, sendo eles: Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados (23,2%), atividades relacionadas às Indústrias de transformação (20,8%), e atividades de Informação e Comunicação (20,7%). Os investimentos nos setores das Indústrias Extrativas também merecem destaque, pois alcançaram participação de 16,7% no ano de 2014, frente aos 13,3% obtidos no ano de 2011.

Ressalta-se, ainda, que o ano de 2012 apresentou variações importantes para algumas atividades, registrando as maiores quedas de participação para os setores de Eletricidade e Gás, Construção e Informação e Comunicação. No entanto, nesse mesmo ano, foram verificados os maiores percentuais para Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados (37,5%), Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (7,3%) e Atividades Imobiliárias (6,2%).

Tabela 4 – Participação (%) da Espanha nos investimentos diretos no Brasil, por setor de atividade econômica – participação no capital

Setores	2011	2012	2013	2014
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	0,0	2,1	0,0	0,1
B - Indústrias Extrativas	13,3	11,8	16,3	16,7
C - Indústrias de Transformação	20,0	21,2	21,9	20,4
D - Eletricidade e Gás	8,9	2,0	10,1	10,0
F - Construção	3,0	1,7	3,4	2,7
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	5,2	7,3	1,5	1,3
H - Transporte, Armazenagem e Correio	0,2	0,5	0,2	0,2
I - Alojamento e Alimentação	0,3	0,3	0,1	0,1
J - Informação e Comunicação	27,6	4,4	25,2	23,9
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	18,8	37,5	16,9	19,6
L - Atividades Imobiliárias	0,6	6,2	0,6	0,5
Outros	2,1	4,9	4,0	4,5

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2015)

A Tabela 5 trata da participação da França no estoque de investimentos diretos no Brasil. Pode-se observar que, apesar da queda de 43,4 em 2011, para 37 em 2014, as atividades ligadas aos setores de Indústrias de Transformação são aquelas em que os investimentos franceses estão mais presentes. Em seguida aparecem as Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados, com participação de, aproximadamente, 14 no período, seguida das atividades de Informação e Comunicação, representando em média 13 dos investimentos diretos da França no Brasil.

Pode-se destacar, ainda, na Tabela 5, a queda de participação ocorrida no ano de 2013 para o setor de Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, quando esta passou de 5,5 em 2013, frente aos 15,5 registrados no ano anterior. Essa queda teria representando uma variação negativa de 64,5, tendo seu valor reduzido para US\$ 1,7 bilhão, sendo que em 2012 havia alcançado o valor de US\$ 4,8 bilhões, de acordo com dados obtidos junto à base do Banco Central do Brasil (2015).

Tabela 5 – Participação (%) da França nos investimentos diretos no Brasil, por setor de atividade econômica – participação no capital

Setores	2011	2012	2013	2014
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	0,2	0,2	0,2	0,8
B - Indústrias Extrativas	3,3	3,4	3,6	4,6
C - Indústrias de Transformação	43,4	41,7	43,0	37,0
D - Eletricidade e Gás	1,8	1,6	1,3	2,0
F - Construção	0,7	0,8	0,7	0,9
(Continuação)				
Setores	2011	2012	2013	2014
G - Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	13,3	15,5	5,5	8,6
H - Transporte, Armazenagem e Correio	0,2	0,2	0,7	0,4
I - Alojamento e Alimentação	1,4	2,6	3,5	3,0
J - Informação e Comunicação	14,3	13,5	12,3	12,8
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	14,7	13,6	14,6	14,3
L - Atividades Imobiliárias	0,1	0,1	0,1	0,2
Outros	6,6	6,9	14,4	15,5

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2015)

Por fim, analisa-se a presença do Reino Unido no estoque de investimentos diretos no Brasil. A Tabela 6 mostra que existe uma predominância de participação do Reino Unido nas Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados de, aproximadamente, metade dos investimentos, quando comparadas aos outros setores de atividade econômica. Registra-se, ainda, como importantes, as atividades ligadas às Indústrias de Transformação, com uma participação de 14,7%, na média do período.

Pode-se destacar, também, conforme a Tabela 6, o aumento considerável de participação do setor de Informação e Comunicação, que passou de 0,9% em 2011, para 2,1% em 2014. Em termos de valor, esses investimentos teriam aumentado da soma de US\$ 163 milhões para US\$ 393 milhões, representando um crescimento de 141,3%.

Tabela 6 – participação (%) do Reino Unido nos investimentos diretos no Brasil, por setor de atividade econômica – participação no capital

Setores	2011	2012	2013	2014
A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal e Aquicultura	3,7	3,5	0,6	0,5

B - Indústrias Extrativas	3,1	3,7	4,3	4,0
C - Indústrias de Transforma�o	11,8	11,0	17,2	18,7
D - Eletricidade e Gás	3,7	4,0	0,1	0,2
F - Constru�o	0,2	0,9	0,5	0,4
G - Comércio, Repara�o de Veículos Automotores e Motocicletas	13,6	15,0	16,1	17,7
H - Transporte, Armazenagem e Correio	0,1	0,1	0,3	0,3
I - Alojamento e Alimenta�o	0,8	0,7	0,7	1,0
J - Informa�o e Comunica�o	0,9	1,1	1,2	2,1
K - Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	53,5	50,0	48,9	44,9
L - Atividades Imobiliárias	3,6	3,6	3,3	3,1
Outros	4,9	6,5	6,8	7,1

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados do Banco Central do Brasil (2015)

Faz-se aqui uma ressalva a respeito da participa o do Reino Unido na União Europeia, visto que, nesse ano de 2016, foi realizado um plebiscito que teve como resultado a saída do Reino Unido do bloco, o *brexit*<sup>26</sup>. Porém, como esse processo será lento, podendo levar alguns anos para se concretizar e a pesquisa foi realizada antes da consecua o desse resultado, a região não foi excluída da pesquisa.

### 3 CONCLUSÕES

Por meio desse estudo foi possível verificar que o Brasil   o principal receptor de investimentos diretos na América Latina, respondendo por mais de 50% dos fluxos de investimentos estrangeiros na região nos últimos anos. Com rela o ao estoque de investimentos diretos, o país alcançou sua maior marca, durante o período de análise, no ano de 2012, quando registrou um valor superior a US\$ 616 bilhões, dada a expansão da liquidez nos mercados financeiros internacionais.

A União Europeia constitui um dos maiores investidores no país, participando com mais da metade do total do estoque de investimentos diretos no país, no período de 2011 a 2014. Da mesma forma, o Brasil ocupou, no ano de 2013, a segunda posi o entre os países que mais enviaram recursos na forma de investimentos diretos para a região da UE, perdendo apenas para os Estados Unidos.

<sup>26</sup> *Brexit*   a abrevia o das palavras em inglês *Britain* (Grã-Bretanha) e *exit* (saída), designando a saída do Reino Unido da União Europeia. (BBC-BRASIL, 2016).

Entre os países da União Europeia, os que mais se destacaram no período desse estudo foram: Holanda (países baixos), Espanha, França, Reino Unido, Alemanha, Itália e Bélgica, que responderam por mais de 53% dos investimentos diretos do bloco - formado por 28 países, no Brasil.

Verificou-se uma redução dessa participação nos dois últimos anos da série analisada, mas que foi entendida como parte de um movimento geral de redução do total do estoque em função de menores fluxos, diante da instabilidade econômica e política, além da desvalorização cambial, verificada no período de estudo. Com relação à distribuição dos investimentos diretos estrangeiros por setores da atividade econômica, no total, o Brasil possui maior estoque no setor de serviços, com destaque para as atividades financeiras, seguido da indústria, principalmente a de bebidas.

Os setores que mais se destacaram na atração de investimentos diretos provenientes dos países da União Europeia foram aqueles ligados às atividades das Indústrias de Transformação, Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados – que apareceram entre os mais importantes para todos os países analisados – e atividades de Informação e Comunicação. Ressalta-se, também, que outros setores apresentaram crescimento no período, podendo vir a se destacarem nos próximos anos, como é o caso das atividades ligadas às Indústrias Extrativas, Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. R.; LOCATEL, C. D. A América latina face à política de integração econômica regional no mundo subdesenvolvido. **XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Bogotá, 2012.

BBC – BRASIL. **O que é ‘Brexit’ e como pode afetar o Brasil e a União Europeia?** Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36555376>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

BCB – Banco Central do Brasil. **Censo de Capitais Estrangeiros 2014**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/centoCE/port/cento.asp?idpai=cambio>. Acesso em: 11 de outubro de 2015.

BCB – Banco Central do Brasil. **Censo de Capitais Estrangeiros 2015**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/rex/centoCE/port/cento.asp?idpai=cambio>. Acesso em: 12 de julho de 2016.

CARMINATI, J. O. ; FERNANDES, E. A. O impacto do investimento estrangeiro no crescimento da economia brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n.41, jul./dez., 2013.

CARNEIRO, M. Brasil é o segundo país que mais investiu na UE em 2013. **Folha de São Paulo**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/06/1473899-brasil-e-segundo-que-mais-investiu-na-uniao-europeia-em-2013.shtml>. Acesso em: 08 jul. 2014.

CINTRA, M. A. M.; OLIVEIRA, G. C. Um panorama das contas externas brasileiras: 2007-20014. **Revista do Conselho Federal de Economia**, Ano V, nº 14, setembro, 2014.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. **Relações comerciais entre a UE e o Brasil**. Brasília. Disponível em: [http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/eu\\_brazil/trade\\_relation/eu\\_brazil\\_relations/index\\_pt.htm](http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/eu_brazil/trade_relation/eu_brazil_relations/index_pt.htm). Acesso em: 17 ago. 2014.

PALMEIRA, E. M. As forças econômicas da Globalização e os Investimentos Estrangeiros Diretos". **Revista Acadêmica de Economía**. Observatorio de la Economía Latinoamericana, Número 97, 2008.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil e a UE**. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/>. Acesso em: 15 de agosto de 2016.

SILVA FILHO, E. B. Trajetória recente do investimento estrangeiro direto e em carteira no Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional – BEPI**, n. 19, Jan./Abr. 2015.

THORSTENSEN, V.; RAMOS, D.; NOGUEIRA, T.; GIANESELLA, F. Brasil e União Europeia na OMC: relações econômicas, disputas comerciais, crise financeira e câmbio. **Temas de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

VICENTINI, M. F. Integração Econômica – A experiência europeia e os desafios do Mercosul. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**. Ano 1, Nº 2, 2013.

## ELEMENTOS DE ANÁLISE DA AÇÃO POLARIZADORA DE CAMPO MOURÃO NA REGIÃO DA COMCAM

**TITO JERÓNIMO ADALBERTO ALFARO SERRANO**

Economista, Doutor em Desenvolvimento Regional

UNESPAR – Campus de Campo Mourão

[talfa5@hotmail.com](mailto:talfa5@hotmail.com)

---

**RESUMO** - O objetivo deste artigo é analisar a formação da região polarizada pelo Município de Campo Mourão na comunidade dos municípios da microrregião de Campo Mourão - COMCAM resultante de ação recíproca das atividades econômica dada à configuração espacial e a dinâmica econômica formada pelos vinte e cinco municípios que compõem a microrregião. A orientação do estudo é a admissão de que Campo Mourão com base na sua área de influência, dinamismo diferenciado e desempenho dos setores de atividade econômica, exerce atratividade dos municípios da microrregião, caracterizada como processo de polarização. Por consequência, utilizou-se a metodologia de caráter dedutivo partindo de uma generalização teórica a partir das obras de Boudeville (1972) Perroux (1967) e Andrade (1987) para estudar o processo de polarização e posteriormente um levantamento de dados secundários em órgãos de pesquisa (IPARDES, IBGE), buscando informações referentes a distâncias, população, situação fundiária e atividade econômica local e regional.

**Palavras-chave:** Polarização, Cidade polo, Desenvolvimento.

**ABSTRACT** - The aim of this paper is to analyze the formation of the polarized region by Campo Mourão municipality in the community of micro-region of the municipalities of Campo Mourão - COMCAM reciprocal action resulting from economic activities given the spatial configuration and the economic dynamics formed by the twenty-five counties that make up the micro-region. The orientation of the study is the admission that Campo Mourão based on their area of influence, differentiated and dynamic performance of economic activity, exercises attractiveness of the municipalities of the micro region, characterized as polarization process. Consequently, we used the deductive character of methodology starting from a theoretical generalization from the works of Boudeville (1972) Perroux (1967) and Andrade (1987) to study the process of polarization and subsequently a survey of secondary data in organ research (IPARDES, IBGE), seeking information regarding distances, population, land tenure and local and regional economic activity.

**Keywords:** Polarization, polo City, Development.

---

## 1. INTRODUÇÃO

A observação primária que se busca para identificar o potencial dinâmico de uma cidade polo, diante dos diferentes indicadores econômicos que alavancam o crescimento e desenvolvimento, é a influência que exercem para atribuir-lhe a função polarizadora como expressão de uma vantagem no plano de movimentação econômica. Esta análise tem como origem o movimento produtivo dos municípios do entorno denominados de polarizados. O propósito deste trabalho é analisar o processo de crescimento, a dinâmica produtiva, centralidade e características dos agentes que intervêm nesse processo de polarização no espaço econômico da microrregião da COMCAM, permitindo uma explicação da concentração das atividades na cidade em análise. Assim, uma região polarizada pode ser pensada como área de influência de certo polo e a partir daí os espaços econômicos se organizam em torno de atividades diversas.

Esse entendimento dos espaços econômicos atribuídos à região tem suscitado interpretações diversas, devido a que os elementos que a compõem têm de localizar-se de forma contígua, consideramos para efeitos de nosso estudo a região como funcional, dada a intensidade das interações de ordem econômica, frequentemente identificadas no espaço por polos, no entanto também incluímos a definição de região formal dada à preocupação com a homogeneidade, assim, Boudeville (1972) e Perroux (1967), apontam as categorias de análise que permitem a conceituação de região, integrada ao espaço. Assim sendo, Perroux (1967) elabora as seguintes considerações sobre região, indicando a formulação de região homogênea, com áreas geográficas que podem estar ligadas como uma região única quando partilham características idênticas, podendo ser de ordem econômica e estruturas de produção semelhantes ou de ordem social ou política, como uma identidade regional como uma atividade agrícola, cujas características são semelhantes aos municípios analisados.

Boudeville (1972) sustenta que a região polarizada, de inspiração industrial, aplica-se ao conceito de espaço como campo de forças. As regiões polarizadas são ligadas entre si por meio de fluxos frequentemente efetuada por movimentos da população, pelo transporte e comércio, entre outros, e os fluxos mais intensos polarizam-se no sentido do centro dominante, nessa visão, consideramos o município de Campo Mourão.

Já a região-plano na visão de Boudeville (1972) evidencia que de forma prospectiva, é um espaço contínuo que permite a persecução de um certo objetivo econômico, dos fluxos comerciais e de expansão das fronteiras do polo com vista à obtenção de uma melhor exploração de atividades.

Campo Mourão por ser um município cuja dinâmica não pode ser pensada isoladamente, mas sim como um polo regional, já que a função polarizadora não é a relevância de uma vantagem que se expressaria em maior autonomia, não de forma natural ou automática, mas sim, na medida em que a movimentação demandada pelos serviços ofertados pelo polo é proveniente majoritariamente dos consumidores das cidades da microrregião, e essa oferta só poderá aumentar de forma sustentável diante do crescimento das rendas das cidades que compõem a microrregião.

De acordo com as abordagens teóricas do espaço polarizado pelo município de Campo Mourão na microrregião da COMCAM, e de acordo com Perroux (1967) a noção de polo é ligada à noção de dependência, de concentração e da existência de um centro, composta de vários espaços que gravitam no seu campo de influência econômica e política.

Desta maneira, o espaço polarizado é heterogêneo, pois as cidades ou espaços satélites não têm as mesmas características do desenvolvimento do centro, mas sim, uma relação de dependência, ou seja, as cidades ou centros têm papéis específicos no espaço, na divisão social do trabalho como na produção de bens e serviços. Assim, nos aspectos relacionados a produção em diferentes proporções, contribuem como um ponto inicial para entender as inter-relações de uma cidade polo com as cidades que compõem a microrregião. Nesse mesmo sentido, para o mesmo autor os espaços polarizados podem ser de crescimento ou de desenvolvimento. Os polos de desenvolvimento são aqueles que conduzem a modificações estruturais e que abrangem toda a população da região polarizada.

O tema sobre polarização tem se intensificado pelo interesse sobre o crescimento e desenvolvimento de uma cidade dado a concentração da atividade econômica, assim como, dos desequilíbrios regionais daí resultantes, que constituem um foco de concentração ou da projeção das atividades econômicas e inovações em diversas direções associada à localização dessas atividades agregadas, que articula a economia das regiões, das cidades e de seu desenvolvimento.

O entendimento do estudo que compreende a diferenciação espacial, das inter-relações dentro das áreas de uma determinada região no universo de recursos escassos, entre os

mercados de consumo, entre as fontes de recursos e os locais de produção que não se distribuem igualmente no espaço não só pela sua imperfeita imobilidade, mas pelas dinâmicas vinculadas a recursos regionais que não são exploradas com a mesma intensidade, buscam adquirir uma vantagem adicional sobre as demais Perroux (1967). Assim, os indicadores selecionados para esta análise, permitem identificar que a polarização deriva da observação de que o crescimento não se distribui de maneira homogênea no espaço, como no conjunto das cidades que compõem a microrregião, mas se concentra em pontos ou polos de crescimento, neste estudo, a cidade de Campo Mourão.

Considera-se também como fator relevante da polarização do ponto de vista geográfico as relações inter-regionais e movimentos alternantes domicílio-trabalho-capacitação que são migrações urbanas ou interurbanas, o que permite identificar os pontos fortes de relações com o polo e os pontos de estrangulamento que dificultam os contatos entre os municípios dados a ausência de infraestrutura entre algumas das cidades polarizadas.

O ponto de partida necessário de uma análise da dinâmica potencial da região ou do município como o caso de Campo Mourão, é caracterizado pela força de atração ou áreas de influência que o mesmo polariza. Campo Mourão tem que ser analisada pelos dados que possui de si mesma e da região, já que o desafio que se estabelece a um município polo é a integridade e seu alastramento de sua área de influência, de forma a preservar suas funções polarizadoras, a partir de si mesma e a partir do seu entorno, o seja dos municípios onde está inserida.

Enquanto procedimento metodológico, o trabalho está baseado em revisão bibliográfica dos principais autores que tratam sobre o assunto como: Andrade (1987) Perroux (1967) e Boudeville (1972) para estudar o processo de polarização e posteriormente um levantamento de dados estatísticos econômicos e populacionais, junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, e Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

## **2. INDICADORES DA AÇÃO POLARIZADORA**

A primeira questão é verificar a região que Campo Mourão polariza, a qual só pode ser adequadamente avaliada em termos empíricos, através da observação dos fluxos de

deslocamento de pessoas, mercadorias e informações. Não obstante, é possível tomar um caminho através da observação das distâncias (até 100 km) e das vias de transporte que unem e separam a sede de Campo Mourão dos municípios em seu entorno, como pode-se visualizar na figura 1, e tabela 1.

Com este critério adotado, verifica-se que o território sobre o qual Campo Mourão exerce alguma polarização só ultrapassa a distância de 100 km a cidade de Altamira do Paraná e Nova Cantú, ou seja, que a qualidade desta polarização se encontra relativamente deslocada de forma mais próxima a Campo Mourão do que do outro polo alternativo, isto, porque estruturalmente são dependentes da oferta de serviços urbanos de Campo Mourão, que podem ser atribuídos aos chamados de movimentos migratórios de municípios de pequena escala. Os demais municípios da COMCAM expressivos em termos da região são polarizados exclusivamente por Campo Mourão, assim, não há um desdobramento não havendo a possibilidade de captura por polos alternativos.

Os indicadores abordados no trabalho concentram-se no espaço das atividades econômicas e dos lugares geográficos definidos como microrregião da COMCAM, esta concepção é utilizada pela interdependência das partes constitutivas da microrregião considerando em primeiro lugar (os modelos gravitacionais) contemplando a variável distância como inibidora dos fluxos da microrregião que gravitam em torno de um centro predominante dos fluxos de pessoas, bens e serviços e comunicações.

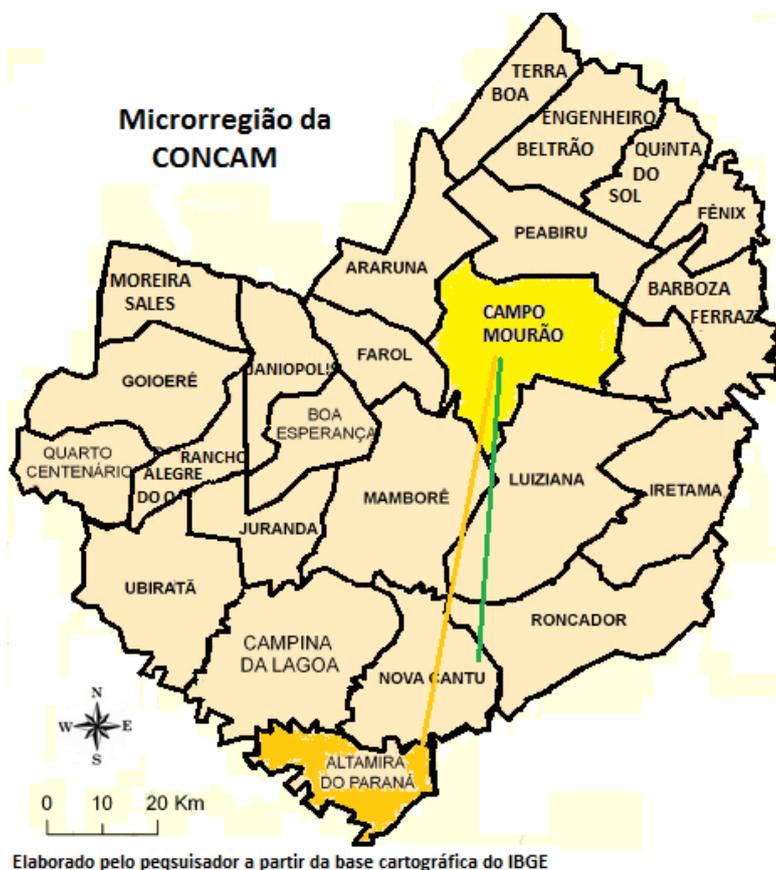


Figura 1 – Mapa representativo da comunidade dos Municípios da COMCAM

O município de Campo Mourão inclui esses vínculos considerando a interdependência que possui no grau de relações com outros centros dominantes (Cascavel, Toledo e Maringá) chegando a um ponto nas fronteiras regionais, que as transações atingem um mínimo, decrescendo, pela influência de outros municípios que possuem mais intensidade de interdependência (Boudeville, 1972, p. 19).

Tabela 1 - Determinação e diferenciação do poder polarizador de Campo Mourão sobre os Municípios da COMCAM

Distância (em Km) e qualidade de rodovias entre a sede e os Municípios da COMCAM		
Município	Campo Mourão	Polos alternativos
Altamira do Paraná	132 km por via pavimentada	Não há polo alternativo 146,4 km para Cascavel
Araruna	21 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Altamira do Paraná	132 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Barbosa Ferraz,	67,4 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Boa Esperança,	60,6 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Campina da Lagoa,	98,8 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Corumbataí do Sul,	51,8 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Engenheiro Beltrão,	31,6 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Farol,	27 km por via pavimentada	Não há polo alternativo

Fênix,	66 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Goioerê,	84,1 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Iretama,	62,7 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Janiópolis	46,4 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Juranda	69,1 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Luiziânia	41,6 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
<b>Município</b>	<b>Campo Mourão</b>	<b>Polos alternativos</b>
Mamborê	39,1 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Moreira Salles,	79,9 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Nova Cantú	127,8 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Peabiru,	15,5 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Quarto Centenário,	87,4 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Quinta do Sol,	45,9 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Rancho Alegre do Oeste,	91,8 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Roncador,	100,4 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Terra Boa	49,8 km por via pavimentada	Não há polo alternativo
Ubiratã	96,4 km	Polo alternativo 85,9 km a Cascavel

FONTE: IPARDES

## 2.1 Análise da dinâmica demográfica de Campo Mourão

A variável a ser analisada em termos de dinâmica de um território é a dinâmica demográfica progressiva, utilizando os dados mais recentes, embora não seja a única variável a ser utilizada, já que outras variáveis podem ser utilizadas como indicadores desta análise, como o Produto Interno Bruto - PIB, Valor Agregado Bruto - VAB, Renda per capita, Índices de Desenvolvimento Humano, etc., no entanto, cada uma das variáveis citadas apresenta limitações dadas as características com que são exponenciadas a nível municipal, dada a pouca qualidade de informações, assim como, a confiabilidade nos cálculos, principalmente do PIB, por ter este indicador uma elevada descontinuidade temporal, de igual forma a renda que por ser declaratória está sujeita às deturpações dificilmente controláveis PAIVA (2006).

Embora os problemas apresentem essas limitações, a dinâmica demográfica das informações econômicas, que, teoricamente, poderiam ser cotejadas com as contribuições fiscais dos declarantes, a dinâmica demográfica expressa a capacidade de um território absorver (ou não) a sua população nativa e atrair (ou não) a população de outras regiões ou localidades. Municípios que apresentam dinâmica demográfica fortemente inferior a dinâmica da região de referência (COMCAM) apresentam um movimento migratório maior para outros territórios, isto é, devido a pouca capacidade de absorvê-los produtivamente em seu interior,

ou só podem fazê-lo em condições percebidas como inferiores às condições de absorção oferecidas por municípios concorrentes.

A análise da dinâmica demográfica recente de Campo Mourão apresentou uma taxa média de crescimento demográfico de 7,7% na década de 2000 a 2010; enquanto Araruna e Terra Boa com percentuais menores 2,52% e 7,20 % respectivamente. O grande problema, é que houve uma perda populacional ao longo do período de 2000 a 2010, e, se tomamos o período de 2000/2015, projetado pelo IBGE, Campo Mourão apresenta o maior acréscimo da população (6,2%), seguido do município de Terra Boa com (6,0%) assim a região da COMCAM (1,8%). Os dados por município são detalhados na tabela 2, abaixo.

Tabela 2 Evolução Demográfica da Região de Campo Mourão população urbana e rural

MUNICÍPIOS	População Total		População Total		População		% do crescimento Populacional			População Estimada	Var % Entre 2010/2015
	2000	2010	Urbana 2000	Urbana 2010	Rural 2000	Rural 2010	% Total 2000/2010	% Urbano 2000/2010	% Rural 2000/2010	2015	
Altamira do Paraná	6.999	4.306	2.119	2.135	4.880	2.171	-62,54	0,75	-124,78	3.341	-28,9
Araruna	13.081	13.419	9.134	10.475	3.947	2.944	2,52	12,80	-34,07	14.014	4,2
Barbosa Ferraz	14.110	12.656	9.735	9.581	4.375	3.075	-11,49	-1,61	-42,28	12.487	-1,4
Boa Esperança	5.162	4.568	2.579	2.640	2.583	1.928	-13,00	2,31	-33,97	4.478	-2,0

MUNICÍPIOS	População Total		População Total		População		% do crescimento Populacional			População Estimada	Var % Entre 2010/2015
	2000	2010	Urbana 2000	Urbana 2010	Rural 2000	Rural 2010	% Total 2000/2010	% Urbano 2000/2010	% Rural 2000/2010	2015	
Campina da Lagoa	17.018	15.394	12.692	12.557	4.326	2.837	-10,55	-1,08	-52,49	15.247	-1,0
Campo Mourão	80.476	87.194	74.754	82.676	5.722	4.518	7,70	<b>9,58</b>	-26,65	92.930	6,2
Corumbataí do Sul	4.946	4.002	1.998	2.127	2.948	1.875	-23,59	<b>6,06</b>	-57,23	3.749	-6,7
Engenheiro Beltrão	14.082	13.906	11.129	12.278	2.953	1.628	-1,27	<b>9,36</b>	-81,39	14.307	2,8
Farol	3.963	3.472	1.944	2.018	2.019	1.454	-14,14	<b>3,67</b>	-38,86	3.388	-2,5
Fênix	4.942	4.802	3.836	3.995	1.106	807	-2,92	<b>3,98</b>	-37,05	4.908	2,2
Goioerê	29.750	29.018	24.534	25.242	5.216	3.776	-2,52	<b>2,80</b>	-38,14	29.702	2,3
Iretama	11.335	10.622	6.156	6.187	5.179	4.435	-6,71	0,50	-16,78	10.689	0,6
Janiópolis	8.084	6.532	4.368	4.038	3.716	2.494	-23,76	-8,17	-49,00	6.114	-6,8
Juranda	8.134	7.641	5.764	5.839	2.370	1.802	-6,45	<b>1,28</b>	-31,52	7.697	0,7
Luiziana	7.540	7.315	4.138	4.756	3.402	2.559	-3,08	<b>12,99</b>	-32,94	7.471	2,1
Mamborê	15.156	13.961	9.014	8.984	6.142	4.977	-8,56	-0,33	-23,41	13.943	-0,1
Moreira Sales	13.395	12.606	9.383	9.933	4.012	2.673	-6,26	<b>5,54</b>	-50,09	12.709	0,8
Nova Cantú	9.914	7.425	3.916	4.104	5.998	3.321	-33,52	<b>4,58</b>	-80,61	6.650	-11,7
Peabiru	13.487	13.624	10.491	11.009	2.996	2.615	1,01	<b>4,71</b>	-14,57	14.144	3,7
Quarto Centenário	5.333	4.856	2.685	2.912	2.648	1.944	-9,82	<b>7,80</b>	-36,21	4.824	-0,7
Quinta do Sol	5.759	5.088	3.454	3.811	2.305	1.277	-13,19	<b>9,37</b>	-80,50	4.985	-2,1
Rancho Alegre D'Oeste	3.117	2.847	2.066	2.303	1.051	544	-9,48	<b>10,29</b>	-93,20	2.833	-0,5
Roncador	13.632	11.537	6.826	7.120	6.806	4.417	-18,16	<b>4,13</b>	-54,09	11.065	-4,3

Terra Boa	14.640	15.776	11.177	13.051	3.463	2.725	7,20	<b>14,36</b>	-27,08	16.781	6,0
Ubiratã	22.593	21.558	17.633	18.397	4.960	3.161	-4,80	<b>4,15</b>	-56,91	3.341	1,4
MRG de Campo Mourão	217.149	217.374	163.786	178.068	53.363	39.306	0,10	8,02	-35,76	14.014	
MRG de Goioerê	129.499	116.751	87.739	90.100	41.760	26.651	-10,92	2,62	-56,69	12.487	
COMCAM	346.648	334.125	251.525	268.168	95.123	65.957	-10,8	10,6	-92,5	4.478	1,8

Fonte: IBGE - IPARDES

De outro lado, é interessante observar que, nos últimos dez anos 2000/2010 a população rural apresentou decréscimos, sendo o mais expressivo o município de Altamira do Paraná com (124,78%) seguido de Engenheiro Beltrão, Nova Cantú, Quinta do Sol e Rancho alegre do Oeste, a população rural na COMCAM ainda apresenta uma taxa de 1,8% crescente na população rural e urbana projetada. Este resultado é fortemente influenciado pelo acelerado êxodo rural de todos os municípios da região da COMCAM. Observamos que, dentre dos 25 municípios, apenas Barbosa entre os anos de 2000 a 2010 apresentaram simultaneamente, queda na população urbana em relação a população total da Microrregião, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Essa evolução incide na estrutura produtiva da COMCAM, principalmente no setor serviços como observado na tabela 3.

## 2.2 A Estrutura produtiva geral de Campo Mourão e da microrregião

As funções polarizadoras de Campo Mourão envolvem tomar a dinâmica da microrregião como referência para se compreender a força de atração e o dinamismo do município. Assim, analisaremos a estrutura produtiva interna de Campo Mourão, integrando os municípios da COMCAM avaliando a situação atual e as perspectivas dos municípios do entorno enquanto demandantes coprodutores e/ou fornecedores de matéria-prima.

A integração de Campo Mourão com os municípios no território da COMCAM é intensa ressaltando que alguns municípios vêm apresentando uma performance significativamente superior ao desempenho dos demais municípios da microrregião. Objetivamente, não podemos sequer refletir sobre o potencial de Campo Mourão nos setores da agropecuária, da indústria e dos Serviços, no qual tem evoluído do ano de 2010 a 2013, apresentando um crescimento econômico diferenciado por todo o espaço que se manifesta nesses setores, mostrando sua liderança indicando seu crescimento, que na visão de Perroux

(1977) chama de polo de crescimento, decorrente de economias de aglomeração<sup>1</sup> próprio de áreas favorecidas exercendo influência sobre uma região e seu crescimento se faz sentir sobre os municípios que o cerca Andrade (1987).

Tabela 3 Estrutura Produtiva dos Setores Econômicos da Microrregião da COMCAM

Municípios	VAB Agropecuária (R\$ 1.000,00)		Ranking	VAB Indústria (R\$ 1.000,00)		Ranking	VAB Serviços (R\$ 1.000,00)		Ranking
	2010	2013		2010	2013		2010	2013	
Altamira do Paraná	15.899	24.214		1.466	2.059		7.808	12.181	
Araruna	46.730	101.906		78.867	119.265	2	55.712	95.723	
Barbosa Ferraz	27.111	53.597		5.904	10.280		29.331	51.559	
Boa Esperança	36.392	79.992		6.691	9.724		34.541	53.857	
Campina da Lagoa	65.995	125.440	5	13.744	24.785		64.968	107.420	
Campo Mourão	67.982	147.138	3	383.912	548.100	1	905.944	1.279.458	1
Corumbataí do Sul	18.171	19.312		1.990	2.700		8.327	12.854	
Engenheiro Beltrão	49.961	93.508		25.588	37.855		87.912	133.681	5
Farol	26.965	58.261		3.132	5.796		19.464	29.557	
Fênix	20.554	46.448		3.086	5.883		21.342	34.834	
Goioerê	50.691	103.450		51.424	70.192	3	193.682	309.791	2
Iretama	23.995	50.893		4.687	10.051		39.834	66.362	
Janiópolis	36.295	64.171		4.257	7.031		22.354	38.359	
Juranda	46.809	84.419		6.926	10.618		62.042	109.268	
Luiziana	63.532	123.490	6	6.026	12.318		34.397	65.731	
Mamborê	78.631	156.593	2	11.070	18.546		110.953	169.408	4
Moreira Sales	32.986	57.086		15.073	11.189		39.592	63.612	
Nova Cantú	33.608	71.783		3.455	6.824		20.454	39.987	
Peabiru	36.024	82.008		5.999	11.201		52.462	90.290	
Quarto Centenário	39.505	88.397		7.908	12.799		25.376	44.927	
Quinta do Sol	36.702	61.408		4.208	6.631		25.729	40.497	
Rancho Alegre D'Oeste	24.281	51.269		7.029	9.703		12.886	23.379	
Roncador	47.565	128.888	4	7.174	13.456		50.643	94.616	
Terra Boa	44.985	60.990		36.088	68.726	5	54.434	94.431	
Ubiratã	90.009	183.047	1	38.802	70.687	4	133.915	275.704	3
MRG de Campo Mourão	588.908	1.184.440		577.731	870.808		1.496.484	2.259.001	
MRG de Goioerê	472.470	933.268		156.775	235.611		617.618	1.078.485	

Fonte(s): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

A estrutura produtiva urbana (Agropecuária, Indústria e de Serviços<sup>2</sup>) de Campo Mourão e dos municípios integrados com sua economia, partindo das informações da Relação

<sup>1</sup> Entende-se por **economias de aglomeração** uma etapa do processo de industrialização em que ocorre a concentração da instalação de empresas produtivas ou de atividades econômicas em uma determinada região do espaço geográfico.

Anual de Informações Sociais (RAIS), foram classificados com melhor desempenho os primeiros cinco municípios da COMCAM de acordo com os dados dos anos de 2010 a 2013. O *ranking* no setor agropecuário dos municípios que estão bem situados observados pelo Valor Adicionado Bruto (VAB) são Ubitatã, Goioerê, Mamborê, Roncador, Campina da Lagoa e Luiziana. No setor da Indústria a liderança no ranking esta o município de Campo Mourão seguido dos municípios de Araruna, Goioerê, Ubitatã e terra boa e no Setor Serviços Campo Mourão Goioerê, Ubitatã, Mamborê e Engenheiro Beltrão.

Tendo em vista a expressão diminuta do emprego formal no meio rural, desconsideramos para fins de análise as informações acerca de emprego e estabelecimento das atividades da classificação nacional de atividades de atividades econômicas CNAE, todas referidas à produção agropecuária e à extração vegetal, à caça e à pesca.

### 2.3 Evolução da Participação econômica da Microrregião da COMCAM

A forma que tradicionalmente entendemos que seja o ponto de partida nas análises da dinâmica econômica territorial, que e a avaliação da evolução do VAB (e/ou do PIB)<sup>3</sup> de uma região é uma prática extremamente complexo, mas que tudo deve ser a parte final por tratar-se de uma microrregião e não de um país, além de outros motivos principalmente porque o PIB de uma nação é uma *proxy* razoável da renda dos residentes, diferente para regiões de uma mesma nação, onde os fluxos de “importação / exportação / transferências de rendas” não sofrem qualquer restrição cambial e as restrições fiscais e/ou jurídicas são mínimas ou inexistentes Paiva (2006) .

<sup>2</sup> **Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos – Agropecuária:** Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados, na agropecuária.

É o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos na Agropecuária, que compõem o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

**Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos Indústria:** Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados, na indústria. É o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos na Indústria, que compõem o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

**Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos – Serviços:** Saídas de mercadorias mais prestação de serviços de transporte (frete) e de comunicações deduzidas as entradas de mercadorias e insumos utilizados, em serviços. É o Valor Adicionado Bruto a Preços Básicos em Serviços, que compõem o cálculo do Produto Interno Bruto (PIB).

<sup>3</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) de um território é o somatório do Valor Agregado Bruto nos distintos setores (agropecuária, indústria e serviços) acrescido dos Impostos Indiretos. Como a maioria dos impostos é apropriada por instâncias federativas superiores à municipalidade e redistribuídos por critérios complexos e altamente diferenciados, o VAB nos parece uma *proxy* “menos pior” da renda municipal do que o PIB.

O fundo da questão é que é muito mais fácil calcular o PIB de um país do que o PIB de um município ou região, porque o cálculo do PIB nacional dispõe de um amplo sistema de levantamento estatístico amostral coordenado pelo IBGE com pesquisas anuais da PIA, PAS e PAC, nos Estados do Brasil<sup>4</sup>. Assim, o PIB nacional, é feito um “rateio” entre os Estados com base nas mesmas informações, que foram consolidadas nacionalmente, mas são representativas em nível estadual, portanto, uma vez definido o PIB dos Estados, faz-se o rateio do mesmo com vistas a determinar o PIB dos municípios. Resumindo, o IBGE calcula o PIB da nação a partir de estatísticas representativas para a mesma e para os Estados Paiva (2006).

Para analisar a participação econômica nos setores econômicos selecionamos as atividades com maior participação que evidentemente são as que contribuem para a formação do PIB, foram atividades previamente selecionadas, unicamente com maior relevância na Microrregião que compõem o VAB Total por atividade. A tabela 4 parece ser bem mais útil, pois revelam o crescimento anual do VAB de cada município.

Contudo, do nosso ponto de vista as informações sobre o VAB é a forma mais prudente de utilizar estas informações, o que nos permite utilizar os valores correntes, evitando assim, o cálculo de valores deflacionados e o da mudança na metodologia de cálculo, dessa forma, a referência do território em consideração é o VAB da microrregião da COMCAM.

Tabela 4 Produção Agrícola (em R\$ 1.000.00) por Atividade da Microrregião da COMCAM

Municípios	Atividade	2000	2010	2014
Altamira do Paraná	Soja	28	1.660	4.948
Araruna	Mandioca	9.833	21.996	89.760
Barbosa Ferraz	Soja	3.167	14.337	42.492
Boa Esperança	Soja	22.417	42.877	103.281
Campina da Lagoa	Soja	15.247	57.627	142.368
Campo Mourão	Soja	26.112	79.241	179.480
Corumbataí do Sul	Café	5.340	11.815	642
Engenheiro Beltrão	Soja	18.224	38.005	71.000
Fênix	Soja	7.314	19.845	40.595
Goioerê	Soja	12.195	49.326	106.095
Iretama	Milho	2.448	2.977	3.758
Janiópolis	Soja	8.094	41.908	70.268

<sup>4</sup> Pesquisas Anuais da Indústria (PIA), dos Serviços (PAS), do Comércio (PAC).

Juranda	Soja	16.622	55.714	115.424
Luiziana	Soja	28.340	67.622	152.572
Mamborê	Soja	41.002	90.549	196.217
Moreira Sales	Cana-de-açúcar	4.899	9.227	23.491
Nova Cantú	Soja	10.847	31.768	86.335
Peabiru	Soja	11.337	34.482	78.874
Quarto Centenário	Soja	12.921	43.718	103.637
Quinta do Sol	Soja	9.315	34.570	62.820
Rancho Alegre D'Oeste	Soja	10.380	27.630	75.888
Roncador	Soja	11.506	38.214	107.770
Terra Boa	Soja	8.901	21.578	30.797
Ubiratã	Soja	34.323	91.364	198.878

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Vale notar que esta participação não é apenas aparente, pois a sequência de valores ao longo de cada coluna representada pelos municípios da microrregião e sua participação respectiva é significativa perfazendo um total de R\$ 7.667.113 (tabela 5) valor este que com relação ao PIB de todo o Estado do Paraná do ano de 2013<sup>5</sup>, representa 2,3% de participação.

A participação de Campo Mourão ao longo do tempo foi bastante expressiva no VAB total nos anos de 2010, 2011 e 2013, com destaque em 2013 no setor Serviços para os anos pesquisados representando, em segundo lugar do setor Indústria, seguido do setor Público e com menor participação surpreendentemente pelo setor Agroindustrial, como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 – VAB do Município de Campo Mourão

		2010	2011	2012	2013
<b>Campo Mourão</b>	VAB Total (R\$ 1.000,00)	1.545.497	1.832.007	2.039.912	2.262.506
	VAB - Agropecuária (R\$ 1.000,00)	67.982	99.517	103.267	147.138
	VAB - Indústria (R\$ 1.000,00)	383.912	466.711	474.090	548.100
	VAB - Serviços (R\$ 1.000,00)	905.944	1.055.699	1.222.271	1.279.458
	VAB - Administração Pública (R\$ 1.000,00)	187.659	210.080	240.283	287.810

<sup>5</sup> Produto Interno Bruto a Preços Correntes (1.000,00) R\$ 332.837.168

Fonte(s): Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES Produto Interno Bruto a Preços Correntes.

Nota: Nova metodologia. Referência 2010.

Tabela 5 Valor Adicionado (em R\$ 1.000.00) dos Setores Econômicos Agropecuária – Indústria – Serviços e Administração Pública da Microrregião da COMCAM

Municípios	2010	2011	2012	2013
Altamira do Paraná	35.897	40.338	45.004	52.861
Araruna	210.499	259.615	285.948	360.105
Barbosa Ferraz	90.377	111.281	126.219	154.413
Boa Esperança	90.083	104.373	119.700	161.723
Campina da Lagoa	179.307	203.155	251.628	305.320
Campo Mourão	1.545.497	1.832.007	2.039.912	2.262.506
Corumbataí do Sul	38.434	44.598	44.782	49.947
Engenheiro Beltrão	194.060	250.671	257.603	313.339
Farol	59.659	79.265	79.751	108.137
Fênix	56.283	76.239	81.737	106.088
Goioerê	356.881	407.126	463.885	572.288
Iretama	91.558	105.289	134.310	160.262
Janiópolis	78.078	87.113	97.345	131.302
Juranda	134.240	157.972	183.971	228.789
Luiziana	122.806	149.566	189.333	229.848
Mamborê	233.939	292.706	319.944	394.317
Moreira Sales	115.682	139.652	138.365	170.800
Nova Cantú	73.194	85.406	110.417	140.035
Peabiru	124.893	157.648	179.581	228.178
Quarto Centenário	85.859	107.401	119.214	164.325
Quinta do Sol	79.431	87.528	98.393	124.738
Rancho Alegre D'Oeste	52.566	65.272	67.428	96.578
Roncador	131.498	171.714	205.212	273.832
Terra Boa	170.964	215.919	250.750	277.435
Municípios	2010	2011	2012	2013
Ubiratã	309.236	395.800	491.915	599.947
Total MR de CM	4.660.921	5.627.654	6.382.347	7.667.113

Fontes: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES

### 3 CONCLUSÕES

A análise dos dados sobre a dinâmica demográfica regional da microrregião da COMCAM, aponta algumas transformações ocorridas na economia paranaense, principalmente a urbanização iniciado através dos movimento e fluxos acarretando a formação do polo. A intensidade dos fluxos dada a migração da população rural para a cidade,

em parte é dada pela mecanização da agricultura, da agro industrialização e da expansão do setor secundário e terciário.

Outro indicador utilizado nesta análise da polarização foi o setor agropecuário que tem mostrado uma tendência de crescimento em todos os municípios, supostamente, puxado pelas cooperativas agropecuárias com ritmo forte de investimento em projetos de agro industrialização de acordo com o Sindicado e Organização das Cooperativas do Paraná<sup>6</sup>.

Os determinantes deste fenômeno que pode ter profundas e positivas consequências para crescimento do setor agroindustrial são algumas atividades que foram abandonadas em alguns municípios, mostrando de certa forma a ausência ou deficiência de políticas públicas para o atendimento ao produtor rural, que por motivos distintos enfatizam o grande empresarial, em detrimento do atrasado, do improdutivo, do pequeno, que por sua vez, é frequentemente fortalecido pela visão agrônômica que, por sua própria natureza, focaliza questões de produção, produtividade e modernização, sem preocupar-se muito com as implicações sociais de médio e longo prazo, porém, focada apenas na alta produtividade em curto prazo.

A participação da microrregião de Campo Mourão na economia do Estado vem crescendo nas últimas décadas. Em parte, deriva-se da participação dos municípios a partir da capacidade produtiva agropecuária (caso de Campina da Lagoa, Goioerê, Luiziana, Mamborê, Roncador e Ubiratã), do Setor indústria (Araruna) e de Serviços Goioerê e Ubiratã. Esta dimensão nota-se seu crescimento a partir do ano de 2010, que vem se tornando um tanto expressiva na economia da microrregião o que potencializa a mobilização política do território através da articulação e ação integrada dos municípios polarizados por Campo Mourão.

Os determinantes da expressão econômica de Campo Mourão e a dinâmica da participação dos três setores básicos da Economia: Agropecuária, Indústria e Serviços, nos levou à conclusão de que essa expressão econômica de Campo Mourão e do território que este município polariza, deve ser também atribuída aos municípios observada a composição e participação da microrregião da COMCAM, com dinâmicas de produção semelhantes dado o nível de centralidade que apresenta.

---

<sup>6</sup> Fonte: Sistema Ocepar

Foi possível avaliar pelos diagnósticos realizados sobre a proeminência da centralidade e direcionamento dos fluxos de bens e serviços e de outros indicadores adotados, que Campo Mourão, desempenha um papel regional importante dada a influência como centro importante da microrregião, como também foi possível mensurar sua atuação restrita no setor agropecuário, a partir do efeito polarizador que exerce sobre os outros setores e atividades econômicas.

Assim, o centro econômico de uma região faz com que seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, já que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região, dessa forma o desenvolvimento regional estará, assim, sempre ligado ao seu polo.

Procuramos demonstrar ao longo do artigo por meio dos dados estatísticos disponíveis em nível regional, apresentar conclusões as quais serviram para fundamentar o processo dinâmico regional da microrregião. Portanto, todos os dados utilizados nos levam a concluir que a expressão econômica de Campo Mourão se deve a fatores fundamentais de sua produção em termos de setores econômicos que estão à altura das funções polarizadoras do município.

## REFERÊNCIAS

BOUDEVILLE, Jacques R. **Os espaços econômicos**. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1973. Pp. 5-93.

ANDRADE, Manuel Correa de. **Espaço, Polarização e Desenvolvimento**. São Paulo, Atlas, 1987.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, **Região de Influência das Cidades** - REGIC: Edições: 1987- 2002 - 2007. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES

PAIVA, C. A. (2006). **Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas**. Indicadores Econômicos – FEE, Vol. 34. n. 1. Porto Alegre.

PERROUX, François. **O conceito de Polo de Crescimento**. A economia do século XX. Porto Herder, 1967.